



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Pedro Henrique Gomide Lucci

Geografia dos Alimentos no Espírito Santo

VITÓRIA
2013

Pedro Henrique Gomide Lucci

Geografia dos Alimentos no Espírito Santo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Paulo César Scarim

VITÓRIA
2013

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

L934g Lucci, Pedro Henrique Gomide, 1987-
 Geografia dos alimentos no Espírito Santo / Pedro Henrique
 Gomide Lucci. – 2013.
 326 f. : il.

 Orientador: Paulo César Scarim.
 Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal
 do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

 1. Alimentos naturais. 2. Abastecimento de alimentos -
 Espírito Santo (Estado). 3. Relações rurais-urbanas. 4.
 Segurança alimentar. I. Scarim, Paulo Cesar, 1968-. II.
 Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências
 Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 91

PEDRO HENRIQUE GOMIDE LUCCHI

GEOGRAFIA DOS ALIMENTOS NO ESPÍRITO SANTO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Aprovada em _____, de Novembro de 2013.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo César Scarim
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
Orientador

Prof^a. Dr. Pedro Makumbundu Kitoko
Presidente do CONSEA-ES

Prof^a. Dr^a. Aurélia Hermínia Castiglioni
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Prof^a. Dr. André Augusto Michelato Ghizelini
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Aos meus pais, minha irmã, amigos e familiares por
sempre acreditarem em mim e desejar apenas o bem.
Sou a marca de todos vocês...

Em memória de meu tio José Alejandro e do amigo
Gustavinho. Que muito me ensinaram da Vida e
sinto-os aqui, Vivos en Nosotros e Felizes por Nós!

AGRADECIMENTOS

À Deus, que nos momentos mais difíceis e quando a caminhada parecia mais dura, me emanou a serenidade, a coragem e a força de vontade, necessárias pra continuar e não desistir, mesmo quando por vezes este se mostrou o caminho mais fácil.

Aos meus queridos avós, *in memoriam*, em especial ao Vô Manoel com quem pouco convivi, porém muito aprendi e certamente está feliz neste momento.

Aos meus pais, pelo total apoio e confiança. Ao meu pai, professor e geógrafo (companheiro de mochila), obrigado pela inspiração, pelos princípios e exemplos que me norteiam ao longo de toda a vida. À minha mãe, professora e bióloga, pelo amor incondicional e pela preocupação, carinho e alegria de sempre.

À minha irmã Marcella, com quem compartilho intensamente, todas as alegrias e fraquezas sob o mesmo lar. Obrigado pelo companheirismo, pelo sorriso fácil e pela tolerância de todas as horas com seu irmão 'zen'.

À Lena, minha segunda mãe, por todo amor, carinho e simplicidade que sempre nos passou.

À Fernandinha, com quem dividi bem de perto muitas dúvidas, tarefas e aflições nesse período turbulento de pesquisa e mesmo assim, foi capaz de me colocar um sorriso constante no rosto. Verdadeira gratidão pelo companheirismo, preocupação, carinho e dedicação nesta longa (e angustiante) etapa final de escrita do trabalho. Obrigado pela parceria na feira, no dia a dia, na madrugada e .

Ao Professor e Orientador Paulo C. Scarim, pelos valiosos ensinamentos, pelas férteis conversas geográficas e pelos desafios lançados. Pela confiança e parceria construída ao longo dos anos. Por me instigar sempre a pensar, e questionar conforme os meus princípios de cidadão e geógrafo do 'terceiro mundo'.

Aos amigos de Guarapari, por todos os bons momentos vividos e pela compreensão nos tempos de necessário 'sumiço', em especial, Kuelhão, Vinícius, Dé, Mineiro, Maycon e Rangel. Assim como todos os amigos da Prainha, Muquiçaba e da Rua da Marinha.

Aos amigos e irmãos de república, Boquinha, Dieguin, Iure, Guti, Ligeiro, Tchola, Demian, Tevez, Fepas e Nodari, obrigado pelas alegrias e verdadeira amizade. Ao Boquinha e ao Tevez pela ajuda na pesquisa, principalmente nas geotecnologias.

À Jamila, pela oportunidade de conviver e vivenciar excelentes momentos de verdadeiros sentimentos e muitas alegrias. Obrigado pelo acolhimento de toda família e por todo o companheirismo, ajuda, tolerância, carinho e amizade intensos.

Ao seu Lorival e sua família, pelo verdadeiro acolhimento, pelos múltiplos e únicos ensinamentos compartilhados e praticados, que somente a vivência proporciona e, por sua vez, traspassa o plano da pesquisa, e comigo carrego para sempre.

Aos familiares de Minas Gerais, (Juiz de Fora e Viçosa), que mesmo à distância se fazem tão presentes dentro de mim. Obrigado, pelas lembranças, pelo amor e pela compreensão nos momentos difíceis que eu me mantive ausente. Em especial todos os tios, tias, primos e primas.

Aos professores do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo, por todos os ensinamentos divididos. Carrego um pouco de todos. Em especial, agradeço a atenção e as conversas informais com os professores Claudio Zanutelli e Gisele Girardi.

Aos amigos do Observatório dos Conflitos no Campo, sobretudo aqueles com quem convivi mais próximo, no Geqa (Grupo de Estudos sobre a Questão do Alimento) e no Nepea, em especial Luiza, Pomerano, Cabelão, Angelim, Farofa, Guaçuí.

À todos os amigos da Geografia e do IC 2 pelos ótimos momentos divididos, nas aulas de campo, congressos, futebol e viagens que ficarão marcados pra sempre. Em especial os amigos e fiéis escudeiros, Alemão e Palmitinho.

Aos funcionários do Máximo Centro Educacional, em Guarapari, onde estudei e vivi parte importante da minha vida. Em especial, Luiz Henrique, tia Thayza, tia Rita, Miller, Edgar, por todo carinho demonstrado ao longo dos tempos.

Aos funcionários da cantina do IC2, (Nogueira, Marcelo, Vinicius, Taru, Jefinho, Cida, Mariana), pela parceria e amizade desde os tempos da graduação.

À Izadora, pelas conversas e pelos telefonemas de alerta sobre os prazos. Além do cafezinho tantas vezes compartilhado na secretaria do mestrado.

À Tia Abigail, por todas as vezes que se lembrava de mim com amor e guloseimas.

À Tia Eliana pelo carinho e pelas conversas e conselhos.

Aos amigos feirantes e consumidores das feiras livres de Jardim da Penha e Barro Vermelho, que me apresentaram nas vivências um mundo simples e encantador.

A Mel, feliz e leal companheira de caminhadas e das madrugadas de estudo.

Aos conselheiros e amigos do Consea-ES, em especial à Marisa, prof. Pedro Kitoko, prof. Alcemi, Laydiane, Marilene, Marcelo, Vanilza, Dani, D. Neném, Fábio e Sofia.

Aos companheiros dos movimentos sociais, principalmente da via Campesina (MPA MST e MMC) pelas visitas, diálogos e experiências apresentadas mais de perto. Em especial, agradeço ao Lula, Moacyr, Valmir Noventa, Leomar, Fábio, Marinalva.

Aos amigos da região Sul e Caparaó, em especial do CAUFES, da Ong Kapixa'wa e da Jaqueira, pelo acolhimento e ricos ensinamentos compartilhados sobre o Estado. Valeu demais, Davi, Nilton, Élia, Poliana e Cabelo.

Aos professores que formaram a banca de Qualificação, e os que formam a banca de Defesa, primeiro por aceitarem fazer parte desse momento e, depois pela paciência e atenção no ato da leitura, assim como pelas críticas e correções sugeridas e bem vindas.

A todos os agricultores e camponeses do Espírito Santo e do Brasil, que de fato, sob todas as adversidades, fazem brotar na terra o sustento diário de todas as gerações, sem os quais não seria possível fazer ciência, tampouco à realização deste estudo.

O homem adora viver no sonho;

O esforço que o pensamento deve exercer para apreender as realidades parece-lhes demasiado difícil, e ele tenta escapar dessa luta pelo refúgio em opiniões já prontas. Se “a dúvida é o travesseiro do sábio”, a fê simplória é o travesseiro do pobre de espírito. Houve um tempo em que o poder de um deus supremo, que sentia em nosso lugar, queria, agia fora de nós e conduzia a seu bel-prazer o destino dos homens, bastava-nos amplamente e fazia-nos aceitar nosso destino fatal com resignação ou, inclusive, com gratidão. Agora, esse deus pessoal, no qual os humildes tinham confiança, agoniza em seus templos, e os mortais tiveram de substituí-lo.

Mas eles já não têm Potência Augusta a seu serviço: só têm palavras às quais buscam dar, como uma virtude secreta, um poder mágico: por exemplo, a palavra “Progresso”. Sem dúvida, é verdade que, sob muitos aspectos, o homem progrediu: suas sensações tornaram-se mais refinadas, creio; seus pensamentos mais agudos e mais profundos, e a amplitude de sua humanidade, abraçando um mundo mais vasto, aumentou prodigiosamente.

Mas nenhum progresso pode realizar-se sem retrocesso parcial. O ser humano cresce, mas, crescendo desloca-se, e, avançando, perde uma parte do terreno que outrora ocupava.

O ideal seria que o homem civilizado tivesse conservado a força do selvagem, que ele também tivesse sua habilidade, que ainda possuísse o belo equilíbrio dos membros, a saúde natural, a tranquilidade moral, a simplicidade da vida, a intimidade com os animais dos campos, o bom acordo com a terra e tudo o que a povoa. Mas o que outrora foi a regra é agora a exceção. É-nos provado por inúmeros exemplos que o homem de enérgica vontade, amplamente favorecido por seu meio, pode igualar-se completamente ao selvagem em todas as suas qualidades primevas, e acrescentando a elas por sua consciência fortalecida em uma alma superior; mas quantos são esses que adquiriram sem perder, que são simultaneamente os iguais do primitivo em sua floresta ou em seu prado e os iguais do artista ou do cientista moderno, nas cidades laboriosas.

ÈLISÈE RECLUS
‘A Grande Família’

RESUMO

O objetivo desta Dissertação de Mestrado consiste em analisar e compreender a luz do método da ciência geográfica o circuito espacial e produtivo do abastecimento urbano de alimentos *in natura* no território do Espírito Santo.

Para tanto se propôs o desafio de apreender esta atividade de primeiro interesse social, em sua totalidade, isto é da produção ao consumo, a partir da trajetória que o alimento percorre no espaço geográfico capixaba. Do campo à cidade, das arcaicas lavouras às prateleiras dos modernos supermercados, uma série de inquietudes e contradições se fazem intrínsecas nesse processo cotidiano e aparentemente simples, de transformação do alimento em mercadoria.

Assim, do momento da produção propriamente dita de alimentos, que intercorre no interior das propriedades rurais; passando pela etapa da distribuição e circulação, realizada fundamentalmente por intermédio dos entrepostos atacadistas da Ceasa-ES; à instância da comercialização varejista destes gêneros, no espaço urbano, através dos supermercados e tradicionais feiras livres; que por sua vez, destinam ao estágio do consumo, os alimentos que constituem as bases da dieta alimentar e nutricional da população capixaba.

Nesse sentido não se pretende aqui esgotar esta complexa e abrangente temática, mas sim, trazer às claras aquilo que se encontra implícito na atual lógica de abastecimento urbano estadual. Logo, compreende apenas uma contribuição geográfica ao estudo desse relevante tema, que historicamente se faz contemplado por diversas áreas do conhecimento, e negligenciado pela geografia e pelos geógrafos.

PALAVRAS-CHAVE: Geografia; Alimentos *in natura*; Abastecimento Urbano; Espírito Santo; Campo-Cidade; Segurança Alimentar; Fome.

RESUMEN

El objetivo de esta tesis para postular al grado de Magister en Geografía consiste en analizar y comprender el circuito espacial y productivo del abastecimiento de alimentos no procesados en el área urbana del territorio de Espírito Santo desde el punto de vista de la ciencia de la geografía.

Para esto se propone el desafío de reflexionar sobre esta actividad de gran importancia social en su totalidad, desde la producción hasta el consumo a partir de la trayectoria que recorre el alimento en el espacio geográfico Capixaba. Este recorrido va desde el campo a la ciudad, desde la labranza a la antigua a las estanterías de los supermercados.

Existen una serie de inquietudes y contradicciones intrínsecas a este proceso cotidiano y en apariencia simple de la transformación del alimento en mercadería. Así desde el momento de la producción propiamente tal del alimento que ocurre al interior de las propiedades rurales, pasando por la etapa de distribución y circulación realizada fundamentalmente por intermedio de los emporios mayoristas de CEASA Espírito Santo hasta la instancia de comercialización al detalle en el espacio urbano a través de los supermercados y ferias libres tradicionales. Estas son las etapas del consumo de los alimentos que constituyen la base de la dieta alimenticia y nutricional de la población Capixaba.

En este sentido no se pretende aquí agotar esta temática tan compleja y extensa sino más bien explicitar aquello que se encuentra implícito en la lógica actual del abastecimiento urbano del estado de Espírito Santo por lo que esta tesis es una contribución geográfica al estudio de este tema tan relevante que históricamente ha sido contemplado por diversas áreas del conocimiento pero no ha sido considerado por la geografía y los geógrafos.

PALABRAS CLAVE: Geografía; Alimentos Frescos; Abastecimiento Urbano; Espírito Santo; Campo-Ciudad; Seguridad Alimentaria.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Espírito Santo: Localização da área de estudo.....	49
Mapa 2 – Concentração dos Grandes Projetos Industriais da Década de 70.....	56
Mapa 3 – ES: Distribuição da População Urbana e População Rural, 2010.....	59
Coleção de Mapas I – Evolução da População Rural e População Urbana nos 78 Municípios do Espírito Santo, 1991/2010.....	62
Mapa 4 – ES: Distribuição das Propriedades Rurais com mais de 500 ha. 2006....	83
Mapa 5 – ES: Distribuição das Propriedades Rurais com menos de 100 ha, 2006.	83
Mapa 6 – ES: Uso da Terra, 2006.....	87
Mapa 7 – ES: Produção de Alimentos Hortifrutis da Agricultura Familiar, 2010.....	97
Coleção de Mapas II – ES: Da Produção de Culturas Alimentares (Hortifrutis).....	106
Mapa 8 – Brasil: Localização dos Entrepósitos Atacadistas, 2009.....	120
Mapa 9 – ES: Localização Geográfica dos Entrepósitos Atacadistas das CEASAs.	130
Mapa 10 – ES: Localização das CEASAs e Principais Rodovias de escoamento e Distribuição dos Alimentos Hortifrutis.....	133
Mapa 11 – CEASA-ES - Dinâmica de Circulação dos Alimentos Hortifrutis Além- fronteiras Estaduais.....	153

Mapa 12 – ES: Principais Municípios Ofertantes (Origem) dos Alimentos Distribuídos pela CEASA-ES.....	161
Mapa 13 – ES: Principais Municípios Abastecidos (Destino) por Alimentos Distribuídos pela CEASA-ES.....	165
Mapa 14 – ES: Circuito Espacial e Produtivo da etapa da Distribuição dos Alimentos, no Abastecimento Urbano Estadual via CEASA-ES.....	169
Mapa 15 – ES: Percentual da População Urbana por Município.....	185
Mapa 16 – ES: Distribuição Geográfica dos Supermercados por Município.....	186

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – ES: Dinâmica Demográfica 1950/2010 – Evolução da população Rural e Urbana.....	52
Tabela 2 – ES: Dinâmica Demográfica 1960/2006 – Evolução da População Economicamente Ativa (PEA) nos Setores da Economia Capixaba (%).....	57
Tabela 3 – BRASIL: Valores Mensais do Salário Mínimo nominal e necessário, 2013.....	221
Tabela 4 – ES: Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar.....	222

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Brasil: Estrutura Fundiária, 2006.....	75
Gráfico 2 – Espírito Santo: Estrutura Fundiária, 2006.....	77
Gráfico3 – Brasil: Participação (%) da Agricultura Familiar na Produção de Alimentos.....	80
Gráfico 4 – Distribuição do Rebanho por mesorregiões do Espírito Santo, 2002....	89
Gráfico 5 – Participação percentual, por atividade, na produção agropecuária do Espírito Santo, 2006.....	92
Gráfico 6 – Brasil: Distribuição dos Entrepósitos (CEASAs) por Região.....	122
Gráfico 7 – Participação (%) dos Principais Estados Ofertantes (Origem) - CEASA-ES, 2010.....	149
Gráfico 8 – Principais Estados de Destino das Mercadorias distribuídas via CEASA-ES, 2010.....	150
Gráfico 9 – Principais alimentos hortifrutis distribuídos (circulação geral) via CEASA-ES, 2010.....	154
Gráfico 10 – Principais Alimentos Hortifrutis Procedentes do ES e Distribuídos via CEASA-ES, 2010.....	156
Gráfico 11 – Representatividade dos Principais Municípios Ofertantes– CEASA-ES, 2010.....	158
Gráfico 12 – Representatividade dos principais municípios capixabas de Destino das Mercadorias distribuídas via CEASA-ES, 2010.....	162

Gráfico 13 – Destino Comercial dos Alimentos Hortifrutis Distribuídos na CEASA-ES, 1978.....	178
Gráfico 14 – Destino Comercial dos Alimentos Hortifrutis Distribuídos na CEASA-ES, 2010.....	181
Gráfico 15 – ES: Média Mensal das Despesas Familiares, 2008 – 2009.....	204
Gráfico 16 – Brasil: Média Mensal das Despesas Familiares, 2008, 2010.....	205
Gráfico 17 – BRASIL: Domicílios particulares, por situação de Segurança Alimentar e Nutricional existente no domicílio, 2004.....	214
Gráfico 18 – ES: Domicílios particulares, por situação de Segurança Alimentar e Nutricional existente no domicílio, 2004.....	216
Gráfico 19 – Brasil e Espírito Santo: Situação de Segurança Alimentar e Nutricional nos domicílios particulares permanentes, 2009 (%)......	217
Gráfico 20 – BRASIL: Distribuição dos domicílios particulares em situação de Insegurança Alimentar moderada ou grave, segundo classes de rendimento mensal domiciliar per capita, 2009 (%)......	219
Gráfico 21 – BRASIL: Insegurança Alimentar por situação dos domicílios particulares permanentes 2004 e 2009 (%)......	224
Gráfico 22 – ES: Insegurança Alimentar por situação dos domicílios particulares permanentes 2004 e 2009 (%)......	226

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
1. O ALIMENTO À LUZ DA CIÊNCIA GEOGRÁFICA.....	24
1.1. IMPORTÂNCIA DA ALIMENTAÇÃO COMO OBJETO DE ANÁLISE.....	24
1.2. MULTIDIMENSIONALIDADE DO OBJETO DE ANÁLISE.....	26
1.3. A ALIMENTAÇÃO NA GEOGRAFIA.....	27
1.3.1. A ALIMENTAÇÃO NO ESTUDO GEOGRÁFICO DE POPULAÇÃO: BEAUJEU - GARNIER.....	36
1.3.2. A ALIMENTAÇÃO NA GEOGRAFIA POLÍTICA-AMBIENTAL: PORTO- GONÇALVES.....	40
1.3.3. A ALIMENTAÇÃO APREENDIDA PELO MÉTODO GEOGRÁFICO DE JOSUÉ DE CASTRO.....	44
2. GEOGRAFIA DOS ALIMENTOS NO ESPÍRITO SANTO.....	48
2.1. EXPOSIÇÃO DA PROBLEMÁTICA.....	49
2.2. CONSTATAÇÕES DA PRODUÇÃO À PROBLEMÁTICA DO ABASTECIMENTO ALIMENTAR ESTADUAL.....	65
3. GEOGRAFIA DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NO ES.....	69
3.1. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO CAPIXABA....	74
3.2. A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS HORTIFRUTIS NO ESPÍRITO SANTO.....	90
4. GEOGRAFIA DA DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS NO ES.....	112
4.1. O SISTEMA CEASA EM CENA.....	116
4.2. O ABASTECIMENTO URBANO ESTADUAL ANTERIOR AOS ENTREPOSTOS ATACADISTAS DA CEASA.....	123
4.3. O CIRCUITO ESPACIAL DA DISTRIBUIÇÃO VIA CEASAs – A CIRCULAÇÃO DOS HORTIFRUTIS NO ABASTECIMENTO URBANO ESTADUAL.....	128

4.4. O CIRCUITO ESPACIAL DA DISTRIBUIÇÃO DOS ALIMENTOS VIA CEASA-ES – ENTREPOSTO CARIACICA.....	146
5. GEOGRAFIA DA COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS NO ES.....	170
5.1. O PAPEL DOS SUPERMERCADOS NA COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS NA METRÓPOLE CAPIXABA E NA TRANSFORMAÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE HOMEM – ALIMENTO.....	187
5.2. DA COMERCIALIZAÇÃO E CONSUMO ATRAVÉS DAS FORMAS VAREJISTAS NÃO MODERNAS.....	194
6. GEOGRAFIA DO CONSUMO DE ALIMENTOS NO ES.....	200
6.1. A FOME E A (IN) SEGURANÇA ALIMENTAR NA POPULAÇÃO CAPIXABA.....	207
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	229
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	232
ANEXOS.....	237
APÊNDICES.....	245

INTRODUÇÃO

O período da modernidade, que data do início da revolução industrial até os dias atuais, caracteriza-se por um processo contínuo de expansão do domínio da mercadoria, e do consumo concomitantemente. Estes abarcam um conjunto cada vez mais amplo de elementos do cotidiano e da vida humana.

Dentre os elementos que passam a dotar de valor de troca, teremos não apenas os bens de consumo como se poderia imaginar, mas também o trabalho, a cultura, o bem estar, o lazer, que vão assim condicionar novas relações sociais, culturais e comportamentais entre os indivíduos. Aqui, de forma sucinta, vale apresentar um pouco mais sobre o processo de transição para o domínio da mercadoria que ocorre também no plano da alimentação de maneira geral, na qual embutida no discurso de ‘desenvolvimento’ e da globalização, resulta implicações peculiares e controversas a se manifestarem no espaço e na sociedade, do meio urbano e rural, a fim de reproduzir o cotidiano (produtivista) e as práticas sociais (convenientes), dentre elas o “comer”.

No que respeita a sociedade urbana, nota-se que esta guarda uma particularidade, construída ao longo das transformações da modernidade: o fato de dissociar por completo a produção do consumo de alimentos. Fato que demanda, de imediato, territórios agrários produtivos no entorno periférico das cidades, a fim de abastecer diariamente àquela população residente de comensais. Com efeito, se observa uma alarmante situação de vulnerabilidade alimentar na população, seja relativo aos preços, à disponibilidade e à qualidade dos gêneros alimentícios, além do vínculo de dependência rapidamente firmado para com os novos estabelecimentos comerciais, tendo em vista que as residências urbanas deixaram de produzir qualquer parcela da alimentação doméstica, para adquiri-la, em sua totalidade, a partir dos mercados.

Por outro lado, os territórios rurais, sob a atual divisão espacial do trabalho, seguem uma tendência a atender ainda mais os interesses dos centros urbanos, pois se situam como responsáveis pela atividade da produção de alimentos e matérias-primas à população, à indústria e aos demais setores da economia. Estas, balizadas

por interesses do abastecimento urbano e da exportação de *commodities* vão (re) definir os usos da terra, bem como a paisagem, os modos de vida, e o próprio cotidiano do meio rural, enquanto território especializado à produção comercial do alimento.

Adendo à realidade do Espírito Santo hoje, diferente de há quarenta anos, o Estado apresenta uma população predominantemente urbana, e ocupada no setor de serviços, cujo recentemente sobrepujou os demais (agricultura, indústria, construção civil) na geração da renda interna estadual. Consolida, pois no território e sociedade capixaba, um modelo urbano e produtivista de 'desenvolvimento' que se insere hierárquico, isto é, de 'cima para baixo', sobrevivendo de interesses longínquos do exterior, cujo reflete, noutras tantas, também nas características acima destacadas para o segmento da alimentação.

Contanto, este trabalho que tem como objeto de estudo o abastecimento urbano estadual de alimentos *in natura*, se coloca à empreitada de compreender à luz da geografia, esta atividade complexa e de primeira ordem social, sob o atual contexto socioeconômico do Estado. Afinal como defendido por Milton Santos, pensar acerca da produção ou consumo de determinada mercadoria, leia-se alimento, consiste um dos papéis dos geógrafos, pois se faz necessário adentrar e analisar todo circuito espacial de produção, que o mesmo encerra e oculta no cerne de uma atividade produtiva específica, como neste caso, considera-se o abastecimento urbano estadual. Enfim, a questão norteadora que este trabalho buscou a todo instante contemplar, pode ser expressa, conforme o próprio título da pesquisa generaliza e sugere, ou seja: ***qual é a 'geografia dos alimentos' hoje no Espírito Santo?***

Qual seja e, a fim de mitigar a complexidade dessa problemática, pode-se também destrinchar a questão norteadora, em várias outras mais específicas, cujas perguntas lançadas tornam-se mais objetivas. Porém num primeiro momento, as respostas tendem a nos contemplar apenas de forma parcial. Em vista disto, ***onde se localizam? Como decorrem? Como se realiza a articulação entre as instâncias produtivas (da produção, distribuição, comercialização e consumo) que conformam o atual circuito espacial e produtivo do abastecimento***

alimentar? De que maneira, os atores e os sujeitos deste processo, estão distribuídos no espaço geográfico do Estado?

Contudo, de caráter introdutório, o primeiro capítulo traça uma discussão estritamente teórica e conceitual que supõe a real possibilidade, bem como necessidade, do estudo da questão alimentar, à luz do método da ciência geográfica. Para tanto segue dividido basicamente em duas partes: na qual a princípio, trata-se sobre a universalidade e a multidimensionalidade que o conceito de alimento encerra, haja vista sua importância primária na vida dos homens e, com efeito, a complexidade que este tema guarda. Ainda que para muitos, o alimento anuncia-se como um objeto de estudo aparentemente dos mais simples e banal. Dando sequência, procurou-se nesse mesmo capítulo, realizar uma breve releitura bibliográfica diante de diferentes abordagens geográficas (clássicas e atuais) que contemplaram ‘sem desvios’ ou apenas tangenciaram o tema da alimentação dos homens. Isto posto, é com base nestes estudos, que se pretende apreender um pouco mais da essência do método propriamente geográfico. Bem como, colocar em discussão a carga de geograficidade que se acha intrínseca ao tema dos alimentos, visto que estes, em seu processo de produção, transformação, e consumo, desde sempre e até os dias atuais, movimentam o mundo e a sociedade como um todo, muito embora de forma desigual. Assim, indaga-se neste capítulo **como a questão alimentar seria também uma questão geográfica? Ou, qual a especificidade do método geográfico no estudo dos alimentos? Existe geograficidade na questão alimentar? Como a ciência geográfica contribui no estudo da alimentação?**

Após uma discussão geral sobre a alimentação dos homens, objeto de estudo desta pesquisa, no âmbito teórico e conceitual da ciência geográfica, o capítulo 2, por conseguinte, parte do intuito de apresentar e caracterizar, de forma empírica e com base em dados oficiais (mapas, gráficos e tabelas), o recorte espacial da área de estudo em tela, isto é, o Estado do Espírito Santo. Estando fundamentalmente vinculado ao atual contexto e cenário estadual, expõe-se no fato, a problemática do abastecimento urbano de alimentos *in natura* – cujo, grosso modo, condiz o caminho ao qual pretendemos seguir numa tentativa de abarcar a questão alimentar em sua devida amplitude, pois daí fomenta e norteiam-se as análises e questionamentos da

presente pesquisa. Tão logo, a explanação sobre os dados, objetiva basicamente dar visibilidade à essa problemática do abastecimento alimentar à escala estadual. Com efeito, inevitavelmente provoca-se mais uma vez sobre a relevância e a necessidade de a geografia e as demais ciências sociais também pensarem e contribuírem sobre esta complexa, porém pertinente questão.

Cabe ressaltar que, devido à abrangência e complicação do tema, para um estudo do processo de abastecimento urbano de alimentos em sua totalidade, isto é, da produção ao consumo, apenas por uma questão de método e para fins de análise, se propôs realizar neste trabalho, um estudo específico, ou, desmembrado, das instâncias produtivas (produção, distribuição, comércio e consumo). Estas, que no plano real, se realizam de modo articulado e interatuantes entre si e, com efeito, conformam o atual circuito espacial do abastecimento alimentar no Estado.

Destarte, quando nos capítulos seguintes se inicia de fato o desafio de compreender a problemática do abastecimento estadual, a fim de se permitir uma visão conjunta do real, a estrutura deste trabalho analiticamente segue a mesma organização e, conseqüentemente cada capítulo apreende de modo específico uma etapa produtiva.

No capítulo 3, portanto interna-se a discussão sobre o momento que teoricamente pressupõe e logo, dá início ao circuito espacial e produtivo do abastecimento urbano, ou seja, a etapa da produção propriamente dita dos alimentos. Ressalta assim de antemão, que esta referida instância da produção de alimentos *in natura*, faz-se fundamentalmente consubstanciada na agricultura familiar, seja em escala nacional ou estadual e, decorre sobremaneira nos territórios agrários, mais precisamente no interior das pequenas propriedades rurais do Espírito Santo.

No capítulo 4, o enfoque faz-se genericamente direcionado em compreender o circuito espacial da distribuição de alimentos no Espírito Santo. Para tanto, a análise se concentra específica sobre a dinâmica de circulação e transportes destes gêneros alimentícios, que predominantemente sucede balizada pelos entrepostos atacadistas das Centrais de Abastecimento – CEASAS. Nestas circunstâncias, os

mesmos são diariamente conduzidos do campo à cidade, ou respectivamente, dos espaços da produção aos espaços do comércio e do consumo.

No capítulo 5, por conseguinte, as análises convergem sobre a etapa da comercialização de alimentos *in natura*, outro fundamental elo na relação entre campo e cidade, assim como, da relação cotidiana entre produtores, comerciantes e consumidores. Nessa esteira, trata-se aqui exclusivamente das formas de comércio (modernas e não modernas) destes gêneros de primeira importância para todos os indivíduos, visto que inseridos na atividade do abastecimento, respondem por canalizar os produtos agrícolas das unidades produtivas ou distributivas (CEASAs) diretamente para os consumidores e unidades consumidoras em estudo (domicílios). De certo que um mesmo produto pode percorrer por diferentes canais de comercialização, conforme as condições do produtor, do consumidor final ou da ação de intermediários, têm que esta etapa da comercialização se apresenta bastante complexa, em sua dinâmica espacial e de funcionamento.

No capítulo 6 a abordagem discute brevemente a etapa do consumo de alimentos, que por sua vez, se realiza predominantemente nas urbes, embora diretamente tributário de todo esse circuito espacial e produtivo que cotidianamente lhe precede e, por conseguinte, têm sua origem no campo, mais precisamente nas áreas identificadas da produção de alimentos. Afinal, como já prediz a sabedoria popular, ‘se o campo não planta, a cidade não janta. Se o homem do campo não roça, o médico, artista ou operário, na cidade não almoça’. Isto posto, é nesta instância produtiva, que o abastecimento urbano, no fato se realiza e ganha real sentido, isto é quando se finda e, imediatamente reinicia todo o circuito de produção dos alimentos.

No entanto, é sabido que o alimento diferente das demais mercadorias, não se realiza socialmente no momento que, enquanto produto, transpassa o caixa ou o ‘checkout’ de algum estabelecimento comercial, para assim dar-se por cumprida a sua função econômica de mercadoria. Pelo contrário, antes de o valor de troca estar embutido no alimento, o mesmo guarda intrínseco um valor de uso, vital para espécie humana, e que se realiza socialmente apenas no momento de seu consumo

(ingestão), quando a população deveria se fazer alimentada, portanto, nutrida de forma universal.

Assim, este capítulo finaliza a discussão em torno da dinâmica do abastecimento urbano estadual, buscando colocar em evidência o atual cenário de Segurança e Insegurança Alimentar da população capixaba, a fim de contrapor o atual modelo de abastecimento urbano, colocando em questão a sua racionalidade.

Por fim nas considerações finais, retomamos a pergunta norteadora deste trabalho, buscando apontar algumas ponderações que merecem destaque em diálogo com o contexto atual.

O anexo por fim, não segue apenas como apêndice, mas como um estudo empírico que serviu como suporte à toda discussão trabalhada nesta pesquisa, portanto considera-o estreitamente complementar para um entendimento deste trabalho.

1. O ALIMENTO À LUZ DA CIÊNCIA GEOGRÁFICA

Este capítulo se propõe a discutir o tema da alimentação como rico objeto de pesquisa, e que por vezes é negligenciado ou passa despercebido pela Geografia, ficando a incumbência de seu estudo apenas a outras ciências que aparentemente se encontram mais próximas dessa temática.

Conceber a alimentação como objeto de análise pela geografia, não significa um caso comum, tampouco um fato expressivo diante da vasta gama de temáticas que são trabalhadas no âmago desta disciplina. No entanto, ao longo de sua evolução e consolidação enquanto ciência foram diversas as transformações (no perfil das análises, objetos e métodos) que permearam a história da geografia, assim como se transformaram concomitantes no decorrer dos tempos, as necessidades da sociedade. Nesse sentido, Paul Claval a respeito da história da geografia e do vasto campo de atuação do geógrafo, dissera que:

Os diferentes métodos que os geógrafos foram levados a adotar não se excluem mutuamente: são complementares. Não apareceram simultaneamente. Alguns tiveram durante algum tempo um papel predominante, a cartografia por exemplo. (...). A evolução da geografia não é marcada por paradigmas que se sucedem e eliminam, mas por uma série de temas cujas combinações se multiplicam à medida que a sua lista se alonga. A evolução da geografia reflecte vários debates intelectuais que, em cada momento, animaram o mundo ocidental; (...). A história da geografia só pode ser compreendida a partir do contexto intelectual, político e administrativo que caracteriza cada época. (CLAVAL, 2006, p.21-22).

Objetivou-se assim trazer à superfície e conhecimento geral, elementos que visam revelar o que se considera uma contribuição da geografia, em termos de estudos já realizados para o universo da alimentação.

1.1. A IMPORTÂNCIA DA ALIMENTAÇÃO COMO OBJETO DE ANÁLISE

O alimento compreende, assim como o ar e a água, elemento de primeira necessidade para qualquer ser humano, independente de cor, sexo, etnia ou classe. Sem exceções. Não por mera coincidência, a história da humanidade se mescla íntima à história da alimentação dos homens, onde a conquista pelo alimento diário

– recurso vital para sobrevivência e reprodução da espécie - desde sempre consistiu uma necessidade comum para todos os indivíduos e sociedades.

Historicamente, em uma análise geográfica interpela-se o espaço que é produzido pela ação dos homens sobre a natureza, na qual se resultam as diferentes formações socioespaciais. Essa explanação coloca o alimento como elemento central ao pensar sobre as bases de uma relação entre a sociedade e a natureza, na qual desde a pré-história, das primeiras civilizações até os dias de hoje, a alimentação representa o principal elo entre o homem e o seu meio natural. Ainda que não se tenha a devida proporção.

A evolução concomitante das técnicas e dos primeiros agrupamentos humanos que habitavam a Terra teve certamente como pano de fundo as demandas alimentares de cada indivíduo e coletividade. Na esteira dessas transformações as técnicas permitiram ao homem, em diferentes tempos e espaços, se adaptar e apropriar da natureza e de suas possibilidades, de maneiras distintas, mas para o mesmo fim – se alimentar. Daí o uso de técnicas e costumes comuns em regiões diferentes, e sob distintas temporalidades, como se faz evidenciado no caso da utilização do fogo para cocção dos alimentos, o desenvolvimento de diferentes modelos de agriculturas (terraços, alagados, diferentes irrigações), diferentes formas de preparo e conserva dos alimentos, etc., que revelam a unicidade que o alimento apresenta e sua relação e pertinência dentro da história humana universal.

No cerne das grandes civilizações, como o exemplo dos Incas e Maias na América, e dos Egípcios na África, a domesticação de plantas e animais - em outros termos agricultura e pecuária – e o domínio das técnicas adjacentes (irrigação, terraços, fertilização do solo, pastoreio, rotação de terras, etc), surgem da necessidade de garantia do alimento para as coletividades, o que revela, de imediato, a importância deste elemento universal, sendo suas conquistas resultantes no que hoje chamamos talvez de segurança alimentar. Essa mesma demanda por usos diversos do alimento, se fará presente em todos os períodos históricos da civilização humana sobre a superfície da terra, definindo e distinguindo culturas, hábitos, modos de vida,

espaços, tempos, valores, símbolos, significados, e mesmo determinando decisões políticas e econômicas de muitas nações do mundo.

Verifica-se então que, enquanto a planta e o animal vivem quase que passivamente diante da ação do meio (principalmente a planta), o homem reage ativamente e, com os materiais que esse meio lhe fornece, cria o seu meio artificial, o seu meio humano, ou cultural. Inventando o abrigo, a habitação, o vestuário, a alimentação adequada, etc. [...] Este privilégio de uma técnica inventiva e criadora, foi o que permitiu ao homem alargar progressivamente o seu horizonte geográfico até ocupar quase toda superfície da terra [...] (CASTRO, 1957, p.33).

Essa breve reflexão em torno do contexto ao qual está inserido o alimento no processo de humanização e socialização das civilizações, não pretende se alongar nas próximas linhas. Intentou apenas resgatar lembranças passadas e olvidadas e situar a alimentação como elemento central num outro enfoque possível para se pensar a evolução, formação e realidade das distintas sociedades da superfície terrestre na relação cotidiana com o meio natural.

1.2. MULTIDIMENSIONALIDADE DO OBJETO DE ANÁLISE

MAGALDI coloca que,

[...] ao procurar situar a alimentação sob o prisma que considera as conexões, interrelações e mediações constitutivas de um complexo geral que a estrutura, a motivação um eixo de pesquisa em geografia é a de 'tomá-la' de forma que ela não se reduza ao seu aspecto substancialista, isto é, objetivando e buscando problematizar a complexidade não-aparente desde um objeto aparentemente dos mais elementares. (2003, p. 649)

Pensar o universo da alimentação se faz também pensar o alimento em suas várias faces, funções e significados que representa o imo da civilização e de toda uma sociedade em sua pluralidade. Assim, para compreender e abarcar os sentidos que encerram o conceito do alimento em suas relações são necessários saberes que rompam com as atuais fragmentações e especializações do conhecimento. Josué de castro, em fins da década de 30 já chamava atenção para tal fato:

Trabalho sobre alimentação – suporte de toda matéria viva de que o ser vivo lança mão para conservar seus atributos vitais – tem que abranger variados aspectos da questão. O problema da alimentação é vastíssimo

como disse Dastre - ele é culinário e gastronômico, mas também econômico, social, higiênico, médico, e até moral. (CASTRO, 1939, p. 16)

Abarca, assim, o estudo da alimentação, capítulos de biologia, de antropologia, física e cultural, de etnografia, de patologia, de sociologia, de economia política e mesmo de história. Esta extensão do problema, exigindo para sua solução conhecimentos verdadeiramente enciclopédicos, conduziu os cientistas ao sentido da cooperação do trabalho, aos estudos em conjunto, em harmonia de métodos e princípios (...). Dentro do estudo da alimentação, formam-se, assim, especializações orientadas para o seu estudo fisiológico, sua expressão sociológica, sua repercussão nos domínios da antropologia, suas aplicações terapêuticas, etc. (CASTRO, 1937, p.23)

Diante da fertilidade associada à complexidade que permeia a temática alimentar, fica evidente a necessidade de o tema ser analisado e apreendido em sua total complexidade, muito embora os trabalhos desenvolvidos na atualidade representem, em sua maioria, estudos parciais que expõem uma discussão unilateral sobre o alimento, não contribuindo desta forma para uma interpretação do conjunto ao qual o alimento está inserido.

Por fim, sobre o caráter multidimensional dessa necessidade compreendida pela alimentação, procurou aqui destacar que a mesma, no cotidiano e, não se limita apenas à sua função básica e adjacente de nutrir, mas com efeito, implica também à sua função social, econômica e cultural na vida social dos indivíduos.

1.3. A ALIMENTAÇÃO NA GEOGRAFIA

Por seu aspecto universal, a alimentação se revela presente, de modo integral, à vida de toda pessoa, assim como à cultura de base de todos os povos e civilizações que habitam o planeta Terra. Tomamos assim como ponto de partida o alimento, cujo juntamente com o ar e a água, responde como elemento vital, ou seja, de primeira necessidade para qualquer ser humano, independente de cor, gênero, religião, classe ou etnia, enfim, sem exceções, afinal, todos precisam comer. Para Castro (1957, p.45), “A história da humanidade tem sido, desde o princípio, a história de sua luta pela obtenção do pão-de-cada-dia.” ora, pois não apenas por mera coincidência, a história e toda a evolução dos homens se mescla íntima com uma história da alimentação.

Desta maneira, para o plano do indivíduo, fica evidente que a alimentação se revela universal, pois, compreende antes e sob quaisquer condições, um fenômeno biológico, orgânico, ou seja, íntegro da natureza humana.

Visualizou-se, portanto daí que os alimentos, enquanto meio de vida essencial, diferenciam-se com propriedade dos inertes objetos ou mercadorias. De pronto, por seu valor de utilidade latente para com a nutrição e subsistência dos seres humanos, uma vez que, são vitais para o funcionamento do organismo, haja dito que como fontes de energia e nutrientes, respondem pelo preenchimento de uma necessidade humana básica.

Assim, para um estudo da questão alimentar em sua totalidade, consiste tarefa primeira, apreender o que representa o alimento, para os homens e sociedades, sob o ponto de vista biológico e nutricional que o mesmo encerra. Com esse mesmo intuito, Josué de Castro, médico e geógrafo pernambucano, apresentou uma definição inicial da alimentação sob um prisma biológico e nutricional, como sendo,

[...] o total de processos por meio dos quais os seres vivos recebem e utilizam os materiais exteriores necessários à manutenção da vida. Na realidade, os fenômenos vitais não são efeitos de uma atividade puramente interna; é, ao contrário, a resultante da ação recíproca entre a matéria viva e o ambiente, donde as duas condições essenciais de vida, uma interna, que é a organização celular e outra externa, que é a existência de um meio conveniente. Deste meio exterior, retira o ser vivo os alimentos, suporte de toda matéria e energia de que lança mão para sua conservação e funcionamento. Tudo, assim, no ser vivo toda a sua matéria e toda a sua energia, provêm dos alimentos, e é por isso que a alimentação é a mais imperiosa das necessidades vitais, sendo a nutrição o atributo essencial da vida – a própria vida, como dizia Dastre. (CASTRO, 1937, p.31).

Nessa passagem, a par da função essencial da nutrição aos seres vivos, sendo essa uma condição básica à vida, CASTRO vaticinou entrelinhas, também sobre a relação do homem com o seu meio ambiente, intrínseca no simples e corriqueiro ato do alimentar. Pois, é da relação direta com a natureza, com o meio ambiente que os circundam, que os homens, de início e até hoje, cultivam e retiram os alimentos.

Ainda, nota-se dessa referida passagem, que especificamente no ato do alimentar, a dualidade homem - natureza se realiza de forma complementar, pois internalizamos, corporificamos o alimento, que *per si*, é um produto do meio externo, como da interação humana com este, assim também o serão as suas características e suas

propriedades elementares. Também nessa linha, sobre a função orgânica da alimentação, CLAVAL (1999), geógrafo de origem francesa, colocou acerca dos diversos nutrientes e propriedades que nosso corpo diariamente carece e, logo, naturalmente absorve a partir do ato da ingestão e digestão dos alimentos, os quais como fonte primária dessas substâncias e nutrientes vitais, condicionam o funcionamento regular do organismo, e, portanto,

A alimentação traz aos homens a água, os elementos minerais e as matérias orgânicas necessárias a manutenção, renovação ou ao crescimento de seus tecidos, e a energia indispensável a suas atividades e a conservação da temperatura uniforme de seu organismo. Os glucídios são as grandes fontes de energia, mas os lipídios desempenham um papel muito próximo; as proteínas são indispensáveis a constituição das células do corpo humano. As que são de origem vegetal não contem todos os elementos úteis – e a objeção feita aos regimes puramente vegetarianos. Pequenas quantidades de cálcio, de fosfatos, de iodo, e uma gama complexa de vitaminas são indispensáveis ao equilíbrio alimentar. (CLAVAL, 1999, p. 256 - 257).

A discussão sobre o conceito do alimento rumo, a partir dessas linhas, para além do campo biológico ou nutricional, haja vista que se fez compreendido um pouco do aspecto primordialmente orgânico e universal, que guarda a alimentação nossa de cada dia, para com a vida de toda pessoa e sociedades.

Retirou-se, portanto, desse plano inicial das idéias acerca da alimentação, apenas a essência, ou seja, o valor de utilidade latente inerente aos recursos alimentares para com a espécie humana, assim como seu respectivo valor universal, pois, consiste um fato pertinente para toda a humanidade.

Não obstante, concorda-se plenamente com CLAVAL, quando o mesmo cita que, “Alimentamo-nos para viver, mas as razões pelas quais os homens dão tanta importância ao que comem e bebem, e lhe consagram uma parte importante de seu tempo, de sua energia e de suas rendas, não são todas resultado da fisiologia.” (1999, p.256)

Com o foco centrado nos alimentos, enquanto elemento intermediário nas relações entre a sociedade e a natureza considerou, portanto, que os mesmos, representam, sobretudo hoje - quando vivemos cada vez mais divorciados e logo, distantes de

uma interação com a natureza – um elo permanente, uma espécie de cordão umbilical do homem com o seu meio ambiente.

Sendo, a relação do homem com o meio, a base comum do pensamento geográfico, Josué de Castro, desta vez em diálogo com o historiador e geógrafo francês Lucien Febvre, explicita objetivamente, como a dinâmica do mundo botânico que, constitui-se o principal fornecedor direto e indireto de recursos alimentares aos seres vivos, coloca-se em primeiro plano à possibilidade da adaptação humana sob os distintos territórios do planeta.

Para tanto, como condição geral da vida, juntamente com a água, e o ar (temperatura e pressão), tem-se também os alimentos, primeiramente as espécies vegetais, já que o reino das plantas pressupõe a vida animal, como mencionado na citação abaixo. Este conjunto de condições especiais de vida (água, ar e alimento) do meio natural externo, orientou e orienta a localização geográfica do meio vital, ao crescimento e reprodução das espécies, aqui inclusa também, a espécie humana:

A planta é o verdadeiro intermediário entre o mundo orgânico e o inorgânico, diz Lucien Febvre. Realmente, é o vegetal que suga do solo – pelas raízes – os elementos dispersos no meio natural, e aspira silenciosamente do ar a energia de irradiação que nele circula, para criar através de reações sintéticas os elementos complexos: albuminas, hidratos e gorduras, que o animal utiliza posteriormente, para manutenção da vida. Só as plantas têm essa capacidade criadora, constituindo como verdadeiras manufaturas vivas de alimentos, o suporte de toda a vida na superfície da terra. O animal, apesar de aparentar em suas reações explosivas muito mais vida, não é capaz desse mesmo prodígio – a criação da matéria viva a custa de elementos inorgânicos. É por isso que o homem, apesar de sua ubiquidade, como animal que é, depende sempre do mundo vegetal e, por seu intermédio, do meio físico ambiente. Apesar de sua grande ubiquidade, o elemento humano não se pode estender na superfície da terra, senão onde floresce a vegetação, porque, em sua última análise, ele tem que ser sempre um vegetariano, seja utilizando diretamente os alimentos vegetais, seja indiretamente, alimentando-se de outros animais que se formaram à custa do mundo vegetal. É ainda Febvre que demonstra com mais eloquência essa dependência, mostrando que a vida do homem nas regiões polares não é mantida pela rena que aí habita, mas pelo líquen, alimentação precária, mas suficiente para sustentar a vida da rena. (CASTRO, 1937, p.114)

A partir dessa constatação compartilhada por CASTRO, na qual sutilmente transparecem raízes de suas influências geográficas Vidalinas (Paul Vidal LaBlache) e Sorreanas (Maximilien Sorre), visto que expressa seu pensamento sob uma

relação de interações ativas e contínuas entre o homem e o meio, que situa então nesse contexto, a alimentação como força motriz desse processo de adaptação homem – natureza. Assim, para Castro (1957, p.33) “[...] o homem reage ativamente e com os materiais que esse meio lhe fornece, cria o seu meio artificial, o seu meio humano, ou cultural. Inventando o abrigo, a habitação, o vestuário, a alimentação adequada, etc.” Sobretudo por meio da técnica, que permite progressivamente aos homens, um alargamento do horizonte geográfico, do espaço transformado, compatível assim com as necessidades vitais dos grupos que nele habita.

Nessa mesma trajetória de raciocínio, PORTO-GONÇALVES (2006), assinala para a estreita relação da dinâmica de distribuição geográfica das plantas, do mundo botânico (aqui considerando como recursos alimentares aos seres vivos) em paralelo a distribuição espacial das populações na superfície terrestre do globo. Como aponta o autor, e novamente procuramos destacar, a alimentação, a garantia do alimento diário, ao indivíduo e ao coletivo, por meio do domínio e controle do processo de produção-reprodução dos alimentos – isto que hoje, rotulamos como soberania e segurança alimentar dos indivíduos, povos ou territórios - representou na antiguidade o cerne desse processo de hominização e, com efeito, uma condição primeira para a formação dos grandes aglomerados humanos e, uma contínua humanização das paisagens naturais.

“[...] as plantas têm, por sua própria natureza, o caráter de fixar a energia num duplo sentido: (1) ela fixa a energia enquanto clorofila e (2) por ser fixa no sentido geográfico da captação, ela depende da incidência de radiação solar que, por sua vez, está condicionada pela posição geográfica, ou melhor, pela exposição ao sol em função da latitude e, no detalhe, da conformação das encostas face a essa exposição. A enorme produtividade biológica primária das regiões tropicais – biomassa por área – tem relação direta com a disponibilidade de energia solar e, recentemente, os produtores de soja vem assinalando a importância desse fator. Não menosprezemos, pois, os efeitos políticos e culturais que daqui derivam, posto que as plantas, sendo fixas geograficamente na captação de energia, os animais, espécie humana incluída, por sua própria natureza vão buscá-los se auto-movimentando ou fazendo com que essa energia se movimente até o destino que determinem. [...] é preciso considerar que os humanos se fizeram (e se fazem) enquanto humanos (hominização) se movimentando em busca da energia-alimento tal e como a natureza, com sua produtividade ecológica própria, assim o distribui ao sabor de sua geografia.” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.215 - 216)

Paul Claval enriquece essa fértil discussão, da alimentação enquanto mediação das relações do homem e do meio, apontando também ao domínio da técnica, que se desenvolve e evolui no decorrer dos contínuos processos adaptativos da espécie humana, da formação dos habitats, das aglomerações humanas e dos territórios, compreendendo, portanto, parte da história da civilização e, também, dos “homens à mesa”, uma vez que

As relações ecológicas dos homens com seu ambiente exprimem-se diretamente nos consumos alimentares: os grãos, os legumes, as frutas, a carne e os laticínios vêm de terras cultivadas ou de pastagens; a colheita traz os cogumelos e certas plantas utilizadas para aromatizar a cozinha; o peixe e a caça resultam da apropriação efetuada na fauna natural. Os produtos alcoólicos são resultado da fermentação de grãos ou de frutas; a água é consumida natural ou aromatizada com folhas ou frutos que repousaram em decocção ou foram objetos de infusão. Os produtos que a natureza oferece espontaneamente são, na maior parte dos casos, impróprios para o consumo. O homem imaginou então uma gama variada de técnicas para produzir abundantemente os gêneros que pudesse ingerir, e transformá-los em apetitosos. (CLAVAL, 1999, p. 255).

A evolução concomitante das técnicas e dos primeiros agrupamentos humanos que habitavam a Terra, certamente teve como pano de fundo, as demandas alimentares de cada indivíduo que, na esteira dessas transformações, veio possibilitar ao homem, em diferentes tempos e espaços, se relacionar com a natureza por suas múltiplas possibilidades. Assim, seguindo PORTO-GONÇALVES, dessas diferentes, técnicas e práticas que foram desenvolvidas de forma independente por cada povo, e civilização nas diferentes localidades, sempre estiveram, no entanto direcionadas primeiramente para o mesmo fim, garantir a subsistência diária do indivíduo e dos grupos humanos.

“A alimentação é uma questão-chave para a reprodução das espécies, tanto quanto o acasalamento e a proteção (abrigo) dos filhos constituindo habitats e hábitos, territórios e culturas. Toda evolução da vida se dá por meio das cadeias alimentares e tróficas, assim como da constituição dos habitats e hábitos, e depende da radiação solar para a produtividade biológica primária líquida (fotossíntese). O sucesso de qualquer espécie animal depende, portanto, de como resolve a questão da alimentação, do abrigo e proteção por meio da constituição de seus habitats e de seus hábitos.”. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.207)

Sendo assim, da utilização de técnicas voltadas à garantia do recurso alimentar, se revelam práticas comuns, que, no entanto, foram aplicadas em regiões geográficas diversas em diferentes períodos ou contextos, como da utilização dos instrumentos de caça e pesca; das ferramentas e práticas agrícolas construídas e aperfeiçoadas conforme às localidades e às culturas para o êxito da produção; e até mesmo ao domínio do fogo, propriamente para a cocção dos alimentos, se insere nesse contexto. O fogo, e o uso do mesmo sob diferentes contextos, e, com efeito, de maneira independente por civilizações distintas, assinala as diversidades culturais que urgem de diferentes processos de adaptação do homem ao meio que o mesmo habita.

Analizando apenas acerca da mediação alimentar, o domínio do fogo, que primeiro foi utilizado para cozer os alimentos, depois para outras finalidades, registrou um marco transitório na história da alimentação dos homens. Visto, que “há 500 mil anos o homem teria dominado o fogo, diferenciando-se de forma definitiva de seus ancestrais homínídeos, que ainda viviam num estado de animalidade. [...] Daí a se afirmar que a cozinha faz o homem, e que tanto um como o outro têm 500 mil anos”. (MAZOYER & ROUDART, 2010, p.30), e essa passagem, do cru ao cozido, embora guarde contradições, como para o *sushi* (*peixe fresco, consumido cru*) dos japoneses, de fato simboliza a evolução de muitas civilizações. A partir do domínio do fogo, também evoluem e transformam-se as práticas culinárias diversas que dão origem por sua vez à cozinha. Nesse bojo o comportamento alimentar dos homens, os hábitos, as dietas, as restrições, etc, logo se conformam as tradições locais que variam para cada sociedade, e de imediato revela também, o aspecto social, simbólico e cultural, que vão além do plano biológico e nutricional, muito difundida por uma visão parcial da alimentação, apenas como fonte de energia, quilocalorias e subsistência.

Outra prática comum que serviu como base sólida a evolução de quase todos os povos e, que também ocorreu fomentada sobre técnicas, espaços e tempos diferenciados, logo resultando em práticas distintas de povo para povo, região ou período de tempo, ainda que para a mesma finalidade, essencialmente de garantir a alimentação dos indivíduos e coletivos humanos,

[...] a agricultura se apresenta como um conjunto de formas locais, variáveis no espaço e no tempo, tão diversa quanto às próprias observações. No entanto, apesar dessa diversidade, observa-se também que as formas locais de agricultura, praticadas numa região, numa época determinada, se parecem suficientemente para serem aproximadas e classificadas numa mesma categoria. Mas, se ampliarmos essas observações e a seguirmos por mais tempo, discerniremos então formas de agricultura muito diferentes, que devem ser classificadas em outras categorias. (MAZOYER & ROUDART, 2010, p.71)

No seio dessa ubiquidade de formas diversas de agriculturas, convergem-se as mesmas sob um conteúdo comum, expresso na função de satisfazer direta (autoconsumo) ou indiretamente (compra/escambo) à demanda crescente e contínua, por alimentos, aos indivíduos e sociedades. Não por menos, sejam as diversas técnicas de agriculturas, as práticas humanas mais difundidas em todos os continentes e, daí também sua representatividade no cerne da história mundial dos homens. Sem alongar muito pois, esta atividade persiste até os dias atuais como base, para qualquer nação, sociedade ou pequeno agrupamento de pessoas, visto que da própria etimologia da palavra agricultura, [*ager (campo, território) e cultūra (cultivo)*], que vem do latim e, no sentido estrito remete a ‘cultivo da terra’ ou ‘cultivo do solo’, de fato, é daí, desse labor na terra sob numa estreita relação homem – meio que, provêm a nossa subsistência, o nosso alimento de cada dia.

Para apreendermos algumas abordagens geográficas já realizadas para o tema da alimentação, é preciso adentrar um pouco mais a fundo propriamente na geografia e suas atinentes ramificações. Assim, nota-se que no seio da ciência geográfica há uma série de segmentos que se propõem a analisar a realidade a partir de determinados elementos geográficos: grosso modo, por exemplo, a geografia urbana e a rural direcionam suas investigações a partir da cidade e do campo respectivamente, a geografia de população parte da distribuição e dos indicadores diversos das massas humanas sobre a superfície terrestre, a geografia econômica, a política e a social concentram suas análises nas relações sociais a par de diferenciações regionais, a cartografia junto com os sistemas de informação geográfica (SIG) lidam com dados estatísticos, produção de mapas e representações dos espaços, entre outras. Também existem as ramificações geográficas que buscam compreender a organização e evolução dos espaços naturais da superfície terrestre: assim temos a geologia e a pedologia que

contemplam o relevo e o solo, a biogeografia para o estudo dos biomas e sua distribuição de maneira sistêmica no globo, a hidrografia e a oceanografia, ou talassografia, no viés das redes hidrográficas e mares, a climatologia abarcando os fenômenos atmosféricos, entre outros. Compreende-se assim a noção de síntese, intrínseca à ciência geográfica, que em sua amplitude abrange análises diversas, que se relacionam com demais áreas e disciplinas do conhecimento.

Acerca das ramificações da geografia, Olivier Dollfus (1973) em sua obra - A análise geográfica - também trata da questão em paralelo ao método da geografia, quando coloca que

[...] no vasto domínio do espaço terrestre, explorado e iluminado pelos feixes luminosos de outras disciplinas, o geógrafo atribui o primeiro lugar em sua pesquisa às relações entre a localização, a organização e a diferenciação espaciais. Classifica as estruturas organizadoras do espaço e decompõe os sistemas que as regem; estuda a intensidade dos fenômenos e a densidade das populações, o volume das cargas transportadas e das trocas, depreende o significado dos limites e das descontinuidades que retalham o espaço, busca o sentido das evoluções. Dentro desta perspectiva, existe certa unidade, devido à convergência dos procedimentos dos geógrafos; entretanto esta unidade não exclui a diversidade dos temas e dos ângulos de abordagem. Esta diversidade é que conduz necessariamente os geógrafos à especialização neste ou naquele ramo da geografia. (DOLLFUS, 1973, p.10).

Tal explanação se faz no intuito de esclarecer que, na maioria das abordagens aqui trazidas por nós para a discussão, embora sejam todas propriamente de geógrafos, não se apresentam divergências e congruências no que tange as possíveis formas de apropriação do tema alimentação, que variam de acordo ao objetivo da abordagem, a metodologia aplicada, bem como o segmento da geografia em que se norteou o trabalho tratado. Com base nesses apontamentos, notar-se-á mais adiante como esta temática em cena – a alimentação, tão fértil e de singular importância à humanidade, tem sido “negligenciada” pela ciência geográfica e pelos geógrafos, sendo assunto periférico e/ou trabalhado de maneira indireta na parte maior das obras analisadas.

1.4. A ALIMENTAÇÃO NO ESTUDO GEOGRÁFICO DE POPULAÇÃO: BEAUJEU-GARNIER

Como parte inicial de nossa análise, debruça-se sobre uma abordagem geográfica para o tema do alimento, pelo segmento da geografia de população, trazidas a público pela geógrafa francesa Jacqueline Beaujeu-Garnier em sua obra intitulada *Geografia de População*, de 1980.

Partindo do princípio do alimento como gênero de primeira necessidade, vital para todos os habitantes da superfície terrestre e, sendo as demandas alimentares intrínsecas a natureza e cultura humana, grosso modo, se faz pertinente e inerente uma abordagem para alimentação do âmbito de uma geografia de população. Tampouco, vale acrescentar a relação direta da temática alimentar implicada na saúde, qualidade de vida e quadro socioeconômico tanto de um povo como de uma nação e que, conseqüentemente se refletem nos indicadores demográficos analisados pela autora e os demais estudiosos deste segmento da geografia.

Em suma, na obra *Geografia de População*, BEAUJEU-GARNIER (1980) se propõe a um estudo em escala mundial, acerca da distribuição populacional em conjunto com uma análise dos aspectos e indicadores demográficos mais gerais que caracterizam as diversidades e desigualdades entre os grupos humanos e, apontam as heranças passadas e as tendências futuras para aquele contexto do período.

No que compete nossa análise de como se insere o tema do alimento na abordagem geográfica, pelo viés de uma geografia de população, notamos que o fato de nessa referida obra não haver uma parte ou capítulo destinado à alimentação própria e exclusivamente, não significa ausência ou negligência total para a importância da temática no interior da proposta em estudo – a população.

Durante suas análises dos indicadores demográficos, a geógrafa por vezes tangencia a problemática alimentar, buscando referências e conexões que venham somar numa explicação geográfica para a dinâmica da população na relação com o meio regional que habita. Como breve exemplo dessa abordagem adotada pela autora, citamos a passagem em que se discutem os indicadores de natalidade e

fecundidade em paralelo a uma determinada dieta alimentar regional, quando ela coloca em evidência a experiência dos povos asiáticos:

Seja como for, do consumo de arroz parece resultar importantes consequências demográficas. Esse extraordinário cereal, tão tolerante quanto às condições do solo e do clima que lhe são oferecidas, e que, por acre, produz duas ou três vezes e meia mais do que o trigo, tem permitido incrível superpovoamento entre os seus consumidores no Extremo Oriente. O arroz não é só o cereal que permite que o maior número de pessoas evite a morte pela fome, no menor espaço; deficiente como é em proteínas, pode, entretanto, proporcionar à mulher uma dieta que a predispõe à fecundidade; pode, além disso, ser consumido até pelos bebês, quer como mingau quer como massa, possibilitando-os a sobreviver e, portanto, de serem desmamados cedo de modo a ficarem as mães prontas para nova concepção. A mulher asiática quase sempre dá a luz uma vez por ano; isso raramente se dá com a mulher africana. (1980, p.142)

Vale notar que o contexto desses escritos se referiu à realidade vivida na Ásia das décadas de 70 e 80, e também explicar que a monotonia da dieta alimentar para o período, cuja alimentação se baseava no consumo exclusivo do arroz, e se fazia, sobretudo para as grandes massas de população pobre, sem acesso a outros tipos de alimentos, como menciona a autora num momento anterior, “o suprimento de alimento não depende das possibilidades oferecidas pelo ambiente natural, mas, também, do padrão de vida.” (1980).

Há outras passagens também nesta mesma obra, na qual podemos extrair trechos em que a autora tangencia a questão alimentar. Aqui, segue uma abordagem indireta onde se relaciona a concentração demográfica rural elevada, em áreas de técnicas agrícolas mais evoluídas, e maior capacidade produtiva de alimentos:

Algumas populações essencialmente rurais, entretanto, adquiriram tal habilidade na exploração do solo que a densidade alcança valores mais elevados. Basta associar a criação de animais e o uso de esterco na cultura do solo para que a agricultura se transforme completamente. Assim na África Central, as tapadas regularmente esterçadas, produzem uma colheita por ano; as encostas das montanhas do Kabre, em forma de terraços, também regularmente adubadas, apresentam densidades populacionais de 100 a 200 pessoas por quilometro quadrado. (BEAUJEU-GARNIER, 1980, p.56)

E mais adiante, a geógrafa estreita a relação entre a agricultura e a população, chamando a atenção para vulnerabilidade a crises demográficas e alimentares de forma conexa, nas sociedades de economias primárias, de subsistência advinda do labor da terra:

Toda comunidade baseada numa economia de subsistência está inteiramente sujeita aos riscos da colheita; a mais leve aberração climática ou o ataque de doença ou praga reflete imediatamente na ingestão do alimento e, depois, no índice demográfico. Na parte central da Índia há um ditado que diz: 'Um ano em três, tem-se colheita fraca; um ano em sete, fome'. Em todas as formas de exploração rural até aqui tratadas, pode-se dizer que a população vive essencialmente do que o solo local produz. (BEAUJEU-GARNIER, 1980, p.57)

A par dessas abordagens indiretas e parciais já expostas - como algumas nos trechos acima - nas quais a autora por vezes menciona e relaciona o tema da alimentação à sua problemática demográfica central, também aborda nesse livro – de forma mais direta o tema da alimentação, mas infelizmente, já numa perspectiva de conclusão da obra – a alimentação sob o pano de fundo das desigualdades, na qual referencia o geógrafo brasileiro Josué de Castro, e aponta ao debate alguns dados da época que expressam as desigualdades regionais, que se traduzem perversas quando se tratam de fundamentais - como no caso da alimentação - e mercantis ao mesmo tempo.

O grito de alarme dado por Josué de Castro em seu livro *Geografia da fome* foi provocado pela trágica verdade de que quase metade da população do mundo é subalimentada quantitativa e, sem dúvida qualitativamente. Toda a população da Ásia – exceto do Japão, dos países soviéticos e da Turquia – de grande parte da África, dos Estados latino-americanos do noroeste da América do Sul e de parte da América Central ingerem, diariamente, menos de 2.200 calorias, segundo estimativas oficiais. Mais da metade da população do mundo (no sul da Ásia e no Extremo Oriente) dispõe de apenas a quarta parte de seus recursos alimentares (13% dos alimentos animais do mundo e 44% dos alimentos vegetais), enquanto os países mais favorecidos, que contam apenas 29% da população (Europa, América do Norte e Oceania), têm 57% dos recursos alimentícios (69% dos alimentos animais e 38% vegetais). Até essa miserável ração é obtida com dificuldade. Enquanto nos Estados Unidos o custo da alimentação representa apenas 17% do orçamento de uma família e na Europa 33%, na Índia a cifra é 80%. Dadas as magras rendas, a despesa é, portanto, ônus esmagador. (BEAUJEU-GARNIER, 1980, p.401.)

Ainda mais crítico, compete à passagem em que trata da relação entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, na qual a autora coloca o alimento inserido no mercado mundial de exportações na escala de mundo, em par das práticas comerciais unilaterais, a fim de expressar essa contradição que permeia a necessidade e distribuição alimentar, sobretudo nos países subdesenvolvidos:

O primeiro cuidado dos países privilegiados deve ser, evidentemente, providenciar que seus desafortunados semelhantes não morram de fome. É realmente chocante constatar que, enquanto gente está morrendo de fome na Ásia, lavradores americanos estão sendo pagos para deixar parte de suas terras sem cultivo, a fim de ser quantitativamente reduzida a colheita. Mas não existe uma economia mundial, e o excesso de produção de um país somente pode alimentar outros povos através de mecanismos muito complexos. (BEAUJEU-GARNIER, 1980, p. 416).

Também nesta referida parte dedicada a alimentação enquanto elemento de desigualdade fundamental, a autora aborda a miséria e a fome a partir de análises do êxodo rural e dos espaços urbano e agrário; assunto bastante pertinente para época e quiçá também aos dias atuais, quando o campo e a cidade vivenciam e conhecem tais dramas sociais.

O deslocamento dessa gente em atroz miséria e sua transferência para as cidades, podem aliviar a fome por que passa; mas, muitas vezes, servem apenas para aumentar a incidência de doenças oriundas da subnutrição. [...] É, além disso, difícil reparar o dano fisiológico causado por sérias deficiências que têm passado de uma geração para outra. Melhor alimentação para as crianças, contudo, conduz a um rápido progresso e à óbvia melhoria na saúde geral dos indivíduos. (BEAUJEU-GARNIER, 1980, p.402).

Para este clássico da escola de geografia francesa, observa-se de imediato, a transversalidade e relevância dessa temática da alimentação nas relações e análises elaboradas pela autora para estudo geográfico de população, ainda que expressas de forma tímida, ou mais periférica e pouco aprofundadas. Mesmo assim, fica claro sua preocupação em contemplar a alimentação aos olhos e métodos da geografia de população, fato este que não se faz comum, mesmo havendo uma estreita e direta relação da dinâmica alimentar mundial com a natureza do indivíduo e concomitantemente com sua distribuição e condição socioeconômica no globo. Para autora, no estudo da população

[...] como geógrafos, podemos dar nossa contribuição ao estudo dessas questões apaixonantes e difíceis. Se o demógrafo mede e analisa os fatos demográficos, se o historiador traça sua evolução, se o sociólogo procura suas causas e sua repercussão através da observação da sociedade humana é função do geógrafo descrever os fatos no contexto de seu ambiente atual, estudando também suas causas, suas características originais e possíveis consequências. (BEAUJEU-GARNIER, 1980, p.08).

Por fim, cerramos a essa investigação de abordagem do método e contribuição geográfica, dada nos estudos de população aqui analisados, para o tema do alimento, ficando assim percebido que a autora de maneira rasa e indireta contempla sim a questão alimentar em seus estudos e, no entanto, sendo seu enfoque principal a compreensão dos movimentos e evolução das massas humanas ao longo da superfície terrestre. Observa-se tão logo, que poderia ter se explorado mais ainda tamanha relação direta entre as temáticas – alimentação e população, o que não ocorreu certamente devido sua proposta central de método estar fundada na interpretação e comparação dos indicadores demográficos e suas causas e efeitos, donde aí sim a alimentação emerge por diversas vezes como parte da problemática ou como por vezes foi tratada, como parte da solução de determinadas problemáticas.

1.5. A ALIMENTAÇÃO NA GEOGRAFIA POLÍTICA-AMBIENTAL: PORTO-GONÇALVES

Nesta parte, procura-se apreender outra abordagem para o tema da alimentação, também no seio da ciência geográfica, porém desta vez no plano de uma análise pela geografia socioambiental, desenvolvida por Carlos Walter Porto-Gonçalves no seu livro 'A Globalização da natureza e a natureza da globalização, 2006'. Uma obra extensa, de discussões complexas e abrangentes, dividida em cinco grandes partes, na qual uma parte inteira – Fome e Meio Ambiente - o autor se propõe a discorrer sobre a temática da alimentação.

Para tanto, o geógrafo contempla nesta parte, uma multiplicidade de temas e relações diretas em que o alimento se apresenta passível e carente de análises, sobretudo geográficas. Suas discussões geográficas almejam traçar uma ampla e conexa visualização para o tema do alimento, o que nos coloca uma gama de interpretações e abordagens, ambientais, sociais, teóricas, empíricas e estatísticas, etc.

Diante disso, nos limitaremos aqui a pautar pequenos trechos da obra, brevemente comentados que fundamentam sua abordagem e método para a questão alimentar

no interior de seu debate central colocando em cena a importância holística e vital desta temática, no plano da sociedade e dos indivíduos.

Assim, para tomar o alimento e o comer, numa perspectiva global pela geografia, e apontar para a dinâmica de sua produção, distribuição e consumo, bem como para os mercados e políticas mundiais que se desenvolvem em torno deste gênero de primeira necessidade ao qual estamos todos submetidos. O trecho aqui apresentado adentra aos dados de produção e comercialização dos principais grãos que compõem a base da dieta alimentar mundial, para fundamentar uma discussão teórica central na qual o autor desentranha o discurso vigente da globalização e desnaturalização da natureza fincado na racionalidade que acompanha a modernidade.

Há uma enorme concentração de poder em alguns países e algumas poucas surpresas controlam a produção dos quatro principais grãos – trigo, arroz, milho e soja. No ano de 2001, apenas cinco países – Estados Unidos, Canadá, França, Austrália e Argentina – eram responsáveis por 88% das exportações mundiais de trigo. Tailândia, Vietnã, Estados Unidos e China representam 68% de todas as exportações de arroz. No caso da soja, apenas três países - EUA, Brasil e Argentina – são responsáveis por 82% da produção mundial. No milho a concentração é ainda maior, com só os Estados Unidos responsáveis por 78% das exportações e a Argentina por 12%. (p.218)

Um mercado mundializado (commodities) como o de grãos impõe à agricultura um elevado padrão científico e tecnológico tornando-a extremamente dependente do capital, bastando observar que, excluída a terra, são os fertilizantes, herbicidas, inseticidas, praguicidas, sementes e as máquinas que mais pesam na estrutura de custos totais por hectare [...] (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.233)

O autor também enfoca o alimento, sob o campo de sua produção e simbolismo no interior de sociedades e relações distintas, colocando em contradição, modelos agrários e agrícolas, que extrapola para o debate o mero significado produtivo do alimento enquanto mercadoria, mas abarca também as demais funções e trama de relações sócio espaciais e de identidade com o território e saber local que modelos de produção, distribuição e consumo de alimentos, ocultam ao reduzi-lo unicamente ao cumprimento de sua função de mercado, um paradoxo às políticas e poderes que trabalham também a segurança alimentar dos povos.

O advento de uma agricultura monocultura, voltada exclusivamente para o mercado, tem sido responsável pela dissociação entre agricultura, pecuária e extrativismo (caça, coleta, pesca) cuja consorciação, até muito recentemente, estava amplamente disseminada pelo mundo. Observe-se que o objetivo de segurança alimentar inerente a múltiplas agriculturas e seus consórcios começa, com as monoculturas, a ser subvertido, trazendo sérias consequências políticas, quase sempre olvidadas pela ideologia economicista e os sucessos tecnológicos obtidos com as revoluções agrícolas. [...] Vê-se que a questão de fundo posta pela domesticação das espécies (agricultura, pecuária e todo o conhecimento inscrito na caça, coleta e pesca) – a segurança alimentar – é deslocada pela lógica mercantil. A monocultura de alimentos (e outras) é, em si mesma, a negação de todo um legado histórico da humanidade em busca da garantia da segurança alimentar na medida em que, por definição, a monocultura não visa a alimentar quem produz e, sim, a mercantilização do produto. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 213)

A par destes modelos agrários e agrícolas colocados em contraste mais acima, o autor dita sequência a discussão em torno do alimento, apresentando e desconstruindo o discurso hegemônico vigente no que tange à realidade das regiões e povos que vêm sofrendo direta e indiretamente pela expansão atual deste modelo, definido pelo mesmo autor como ‘moderno-colonial’.

[...] enfim, esse modelo agrário-agrícola, que se apresenta como o que há de mais moderno, sobretudo por sua capacidade produtiva, na verdade, atualiza o que há de mais antigo e colonial em termos de padrão de poder ao estabelecer uma forte aliança oligárquica entre (1) as grandes corporações financeiras internacionais (2) as grandes indústrias-laboratórios de adubos e fertilizantes, de herbicidas e de sementes (3) as grandes cadeias de comercialização ligadas aos supermercados e (4) os grandes latifundiários exportadores de grãos. Esses latifundiários produtivos são, ‘mutatis mutantis’, tão modernos como o foram as grandes fazendas de cana-de-açúcar e seus engenhos no Brasil e nas Antilhas do séc. XVI e XVII. Á época não havia nada de mais moderno. A modernidade bem vale uma missa. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.243).

É constante, nesta tarefa de desconstrução do sólido discurso da modernidade, o autor e geógrafo chamar atenção para os elementos e as conexões político-ideológicos implícitos nos conceitos e significações dos termos construídos e disseminados pela corrente dominante de produção-consumo, que consequentemente permeiam também o campo de análise e ação do alimento:

Aqui, em pleno embate linguístico-ideológico dessa ofensiva publicitária revelam-se as contradições dessa própria racionalidade técnico-produtiva. Observe-se, logo de início, que o uso da palavra defensivo procura inverter o significado e, assim, aquele que é acusado de agressor do meio ambiente procura ser visto como defensor. O mais interessante é que o uso da expressão defensivo agrícola revela a lógica de guerra que subjaz a essas

práticas e, por isso, precisa... defender-se. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.266).

A título de conclusão, o autor retoma toda essa ampla discussão à questão dos alimentos, dedicada com exclusividade em uma parte completa de sua obra, realizando assim um apanhado geral dessas consequentes transformações nas sociedades e natureza em nível de mundo, a partir das ideologias da Revolução Verde, em contraponto à realidade atual e incômoda, de mesma escala mundial, dos sintomas e estragos da Fome:

O balanço que já se podia fazer da Revolução Verde, nos anos de 1970, acusava que o mundo passara a viver numa situação nova e ambígua: pela primeira vez na história da humanidade a quantidade de alimentos ultrapassava as necessidades da humanidade e, como dizia Josué de Castro, a vergonha de nossa época não é que hoje exista a fome e, sim, que hoje a fome conviva com as condições materiais para resolvê-la. Entretanto, a produção de alimentos vem sendo cada vez mais concentrada nas mãos de menos produtores, e em muitos lugares a implantação da Revolução Verde agravou os problemas da fome e acentuou os conflitos sociais, como é o caso da Somália (Shiva, 2001: 142) e mais recentemente do Malawi. Talvez a principal lição dessa experiência é que não basta uma visão generosa a respeito da fome, que acredita que se trata de um problema técnico ou de distribuição, seja de renda ou dos próprios alimentos. Com a Revolução Verde, pode-se ver que a fome não se deve à falta de alimentos e, sim, ao modo como os alimentos são produzidos. Atenemos, pois, para esse fato essencial: o modo de distribuição não é separado do modo de produção. Todo modo de produção é, ao mesmo tempo, um modo de produção da distribuição. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.283).

1.6. A ALIMENTAÇÃO APREENDIDA PELO MÉTODO GEOGRÁFICO DE JOSUÉ DE CASTRO

Josué Apolônio de Castro, médico e geógrafo pernambucano, foi conhecido também como ‘cidadão do mundo’, por suas obras escritas, cargos ocupados e embates constantes acerca da problemática alimentar, em especial por sua dedicação e pioneirismo no estudo multiescalar do fenômeno da fome. A parte de toda sua importância como pessoa, é para relevância de sua obra no debate do alimento em suas múltiplas facetas e relações subterrâneas que as permeiam, que aqui nos cabe

aproximar o diálogo, com o mais expoente geógrafo a lidar diretamente com a problemática da alimentação, a fim de apreender suas abordagens e método específico elaborado para uma compreensão do problema em sua totalidade.

O primeiro obstáculo para se abordar cientificamente o estudo da alimentação é a vastidão do problema, a multiplicidade de perspectivas em que ele se pode apresentar. [...] Para ser estabelecida uma alimentação racional fundada sobre princípios rigorosamente científicos, alimentação que constitui a necessidade mais premente da vida e condição essencial para uma eficaz atividade produtiva de um povo, numa determinada região, são precisos, de um lado, estudos aprofundados da fisiologia da nutrição, dos caracteres físicos e morais do povo dessa região, de sua evolução demográfica e de outro lado, estudo das condições físicas do meio, das suas condições econômicas, da organização social e dos gêneros de vida dos seus habitantes. (CASTRO, 1937, p.22).

Da necessidade de se apreender por completo esse tema, Josué de Castro já na década de 30 apontara para essa dificuldade numa abordagem total diante da vasta e complexa trama de relações que permeia o objeto de estudo em tese. Assim de frente a tal demanda, o autor lança mão do método geográfico, segundo ele único capaz de abarcar cientificamente em sua totalidade, o problema da alimentação que afligia bilhões de pessoas em todo o mundo no 'período entre guerras'.

Não sendo um trabalho de indagação exaustiva, não quer isto dizer que seja um relatório superficial. Ao contrario, ele pretende abarcar as várias faces do problema, e, através de um esforço de síntese e coordenação, destacar todo o interesse primordial da questão entre nós, obtendo nessa visão rotativa e totalitária do problema, a noção exata do que representa a alimentação na formação e evolução do nosso povo. Visa ainda, pelo conhecimento dos nossos hábitos alimentares, ressaltar os defeitos da alimentação regional e proceder à sua correção, dentro dos princípios fisiológicos da economia alimentar, Com este objetivo julgamos que o único método eficaz de análise da questão, é o método geográfico. Não o método puramente descritivo da antiga geografia, velha como o mundo, mas o método da ciência geográfica, que é nova, que é quase dos nossos dias. (CASTRO, 1937, p.24).

E segue mais adiante, colocando em evidência o vasto campo de abrangência do conhecimento geográfico, bem como o concomitante poder de síntese intrínseco em seu método de pesquisa:

Só a geografia, que considera a terra como um todo, e que ensina, a saber, ver os fenômenos que se passam em sua superfície, a observá-los, agrupá-los e classificá-los, tendo em vista a sua localização, extensão, coordenação e causalidade, - pode orientar o espírito humano na análise do vasto problema da alimentação, como um fenômeno ligado, através de

influências recíprocas, à ação do homem, do solo, do clima, da vegetação e do horizonte de trabalho. (CASTRO, 1937, p.25).

Vale lembrar, antes de tudo, o fato de sua formação médica e, com efeito, o caráter biológico e fisiológico percebido tenaz em suas abordagens para a temática da alimentação, no entanto, é a partir da aplicação do método geográfico em seus estudos alimentares que Josué de Castro ganha visibilidade no cenário nacional, a partir de sua obra *Geografia da Fome* e, posteriormente, ao passar a abordagem do problema da alimentação da escala nacional para mundial, em sua obra *Geopolítica da Fome*, alcança também reconhecimento internacional, chegando até ocupar cargos representativos como a presidência da FAO. Na referida obra de enfoque nacional, o autor se dedica a contemplar a problemática alimentar à escala regional, realizando um extenso e complexo estudo fundado nos princípios do método geográfico, onde divide o território e sociedade brasileira em cinco grandes áreas: A Amazônia, o Nordeste Açucareiro, o Sertão do Nordeste, o Centro-Oeste e o Extremo Sul – para as quais investiga as dietas e hábitos alimentares regionais que se constroem na relação vivida com o meio e suas peculiaridades. A visão de sociedade e natureza aparece intrínseca na abordagem desenvolvida por Josué de Castro em seu livro, *Geografia da Fome*. Da mesma forma, a análise do meio físico natural e construído, acompanha a análise do território com foco na alimentação e vem fundamentar muitas das observações desenvolvidas e trazidas à tona pelo referido autor, como se verifica também na seguinte passagem desta mesma obra quando o autor justifica a pobreza de minerais nos vegetais a partir da pobreza do solo amazônico:

A espetacular variedade de espécies existentes na floresta equatorial representa, por sua associação, também um fator de economia do solo que se esgotaria muito mais depressa se fosse recoberto por uma ou por umas poucas espécies vegetais. O que acontece, porém, com os vegetais nativos ou plantados neste solo possuem quase sempre um teor mineral mais baixo do que o teor médio das espécies congêneres que vegetam em outros tipos de solos mais ricos, e aí reside o primeiro fator condicionante da pobreza em sais minerais e alimentação regional. (CASTRO, 1982, p.81).

Também correlaciona multiescalar, os aspectos de uma alimentação regional defasada, aos aspectos gerais econômicos, culturais e políticos vivenciados pela população brasileira, como os ciclos econômicos do açúcar e da borracha, na zona úmida nordestina e região amazônica respectivamente, como também ao período

desenvolvimentista nacional do governo de Juscelino Kubitschek, que inclusive remete ao subtítulo de sua presente obra, “Geografia da fome: pão ou aço.”. Nesta obra, o autor também lança mão de outra ferramenta constituinte do método propriamente geográfico do estudo da alimentação, o mapa. Para caracterizar o território brasileiro e sobre ele projetar sua problemática alimentar, Josué de Castro se apropriou da linguagem cartográfica, refazendo o mapa do Brasil sob novos paradigmas, que transpassavam os limites políticos definidos desde então, e reclassificando daí o país de dimensões continentais e que aos olhos do mundo não se existia fome, como um país fragmentado em cinco grandes áreas de fome, três delas marcadas pela tragédia da fome aguda (Amazônia, Sertão e Nordeste açucareiro), e duas classificadas como área de fome crônica, ou subnutrição (Centro-Oeste e Extremo sul brasileiro).

Por fim, após analisadas distintas abordagens geográficas para a questão do alimento e do alimentar, nota-se dos exemplos tratados aqui, uma diversidade de enfoques que variam conforme o segmento ou a ramificação da ciência geográfica que os autores e suas respectivas obras se propõem trabalhar. Entretanto, percebe-se claramente nas obras em tese, que apesar das diferenças nas abordagens, decorre concomitantemente uma convergência dos enfoques, estes direcionados então para a temática da fome, e sobremaneira no que destaca propriamente ao método geográfico das análises e investigações.

No que toca as abordagens focadas para o entendimento do fenômeno da fome, podemos considerar que se faz inerente a uma concepção do tema da alimentação, já que o conceito e entendimento da fome emergem a par do conceito de alimentação, isto é, de uma relação de contraste com esta.

Se compete à geografia e aos geógrafos, o estudo da alimentação dos homens, seja pelo perverso viés da fome, ou pela perspectiva humana e social que guarda esta complexa e universal temática, me aproprio das sábias palavras do geógrafo Max Sorre, traduzidas do prefácio de Geopolítica da Fome, para reforçar sobre o espaço que nos cabe no seio dessa temática.

É perfeitamente cabível tratar deste problema, sob o aspecto geográfico. A fome é um fenômeno de ordem universal. Mas as grandes penúrias

devastadoras, aquelas que atraem a atenção dos homens, flagelam com mais ou menos intensidade ou frequência conforme os países. Há regiões que são como que as terras clássicas da fome, e entre essas os grandes formigueiros da Ásia oriental e sul-oriental, nas quais o estado atual das técnicas de produção não permite uma vitória definitiva contra as forças hostis do clima ou restaurar o desgaste dos solos. [...] Em suma, o quadro da fome no mundo tem suas modalidades geográficas. As diferenças locais prendem-se ao conjunto dos traços do complexo geográfico, traços naturais e traços humanos. Elas constituem uma descrição do gênero de vida. É por aí que reconhecemos a fome. Mas há mais. O tratamento geográfico, como com bastante exatidão o mostra Josué de Castro, é o que fornece os esclarecimentos mais complexos sobre esse fenômeno. Ele lhes dá sentido pleno, o que não fazem nem a sociologia, nem a economia, nem a história, porque encara o fenômeno no conjunto das condições do meio.(...)Além disso, a geografia humana torna-se cada vez mais a geografia do homem. Do homem com suas sujeições e suas exigências, com o poder de suas técnicas e a perfectibilidade destas [...]. (SORRE, IN: CASTRO, 1957, p.22).

2. GEOGRAFIA DOS ALIMENTOS NO ESPÍRITO SANTO

Como o próprio título sugere, este trabalho se propõe ao desafio de esboçar uma dita 'geografia dos alimentos' no estado do Espírito Santo, que se sustenta sobre o atual modelo vigente de abastecimento alimentar.

Para tanto, entende-se por abastecimento alimentar, conforme definição do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural, INCAPER,

[...] todas as atividades ligadas à produção, à comercialização e ao consumo de alimentos, sendo formado por um conjunto complexo de instituições e relações que tem função de produzir e canalizar as mercadorias das unidades produtoras para as consumidoras. (Pedeag, 2007).

Logo, vale também destacar paralelamente, que,

[...] o abastecimento alimentar das grandes metrópoles vem, cada vez mais, preocupando autoridades administrativas, técnicos especializados e cientistas de vários campos, em virtude da grande urbanização à qual, principalmente neste século, se assiste e dos inúmeros aspectos e problemas que este fato introduziu e desenvolveu. (La Corte, 1985, p.9)

Com base nas referidas afirmações, o presente estudo, orientado pelo olhar e método da ciência geográfica, se propôs em conceber como se realiza o circuito espacial de produção do alimento a partir das instâncias produtivas que compreendem o abastecimento alimentar (produção, distribuição, comercialização e consumo) sobre o espaço capixaba, a fim de compreender e trazer à tona, a totalidade desse processo complexo, que abrange há muito, "um dos aspectos de maior importância na vida social urbana". (CASTEJON E SANZ, 1970; IN: LA CORTE 1985, P.9).

Isto posto, procurou-se apresentar nossa área de estudo, compreendida então pelo Estado do Espírito Santo, tido em conta que nos atemos neste trabalho, ao desafio de entender a dinâmica do abastecimento de alimentos hortifrutis a partir da escala estadual de observação e análise. Tal fato implicou de imediato, para um diálogo multiescalar entre o município, a região e o estado propriamente, haja vista que

apesar das análises se assentarem em geral para o âmbito do Estado, o circuito produtivo do abastecimento se encontra ramificado e, com efeito, imbricado sob as múltiplas escalas.

Considerando, portanto a nossa área de estudo, ao brilho de sua atual configuração espacial e dinâmica socioeconômica vigente, as próximas linhas visam expor a dimensão geográfica da problemática - do abastecimento alimentar - que, a nosso ver, compreende *per si*, um assunto de primeiro interesse humano, político e social, muito embora, se apresenta nos dias de hoje, como um tema pouco trabalhado ou refutado, como tal.

2.1. EXPOSIÇÃO DA PROBLEMÁTICA



Mapa 1 - ES: Localização da área de estudo.

Com base no mapa 1, inicialmente apresentamos na divisão político-administrativa do território nacional, a localização geográfica do Estado do Espírito Santo, o qual se encontra situado na região sudeste do Brasil e, por sua vez, conformado numa disposição territorial alongada de aproximadamente 380 km no sentido norte-sul e 280 km na direção leste-oeste. Seus limites geográficos fazem fronteira com os estados do Rio de Janeiro, ao sul, Minas Gerais a oeste, Bahia, ao norte e no leste, com o Oceano Atlântico. Corresponde ao 23º (vigésimo terceiro) estado brasileiro em dimensão territorial, e muito embora maior do que muitos países, seus limites estaduais compreendem apenas uma ínfima parcela de 0,54% do território nacional.

Com efeito, o Espírito Santo, encontra-se totalmente inserido na zona climática intertropical, e apresenta basicamente variações entre o clima tropical litorâneo úmido (nas regiões baixas e litorâneas) e o clima tropical de altitude (nas regiões serranas). Este último, sendo mais apropriado às práticas de olericultura, aponta de imediato para o clima como um fator de ordem natural, categórico para com a distribuição geográfica das atividades agrícolas no território capixaba, sobretudo no que diz respeito à produção dos alimentos *in natura*, advinda majoritariamente das regiões serranas.

Dando sequência na apresentação da área de estudo, buscamos então dialogar nossa problemática, do abastecimento alimentar, à questão demográfica e social do Espírito Santo. Entretanto, não sob uma perspectiva de síndrome Malthusiana¹, mas apenas considerando a dinâmica demográfica, principalmente, o plano da distribuição geográfica da população, como parte elementar de um estudo de geografia humana e, ainda, concomitantemente, de primo interesse a uma geografia da alimentação, haja vista que esta compreende *per si*, o “capítulo inicial de toda geografia humana”. (SORRE, in: CASTRO, 1957, p.19).

Destarte, este capítulo buscou colocar em evidência, a partir de dados estatísticos e espaciais referentes à população capixaba, um pouco do atual cenário do Espírito Santo, a fim de incitar e, sobretudo dar visualidade a discussão em torno do abastecimento urbano. Seguiu assim, nossa análise da população capixaba, um

sentido geográfico, que como vaticinou DERRUAU (1977), se diferencia duma análise propriamente demográfica:

A geografia da população não é a geografia das populações. [...] É, no entanto, uma geografia, o que quer dizer que, depois de estudar os números, relaciona-os com outros elementos do complexo geográfico, retendo apenas o que neste complexo pode explicar a distribuição do homem e o que a distribuição do homem pode explicar. Por isso, difere da ciência demográfica ou ciência da população, considerada de per si. [...] A demografia é indispensável a qualquer estudo de geografia humana, mas fornece apenas uma introdução. De resto, a própria geografia da população representa apenas uma introdução para melhor compreensão da atividade do homem no espaço habitado. (DERRUAU, 1977, vol.1, p.13).

Judith De La Corte, em seu estudo sobre o abastecimento alimentar da cidade de São Paulo, coloca sobre o caráter universal desta problemática aos grandes centros urbanos. Ainda que realce também as particularidades devidas que envolvem aspectos de escala, de organização do espaço abastecedor e abastecido, conforme a localidade e o contexto espácio-temporal que o mesmo se encontra e se efetiva. Assim pois, conforme apontado na sua pesquisa

[...] o abastecimento alimentar variou durante a história, acompanhando a evolução das técnicas e organizações humanas, também o tipo de alimentos consumidos pelo homem variou. Também o problema do abastecimento alimentar das grandes cidades varia de país para país, e mesmo de cidade para cidade. Mas, podem-se observar certas características comuns, certos fatos básicos, derivados do montante da população urbana e dos seus hábitos alimentares, quer se trate de país desenvolvido ou subdesenvolvido, mesmo que em escalas diferentes. (1985, p.10).

Desta forma, tomamos como suporte das futuras análises, dados e números da população capixaba que se relacionam sobremaneira à nossa problemática do abastecimento urbano estadual. Procuramos aqui ressaltar aspectos de maior relevância no âmbito que prediz o processo de urbanização no espaço e sociedade capixaba. Com efeito, procurando dialogar com a questão da relação campo-cidade, que se faz intrínseca na dinâmica de realização desta atividade produtiva que tem por finalidade o abastecer das urbes.

Assim posto, nesse primeiro momento, procuramos evidenciar os dados quantitativos com relação ao crescimento e evolução da população rural e urbana

durante o período da década de 1950 a 2010, no estado do Espírito Santo, a fim de expor o fato da urbanização e multiplicação das cidades que vivenciou este território num curto intervalo de tempo, como colocam em cena os números apresentados na tabela 1.

Tabela 1 - – ES: Dinâmica Demográfica 1950/2010 – Evolução da população Rural e Urbana

Espírito Santo	1950		1960		1970		1980		1991		2000		2010	
	Pop	%	Pop	%	Pop	%	Pop	%	Pop	%	Pop	%	Pop	%
Rural	758.052	80,1	1.014.887	71,5	877.417	54,9	729.962	36,0	676.030	26,0	633.769	20,5	583.480	16,6
Urbano	199.186	19,9	403.461	28,5	721.916	45,1	1.293.378	64,0	1.924.588	74,0	2.460.621	79,5	2.931.472	83,4
Total	957.238	100	1.418.348	100	1.559.333	100	2.023.340	100	2.600.618	100	3.094.390	100	3.514.952	100

Fonte: IBGE - Censo Demográfico (1950, 60, 70, 80, 91, 2000, 2010) / Organização: Pedro Henrique G. Lucci.

A partir dos dados apresentados na tabela acima se fez possível perceber, num plano geral, o acelerado crescimento absoluto da população do Espírito Santo, haja vista que até a década dos anos 50 a população total deste estado era composta por cerca de um milhão de habitantes. Números que apontavam, pois para um quantitativo bem menos expressivo se comparado com os 3.514.952 de ‘comensais’ que habitam nos dias de hoje os 78 municípios deste estado.

A par das informações compartilhadas para a década de 50 constata-se, de modo simplificado, que o Espírito Santo registrou em sua história, dois grandes ciclos econômicos, ditos como ‘ciclos do desenvolvimento’, que estruturaram, pois sob as suas bases e interesses, não apenas a economia, mas também a política, o espaço e a sociedade capixaba como um todo. Desta maneira, se apresentaram imperiosos

[...] – o Ciclo do Café e o Ciclo da Industrialização – que, embora tenham trazido grandes benefícios para o Estado, tiveram um traço marcadamente excludente, à semelhança do que ocorreu em escala nacional. Em outras palavras, o ‘econômico’ o ‘social’ trilharam rumos diferentes, com uma distribuição desigual dos benefícios gerados pelos dois ciclos, ao longo dessa história. (PEDEAG, 2008, p.19).

Outro fato que chama atenção para o período referido à década de 50 e se estende também a década de 60, tempos do passado recente do ciclo do café, diz respeito a distribuição geográfica da população capixaba no território, a qual sob este contexto, com efeito, apontava que aproximadamente 80% dessa população se encontrava residente nas áreas rurais e somente 20% residiam nas cidades. Esta desigual proporção entre a população rural e urbana, por conseguinte revela também o baixo grau de urbanização que configurava o território e a sociedade capixaba naquele período. Momento cuja economia do estado se assentava quase exclusivamente nas atividades agrícolas, principalmente na produção cafeeira em unidades familiares, visto que

[...] no limiar da década de 50, 75% dos estabelecimentos rurais capixabas tinham no café a principal atividade econômica, sempre associada à produção de alimentos, para garantir o sustento das famílias. [...] Até o início dos anos 60, o café determinou o dinamismo econômico do Estado. Respondia por mais de 1/3 da renda gerada e por mais de 40% das receitas tributárias diretas do setor público estadual. (PEDEAG, 2008, p.20).

No período avante, referente às décadas de 60 e 70, o estado do Espírito Santo registrou profundas transformações no seu quadro econômico e social, que passa a reestruturar-se, transitando de um modelo rural/agrícola, vigente até então pelas forças e a atmosfera do Ciclo do Café para uma estrutura socioeconômica urbana/industrial. que se promulgava já em discurso político-desenvolvimentista em fins da década de 50 e início da década de 60, reflexo do cenário nacional de mesmo caráter progressista do período de Juscelino Kubitschek, mas que, entretanto viria a consolidar-se de fato em escala estadual, apenas na década de 70.

Apesar de o discurso instituído pelo Governo auferir essa transição do modelo socioeconômico do estado do Espírito Santo, do 'Ciclo do Café' para o 'Ciclo da Indústria', de forma diretamente atrelada à estrutura agrária, como se evidencia na passagem seguinte quando supõe que

[...] a partir dos anos 60, a redução da produtividade cafeeira em solos já depauperados ou degradados, as tecnologias insuficientes ao controle da broca-do-café, promovendo perdas substantivas em qualidade, e o acúmulo de excedentes de oferta levou o Governo Federal a conceber e implementar o 'Programa de Erradicação de Cafezais'. Enfim, concluído o primeiro ciclo da economia capixaba – o Ciclo do Café, entramos no segundo ciclo – o da Industrialização – em situação de terra arrasada, principalmente para

agricultura e a população rural, evidenciada por: pobreza rural intensa; forte migração rural-urbana; ausência de alternativas econômicas de substituição do café; solos degradados nas áreas liberadas com a erradicação; estagnação econômica e crise nas finanças públicas estadual. (PEDEAG, 2008, p.20-21).

Já de forma a contestar o caráter do discurso governamental, Raquel Daré em seu estudo sobre a crise cafeeira e a ideologia desenvolvimentista, aponta para o fato de uma crise forjada estrategicamente pelo próprio discurso institucional, como manobra política cujo pretexto real seria preparar o terreno ao avanço do capital no território do Espírito Santo. Assim, como apontou a geógrafa,

[...] a crise de 1960 não era uma crise da estrutura produtiva do estado, mas sim uma 'crise' de circulação, ou seja, uma crise de extração da mais valia. Assim, tanto para a elite urbana ligada ao comércio e à indústria como para o estado era preciso superar a estrutura cafeeira, pois as possibilidades de acumulação do capital haviam se estreitado. É nesse contexto que é formulada a idéia da 'crise', cuja solução apontada foi a superação da estrutura cafeeira capixaba, baseada na pequena unidade familiar. Mas, como podemos verificar a agricultura familiar não estava em 'crise' e nem era responsável por ela, apesar de o discurso desenvolvimentista ter identificado na 'base agrária' do estado a raiz da 'crise'. Porém, como os agricultores familiares não tinham poder político, pois este estava concentrado nas mãos da elite urbana industrial e mercantil, acabaram sofrendo as consequências da 'crise'. (DARÉ, 2010, p. 172).

Deste modo, justificam-se no contexto histórico do Espírito Santo, as transformações ocorridas na economia e sociedade capixaba, a partir dessa mobilidade da população num sentido campo-cidade que veio sendo, portanto tendenciada de 'fora para dentro', no espaço geográfico capixaba, desde finais da década de 50 até a década de 70, como procurou registrar os dados da tabela 1.

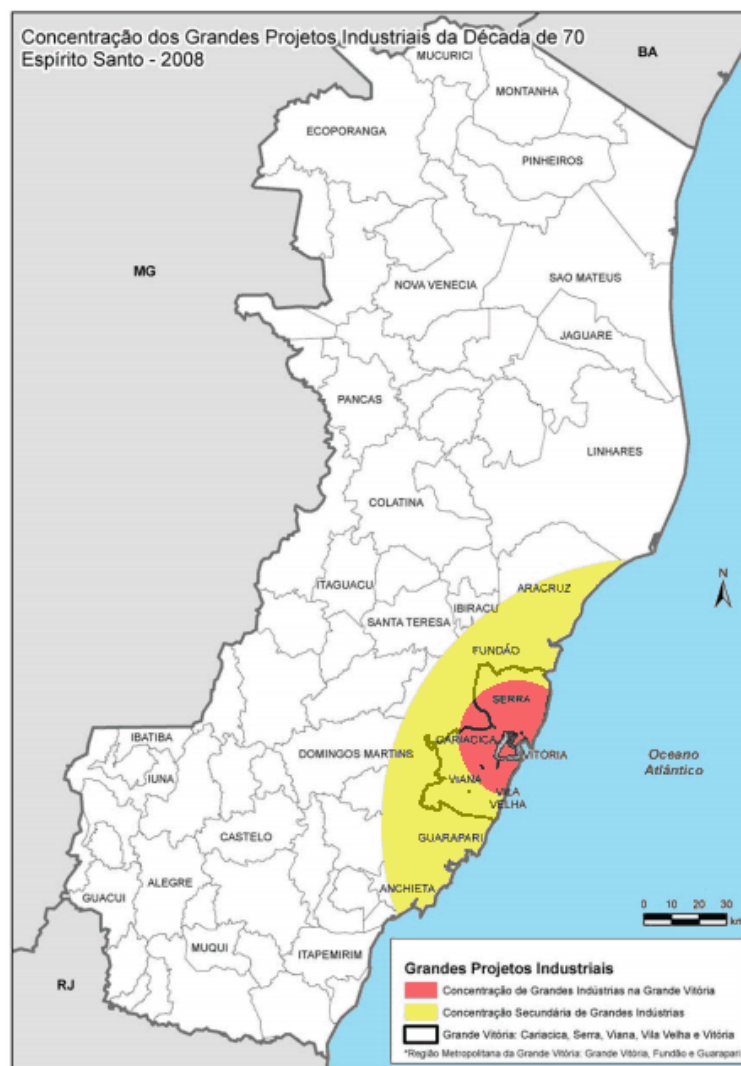
Na década de 70, outro período de profundas mudanças, a população capixaba se encontrava já sob outra configuração espacial, mais equiparada entre campo-cidade, ainda que fosse predominante a população rural 54,9%, mas apontando que seria superada em breve, visto os 45,1% da população urbana que já se mostrava em vertiginoso crescimento. Assim, constata-se também que para esse período abordado da transição do ciclo do café para o ciclo da industrialização, marcada pela síndrome desenvolvimentista da indústria atrelada à urbanização, certamente a agricultura e, por conseguinte, o espaço e a população rural foram os mais prejudicados, visto o fato de até, e só até a década de 70 a população ter se

configurado majoritariamente rural. Para a elite política estadual o objetivo era romper com a extrema dependência da economia capixaba em relação à monocultura cafeeira e realizar a modernização do território e diversificação da economia capixaba, que seria assentada então sob novas bases.

Sobre as transformações das relações cidade-campo ao longo da história, Ana Fani Alessandri Carlos, em sua obra 'O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade', menciona sobre a complexidade que circunda à questão. Assim para a autora,

O mundo se movimenta no sentido de sua realização; o capitalismo se concretiza estendendo-se realizando-se, hoje, enquanto mundial e assim redefinindo o plano do lugar. O que isto significa? Em primeiro lugar que o mundial em constituição se impõe no lugar (cidade ou campo) transformando a vida realizando-se com separações, contradições, afrontamentos. A nossa época se caracteriza pela constituição da sociedade urbana realizando-se num espaço mundial, articulado, mas profundamente hierarquizado, que não quer dizer que o campo deixe de existir, mas que ele se articula agora num outro plano ao conjunto do território, com outras particularidades. (CARLOS, 2004 p.133).

Dando sequência a nossa análise estadual, segue a década de 70 marcada, sobretudo pela implantação dos grandes projetos industriais, que reconfiguravam assim o território capixaba a partir dessas novas estruturas e processos que rompiam com o modelo agrário preexistente, tido como arcaico e logo um entrave ao progresso econômico baseado nos padrões da modernidade, cuja indústria e a cidade eram ícones e mostravam ascensão. Tão logo, a modificação do perfil econômico capixaba começou a apresentar seus primeiros sinais, e em meados da década de 70, a população urbana passou a predominar sobre a rural, com conseqüências marcantes sobre os mais distintos e variados aspectos da vida econômica, social, política e cultural local. Confirmava-se assim uma tendência entoada desde a década de 50, como foi apontado nos dados de população apresentados nas tabelas.



Fonte: IBGE - Geobases (2009).
Elaboração: Pablo Lira (2009) - LUSN.

Mapa 2 - Concentração dos Grandes Projetos Industriais da Década de 70.

LOUREIRO (2005) destaca que nesse contexto, nas décadas de 70 e 80,

[...] grandes complexos foram planejados para o Espírito Santo nas áreas siderúrgica, portuária, turístico e naval, além do complexo Paraquímico (indústria de Celulose) e do Programa Nacional de Alcool – Proalcool -, ambos instalados na região Norte deste estado. A presença de tais empreendimentos intensificou uma série de problemas ligados à questão social e fundiária no estado, afetando, sobretudo, os municípios atingidos por suas operações. Tanto no Brasil como no Espírito Santo, o desenvolvimento econômico da agropecuária sofreu mudanças significativas a partir de meados da década de 1960, resultantes do complexo processo de modernização da agricultura brasileira que foi, ao mesmo tempo, excludente e desigual. Excludente porque ignorou, no processo de modernização, a ampla maioria dos pequenos agricultores e, ao invés de inseri-los nesse processo, acabou por expulsá-los do campo em proporções alarmantes. (LOUREIRO, 2005, p.01).

Portanto, sob este processo de modernização do território, o mapa 2 localiza, e sinaliza para o perfil ‘pontual’ desse dito ‘desenvolvimento’ onde pois, concentrou os grandes investimentos dos projetos industriais neste Estado, assim como a população rural de migrantes do período decadente do ciclo do café. O aumento da população urbana que se dá inicialmente, seguindo a direção do ‘desenvolvimento’, nos municípios da Região da Grande Vitória (Cariacica, Vila Velha, Vitória, Serra), implica mudanças sob todos os aspectos. Esse período exigiu de pronto, obras emergenciais de adequação do espaço e das estruturas à uma nova realidade, a do ‘desenvolvimento’. Dentre essas mudanças implicadas pela rápida urbanização vivenciada, sobre a dinâmica de abastecimento alimentar estadual ressaltamos, sobretudo o início do funcionamento do Ceasa, e o surgimento de novos canais de comercialização de alimentos, típicos e coerentes com a nova atmosfera urbana/industrial das cidades, como os supermercados e restaurantes.

Assim no interstício das décadas de 70 e 80, o Espírito Santo já mostrava um perfil urbano/industrial, ainda que incipiente. Já em meados da década de 80, advindos do interior do estado, donde migraram pelo já comentado processo de ‘erradicação dos cafezais’, dois terços da população residiam em áreas urbanas, e sob esse mesmo contexto espaço-temporal, como expõe a tabela 2, pela primeira vez na história estadual, em sua maioria a população economicamente ativa (PEA) passa a ocupar o setor de comércio e serviços, superando a história e tradição do setor agrícola.

Tabela 2 – ES: Dinâmica Demográfica 1960/2006 – Evolução da População Economicamente Ativa (PEA) nos Setores da Economia Capixaba (%)

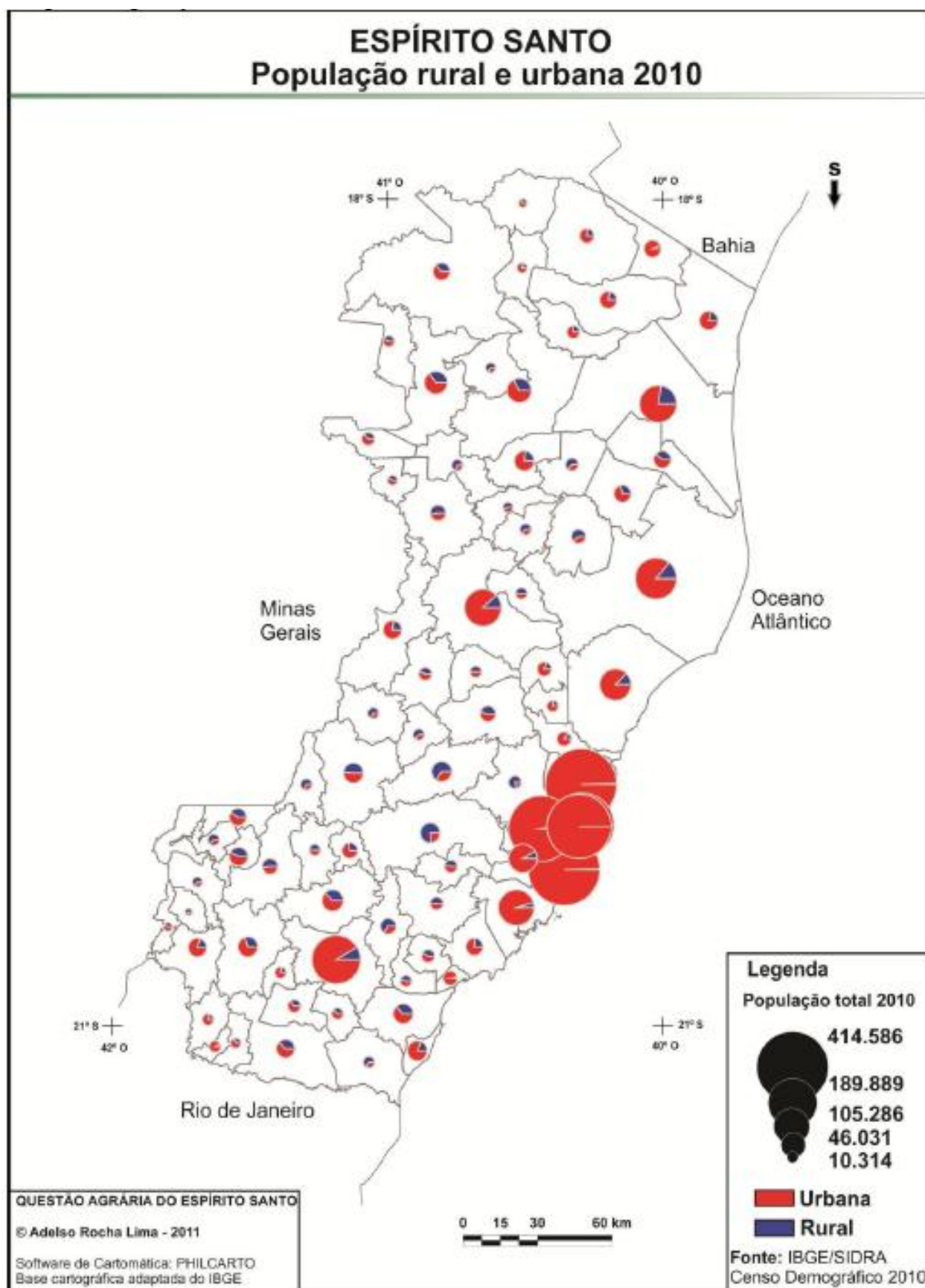
Ano	Agricultura (%)	Indústria (%)	Construção (%)	Comércio/Serviços (%)
1960	70,3	5,4	-	24,3
1970	52,5	13,6	-	33,9
1980	34,8	21,8	-	43,4
1991	27,0	12,6	8,0	52,4
2000	24,3	12,0	7,1	57,6
2006	20,1	13,2	7,5	59,2

Fonte: IBGE / Elaboração: Pedro Henrique G. Lucci.

As tabelas demonstram também com base nas análises já realizadas, uma inversão da dinâmica demográfica campo-cidade, visto que no interstício de 1950 a 2010, associado ao crescimento natural da população, ocorre também uma redistribuição da mesma sob um novo modelo socioeconômico de perfil urbano. Assim, pensar o abastecimento alimentar dos organismos urbanos, fato que hoje se revela como assunto de primeiro interesse social, há cinquenta anos para a realidade do Espírito Santo, não se fazia sequer necessário.

Os dados apresentados na tabela 2 ilustram as transformações por ora apresentadas no que tange seus reflexos à evolução da população economicamente ativa ocupada no território do Espírito Santo. Assim, em 1960, quando o perfil da população e da economia se assentava em bases agrárias, o comércio abarcava 24,3% da PEA, enquanto a agricultura era responsável por abarcar 70,3% desse contingente. Ao longo dos anos percebe-se uma inversão nesse quantitativo, sendo que em 2006 estes mesmos setores da economia respondiam por 59,2% e 20,1% respectivamente. Destacando sob este fato que a mencionada inversão implica consequências diretas na dinâmica do abastecimento alimentar estadual, haja vista que as grandes cidades estão distante do patamar de autossuficiência no aspecto da produção de alimentos e da segurança alimentar no seu amplo sentido, bem como veremos mais adiante, as grandes cidades são dependentes de territórios agrícolas que as abastecem com os gêneros primários de primeira necessidade. Desta forma em acordo com dados do PEDEAG (Seção setorial: *comercialização, abastecimento e mercado*)

O Estado do Espírito Santo apresenta-se, hoje, com uma população predominantemente urbana e com um setor industrial que tem expressiva participação na formação da renda interna estadual. Além disso, dada a posição estratégica do Estado e sua vocação exportadora, o setor de serviços sobrepujou os demais na geração da renda interna. Consequentemente, ampliou-se a demanda por alimentos. Esta, por sua vez, foi influenciada por novos hábitos alimentares, com incremento do consumo de carnes e hortigranjeiros, mas é ainda significativo o consumo de alimentos básicos, sobretudo pela população mais carente. (2008, p.02).



Mapa 3 – ES: Distribuição da População Urbana e População Rural, 2010.

Já para a realidade do espaço total do Espírito Santo, conforme apontou os dados do IBGE e, entretanto, não de maneira diferente do que se passa em escala nacional e se reproduz 'do global ao local', a grande maioria da população capixaba hoje, também vive de forma concentrada nas cidades; Mas o que chama atenção são as dimensões e implicações desses dados, pois aqui se mira, para o ano de 2010, em acordo com a tabela 1 (pág. 52), um contingente supraexpressivo assinalado por 2.931.472 pessoas, ou praticamente 83,4% do total de habitantes vivendo nas cidades ou áreas urbanas dos municípios do Espírito Santo, defronte apenas um reduzido quantitativo de aproximadamente 583.480 pessoas no campo, ou equivalente a 16,6% da população capixaba que vive hoje nas áreas rurais do território capixaba.

A partir do mapa 3 exposto acima, fica possível visualizar sobre o território do Espírito Santo, como a população total, se distribui entre rural e urbana pelos setenta e oito municípios que compõem o Estado. Da mesma forma, é possível a partir do mapa 3, associado à informação trazida pelo mapa 2, compreender o histórico processo de concentração demográfica e desenvolvimento desordenado da Região Metropolitana da Grande Vitória, que impõe inicialmente àquele território as primeiras medidas efetivas de planejamento ou racionalização do abastecimento alimentar para as cidades em crescimento. No entanto, diferente do contexto da década de 70, período vinculado à implantação dos grandes projetos industriais, atualmente a RMGV, se faz compreendida por sete municípios, os quais correspondem Cariacica, Fundão, Guarapari, Vila Velha, Viana Vitória e Serra. Apenas nestes sete municípios do entorno da capital do Espírito Santo, conforme apontou o Censo Demográfico de 2010, localiza-se 56,59% de toda a população urbana capixaba, ou seja, dos aproximadamente 3,5 milhões de habitantes, aqui se concentra um desproporcional índice de 48,01%, ou seja, 1,68 milhões de habitantes estão residentes na RMGV e com efeito, induzidos ao modo de vida do espaço-tempo urbano.

Sobre esta população urbana concentrada na RMGV, verifica-se também que apesar da forte migração rural que recebeu nas últimas décadas, esta apresenta insignificante ou quase nula parcela de população rural nos dias de hoje, logo, que

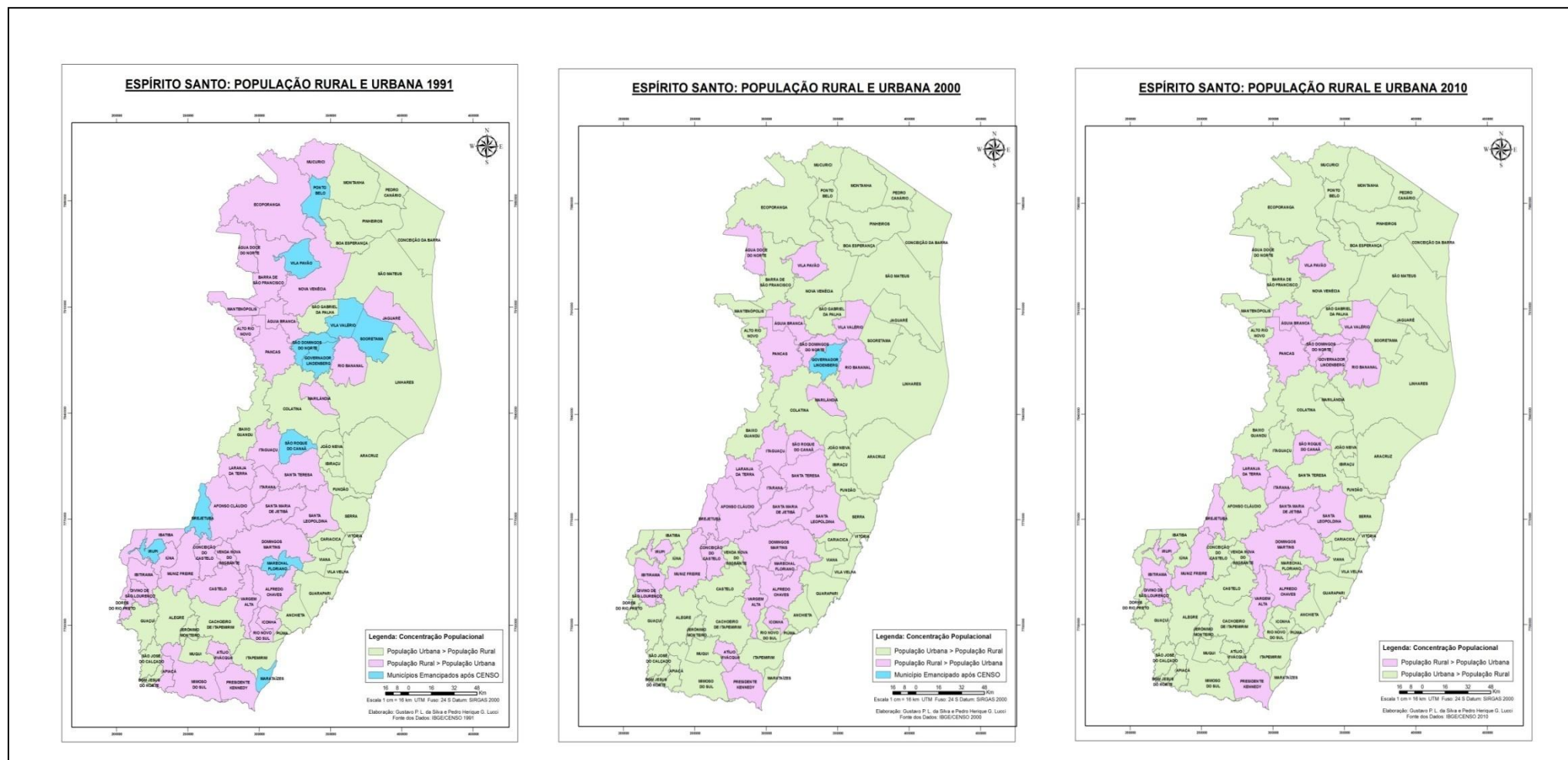
imediatamente supõe que este território eminentemente se encontra dependente de territórios agrícolas, vizinhos ou longínquos, para o seu diário abastecimento por matérias-primas e alimentos.

À realidade dos demais municípios do Estado, destaca-se neste quesito de concentração da população urbana, principalmente os Municípios de Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, Aracruz, Linhares e São Mateus, devido o poder de atração que estes revelam sobre a população rural dos municípios vizinhos, em virtude da influência econômica e de serviços que exercem na região. Assim, aponta-se desde já para a tendência de urbanização plena daqueles municípios, como ocorrido para a RMGV noutro momento da História do Espírito Santo, haja vista que hoje, as correntes de investimentos do capital avançam sobre o interior do Estado, sobretudo a partir destes pontos ou feixes urbanos, tidos como símbolos do ‘desenvolvimento’ na escala do Estado.

Como afirmou o geógrafo anarquista Jean Jacques Élisée Reclus (1830-1905) “a Geografia é a História do espaço, enquanto a História é a Geografia do tempo” (in: DE ANDRADE, 1985, p.1), ou dando ênfase pelo mesmo sentido, como também contribuiu o geógrafo e renomado filósofo KANT (1802) “a história é um processo sem-fim; mas os objetos mudam e dão uma geografia diferente a cada momento da história” (in: SANTOS, 2009, p. 54), assim, pois, entendemos que nas análises traçadas até aqui se buscou contemplar estas duas variáveis postas em relevo pelos autores, espaço e tempo. De forma que ambos se fazem associados quando a partir de uma análise histórica, para a distribuição geográfica da população entre campo-cidade, rural-urbano, que por sua vez, em cada período da história, transforma, altera, modifica a configuração no presente do espaço capixaba. Para tanto, a figura 1, constituída por uma coleção de mapas conexos, que abarcam a dinâmica da população capixaba sobre o espaço, segue uma ordem histórica evolutiva que, referente às décadas de 1990, 2000 a 2010, procurou dar visualidade ao processo de urbanização associado com o êxodo rural, que ainda se encontra em contínuo e já preocupante estágio de evolução.

COLEÇÃO DE MAPAS I – Evolução da População Rural e População Urbana Nos 78 Municípios do Espírito Santo

1991 / 2010



Fonte: IBGE / Elaboração: Gustavo P. Leite e Pedro Henrique G. Lucci.

Assim, os dados que são apenas expressões ‘mensuráveis’ desses fenômenos dinâmicos de população indicam, segundo o Censo 2010, um total de 190.732.694 pessoas para a população brasileira, que se encontra então, desigualmente distribuída entre os vazios demográficos das regiões rurais, sobretudo áreas de pastagens e monoculturas empresariais, e os super povoados centros urbanos, símbolos da modernidade do território, revelando assim que 84,35% ou, aproximadamente 160 milhões de habitantes vivem em situação urbana e apenas 15,65% da população, correspondente a quase 30 milhões de pessoas, vivem em situação rural. E, se comparar com os dados da década anterior (ano 2000), quando a distribuição da população brasileira entre urbana e rural se fazia respectivamente de 81,25% e 14,75%, observa-se então, de imediato, que este processo de urbanização dos espaços e concentração da população sob os mesmos, se confirma como tendência anunciada desde muito, década pós década, num processo convergente de vários fatores e interesses, inclusive externos ao lugar, região ou país, como ocorrido historicamente, para as transformações do espaço agrário brasileiro.

‘Espacializando’ esses processos na história recente do Espírito Santo, a fim de expor para essa escala de enfrentamento, a real dimensão da problemática do abastecimento urbano de alimentos, em acordo com a ‘COLEÇÃO DE MAPAS 1’, percebe-se num plano geral, que como testemunhos de resistência desse contínuo processo ‘casado’ de urbanização e êxodo rural - que dos anos 60/70 até hoje, vêm orientando, ao brilho da modernidade, o fluxo de investimentos e de pessoas, do campo para a cidade, hoje, dos 78 municípios que compõem o Estado do Espírito Santo, apenas 21 apresentam maioria da população vivendo nas zonas rurais, enquanto os outros 57 municípios capixabas são majoritariamente constituídos por uma população que já reside nas urbes.

Realidade aquela diferente da apresentada para o Espírito Santo do século passado, quando há apenas 20 anos atrás, na década de 1990, essa proporção de municípios rurais e urbanos se revelava na ordem de 37 municípios cuja

população rural era superior a população urbana e somente 30 municípios (quase a metade do índice levantado para os dias atuais) apresentavam população urbana mais efetiva, ou seja, via-se para o período uma distribuição mais equilibrada. Já para o ano 2000, a proporção era de 48 municípios com população urbana mais expressiva, e 29 com população rural ainda majoritária.

Para MIRANDA NETO (1988),

[...] a população é a variável que geralmente determina a rapidez com que uma sociedade esgota suas reservas essenciais. Numa visão ecológica, o tamanho da população é a dimensão quantitativa do homem biológico e determina o volume de mão-de-obra disponível e a quantidade necessária de alimentos e outros produtos. (1988, p.20).

Nessa perspectiva, ressalta-se que as populações urbanas cada vez mais numerosas, dependem invariavelmente de núcleos agrários para assegurarem o seu abastecimento, pois o espaço urbano hoje na perspectiva ecológica de Miranda Neto é um espaço onde o homem biológico se encontra vulnerável.

Destacamos aqui para a realidade dos dias de hoje, que dentre os 21 municípios com população rural maior que a população urbana, quase todos apresentam pequeno contingente de população, entre 10 e 20 mil habitantes e merecem destaque os municípios de Domingos Martins, Santa Leopoldina e Brejetuba, que apresentam população rural entre 70 e 80%. Já para a realidade inversa, destacamos os municípios que compõem a RMGV como abordado anteriormente, bem como as cidades-pólo de influência econômica regional no sul, norte e noroeste do ES, ou seja, os municípios de Cachoeiro de Itapemirim, São Mateus e Colatina respectivamente.

2.2. CONSTATAÇÕES DA PRODUÇÃO À PROBLEMÁTICA DO ABASTECIMENTO ALIMENTAR ESTADUAL

Com efeito, procurou-se de pronto, chamar a atenção para alguns aspectos dito relevantes e que dizem claro respeito à dinâmica demográfica da população capixaba, principalmente para o que consiste também um fenômeno de escala nacional e mundial, o acelerado processo de urbanização do território e sociedade capixaba, que de fato, estimula-nos a pensar sobre o abastecimento urbano de alimentos à toda a população.

Apesar de a urbanização ter sido apontada como uma tendência mundial, em última análise, são as cidades, pequenas manchas diante a extensão geográfica dos domínios naturais ou mesmo dos campos cultivados, ainda, as grandes cidades, sobretudo as metrópoles, revelam-se também como fenômenos pontuais, frente à realidade de um estado, região ou país. O espaço urbano concentra, portanto em um determinado lócus, elevado número de habitantes, que até um período recente da história, estimados cinquenta anos, viviam para a realidade brasileira e capixaba, de forma geograficamente dispersa pelo campo. Dessa racionalidade, cujo cerne data distante no espaço e tempo, pois remete ao período da revolução industrial ocorrida na Europa, a evolução dos agrupamentos urbanos em todo o mundo se dá atrelado, sobretudo, a fatores de ordem econômica, cuja ampliação do horizonte do trabalho nas urbes, passou a ser um elemento atrativo, senão o principal, para um lócus de concentração de pessoas àquelas atividades.

Nesse rápido desenvolvimento das cidades, sobretudo nos países subdesenvolvidos, cujo êxodo rural foi mais expressivo diante as novas possibilidades humanas e de trabalho auferidas então pelo modo de vida urbano e concomitantemente catalisado pela industrialização. O uso da expressão popular, '*formigueiro humano*', se refere a esses espaços urbanos do atual período que, se manifestam pontualmente no espaço total e, que apesar de

inexpressivos em sua área de extensão, são nessas condições, espaços densamente habitados. Entretanto, apesar de grosseira a comparação, é sabido também que algumas espécies de formigas são de fato consideradas agricultoras, pois não são espécies meramente coletoras ou caçadoras no meio ambiente em que vivem. Estas formigas-agricultoras, não retiram sua subsistência diretamente do meio natural como as demais formigas de outras famílias ou como os outros animais, tão pouco através da caça de outra espécie animal. Mas o exemplo análogo é sim de formigas cuja espécie são produtoras do seu próprio alimento e, a partir do trabalho coletivo, pelo cultivo de fungos, uma espécie de cogumelos, que são os frutos do acúmulo contínuo de matéria orgânica, depositados e organizados à ausência de luz e à elevada umidade das profundezas dos formigueiros ao subsolo. Logo, os alimentos ali são cultivados por estas formigas por instinto, numa íntima relação para com a natureza, uma vez que, ainda que mudem de formigueiros, carregam pedaços do trabalho realizado anteriormente e reproduzem assim seus modos de subsistência, como parte indissociável de seu instinto e habitat.

Tomamos no centro, como exemplo análogo às formigas agricultoras em discussão, outra espécie do reino animal, a espécie humana. Aonde, assim como CASTRO haja dito que, *“a história da humanidade tem sido, desde o princípio, a história de sua luta pela obtenção do pão-nosso-de-cada-dia”* (CASTRO, 1957, p.45), nosso objetivo não remonta aos períodos ulteriores da história humana, mas visa ao menos assinalar e colocar em cena como a espécie humana, resolve o problema comum de sua alimentação, no atual momento. Período este presente, em que consoante à realidade de 57 municípios capixabas, bem como a realidade estadual como um todo, a maioria das pessoas residem nos espaços urbanos, logo, mais distantes do meio natural, que estrutural e historicamente sempre nos forneceu o alimento, a subsistência diária necessária. De igual maneira se destaca também o quanto estamos separados do processo produtivo do alimento, do pão nosso de cada dia, como utiliza CASTRO e, que compreende nos dias de hoje a todos

momentos produtivos que se realizam no abastecimento urbano, isto é da produção ao consumo, que sob uma complexa trama de relações e sujeitos, do campo e da cidade, diariamente põe a mesa dos capixabas.

Sob a atual divisão sócio-espacial do trabalho, o campo e a cidade respondem por funções sociais distintas: vivendo nas urbes, a população dedica-se, não de forma exclusiva, porém predominante, às atividades profissionais secundárias e terciárias, tipicamente atreladas às indústrias, ao comércio ou à prestação de serviços, formais e informais, entre outros. Já para o campo, essa mesma divisão do trabalho, orienta a organização do espaço e da sociedade que lhe vivifica, para a produção de matéria-prima às indústrias e, que por si têm como base a transformação dos produtos da natureza e, logo, historicamente as principais tributárias dos produtos primários das regiões agrícolas e naturais.

Assim, dessa divisão sócio-espacial do trabalho, as atividades do campo e da cidade tornaram-se fragmentadas, especializadas, embora muitas vezes complementares. Ainda, no que concerne a alimentação, o campo enquanto lócus da produção propriamente dita dos gêneros alimentícios responde pela oferta no processo do abastecimento alimentar cotidiano das cidades. Da mesma forma, esse espaço da produção, o campo, tem como característica a extensão de suas áreas e, com efeito, uma relativa dispersão das populações e concomitantemente das atividades produtivas. Já as cidades, espaço potencialmente concentrador de pessoas, produtos e relações por sua vez, diz respeito sobremaneira ao lócus da comercialização e do consumo desses produtos, pois nestes espaços reside atualmente majoritária parcela da população, acrescida ao fato de nestes espaços, os residentes (cidadinos) não produzirem o seu próprio alimento. Logo, emerge daí uma demanda contínua e 'permanente' por alimentos, haja vista que invariavelmente todos os dias, toda a população dos núcleos urbanos carece de alimentos, pois este compreende uma necessidade humana vital, e universal. Portanto,

[...] o abastecimento alimentar das grandes cidades é um problema que está presente no mundo inteiro, envolvendo questões de organização do espaço abastecedor e abastecido, de transporte, de produção e de comercialização, 'jamais conhecidas em nenhuma outra época da história humana. (PERPILLOU, 1967, p.1 in: LA CORTE, 1985 p.9),

muito embora a problemática da conquista ou acesso do alimento sempre estivera na pauta do dia de todos os indivíduos e sociedades, assim como para qualquer outro ser vivo, inclusive as formigas-agricultoras aqui mencionadas anteriormente, que parecem ter assegurado por definitivo, de forma mais simples e eficiente, a soberania alimentar de sua espécie. Já a espécie humana, segue com seu ponto de pauta número um para a sobrevivência, a segurança alimentar, em aberto... infelizmente ao livre mercado...

3. GEOGRAFIA DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NO ES

Nesse capítulo, iniciou de fato uma análise geográfica sobre a dinâmica de abastecimento urbano no território do Espírito Santo. Assim, como já abordado nos capítulos anteriores, apenas por uma questão de método e para fins específicos de análise, fragmentou-se ‘o todo’ indissociável do processo do abastecimento alimentar, por suas distintas e interatuantes etapas: da produção, da distribuição, da comercialização e do consumo de alimentos. Em cena especificamente os alimentos hortifrutis (a serem conhecidos mais adiante), propícios ao consumo humano e, comercializados *in natura*, ou seja, em seu estado natural sem qualquer tipo de beneficiamento ou processamento industrial ao produto final.

Sob este método de raciocínio, torna-se mais claro o fato de a alimentação, por mais que não se a perceba como tal, guardar em si, uma complexa trama de fatores e relações, uma intrincada geografia da produção que se realiza silenciosa por detrás de cada refeição.

Por esta ótica,

[...] os alimentos, quando analisados pelo lado da produção, permitem captar a importância do trabalho familiar, a presença da pequena produção subordinada ou outras formas de organização da produção de alimentos dadas por um maior ou menor grau de penetração do capitalismo no campo. (SIMON, 1987, p. 21).

Também, quando analisados inseridos no plano de uma atividade produtiva mais ampla, como condiz o abastecimento alimentar, faz-se imprescindível pensar todo circuito espacial de produção, pensado e disseminado por Milton Santos como uma das atribuições dos geógrafos ao entendimento do ‘espaço dos homens’ em sua totalidade.

Compreendido assim como uma instância da sociedade, o espaço,

[...] contém e é contido pelas demais instâncias, assim como cada uma delas o contém e é por ele contida. A economia está no espaço, assim como o espaço está na economia. O mesmo se dá com o político, institucional e com o cultural-ideológico. Isso quer dizer que a essência do espaço é social. [...] O espaço é tudo isso mais a sociedade: cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual.. (SANTOS, 2008, p. 12).

Não obstante, a discussão aqui se concentrou especificamente sobre o momento dito ‘inicial’ no abastecimento alimentar estadual e, todavia, donde também se reinicia esta atividade produtiva, ou seja, a etapa da produção propriamente dita dos alimentos in natura. Considerando que no cerne do processo produtivo, *“a produção é o verdadeiro ponto de partida e, portanto o fator que prevalece, e entre a produção e o consumo interpõe-se a distribuição.”* (MARX, 1977, p. 214), de pronto, em nossa análise para os alimentos, o momento referido corresponde diretamente à agricultura e aos agricultores que realizam, de fato, essa instância primeira do processo do abastecimento. Afinal, no decorrer da história humana, “o que a espécie humana conseguiu por meio das agriculturas [domesticação de espécies vegetais e animais] foi a segurança alimentar” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 209), uma condição indispensável ao triunfo de qualquer espécie, e que para a realidade dos dias atuais volta a ser assunto de pauta no debate político e popular.

Por conseguinte, o estudo geográfico que tradicionalmente procura compreender a produção do espaço, se debruça sobre um espaço que é fruto da ação humana sobre a natureza. Dessa relação do homem com o seu meio ambiente resultaram os diversos tipos de uso, ocupação e organização do espaço, supondo também distintos modos de produção, os quais variam de sociedade para sociedade e configuram as distintas formações socioespaciais.

A agricultura, cuja etimologia da palavra traduz-se em campos de cultivo, (*‘agri*, do latim campo e *cultura* ‘cultivo, cultura’), revela-se uma prática sócioespacial por excelência, de origem milenar e, por sinal, a mais difundida na superfície terrestre pelos continentes e como base de todas as civilizações, ainda que sob

princípios, técnicas, práticas e costumes diferentes. Afinal como colocou PORTO-GONÇALVES, “a espécie humana embora biologicamente a mesma, diferenciou-se pela cultura.” (2006, p. 208) e a partir da cultura diferenciada de cada povo ou civilização, buscou satisfazer uma necessidade comum a todos os povos, a demanda alimentar, a fome.

Para o geógrafo PIERRE GEORGE (1980),

[...] aos fatores da produção agrícola, unem-se fatores psicológicos provenientes do caráter ancestral e da longa continuidade da agricultura, em um determinado meio. Tradições e ritos ocupam um lugar, nas sociedades e economias agrícolas, que não tem equivalente na economia e sociedades industriais. Os tipos mais homogêneos de economia agrícola são os das regiões recentemente conquistadas à agricultura e que são, ao mesmo tempo, regiões sem tradição. (GEORGE, 1980, p.200).

Também chama atenção para o caráter universal da agricultura enquanto forma de produção do espaço, quando cita o exemplo das diferentes formas primitivas de agricultura, assim,

[...] as diversas formas de economia agrícola acham-se estreitamente ligadas a tipos particulares de apropriação do solo e de modos de exploração diferentemente alterados por longas evoluções históricas. São igualmente caracterizadas pela descontinuidade da ocupação do solo no tempo e no espaço e pela extrema mediocridade da produção em relação às superfícies dos terrenos e à soma de esforços requerida. (GEORGE, 1970, p.203).

Em uma análise geográfica acerca da etapa da produção de alimentos, deve-se reconhecer o espaço geográfico tanto como suporte a essa atividade produtiva, bem como, concomitantemente, evidenciar como este espaço se configura, como resultado dessa produção, no atual período histórico. Haja vista, que toda forma de produção, por mais simples que seja, é ao mesmo tempo um ato de produção do espaço, ou como explicita SANTOS, “produzir e produzir espaço são dois atos indissociáveis.” (1980, p. 163). Assim sendo,

[...] o espaço sempre foi o lócus da produção. A idéia de produção supõe a idéia de lugar. Sem produção não há espaço e vice-versa. Mas, o processo direto da produção é, mais que as outras instâncias produtivas (circulação, repartição, consumo), tributário de um pedaço determinado de território, adrede organizado por uma fração da sociedade para o exercício de uma forma particular de produção. (SANTOS, 2008, p. 81).

Dessa maneira, vale ressaltar que este estudo não pretendeu adentrar à discussão da questão agrária no Espírito Santo devido a amplitude e complexidade que envolve essa temática. Assim, embora tangencie esse tema, o foco principal deste capítulo é analisar apenas o momento da produção agrícola de gêneros alimentícios.

Mas, como parte do conceito de abastecimento alimentar, toma-o como uma atividade produtiva e logo imediatamente também espacial, que se realiza sob o conjunto articulado das demais instâncias, da produção, distribuição, comercialização e consumo. Assim como constatou MARX esses momentos revelam uma unicidade ao processo produtivo, pois,

[...] todos eles são elementos de uma totalidade, diferenças dentro de uma unidade. [...] A produção se expande tanto a si mesma, na determinação antitética da produção, como se alastra aos demais momentos. O processo começa sempre de novo a partir dela. [...] Uma forma determinada da produção determina, pois, formas determinadas do consumo, da distribuição, da troca, assim como relações determinadas destes diferentes fatores entre si. A produção, sem dúvida, em sua forma unilateral, é também determinada por outros momentos. [...] Se a distribuição sofre uma modificação, modifica-se também a produção; com a concentração do capital, ocorre uma distribuição diferente da população na cidade e no campo, etc. Enfim, as necessidades do consumo determinam a produção. Uma reciprocidade de ação ocorre entre os diferentes momentos. Este é o caso para qualquer todo orgânico. (MARX, 1978, p.115-116).

Considera no seio deste processo produtivo, que de modo geral, o momento da produção propriamente dita, respeita à 'oferta' de alimentos, no caso desse estudo, a oferta de hortifrutis em escala estadual. Já a etapa compreendida pela distribuição desses gêneros liga-se ao 'fluxo' dos alimentos, mais especificamente a circulação e o transporte, que respondem por colocar em movimento a produção enquanto mercadoria. A comercialização e o consumo,

sob o mesmo raciocínio articulado de um processo produtivo, como é o abastecimento urbano, dizem respeito às 'demandas' por produtos alimentares. da população citadina dos municípios capixabas.

Sobre esta unicidade do processo produtivo do abastecimento urbano, cuja instância da produção dos alimentos se coloca como etapa inicial, vê-se na explanação de GEORGE (1970), um pouco mais sobre como a oferta e a procura desses gêneros, ou a produção e consumo, como vêm sendo referido ao longo do trabalho, dialeticamente se fazem interatuantes e determinantes ao produto final, nesse caso, observado pela face monetária do preço dos alimentos.

Estimula a produção o aumento de consumo resultante do crescimento constante dos pedidos das zonas urbanas (advindo do crescimento demográfico, da elevação do nível de vida médio, e da diversificação da alimentação das populações urbanas, fortes consumidores dos produtos da criação de gado, de legumes e de frutas). Enquanto quantidades cada vez maiores de produtos puderem ser vendidas por preços vantajosos, a exploração agrícola será encorajada a desenvolver a sua produção, quantitativa e qualitativamente. Esta operação não deixa de ser arriscada, pois todo aumento da oferta mais rápido do que a procura, ou inversamente, toda redução do consumo, consecutiva a uma crise da economia industrial, repercute sobre os preços, podendo ir até a venda dos produtos agrícolas por preços ínfimos. (GEORGE, 1970, p. 210)

A par dessa breve introdução teórica, buscando contextualizar a geografia da produção no âmbito de um processo produtivo de maior amplitude, ressalta-se que este ensaio sobre o abastecimento alimentar no Espírito Santo, após uma consideração inicial sobre a distribuição quantitativa e qualitativa da população no território (capítulo dois), procurou caracterizar o espaço geográfico capixaba, a fim de identificar as áreas que respondem pela produção do alimento, o qual inserido no processo do abastecimento visa atender às demandas alimentares das urbes.

3.1. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO CAPIXABA

Doravante, por meio da interpretação de dados e mapas que trazem à tona o contexto do espaço agrário (da produção) do Espírito Santo, buscamos aproximar e dialogar essa realidade com a atual distribuição geográfica da produção de alimentos do Estado. A partir da localização da produção dos gêneros hortifrutis somada a outras interpretações da questão agrária e da própria configuração espacial do Estado, faz-se possível estabelecer várias conexões de ordem geográfica sobre a dinâmica estadual do abastecimento urbano.

De pronto, para que o espaço possa atuar como suporte e fator à produção direta de alimentos, torna-se uma condição primeira a disponibilidade da terra para o seu referido uso e ocupação com determinada finalidade. Também, “população, sistemas e técnicas de produção são mais do que condições de produção: constituem os próprios fatores de produção” (GEORGE, 1970, p.12) Para tanto aqui, procurou-se brevemente perceber a intensidade como a terra se faz distribuída e utilizada no território capixaba, como um fator determinante para a questão da produção de gêneros alimentícios e, por conseguinte a todo o circuito espacial da produção.

Chamando atenção para a importância do fator ‘terra’ à complexa questão agrária de nossos dias, o geógrafo Adelson Rocha Lima em seu trabalho de monografia, o qual utilizamos também dos mapas produzidos em tal ocasião, para fundamentar o diálogo com a questão dos alimentos, coloca que

A forma como a terra é distribuída e apropriada é determinante para a questão agrária. A terra é limitada, tanto em quantidade quanto em qualidade, um bem da natureza, impossível de ser produzida (produz-se na terra, mas não produzimos terra), diferente, por exemplo, da indústria [...] a terra é imprescindível à sobrevivência da humanidade e impossível de ser reproduzida, necessitando, portanto, a sua justa distribuição. Concentrar terra é privar outros da possibilidade do acesso

e condições de produzir alimentos e os bens materiais necessários à sobrevivência. (LIMA, 2011, p.32)

Dessa maneira, a partir dos dados registrados nos gráficos 1 e 2, procuramos destacar em relação ao Brasil, uma peculiaridade do Espírito Santo em relação à grande maioria dos Estados da Federação, a expressiva presença de pequenas propriedades rurais em sua configuração fundiária, o que implica direto à realidade da produção de alimentos do Espírito Santo, como ver-se-á mais adiante.

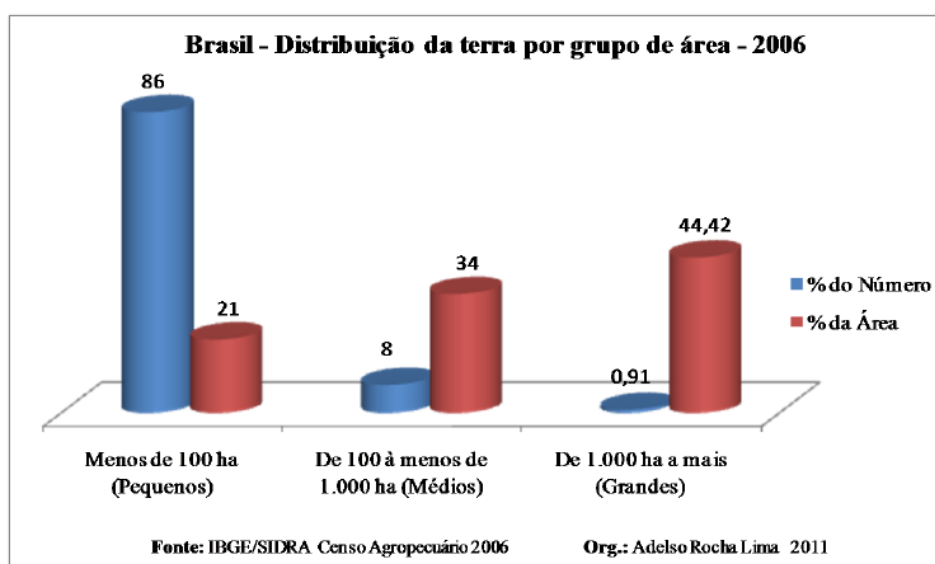


Gráfico 1 – Brasil: Estrutura Fundiária, 2006.

Com o realce apresentado pelo Gráfico 1, fica notório a herança do período colonial - das capitanias hereditárias, do sistema de *plantations*, do latifundiarismo e da agricultura comercial exportadora - que configura desde muito a distribuição de terras no Brasil, marcado ainda nos dias de hoje como um espaço com forte concentração de terras, apesar das proporções gigantescas de seu território. *Ipsa facto*, consuma perverso e reflete muito além nas estruturas do país, nas abruptas taxas de desigualdades sociais e econômicas, vividas de forma manifesta pela população brasileira.

A terra no Brasil 500 anos após o período da colônia, haja vista a porcentagem de área ocupada (coluna vermelha) e o percentual do número de estabelecimentos rurais (coluna azul), apresenta-se ainda assim, sobremaneira mal distribuída. De acordo com os dados do Censo Agropecuário 2006, é possível identificar que no Brasil enquanto 86% do número de pequenas propriedades (< 100 ha) ocupam uma área de 21% do território, por outro lado, as grandes propriedades (1.000 ha ou mais) contabilizam menos que 1% do número de estabelecimentos agrários e ocupam hoje, aproximadamente 45% da área do país.

Já o Gráfico 2, direcionado em específico ao Espírito Santo por sua atual configuração fundiária, mostra que no Estado a distribuição de terras se revelou mais equiparada ou bem distribuída. Pois, conforme apresentado pelos dados do IBGE, 94% do número total de estabelecimentos agropecuários em solo capixaba caracteriza-se por pequenas propriedades (< 100 ha) e ocupam 47% desse território.

Ao contrário do que se passa no cenário nacional, percebe-se que no Espírito Santo a grande propriedade (> de 1.000 ha) não caracteriza formalmente a essência do espaço agrário capixaba, embora seja demasiado influente sobre a dinâmica rural do Estado. Incorporada, conforme o gráfico 2 indicou, sobre uma área de 18% do território e por somente 0,8% dos estabelecimentos, essa modalidade de uso e exploração da terra, está intimamente associada à grandes interesses e investimentos econômicos, que extrapolam a escala estadual e até nacional, mas configuram, organizam e exploram este espaço sob interesses que não os locais.

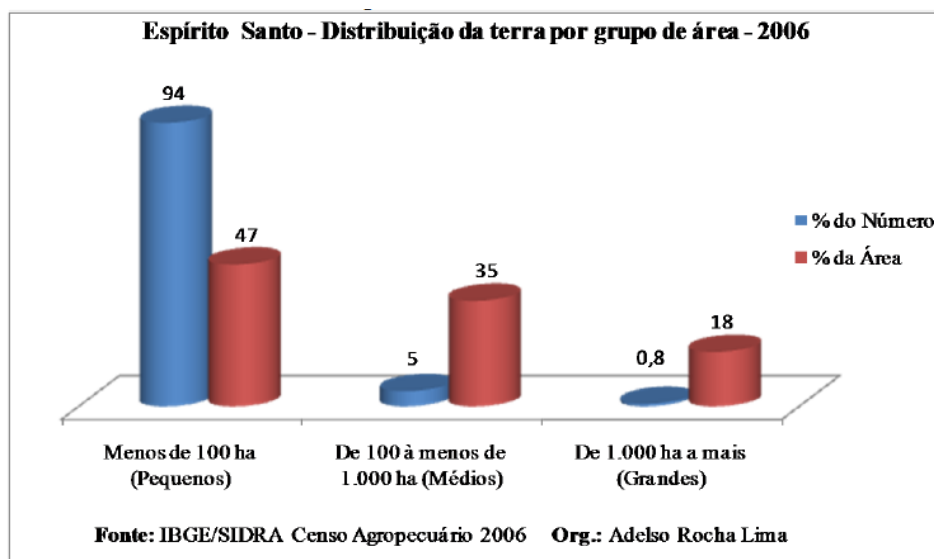


Gráfico 2 – Espírito Santo: Estrutura Fundiária, 2006.

Uma vez que, historicamente, quem responde pela produção e fornecimento de alimentos ao abastecimento alimentar das cidades e o próprio meio rural, tanto em escala nacional como estadual é a produção advinda de pequenas propriedades. Esta posição se faz ocupada pela agricultura familiar camponesa, que segundo os dados do IBGE 2010, produzem 70% dos alimentos que compõem diariamente a dieta alimentar da população brasileira.

Por outro lado, sabe-se também, que a história do Brasil desde o dito 'descobrimento' pelos colonizadores europeus, é arraigada de uma agricultura exploratória, baseada no sistema de latifúndio e exportação de matérias primas para o mercado consumidor externo, caracterizada por grandes ciclos econômicos de 'desenvolvimento', fundados contraditoriamente, sob a lógica das monoculturas e mão de obra escrava. De lá pra cá foram muitos estes ciclos: Pau-Brasil, cana de açúcar, ouro, borracha, minério, café, cacau, pecuária, entre tantos outros que coexistiram e por certo deixaram cicatrizes no território e estrutura social e fundiária deste país.

Atualmente este tipo de agricultura exploratória persiste e atende pelo nome de 'Agronegócio', tradução do termo 'Agribusiness', de origem estadunidense. Este

modelo de agricultura, “produto histórico da articulação entre o capital financeiro, o capital industrial e a grande propriedade territorial – baseia-se em um modelo de grande escala, que poupa mão de obra e usa intensamente a mecanização, irrigação e insumos industriais como agrotóxicos, sementes transgênicas e rações” (CONSEA, 2010, p.39) que, por sua vez ao repetir a história, segue direcionado exclusivo para as atividades agrícolas mais rentáveis, que visam o mercado externo e, portanto, distante de responderem pelo trabalhoso e pouco rentável processo de produção dos alimentos, diga-se aqueles que consumimos diariamente em nossas refeições. Desta forma,

O desenvolvimento rural no Brasil se caracteriza profundamente marcado pelo modelo agrícola conduzido pelo agronegócio empresarial, apesar da importância da agricultura familiar na produção de alimentos para o mercado interno e na sustentação de algumas das cadeias de produtos de exportação. (CONSEA, 2010, p.39).

Ao partir dos dados estatísticos expostos nos gráficos anteriores sobre a questão da terra ou propriamente da estrutura fundiária que configura hoje o Brasil e o Espírito Santo, procurou-se evidenciar para a questão dos alimentos, inicialmente de forma comparativa a respectiva concentração de terra nos territórios referidos.

Considerando os dados do Censo Agropecuário de 2006, que levantou a área média dos estabelecimentos familiares na ordem de 18,37 hectares e dos não familiares, em 309,18 hectares, este fato prediz algumas particularidades ao território capixaba em relação ao cenário nacional, haja vista que no Espírito Santo, praticamente 50% da área de seu território se faz distribuída em pequenas propriedades de terra (< 50 ha e 100 ha) e, com efeito, repercute no Estado a presença marcante da agricultura familiar. Enquanto para o Brasil, este cenário se inverte, havendo uma predominância das unidades produtivas sob grandes dimensões (> 1.000 ha).

Incorporando essa caracterização do meio rural brasileiro, procuramos chamar atenção para a realidade desses dados, que estreitamente relacionados com a questão da produção dos alimentos, implica e compromete na disponibilidade desses gêneros e, com efeito, à soberania e a segurança alimentar de todo o povo brasileiro. Assim, o país contabilizou em 2006, um quantitativo total de

[...] 5,17 milhões de estabelecimentos agropecuários: deste total, 84,4% (ou 4,36 milhões) eram estabelecimentos de agricultura familiar e 15,6% (ou 807 mil) eram estabelecimentos de agricultura não familiar, isto é patronais, ou cuja área excedia a quatro módulos fiscais. No entanto, os estabelecimentos de agricultura familiar ocupavam apenas $\frac{1}{4}$ da área total dos estabelecimentos agropecuários do país (aproximadamente 330 milhões de ha), ao passo que os estabelecimentos patronais dominavam $\frac{3}{4}$ dela. O predomínio fundiário da agricultura patronal, que explica em grande parte a hegemonia econômica do agronegócio, contrasta com o predomínio demográfico da agricultura familiar. (CONSEA, 2010, p.60).

Assim a situação da agricultura familiar em escala nacional, não traduz as mesmas tendências da agricultura familiar capixaba. *Ipsa facto*, pois para alimentar aproximadamente duzentos milhões de habitantes brasileiros, conta-se atualmente com apenas 4,36 milhões estabelecimentos que se enquadram no perfil da agricultura familiar camponesa, segmento da agricultura nacional que de fato produz e fornece os alimentos para o consumo interno, logo um eixo estratégico fundamental para o abastecimento urbano e segurança alimentar de toda a população brasileira, do campo e da cidade.

Muito embora esse modelo de produção agrícola, presente de forma significativa no território capixaba, tenha sido, ao longo de toda história brasileira, renegado de todos os investimentos públicos e tratado como o 'primo pobre' da agricultura exportadora de matérias-primas, conforme divulgado pelo Censo Agropecuário 2006, "os agricultores familiares respondem à produção agropecuária nacional pelo equivalente a 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão (77 % do feijão-preto, 84 % do feijão-fradinho e 54 % do feijão de cor), 46% do milho, 38% do café (parcela constituída por 55 % do tipo robusta ou conilon e 34% do tipo arábica), 34% do arroz, 21% do trigo, 58 % do leite

(parcela composta por 58% do leite de vaca e 67 % do leite de cabra), e possuem 59% do plantel de suínos, 50% do plantel de aves e 30% dos bovinos (ver tabela 5). A agricultura familiar responde também por 63% do valor produzido em horticultura e, ainda 74,4% do pessoal ocupado no meio rural brasileiro.” (CONSEA, 2010, p.63).

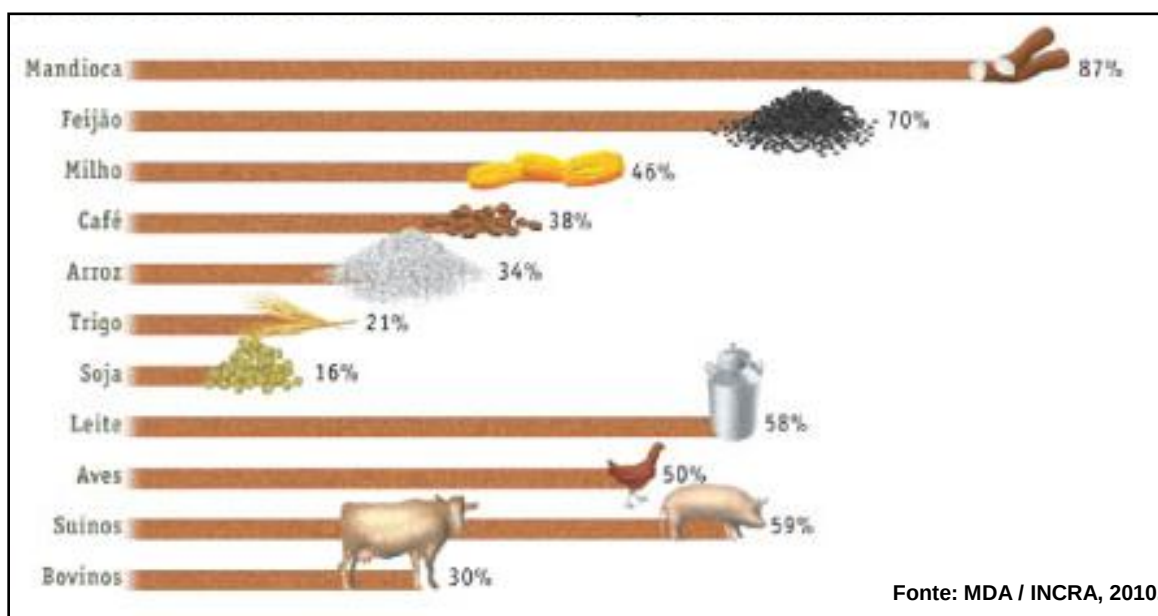


Gráfico 3 - Brasil: Participação (%) da Agricultura Familiar na Produção de Alimentos.

Assim sendo, elenca-se ao debate o paradigma de dois modelos distintos de produção agrícola, cujos mesmos embora destoantes, historicamente coexistem em todo o território da Nação e do Espírito Santo: o modelo agroexportador, baseado em grandes propriedades, tecnologias avançadas (mecanização, insumos químicos, irrigação, monitoramento computadorizado) e monocultivos especializados (culturas não alimentares), e o modelo evocado pela agricultura familiar camponesa, baseado na pequena propriedade, mão de obra familiar, produção diversificada (alimentos, energia, matéria-prima, criação, beneficiamento, etc.) e voltada substancialmente ao mercado interno, ou seja, ao consumo da população local. Logo, “embora não constituam mundos separados, dadas as várias interfaces entre eles, tais modelos apontam para

distintas concepções de ocupação do espaço agrário, de organização social, de relação com a natureza.” (CONSEA, 2010, p.39) e definidamente também, ao que compete à função social de primeira ordem que permeia todas as formas de agriculturas do mundo: a produção de alimentos, como meios de vida e subsistência que asseguram a toda população o direito básico da alimentação, condição essencial à vida.

No entanto vimos que este modelo agrário - desenvolvimentista que historicamente caracterizou a agricultura brasileira, produz contraditoriamente um espaço agrário marcado por uma grande concentração de terras e de renda.

O resultado deste modelo tem se refletido, de maneira geral, apesar do aumento na produção global, no agravamento do desemprego (no campo e na cidade), no aumento dos preços dos alimentos, na degradação do meio ambiente e na ocupação desordenada do território nacional. Outros problemas estão também vinculados ao modelo, como a queda na qualidade biológica dos alimentos e o progressivo desaparecimento das tradições culturais no meio rural. (PEDEAG, 2007).

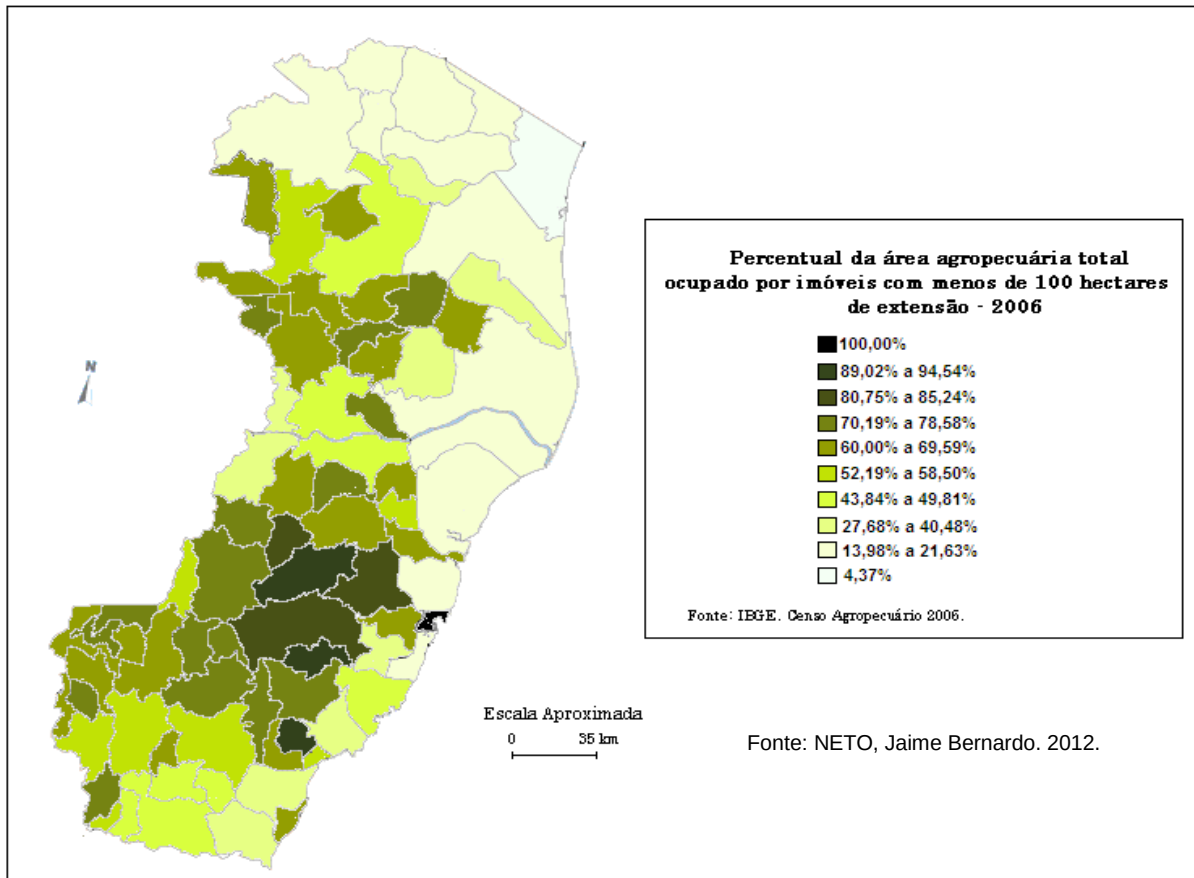
Conforme já apontado sobre a estrutura fundiária que configura o Espírito Santo, uma das particularidades desse Estado para com a dinâmica fundiária que se desenha paralela em âmbito nacional, respeita ao fato de sua formação socioespacial constituir-se assentada na pequena propriedade rural e com base no trabalho agrícola familiar. Este contexto, no entanto, se consolida ao longo da história do Espírito Santo, com fortes relações ao modelo de produção familiar, sendo esse disseminado pela cafeicultura local e a expressiva imigração européia que se concentrou no território capixaba, a partir da posse da terra para o trabalho na agricultura. Sobre esse viés, em consulta ao estudo de BERGAMIM, apontou-se que

[...] a pequena propriedade rural então instituída, fundada no trabalho familiar, sobretudo do imigrante europeu, e no cultivo do café como principal atividade com valor comercial e cultivado sem a utilização de recursos técnicos, constituiu a estrutura produtiva predominante no Espírito Santo. [...] Essa estrutura produtiva promoveu a ocupação do território capixaba e esse fato não se trata de um mero detalhe, mas

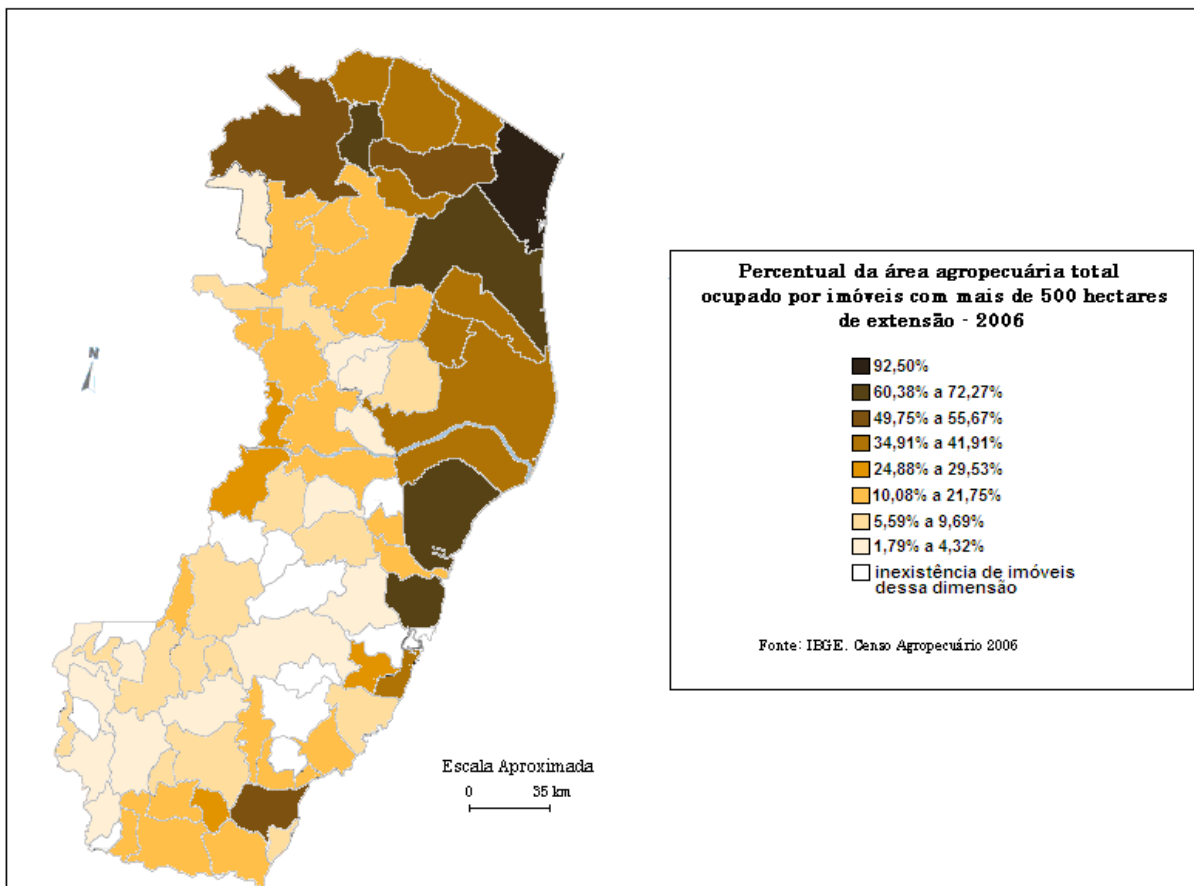
que tem implicações diretas na formação socioespacial do estado. (2004, p. 160),

Tanto como acreditamos também, impactos sobre a instância da produção propriamente dita de alimentos e, concomitantemente a todo o circuito produtivo do mesmo que se faz corolário.

Os mapas 4 e 5 se fazem complementares e, por consequência, procuram amostrar para o atual momento (ano 2006), como se configura a estrutura fundiária do Espírito Santo. Dessa maneira torna possível visualizar espacialmente, para os 78 municípios capixabas, como a estrutura fundiária e o modo de produção configura o território.



Mapa 5 - ES: Distribuição das Propriedades Rurais com menos de 100 ha, 2006.



Mapa 4 – ES: Distribuição das Propriedades Rurais com mais de 500 ha, 2006.

Conforme reconhece o Ped eag, sobre a tradição e a adaptação da agricultura familiar no espaço agrário do Espírito Santo, percebe-se que essa se consolida assentada historicamente na pequena propriedade com forte contribuição do próprio processo de colonização que ocupou o interior deste Estado, sobretudo a região serrana, a partir de pequenos lotes de terras às famílias de imigrantes que aqui chegavam, assim,

[...] a ocupação do solo capixaba, dinamizada com a imigração europeia, principalmente a italiana e a alemã, se viabilizaram com a distribuição das colônias (áreas de 25 ha), no território estadual, onde o café foi a principal atividade econômica indutora desse processo. Escravos abolidos e colonos europeus, enfrentando o clima tropical, as florestas, as montanhas e as epidemias, construíram, em solo capixaba, a base de nossa estrutura agrária e do nosso modo de produção. Constituíram, anonimamente, o grande capital social – a agricultura familiar. (PEDEAG, 2007).

No caso específico do Espírito Santo, este Estado apresenta hoje um total de 84.356 propriedades rurais e a agricultura familiar está presente em 67.403 desses estabelecimentos, que ocupam aproximadamente 1/3 da área total, e produzem diversificadamente em pequenas proporções para o mercado local. Por outro lado, com apenas 16.953 estabelecimentos a agricultura ‘não familiar’, ocupa 2/3 do espaço e de forma especializada, isto é predominantemente em um tipo de cultura, (cana ou eucalipto ou pecuária ou fruticultura (um tipo de fruta) ou cacau ou pimenta do reino), e visa a exportação de grandes volumes.

Chama atenção em relação aos demais estados da União, este expressivo número de estabelecimentos familiares no território capixaba, pois se revela superior ao quantitativo total de estabelecimentos rurais (familiares e não familiares) no Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, que condiz a um Estado vizinho, mais populoso e com dimensões geográficas semelhantes ao Espírito Santo. Estes dados mostram a grande importância socioeconômica da agricultura familiar para o Estado.

Outro dado importante a ressaltar que caracteriza o espaço agrário capixaba como um todo, diz respeito à cultura do café como tradicional ‘carro-chefe’ da

agricultura capixaba, primeiro devido ao período áureo da economia do Estado em torno do Ciclo do Café (até déc.60) e segundo, pelo fato de esta cultura estar presente, ainda hoje, em praticamente todos os municípios capixabas e diretamente associada à pequena produção familiar (ver mapas em Anexo). Com efeito, conforme destacado no PEDEAG, atualmente o Estado encontra-se na segunda posição do ranking nacional na produção (mista) de café, ficando atrás somente de Minas Gerais maior produtor do café tipo Arábica. Mas levando em conta apenas a variedade do café robusta (tipo Conilon), o Espírito Santo assume a primeira posição quanto à produção dessa espécie de café em escala nacional, pois responde por 70% de toda a produção do país.

Das 84.356 propriedades rurais do Espírito Santo, 56.169 têm no café a sua principal fonte de renda, sendo 40,4% com predominância do café arábica e 59,6% com café robusta. [...] Ressalte-se, ainda, o tamanho médio das lavouras de café arábica, com 8,65 ha, e de robusta, com 9,85 ha. Outro fator que merece destaque refere-se à estratificação das propriedades cafeeiras de robusta, em que cerca de 74% da área plantada situa-se em estratos inferiores a 50 ha, com 28% das propriedades apresentando menos de 10 ha. (PEDEAG, 2007)

Assim, apesar de o Espírito Santo atualmente apresentar a segunda melhor distribuição de terras do país, no que se refere à concentração de grandes propriedades rurais no território, conforme o mapa 4 identificou, há forte presença destas na região que compreende a porção norte do Espírito Santo. Sobre esse contexto BERNARDO NETTO apontou que “tal fenômeno associa-se principalmente à expansão dos cultivos de eucalipto e cana-de-açúcar que se verifica no Espírito Santo a partir da década de 1970, constituindo-se em manifestações locais da Revolução Verde.” (2009, p. 160).

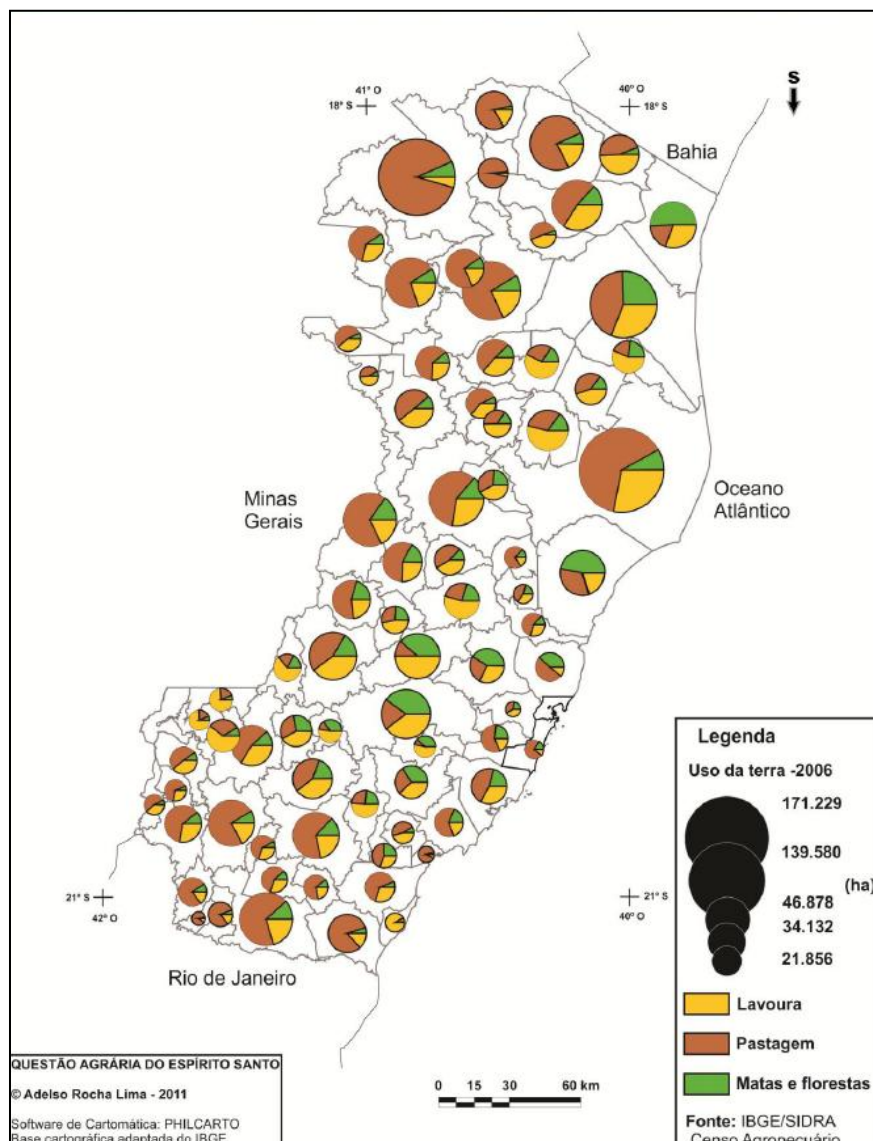
Numa análise mais específica para exemplificar o contexto da problemática da concentração de terras nessa região, vale ressaltar também que a monocultura presente no território, se contradiz perante os interesses e demandas da sociedade, não só pela expansão agressiva da área agrícola, mas também pela incorporação de áreas destinadas a outros usos e cultivos, sobretudo comprometendo diretamente a disponibilidade de alimentos nos territórios.

Dessa maneira, pode-se realçar o Município de Conceição da Barra, que de acordo com dados do Censo Agropecuário de 2006, apresenta 94% do número de estabelecimentos rurais enquadrados como pequena propriedade, mas que ocupam apenas 4% da área do Município. A agricultura familiar e a produção de alimentos resiste aqui, sobretudo como meio de vida, principalmente nos assentamentos de camponeses expropriados e nas comunidades quilombolas que são numerosas neste território marcado historicamente por sérios conflitos agrários pelo uso da terra. Enquanto por outro lado, contraditoriamente vigoram os grandes estabelecimentos, os quais sobre a rubrica do agronegócio do eucalipto (para a produção de celulose) e da cana de açúcar (para a produção de energia) representam apenas 1,5% do número de estabelecimentos, mas ocupam um exorbitante percentual de 87% da área total.

Já com ênfase na distribuição fundiária das pequenas propriedades rurais do Espírito Santo, o mapa 5 torna possível visualizar a presença expressiva deste modelo de produção, que se coloca como predominante e logo representativo da agricultura familiar praticada no espaço capixaba. Assim, a região Sul, Central (Serrana) e Noroeste do Estado apresentam uma distribuição fundiária destacadamente composta por propriedades com área menor que 100 ha. Também merece destaque específico, no que diz respeito ao tamanho das propriedades, a Região Serrana do Espírito Santo, que como revelou o mapa 5, apresenta uma distribuição de terras mais igualitária. Com efeito, Santa Maria de Jetibá, município que responde pela maior oferta de alimentos hortifrutis distribuídos via Ceasa (ver gráfico 12, p.169) e, comercializados e consumidos em todo o Estado, apresenta uma configuração espacial formada por 98% de pequenas propriedades que por sua vez, ocupam uma área equivalente a 95% do território.

Também o mapa 6, utilizado como mais um suporte nas investigações, buscou evidenciar como o uso da terra – fragmentado metodologicamente pelo Censo

Agropecuário 2006 em 'áreas de lavoura', 'áreas de pastagem' e 'áreas de matas e florestas' - se distribui no território em estreita relação ao tamanho das propriedades e aos modos de produção.



Mapa 6 - ES: Uso da terra, 2006.

Tão logo, referente aos 2.838.178 hectares de terras dos estabelecimentos agropecuários registrados em 2006 no Espírito Santo, 47,22% desse total se fazem ocupados com pastagens, 26,5% estão sendo utilizados com lavouras e 20,63% de áreas ocupadas por matas e florestas, sendo que a estas últimas

incluem-se as 'florestas plantadas', como são o caso das monoculturas de eucalipto, que em território capixaba, se encontram localizadas mais expressivamente no litoral da região Norte. Principalmente nos distritos de Aracruz, São Mateus e Conceição da Barra, municípios onde, mais uma vez destacando, ocorre grande concentração de terras, assim como constantes conflitos pela posse e uso de direito, neste caso referem à situação dos povos indígenas, tupinikim e guarani, no município de Aracruz, e às comunidades quilombolas nos outros dois municípios.

Revela-se sobremaneira notável, pela observação conjunta dos mapas, a distribuição por todo o estado das áreas ocupadas por lavouras, nas pequenas e médias propriedades de terras embora se façam mais expressivas e concentradas geograficamente na porção Sul, Centro e Noroeste do Estado. Sobretudo nas 'terras frias', de altitudes mais elevadas da região Serrana capixaba, verifica-se as melhores distribuições de terras, precisamente onde está concentrada grande parcela de imigrantes, além da mais expressiva produção de alimentos hortifrutis, estes destinados ao abastecimento urbano estadual.

Concomitantemente as extensas áreas se revelam mais associadas às áreas de pastagens destinadas a pecuária bovina e, situadas em grandes propriedades majoritariamente na região Norte e Noroeste (rebanho de corte), principalmente nos municípios do litoral norte, cujas áreas são mais planas. Segundo os dados do PEDEAG (2007), como também o gráfico 4 ilustra, o Espírito Santo, conta com um rebanho de "1,7 milhões de cabeças correspondendo a 1,02% do rebanho brasileiro. A composição do rebanho por finalidade econômica no ano de 2002 no Espírito Santo corresponde a 22,9 de leite e misto e 77,1% de rebanho de corte".

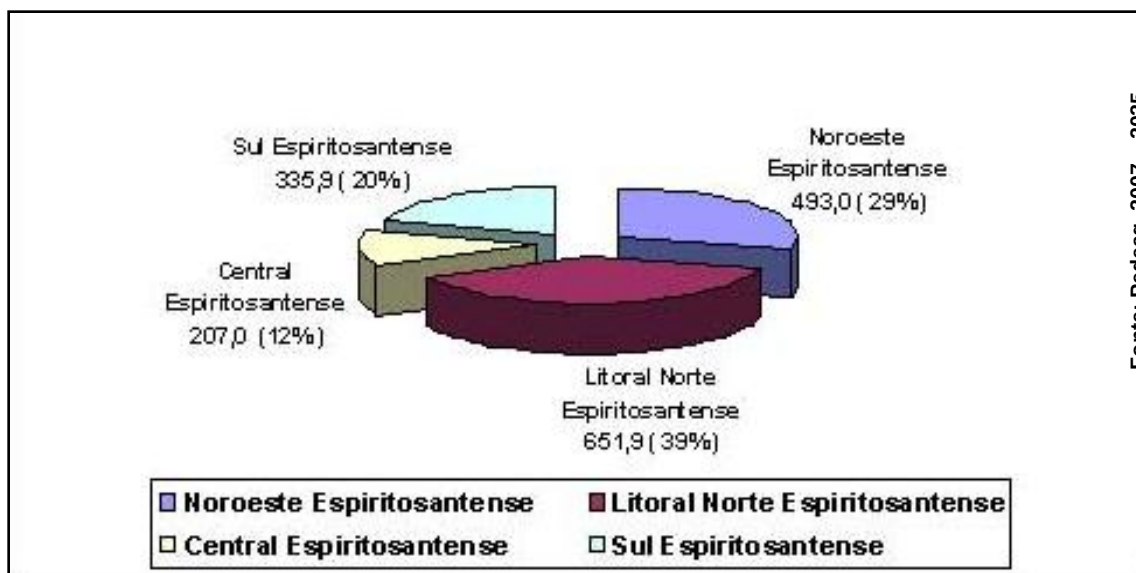


Gráfico 4 – Distribuição do Rebanho por mesorregiões do Espírito Santo, 2002.

No entanto, o fato de a Região Sul do Espírito Santo concomitantemente às áreas de lavoura, apresentar significativa parcela de áreas destinadas às pastagens, estas últimas se justificam pela forte expressividade da pecuária leiteira na região, principalmente em virtude da Cooperativa de Laticínios Selita que desde 1938 dinamiza este setor na escala local. Ressalva ainda para um modo de produção local e específico da região sul capixaba, uma espécie de ‘bi-monocultura do café-com-leite’ que se enfatiza nas pequenas propriedades familiares de todo aquele território. Caracteriza-se pela produção do café (cultura tradicional em todo o estado), de forma associada à pecuária leiteira (pequena produção de leite) destinada atender a constante demanda industrial ditada pela Cooperativa de Laticínios.

A par dessa breve contextualização e caracterização do espaço agrário do Espírito Santo nos dias de hoje, fica evidente o quão importante e pertinente se traduz uma discussão acerca da agricultura capixaba pela face da produção, de fato, dos alimentos. Ademais, quando a análise dessa etapa produtiva se pretende articulada ao abastecimento urbano de alimentos in natura, os fatores que se desdobram desde este ponto (etapa da produção propriamente dita),

tornam-se determinantes não somente ao campo, como também à cidade, pois se estendem por toda a cadeia produtiva e circuito espacial que percorre o alimento, até o momento final do consumo.

3.2. A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS HORTIFRUTIS NO ESPÍRITO SANTO

Para orientar nosso estudo sobre esta etapa produtiva no seio do abastecimento urbano de alimentos, parte-se do princípio que,

Se na aurora dos tempos os grupos humanos retiravam do espaço que os circundava, isto é, do pedaço da natureza que lhes cabia, os recursos essenciais à sua sobrevivência. Na medida em que a divisão do trabalho se acentua, uma parte cada vez maior das necessidades de cada grupo, de cada comunidade, tem de ser procurada na área geográfica de outra coletividade. (SANTOS, 1980, p.167).

Adentrando aos espaços da produção de alimentos hortifrutis no território do Espírito Santo, parte-se inicialmente do pressuposto que o Espírito Santo seja “autossuficiente na produção da maioria dos produtos hortigranjeiros consumidos pela população capixaba, além de gerar excedentes exportáveis para outros Estados das regiões Sudeste, Norte, Nordeste e Sul do País.” (2007, p. 4) conforme anunciado no Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura Capixaba - PEDEAG (2007-2025). No entanto essa produção específica de alimentos hortifrutis que este trabalho procura contemplar, se encontra geograficamente dispersa no espaço agrário capixaba, sendo nosso objetivo neste momento, compreender e dar visualidade à esta etapa, pela ótica do abastecimento estadual de alimentos.

Assim como exemplificado para o Brasil no gráfico 3, no Espírito Santo a produção dos alimentos que compõem a dieta habitual do capixaba, também resulta dos excedentes gerados pela agricultura familiar, que são geralmente pequenas produções embora diversificadas, haja vista o reduzido tamanho das

propriedades e o trabalho intensivo demandado por esta atividade. Para obter grande volume de um determinado alimento faz-se preciso reunir a produção de várias propriedades, que por sua vez se encontram geograficamente dispersas sobre o espaço agrário capixaba.

Ao que compete os interesses deste estudo, especificamente colocou-se em pauta os alimentos hortifrutis produzidos em território capixaba. Estes se enquadram no setor produtivo da agricultura orientado propriamente à produção de culturas alimentares para o abastecimento humano, mais especificamente as atividades designadas como horticultura e olericultura. Para tanto o termo 'olericultura' cuja etimologia da palavra tem derivação do latim: *olus* (hortaliça) e *colere* (cultivar) diferencia-se da horticultura, uma vez que diz respeito ao,

[...] cultivo de certas plantas de consistência herbácea, geralmente de ciclo curto e tratos culturais intensivos, cujas partes comestíveis são diretamente utilizadas na alimentação humana, sem exigir industrialização prévia. As hortaliças também são denominadas por cultura olerácea e são popularmente conhecidas e generalizadas como verduras e legumes. (Horta: cultivo de hortaliças, 2006, p.2).

Se olericultura distingue-se de horticultura, esta última consiste mais abrangente, e refere-se à

Produção de uma grande diversidade de culturas comestíveis ou ornamentais, como a fruticultura (cultura de fruteiras variadas), a cultura de cogumelos comestíveis, a jardinocultura (produção de plantas ornamentais), o cultivo de plantas bulbosas (como a tulipa), o cultivo de plantas medicinais, o cultivo de plantas condimentares e a produção de mudas diversas (viveiricultura).[...] (Horta: cultivo de hortaliças, 2006, p.2).

Numa economia rigidamente de livre mercado, como vivenciado nos dias atuais, o 'valor de troca' do produto agrícola no mercado, e não a sua utilização ou função social ('valor de uso'), é considerado o objetivo da atividade produtiva. Este fator de ordem socioeconômica, que há muito aliena o trabalho, logo o homem, pela mercadoria, certamente implica na organização do espaço agrário e, sobretudo da produção alimentar do território. Para calibrar este raciocínio, o

gráfico 5 apresenta a participação da olericultura e das demais atividades agrícolas praticadas em solo capixaba, com suas respectivas parcelas de contribuição (percentual) ao valor da produção agropecuária estadual. Ressalta-se que a fruticultura, atividade apresentada no gráfico com 17% do percentual, associa-se mais diretamente ao setor do agronegócio de frutas, que vem especializando desde a década de 80 o território do Espírito Santo, principalmente as regiões norte e noroeste.

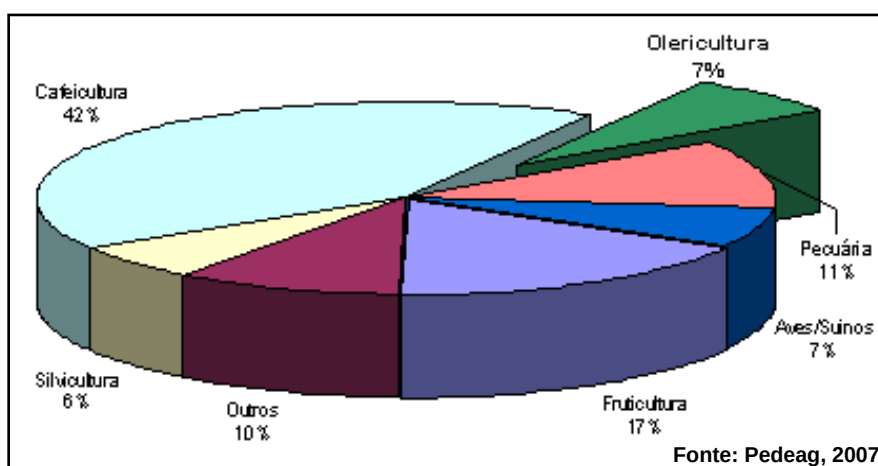


Gráfico 5 – Participação percentual, por atividade, na produção agropecuária do Espírito Santo, 2006.

Este ramo da agricultura (olericultura), responsável direto pela oferta de alimentos, se encontra predominantemente atrelado ao modo de produção familiar, haja vista que de acordo com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, 60% dos estabelecimentos que se dedicam à olericultura são incorporados neste perfil.

No Espírito Santo, esta atividade agrícola de importância social vital - para o campo e para a cidade, pois assegura a subsistência das famílias de produtores e consumidores – ocupa atualmente sobre o espaço agrário capixaba, este constituído por 2.838.178 hectares, apenas cerca de 13 mil hectares, isto é aproximadamente 0,46% deste território, segundo aponta o PEDEAG. Com efeito, somente uma ínfima porção do espaço total é utilizada diretamente para a

produção de alimentos hortifrutis no Espírito Santo. O número de produtores/ meeiros/ empregados rurais envolvidos na olericultura capixaba gira em torno de 20 mil trabalhadores, que respondem com uma produção média estimada de 342 mil toneladas/ano.

Assim apesar de ocupar pouca área efetiva do espaço agrário, verifica-se com base no gráfico 5 e dados do PEDEAG, que a olericultura representa uma atividade produtiva,

[...] altamente intensiva em seus mais variados aspectos, em contraste com outras atividades agrícolas extensivas. Sua exploração econômica exige alto investimento na área trabalhada, em termos físicos e econômicos. Em contrapartida, possibilita a obtenção de elevada produção física e de alto rendimento bruto e líquido por hectare cultivado e por hectare/ano. (PEDEAG, 2007)

Destarte, ressalta-se, principalmente a desigual extensão espacial desses modos de produção bem como os seus diferentes característicos. Pois, à medida que a produção familiar de alimentos, destinada para o mercado estadual, permanece ocupando posição secundária ou marginal dentre as atividades agrícolas supostamente mais rentáveis, como ocorre em solo capixaba. Esta representa, portanto grande importância social e econômica, haja vista que a par de sua produção diversificada, participa de maneira significativa também ao valor da produção de todas as demais atividades mencionadas no gráfico 5. Sobretudo ao valor da produção da cafeicultura, que como já explicitado os motivos outrora, se faz amplamente disseminado na agricultura familiar.

Já o modelo de produção do agronegócio, intensamente manipulado e orientado para o mercado externo vê-se estimulado por governos locais, embora não apresenta significativo retorno econômico como foi demonstrado no gráfico 5, por exemplo, para a baixa participação da pecuária (11%) e da silvicultura (6%)

no valor da produção agropecuária estadual, e muito menos social, pois as proporções de áreas, número de propriedades e pessoas envolvidas no processo de produção não condizem à mesma escala dos impactos da produção industrial, tão pouco na relação com os investimentos públicos despendidos nessas atividades. Sobre este dualismo entre a tradicional agricultura familiar e o contemporâneo modo de produzir do agronegócio, o sociólogo Jean Ziegler, coloca em evidência aquilo que vimos comprovando também para a realidade do Espírito Santo, que,

a produtividade da agricultura familiar é muito mais alta. Não falo apenas do ponto de vista econômico, mas social também. A agricultura familiar não produz desemprego, não produz êxodo rural e acumula, a cada geração, competência produtiva. E o investimento pode ser no longo prazo. Há muitos indicadores que provam que a agricultura familiar em toda parte do mundo é mais produtiva do que a industrial. (ZIEGLER, 2013, p.12).

Partindo destes pressupostos o presente capítulo, procurou conhecer parte da oferta estadual dos alimentos hortifrutis, quais sejam os que se inserem ao circuito espacial de produção do abastecimento urbano via entrepostos atacadistas da CEASA; antes de alcançarem, de fato os estabelecimentos comerciais varejistas e por fim os consumidores citadinos no Espírito Santo. Isto posto, com o intuito de compreender a dinâmica produtiva do abastecimento urbano em escala estadual, colocou-se como necessário, a identificação e a localização no espaço agrário capixaba, dos municípios que respondem pela oferta, logo produção, dos alimentos hortifrutis que se destinam por escoamento para comercialização em atacado, predominantemente às Centrais de abastecimento do Espírito Santo – CEASAs, que por sua vez respondem pelo momento da distribuição desses gêneros, e por conseguinte compete ao nosso objeto de análise no próximo capítulo.

Como o Censo Agropecuário do IBGE, não contempla em seus levantamentos estatísticos (por tipo específico de produto) a maior parte dos alimentos hortifrutis em análise neste trabalho, para o levantamento dos dados referentes

à produção Municipal, foram utilizados os dados do diagnóstico participativo do PROATER (Programa de Assistência técnica e Extensão Rural). Este foi realizado através de questionários aplicados pelos escritórios locais do INCAPER (Instituto Capixaba de Pesquisa Assistência Técnica e Extensão Rural) em cada município do Espírito Santo.

Assim, como o presente trabalho diz respeito ao abastecimento urbano à escala do Estado, cruzamos os dados qualitativos da produção hortifrutícola dos municípios (quais alimentos são produzidos em cada município) aos dados das Ceasas referentes aos alimentos hortifrutis que apresentaram maior comercialização no mesmo ano (2010) bem como as localidades de origem desses produtos, com efeito, identificamos alguns dos principais alimentos produzidos no espaço capixaba que decorrem propriamente ao abastecimento alimentar das populações citadinas.

Dessa maneira, foram selecionados 23 alimentos hortifrutis, predominantemente oriundos da agricultura familiar capixaba, que integram à dinâmica do abastecimento estadual de alimentos e, por conseguinte às dietas e hábitos alimentares dos capixabas. São eles:

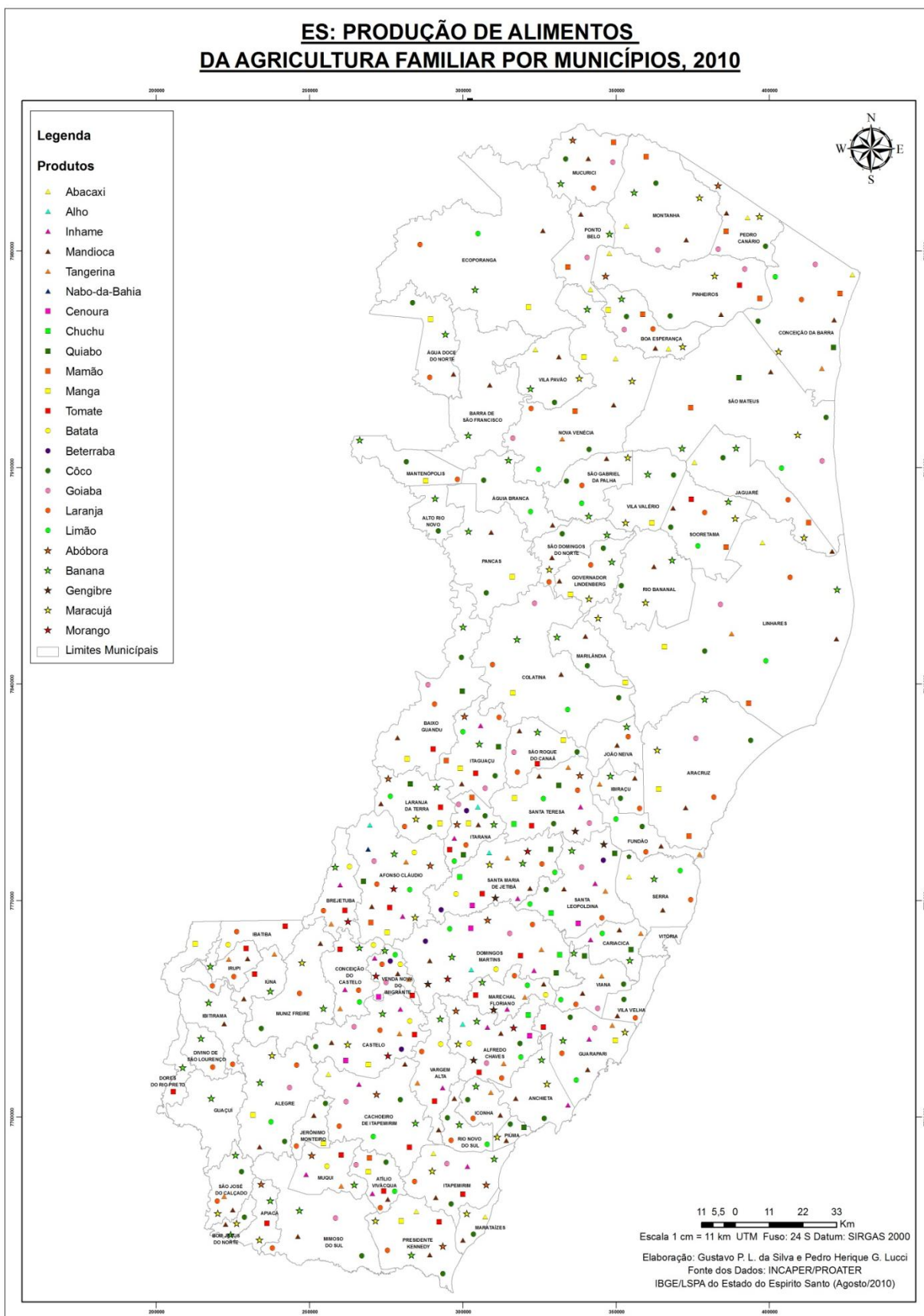
Hortaliças: Abóbora, Alho, Batata, Beterraba, Cenoura, Chuchu, Gengibre, Inhame, Mandioca, Nabo-da-Bahia, Quiabo, Tomate.

Frutas: Abacaxi, Banana, Coco, Goiaba, Laranja, Limão, Mamão, Manga, Maracujá, Morango, Tangerina.

A partir daí, como nossa perspectiva de análise abarca o estudo do abastecimento estadual de alimentos por uma ótica espacial, (um espaço social resultante da produção humana) daí a proposta geografia dos alimentos, procurou-se com a elaboração de mapas, dar visibilidade à distribuição geográfica da produção de alimentos no espaço agrário do Estado. Isto é, procurou-se identificar para todos os municípios capixabas, de maneira

qualitativa, quais são os alimentos produzidos com maior expressividade em cada um dos 78 (setenta e oito) municípios do Espírito Santo, fornecendo assim uma geografia da produção de alimentos hortifrutis. Logo, considerando-se o abastecimento de hortifrutis como atividade básica, de caráter permanente e crescente, tem-se uma base para as análises e interpretações das etapas produtivas sequentes desse processo à escala estadual, como a distribuição, o comércio e o consumo desses gêneros no território.

Da mesma forma, vale lembrar que toda discussão apresentada no capítulo anterior sobre as condições de distribuição quantitativa e qualitativa da população no espaço capixaba (campo-cidade) e, sobretudo a análise do espaço agrário desenvolvida neste capítulo, visam dar suporte ao entendimento da atual distribuição e organização geográfica da produção de alimentos, destinada ao abastecimento alimentar no Estado do Espírito Santo. Assim configurada no território conforme exposto no mapa 7 e na 'coleção de mapas da produção' subsequente, que acompanha-o como complemento, visto que identifica, de forma específica, como cada uma das culturas se organiza nos espaços agrários da produção de alimentos.



Mapa 7 – ES: Produção de Alimentos Hortifrutos da Agricultura Familiar, 2010.

Destarte, a partir da observação do mapa 7, chama-se atenção primeiramente que a produção de alimentos da agricultura familiar no Espírito Santo é como já evidenciado outrora, bastante expressiva e pulverizada em todo o território. Porém, quando analisada sobre o espaço produtivo do Estado como um todo, visualiza-se no mapa algumas regiões especializadas neste tipo de cultivo (frutas e hortaliças), em situações propriamente de cultivos comerciais, quando especializados em culturas alimentares mais aptas a uma determinada região ou mais rentáveis conforme variações de mercados e períodos de safras. Nesses casos, com produções menos diversificadas e mais intensivas (adubos, defensivos, grande produção, um ou dois tipos de culturas), à medida que visam atender assaz à demanda permanente por alimentos, estabelecida antes pelo mercado consumidor urbano (local, estadual, nacional e até do exterior).

Sob o mesmo contexto, identificamos no mapa também alguns cinturões verdes, que se enquadram nas definições de acima e muito embora constituídos no entorno de núcleos urbanos - como ocorre para o município de Cachoeiro de Itapemirim e Região Metropolitana da Grande Vitória - são áreas que contribuem com uma pequena, porém constante produção voltada para o cultivo de bens alimentares como frutas e hortaliças, para o provimento diário das populações urbanas do Espírito Santo. Assim,

[...] as principais regiões produtoras de hortaliças do Espírito Santo caracterizam-se como sendo de dominância de pequenas propriedades, de mão-de-obra de base familiar e localizarem-se próximas ao mercado consumidor da Grande Vitória, dividindo com a cafeicultura a primazia da importância agrícola dos principais municípios produtores. (PEDEAG, 2007).

Se comparado aos mapas 4 e 5, que apresentam a estrutura fundiária do espaço agrário capixaba, o mapa 7 também revela claramente o forte e histórico vínculo da pequena propriedade familiar à expressiva diversidade e produtividade de bens alimentares para o abastecimento da população capixaba.

Coexiste também às áreas mais especializadas na produção de hortaliças, a pequena produção voltada ao consumo de subsistência ou à complementação de renda (excedente comercializado), das famílias produtoras. Esses casos ocorrem mormente quando a cultura principal na propriedade volta-se à outros produtos como fonte geradora de renda, e a produção de alimentos hortifrutis (hortas) se insere por ser uma cultura de baixos custos (financeiros) na lavoura. No Espírito Santo, como ressaltado faz-se tradicional a associação de culturas alimentares com o cultivo comercial do café, escoado sobretudo para as cooperativas espalhadas de norte a sul, por todo o Estado.

O mesmo sucede também para alguns tipos de culturas que se inserem num contexto de 'venda garantida' e com efeito, asseguram de forma relativa uma renda fixa, ainda que anual, para a família de pequenos agricultores, calejada da situação de vulnerabilidade de um mercado agrícola pouco rentável e sempre instável. Assim intercorre também com o eucalipto (clonado) que vem tendo a sua cultura expandida pela prática do fomento industrial na Região Serrana e Sul, a pecuária leiteira estimulada por Cooperativas de Laticínios no sul do Estado, a fruticultura que atende substancialmente as agroindústrias de sucos no norte capixaba.

De modo genérico portanto, comprova-se que o Espírito Santo é um Estado grande produtor de alimentos hortifrutis e, com efeito autossuficiente na produção destes gêneros de primeira necessidade para toda a população, muito embora, como ver-se-á incoerente com este fato, ocorre também a importação corrente de bens alimentares de outros estados e países, bem como, a fome e a carência por esses alimentos em território capixaba.

Nessa perspectiva, como uma questão de método somente para fins de observação e análise do mapa 7, traça-se uma linha imaginária sobre o território do Espírito Santo na altura do Rio Doce, cujo leito a jusante atravessa sentido transversal, os municípios de Baixo Guandu, Colatina, Marilândia e Linhares, e

divide assim o Estado em duas partes quase iguais em questão de tamanho (norte e sul do Rio Doce), e ao mesmo tempo, também em duas partes desiguais no que tange à etapa da produção de alimentos hortifrutis.

De imediato, essas diferenças são percebidas visualmente a partir do mapa, cuja expressividade de culturas que se concentram nos pequenos municípios localizados na porção sul do Rio Doce contrasta veemente com a realidade da produção de alimentos hortifrutis dos municípios maiores que compõem portanto a porção norte desse mesmo rio, e apresentam baixa diversidade de cultivos alimentares, com maior representatividade relativa para as frutas, sobretudo manga, mamão, goiaba, maracujá e coco, haja vista que estas se acham vinculadas ao pólo de fruticultura, que ‘geografiza-se’ propriamente no pólo linhares, assim como nas regiões litoral e extremo Norte do Espírito Santo.

Já os cultivos alimentares de hortaliças nos municípios da porção norte do Rio Doce, se realizam basicamente voltados ao consumo de subsistência. Com exceção porém, da produção de bens alimentares que se faz em expressiva expansão em alguns municípios da região Noroeste, propriamente nos distritos municipais que circundam a cidade de Colatina, e para tanto visam abastecer essa população urbana aqui concentrada, sobretudo após a criação da Ceasa Noroeste, localizada nesse mesmo município, que assim como Cachoeiro de Itapemirim, consiste numa cidade pólo na região Noroeste. Como se pode observar mais claramente na sequência dessa discussão, na coleção de mapas da produção, destinada a localizar no território capixaba os municípios produtores de cada cultura em específico.

A produção expressiva de alimentos hortifrutis, que condiz ao cenário de autossuficiência deste Estado como promulgado no PEDEAG, se manifesta no espaço agrário capixaba, de fato, na porção sul do Rio Doce. Onde visualmente o mapa transpassa essa informação e ao longo deste capítulo já foram evidenciados alguns fatores que todavia levaram a este cenário.

Também chama atenção no mapa, alguns focos de concentração dessa produção diversificada que estão diretamente associadas e implicadas, aos espaços da produção de hortifrutis, que ‘alimentam’ toda a dinâmica cotidiana do abastecimento urbano, os quais destacam-se demasiado principalmente dois.

A Região Serrana (Sudoeste e Central), que abastece diariamente mais da metade da população urbana capixaba, hoje residente na Região Metropolitana da Grande Vitória, além de indiretamente diversas outras aglomerações urbanas, sobretudo no norte e noroeste do Estado. Outro foco da produção de alimentos hortifrutis identificado no mapa e com estreita relação produtiva no abastecimento urbano estadual, acha-se localizado nos municípios da região Sul do Estado, donde sinaliza mais expressiva precisamente nos municípios do entorno da maior concentração urbana daquela Região, isto é a cidade e pólo econômico regional, Cachoeiro de Itapemirim. Nesse segundo caso, a representatividade da produção se revela mais em âmbito regional, pois não se destina frequentemente para todo o Estado como no caso da produção oriunda da região Serrana.

Ainda sobre esses pólos na produção de alimentos in natura, observa-se também, conforme o mapa, que grande diversidade de alimentos, ou praticamente quase todos os vinte e três hortifrutis em análise no presente estudo, se encontram hoje sendo produzidos nesses espaços em destaque. Foi constatado porém que, mesmo em regiões grandes produtoras, existem municípios com produção insignificante.

Da mesma forma vale ressaltar, que devido a uma demanda constante por determinados tipos de alimentos - como banana, cebola, tomate - e ditada pelos hábitos de consumo e práticas de comércio dos espaços urbanos. Com efeito, alguns territórios (municípios) se especializam de fato nesses cultivos que por ocasião geralmente são também, mais rentáveis e certos para a

comercialização, pois apresentam 'boa saída' visto a existência de um mercado constante, inclusive em outros estados. Como exemplo podemos citar a cultura do tomate, muito significativa no município de Venda Nova do Imigrante, com efetiva demanda do mercado estadual e dos grandes centros urbanos de estados vizinhos (pois Belo Horizonte, Salvador, Rio de Janeiro são grandes compradores desse produto através da Ceasa-ES), e todavia, este fato implica em grande parte aos motivos já descritos acima.

Outra cultura que podemos tomar como exemplo, é a banana, a qual juntamente com a laranja representam as frutas mais consumidas pelos brasileiros. Com os capixabas talvez não seja diferente, haja vista que essa fruta se faz amplamente produzida e de forma bem distribuída em todo o território, pois consiste numa cultura típica da agricultura familiar e que exige poucos cuidados e baixos custos à produção. No entanto chama atenção para a produção em larga escala, que historicamente se desenvolveu, principalmente nos municípios de Alfredo Chaves, Iconha e Rio Novo do Sul. Essa produção de banana dos referidos municípios produtores, com exceção do último, já se fazia expressiva sobre o espaço agrário do Espírito Santo, desde a década de 70. Quando propriamente voltada a abastecer a Região Metropolitana da Grande Vitória, esta produção passou a aumentar e especializar-se cada vez mais à medida que aumentava-se concomitante, a demanda efetiva por estes produtos (aumento da população urbana na capital e RMGV).

Também se destaca aqui o importante papel social que desempenha à alimentação de toda a população, mas sobretudo da população rural e da família camponesa, culturas alimentares como a banana, a mandioca, que destinam-se mormente ao consumo interno, de subsistência. No entanto, também revelam que a Bananicultura (assim como a cultura da mandioca, laranja, coco, limão) consiste uma atividade produtiva bastante importante no setor agropecuário da economia capixaba pois proporciona aos pequenos agricultores familiares, disseminadores de estas culturas no território, excedentes da produção

(colheita) que de pronto convertem-se em uma renda extra, ainda que literalmente à 'preços de banana' pois nestas condições de plantio de subsistência, geralmente a apropriação dos excedente (renda) ocorre pelo intermediário (atravessador), uma vez que este responde pela circulação, isto é, por transformar o alimento (enquanto apenas na unidade de produção, sem mercado) em mercadoria, quando alcança o mercado consumidor.

Outro fator que leva à especialização da produção em um determinado território, pode ser também de ordem natural, ligado ao tipo de relevo ou clima específico de uma região, que se apresenta portanto apta à produção de uma cultura específica. Como ocorre para a realidade da produção de hortifrutícolas em potencial escala na região Serrana do Espírito Santo, sobretudo as hortaliças (folhosas no geral, e dentre as 23 culturas de hortaliças analisadas e mapeadas, sobretudo as tuberosas como alho cenoura, beterraba, chuchu, batata, gengibre, inhame, etc.). No entanto os principais fatores de demasiada produção nessa Região específica, associam-se não de forma exclusiva mas também devido ao tipo de colonização, estrutura fundiária, proximidade geográfica do mercado consumidor, isto é uma conjunção de elementos.

Outra cultura mencionada acima que também merece atenção é o alho, hortaliça fortemente consumida pelos capixabas e brasileiros pois constitui tempero básico na alimentação do dia-a-dia. Mas, como mostra o PEDEAG, apesar de ser uma planta com aptidão à produção em grande escala no território capixaba, por fatores recentes ligados diretamente à etapa produtiva da distribuição no processo do abastecimento urbano estadual, implicaram numa abrupta desvalorização dessa cultura no mercado estadual e concomitantemente decorreu uma redução ou quase abandono desses cultivos voltados para a comercialização e abastecimento interno. Este fato reflete como são interatuantes as instâncias produtivas, e como as mesmas organizam o espaço conforme as necessidades da produção. Assim, seguindo o Ped eag,

O alho é uma cultura que possui tradição de cultivo nas regiões de montanha, principalmente no município de Santa Maria de Jetibá, onde o clima é propício para o crescimento e desenvolvimento da planta, chegando o Estado a ocupar, em 1987, o quarto lugar no “ranking” da produção nacional, com 1.372ha cultivados. Porém, as importações anuais do produto [com “dumping”] em plena safra estadual, principalmente da Argentina e da China, tornaram o alho capixaba não competitivo no mercado nacional, levando o Estado a perda de uma excelente opção de cultivo de inverno.” (PEDEAG, 2007).

Sob este plano de análise é possível também, a partir dos indícios da produção destacados no mapa 7, entender porvindouro, a localização estratégica dos entrepostos atacadistas da CEASA no espaço capixaba, uma vez que a sua função no abastecimento urbano – distribuição dos alimentos - se articula diretamente aos espaços da produção propriamente dita dos mesmos, bem como aos espaços do consumo.

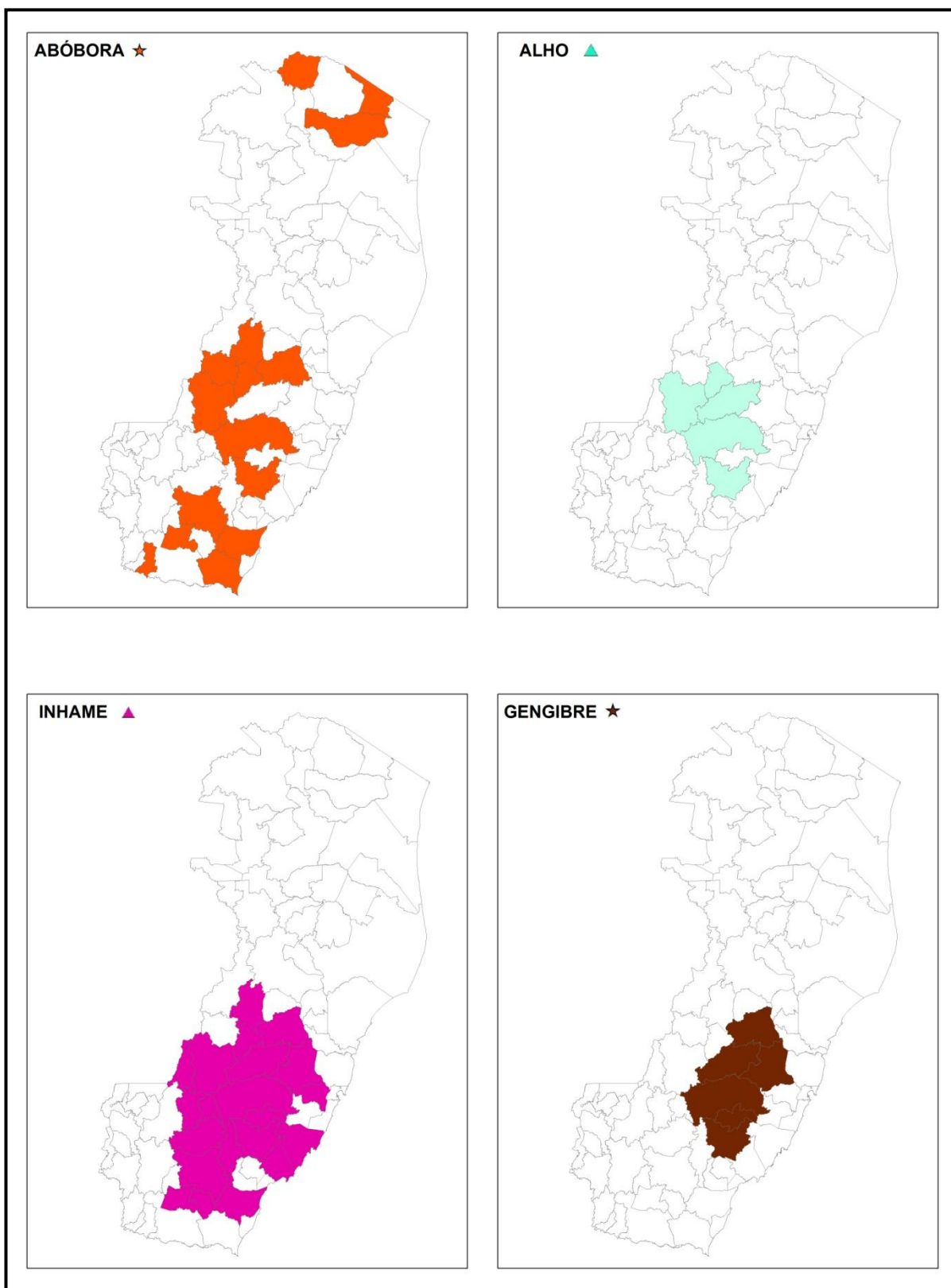
E como já constatado, no Espírito Santo, os resultados da produção de alimentos hortifrutis, quando não comercializados diretamente pelo produtor em feiras-livres ou outro canal de comercialização varejista, passam então fundamentalmente pelas unidades das Centrais de Abastecimento. Assim, verifica-se que sobretudo nos dias de hoje estes equipamentos assumem uma função estratégica ao abastecimento urbano de todo um território e, com efeito, à segurança alimentar de toda a população urbana capixaba, onde de forma hegemônica centralizam e orientam a etapa da distribuição dos alimentos.

Reproduzem dessa maneira uma relação de dominação da cidade sobre o campo, no que tange a apropriação dos resultados positivos desse processo. Todavia, visualiza-se na distribuição uma etapa um tanto racional quanto complexa e contraditória, que portanto nos propomos ao desafio de tentar compreendê-la individualmente no próximo capítulo, muito embora esteja claro que a mesma se realiza para com o vigente modelo de abastecimento urbano, de modo obrigatoriamente articulado às demais instâncias produtivas (produção, comércio e consumo).

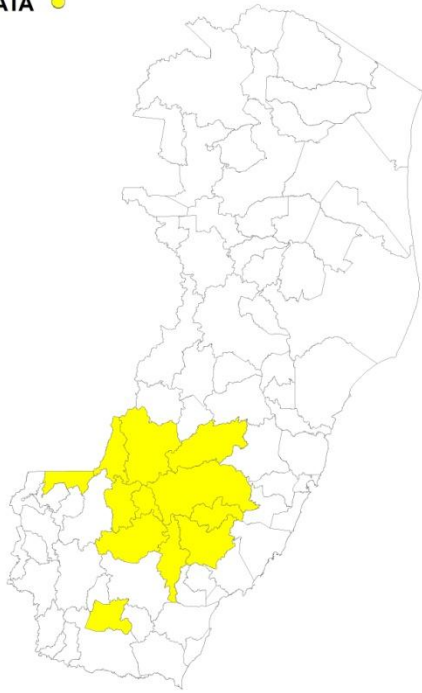
Por fim, não consistiu objetivo nessa pesquisa, por motivos de falta de tempo hábil para tanto, analisar cada cultura em específico e com a devida atenção merecida, fato este, que de certa forma a coleção de mapas visa atenuar, uma vez que apresenta individualmente para cada uma das frutas e hortaliças em estudo, sua respectiva disposição espacial, isto é a atual geografia da produção estadual de alimentos.

Constitui dessa maneira, uma base para as análises geográficas que seguem, bem como para um posterior entendimento da etapa que se articula adjunta à produção de alimentos, e condiz à instância da distribuição dos gêneros alimentícios, das lavouras aos entrepostos atacadistas da Ceasa, e dali até os mercados de comercialização varejista e consumo. Este processo ou circuito produtivo do abastecimento urbano, simboliza os caminhos ou momentos que o alimento *in natura* percorre, enquanto transforma-se em mercadoria, adquire valor de troca.

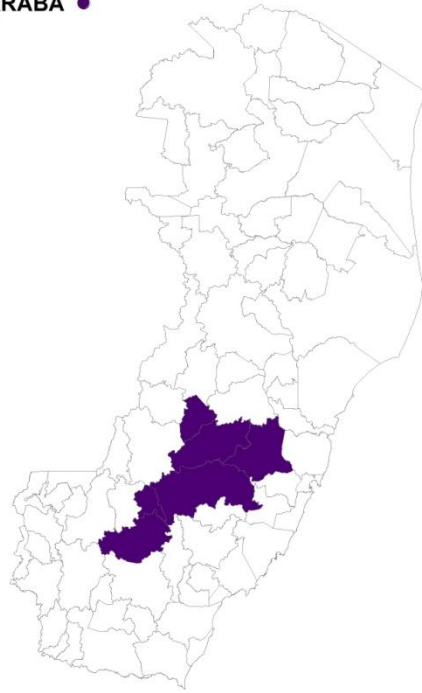
COLEÇÃO DE MAPAS II – ES: DA PRODUÇÃO DE CULTURAS ALIMENTARES (HORTIFRUTIS)



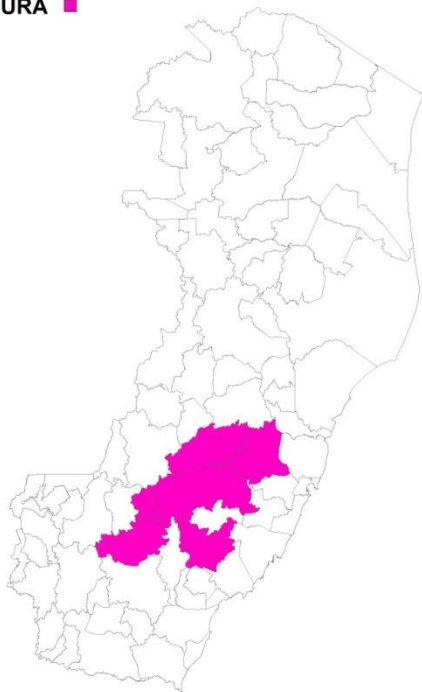
BATATA ●



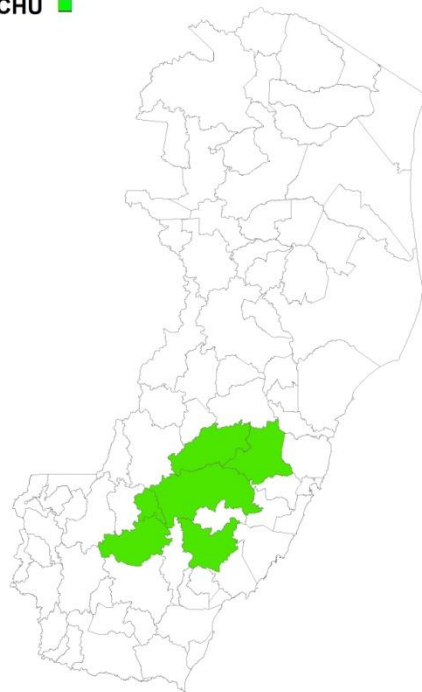
BETERRABA ●



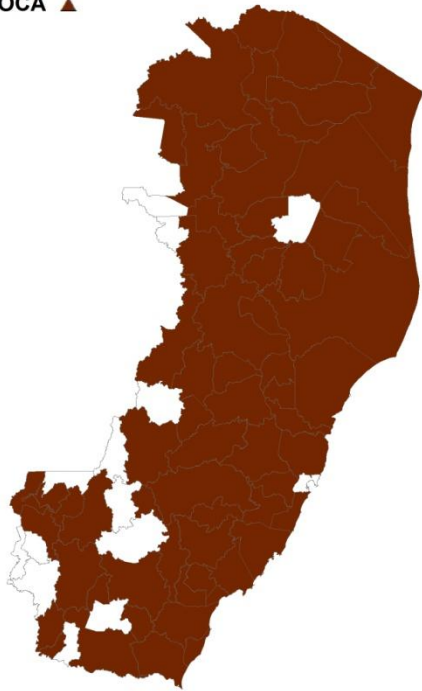
CENOURA ■



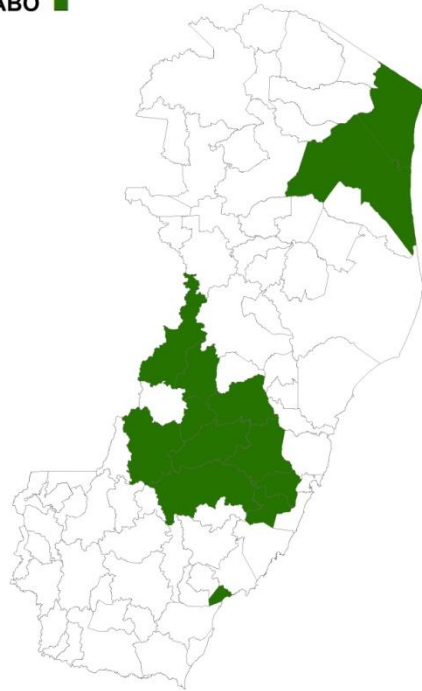
CHUCHU ■



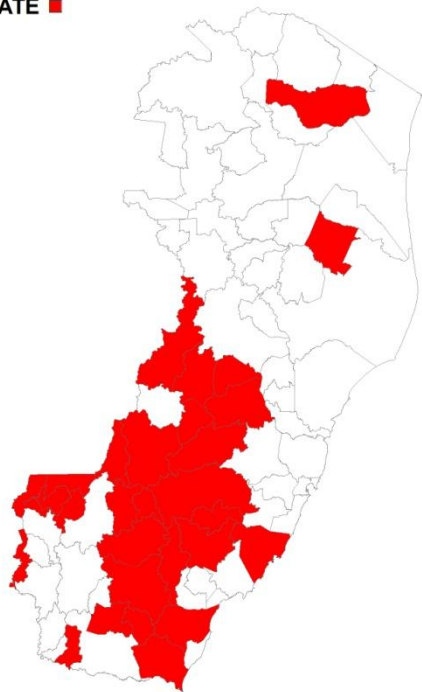
MANDIOCA ▲



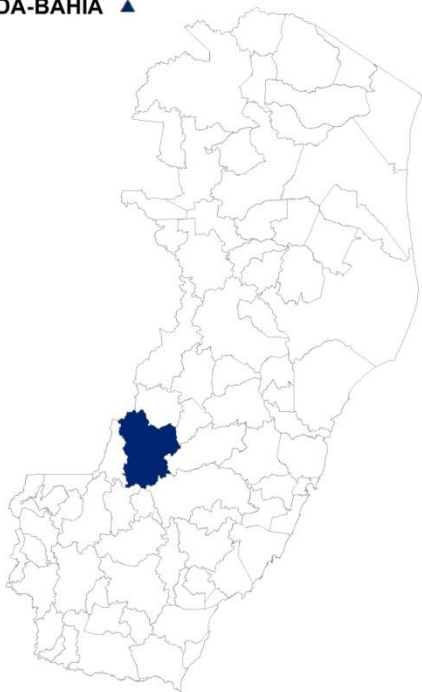
QUIABO ■



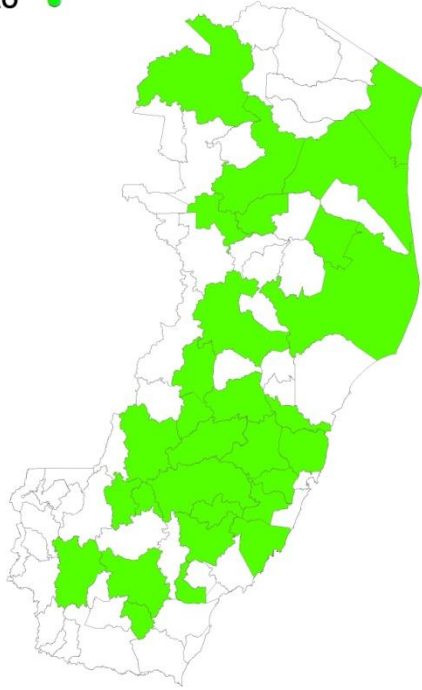
TOMATE ■



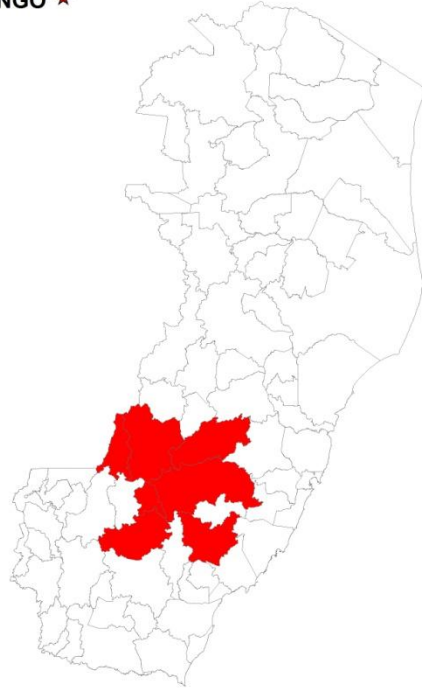
NABO-DA-BAHIA ▲



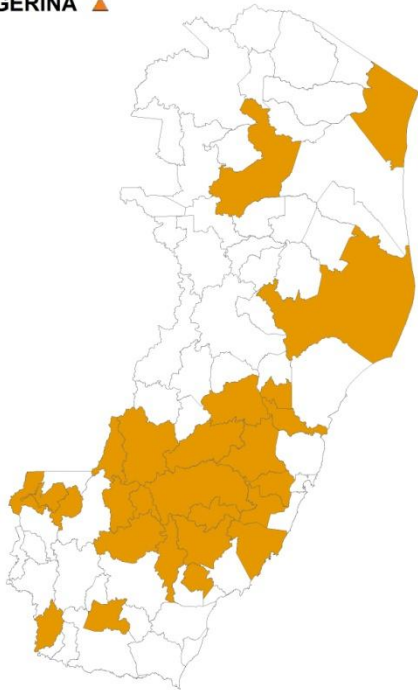
LIMÃO ●



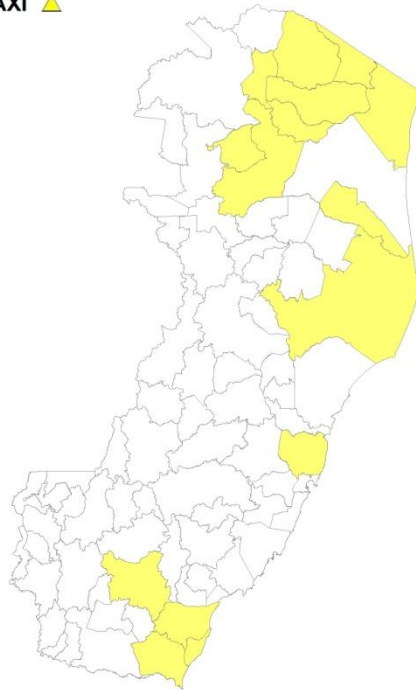
MORANGO ★



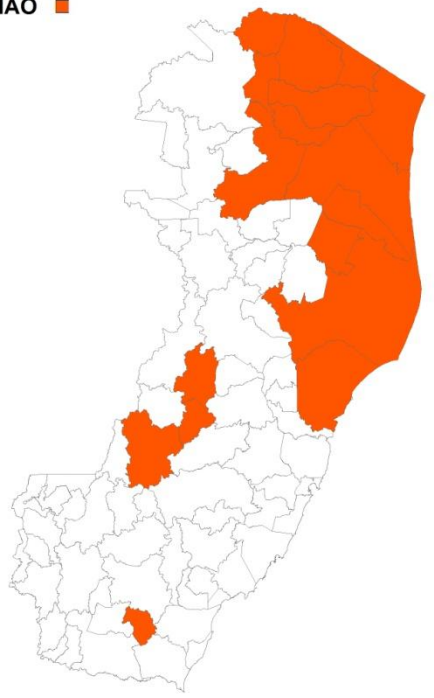
TANGERINA ▲



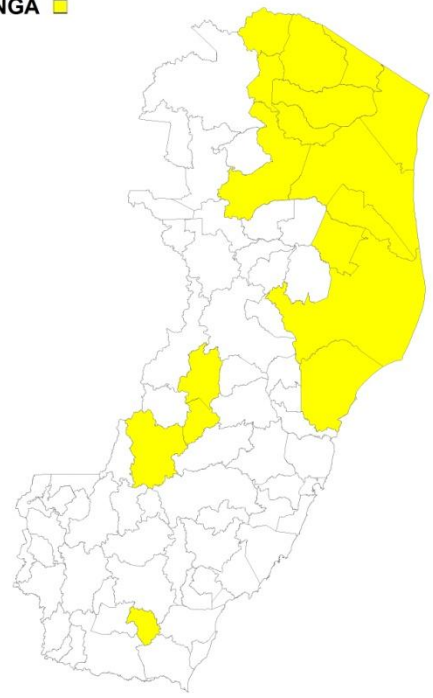
ABACAXI ▲



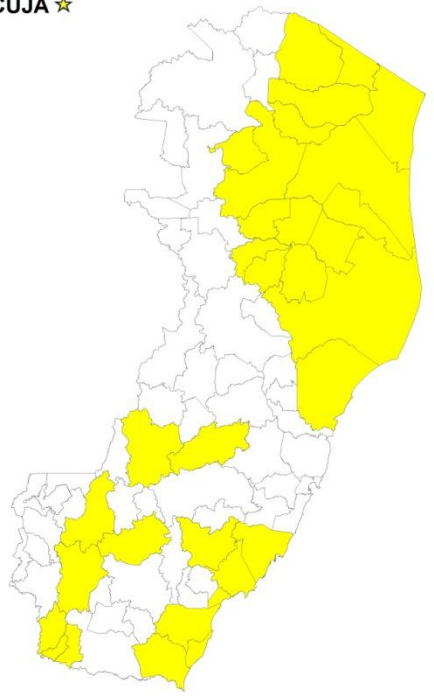
MAMÃO ■



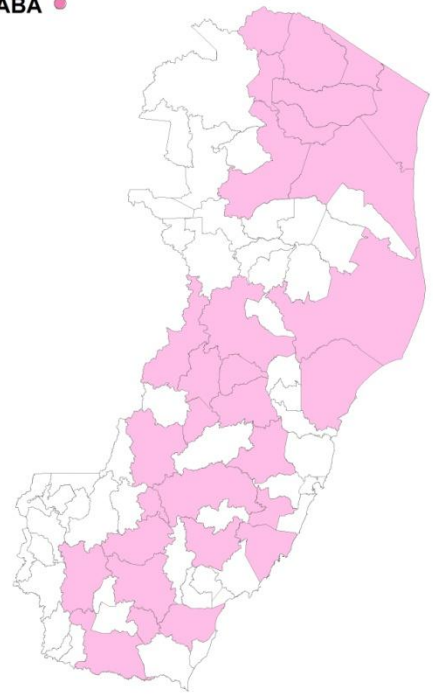
MANGA ■

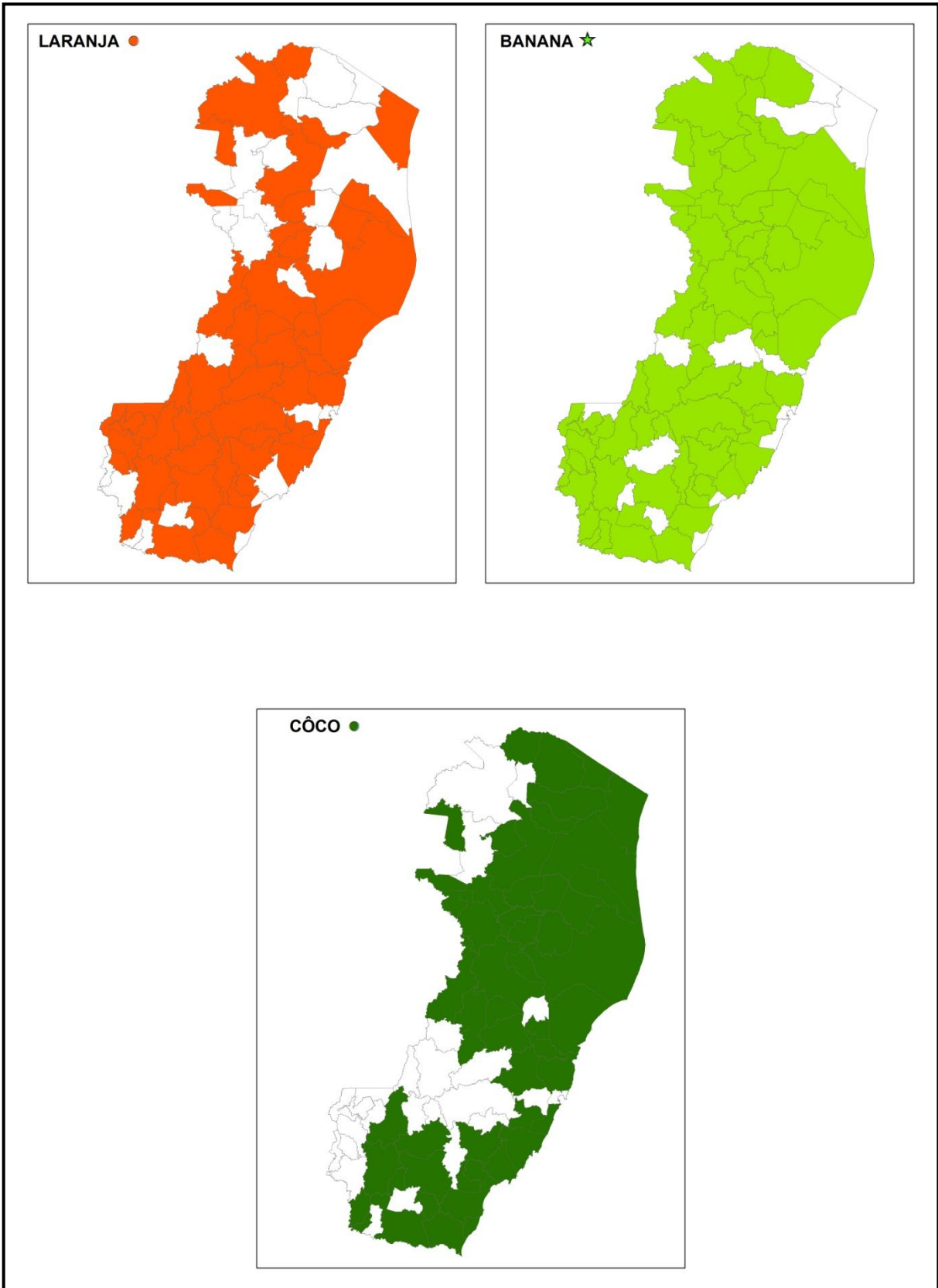


MARACUJÁ ☆



GOIABA ●





4. GEOGRAFIA DA DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS NO ESPÍRITO SANTO

É certo, que uma abordagem geográfica destinada a abarcar em profundidade apenas a etapa da produção propriamente dita dos alimentos, já seria um estudo demasiado amplo e complexo acerca da questão alimentar. Entretanto, o objetivo deste trabalho consistiu em compreender o processo produtivo do abastecimento urbano de alimentos em sua totalidade, logo, a partir de cada etapa específica deste processo que diariamente se realiza articulado no espaço capixaba.

Com referido intuito este capítulo rumo a discussão anterior, para a etapa que teoricamente se realiza sequente à produção dos alimentos hortifrutis propriamente dita, e, tão logo compreendida pela instância da distribuição e circulação desses gêneros de primeira necessidade. Pois, como haja dito SANTOS ao refletir sobre o circuito espacial que permeia e dá sentido à produção,

[...] não basta produzir muito. Uma vez que a área de mercado tem tendência a ampliar-se e estender-se a todo o território da nação, ou, mesmo, para além dele, é indispensável transformar as massas produzidas em fluxos, para reaver o dinheiro investido e reiniciar o ciclo produtivo. (2008, p.83).

Assim compreendida, no seio do processo de abastecimento urbano de gêneros alimentícios a etapa da distribuição em análise, corresponde basicamente à circulação e transportes (fluxos) desses produtos, no território do Espírito Santo. Todavia, esta se concebe por canalizar as mercadorias agrícolas, das unidades de produção situadas no espaço agrário capixaba, para o mercado, nesse caso os equipamentos de comercialização varejista (supermercados e feiras-livres), que por sua vez, coerentes, concentram-se, principalmente nos núcleos urbanos dos municípios e, mormente nas grandes cidades do Estado (ver mapa 3, p.59).

Afinal, à medida que há uma concentração maior de pessoas nas urbes, e por sua vez um conjugado aumento do número de pessoas ocupando formas de produção nos setores auxiliares (comércio, indústria, construção civil e serviços), resulta imediatamente numa divisão espacial logo, geográfica, entre espaços da produção (vazios demograficamente) e espaços do consumo (superpovoados) de gêneros alimentícios.

Assim sendo, como bem colocou PIERRE GEORGE, “as cidades tornaram-se grandes centros de consumo de produtos que não são por elas elaborados, como os produtos agrícolas, que devem ser colhidos frequentemente a grandes distâncias.” (1980, p.83). Decorre, portanto que dessa divisão espacial do trabalho, diretamente vinculada com o acelerado processo de industrialização e urbanização dos territórios (década de 70), surgem às necessidades de trocas comerciais, logo ‘fluxos’ entre os espaços e populações do campo e da cidade. Este comércio campo-cidade intercorre pioneiramente pela demanda de produtos agrícolas *in natura*, voltados para o abastecimento alimentar dos habitantes urbanos. Como destacado, principalmente os alimentos ‘da terra’, produtos de primeira necessidade humana (frutas e hortaliças), que nestas circunstâncias e, sobretudo hoje, correspondem uma demanda permanente e cada vez mais expressiva dos espaços urbanos, para com a oferta (produção), proveniente dos espaços rurais do Espírito Santo.

Como trazido nos mapas do capítulo anterior, por conseguinte, este fato também culminou para a especialização produtiva de alguns ‘pedaços’ do território capixaba à atividade da produção propriamente dita desses gêneros (alimentos hortifrutis), destinada, portanto ao abastecimento alimentar das cidades.

Nesse sentido, resumidamente foram destacados alguns polos representativos dessa atividade, da produção de alimentos no espaço agrário do Espírito Santo. Como a região Serrana que, contribui expressivamente na ‘oferta’ de alimentos *in natura* para todo o Estado, mas principalmente, assegura o abastecimento diário destes gêneros à grande parcela da população estadual que se distribui

concentrada nos municípios metropolitanos da Grande Vitória. Assim como, igualmente se destacaram, porém num plano regional, os ‘cinturões verdes’ de culturas alimentares, constituídos no entorno das centralidades urbanas de Cachoeiro de Itapemirim, no Sul do Estado e Colatina na região Noroeste do Espírito Santo, visto que a produção de bens alimentares em ambos os territórios apontados se reproduz vinculada à atender as necessidades do abastecimento alimentar das populações citadinas.

Como parte dessa problemática central, intentou-se compreender em específico a complexa dinâmica estadual de distribuição e circulação dos hortifrutis, que são causa e efeito para o entendimento das etapas que se realizam articuladas ao processo do abastecimento, a comercialização e consumo dos alimentos hortifrutis. Ademais, como evidenciado por GUIMARÃES, quando atualmente

[...] o sistema de distribuição e comercialização dos gêneros alimentícios obedece a uma trama complexa, que varia conforme o produto [alimentos hortifrutis]. A essa trama denomina-se de canais de comercialização. Esses canais de comercialização têm início nas propriedades agrícolas [unidades de produção do alimento], passando por intermediários [atravessadores] e chegando à metrópole em direção aos postos atacadistas [Ceasa], e daí ao consumidor através dos estabelecimentos varejistas [supermercados e feiras livres]. (1969, p.13 in: GODINHO, 2003, grifo nosso).

Coloca-se, portanto, que a etapa da distribuição, tomada à parte nesse capítulo para fim de análise, situa-se ‘funcionalmente’ interposta entre as instâncias da produção e da comercialização, que por si precede o momento final, do consumo dos alimentos. Tão logo, compete à sua função na dinâmica do abastecimento, colocar em fluxo, fazer circular no espaço capixaba, os resultados da produção, quais sejam os alimentos hortifrutis. Não obstante, como colocou também SANTOS,

O fato de que o espaço total seja indivisível também não nos impede de, nele, distinguir as frações (estradas, condutos, vias e meios de comunicação) utilizadas para permitir que a produção e os seus fatores circulem: pode-se falar num espaço de circulação? Pode-se admitir que haja pedaços de território cuja única função seja a de assegurar a

circulação? Cremos que, além disso, deve-se, mesmo, reconhecer que tais 'espaços de circulação' prestam-se de maneira diferente à utilização pelas firmas diversas dentro de uma cidade, região ou país. (SANTOS, 2008, p. 82).

Isto posto, atualmente sob a dinâmica do abastecimento urbano de alimentos, tanto em escala nacional quanto estadual quem formalmente responde pela distribuição dos alimentos hortifrutis são os equipamentos de distribuição atacadista, dentre os quais analisaremos especificamente o equipamento estadual das CEASAs (sigla e denominação popular das Centrais de Abastecimento).

À vista disso, como constatado em estudo recente sobre o setor 'público' e privado da distribuição atacadista de hortifrutigranjeiros no Brasil, realizado por WEGNER e BELIK, as CEASAs ainda hoje constituem um modelo hegemônico e representativo, pois atuam como

[...] estruturas cruciais para interconexão entre produtores e consumidores de diferentes estados [e municípios] brasileiros. Dessa forma, é inegável a sua importância para o abastecimento alimentar – um eixo específico para a concretização da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) – e para os pequenos e médios varejistas. (2011, p.198).

Também conforme apontado pela Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca (SEAG-ES), no Estado do Espírito Santo “A CEASA-ES constitui-se no principal polo de comercialização de hortifrutis do Estado, tendo comercializado, em 2009, um volume total de 510 mil toneladas.” (PEDEAG, 2007).

Tal fato prediz de pronto, que a dinâmica de distribuição de alimentos hortifrutis no processo produtivo do abastecimento urbano Estadual, não se realiza de maneira diferente como se manifesta em uma escala nacional, ou seja, os alimentos in natura produzidos e/ou consumidos em território capixaba passam

hoje, fundamentalmente pelos entrepostos atacadistas da CEASA, daí as próximas linhas buscarem compreender esta dinâmica vigente.

4.1. O SISTEMA CEASA EM CENA

Essa discussão se fundamenta em uma análise, de base teórica e empírica, acerca da dinâmica de circulação e transportes dos alimentos hortifrutis que ocorre via Centrais de Abastecimento do Espírito Santo – CEASAs, pois como já evidenciado outrora esse canal responde hoje como um modelo hegemônico de distribuição, tanto verificado para o Espírito Santo anteriormente quanto na escala nacional. Isto é, um modelo que se reproduz do global ao local, e, portanto extrapola a dimensão de uma relação social ou comercial apenas, entre indivíduos e mercadorias, mas enseja todo um planejamento e racionalidade na atividade produtiva do abastecimento urbano de alimentos, em busca de um ‘ótimo’ na eficiência, no controle da atividade e na geração de valor, lucro. Este que, sobretudo será determinado ou condicionado pelo controle relativo do espaço / tempo da distribuição e circulação dos alimentos hortifrutis, que consiste em uma função produtiva atualmente desempenhada a partir dos entrepostos atacadistas da Ceasa.

Afinal como já visualizado nos mapas deste capítulo, para chegar à mesa da população citadina, os gêneros alimentícios (hortifrutis), por ora produzidos exclusivamente nas zonas rurais no interior do Espírito Santo, percorrem uma longa trajetória. Das lavouras nas propriedades rurais, dispersas no território capixaba, até as tradicionais feiras livres ou prateleiras dos modernos supermercados dos núcleos urbanos. Isto é, entre o produtor direto e o consumidor final do alimento in natura, numa análise do atual modelo estadual de abastecimento urbano, se interpõem várias categorias de intermediários neste processo fluido.

Nesse aspecto, SANTOS destaca que

“os circuitos da distribuição e do consumo desenham-se no território para garantir que as produções agrícolas e industriais estejam presentes no território unificado pelo mercado. É este o caso da rede da Ceasa, que, a partir da década de 1970, espalhou-se por vinte Estados da Federação.” (2002, p. 148).

Dentre estes, também o Estado do Espírito Santo, donde a construção ocorreu em 1973, porém o funcionamento de fato da primeira unidade das Centrais de Abastecimento (CEASA-Cariacica), data ao ano de 1977.

Através desses pontos fixos (entrepostos das CEASAs), distribuídos inicialmente a partir dos Estados, esta iniciativa federal - inicialmente assentada numa economia mista entre união, estados e municípios sede - visava articular o território regional e nacional, conectando produtivamente (mercadorias, informações, capitais, tecnologias etc.) os espaços da produção, aos espaços de comércio e consumo de hortifrutis ou, colocando em fluxo os resultados da oferta de bens alimentares oriundos do espaço agrário, à demanda emergente que advinha das urbes.

Pois em fase de pletórico crescimento, inchaço demográfico, escassez e desorganização na oferta de alimentos à população residente urbana, se desenhavam necessário e emergencial uma política pública de abastecimento. Sobretudo, nesse momento (década de 70), o qual como analisado para o contexto do Brasil e do Espírito Santo, marca um período em que a agricultura comercial direcionava-se principalmente à produção de matérias-primas voltada para exportação, as cidades viviam a atmosfera dos grandes projetos industriais de ‘desenvolvimento’, ambos contribuíram juntos para a rápida migração campo-cidade, cingindo portanto ao encargo da gestão pública a responsabilidade do abastecimento interno de alimentos, dos territórios e da população. Oficialmente, portanto,

O modelo institucional dos mercados atacadistas brasileiros (neste caso as Centrais de Abastecimento – CEASAs) tem origem no Sistema Nacional de Abastecimento – SINAC, que implantou, a partir da década de 70, as principais CEASAs e promoveu o estabelecimento de normas

de comercialização, informações de mercado e técnicas de produção para o segmento hortigranjeiro no país. (PROHORT, 2009, p.12).

Assim, ainda segundo a Companhia Nacional de Abastecimento os entrepostos da Ceasa são definidos como:

Espaços de comercialização atacadista de alimentos, realizada por agentes privados, submetidos a regras operacionais específicas e que permitem acesso irrestrito de vendedores e compradores. Alguns entrepostos têm um papel determinante no abastecimento nacional, pela formação de preços, escala comercial e de padrões de comercialização, podendo ser caracterizados como 'cidades de abastecimento'. (PROHORT, 2009, p.12).

Chamamos atenção aqui, para a função social que inicialmente a CEASA desempenhou no abastecimento e segurança alimentar dos territórios contemplados por este equipamento, como parte dos princípios básicos de seu surgimento em âmbito nacional. Haja vista que num primeiro momento as Centrais de Abastecimento além da estrutura física de apoio ao comércio varejista, que, como veremos, hoje assume importância capital para o setor privado e comercial da alimentação (supermercados, quilões, restaurantes, etc.), havia também no interior de sua estrutura e de seu planejamento, uma racionalidade diferente da atual, que se revela restrita e comandada apenas por interesses comerciais.

Logo, de forma articulada às CEASAs, havia também os mercados do produtor, em áreas rurais do território e, nas zonas urbanas, equipamentos ou programas varejistas que em paralelo objetivavam, portanto estreitar a relação entre a produção e o consumo, estimulando a oferta de alimentos a preços mais acessíveis ao consumidor e os ganhos sendo revertidos para o produtor. Assim, conforme apontado em publicação oficial da Ceasa-ES, nas décadas de 70/80, encadeado às CEASAs, porém com atuação na área de varejo,

[...] foram implantados vários hortomercados para comprovar que era possível desenvolver essa atividade de modo profissional e em escala que permitisse repassar ao consumidor os ganhos obtidos na produção e atacado. Além disso, em dias e locais determinados, cada Central implantou o seu sistema de varejo, abrindo novo espaço para a população obter preços melhores com o produto hortigranjeiro. [...] Na verdade, a grande meta seria ajudar o processo de transformação do produto agrícola em alimento. Estavam em operação 34 Ceasas nas áreas urbanas, 32 mercados do produtor nas zonas produtora rurais, 158 equipamentos varejistas (27 hortomercados), 5 feiras cobertas, 50 sacolões, 2 sacolões volantes, 8 módulos de abastecimento, 7 feiras livres e 59 varejões. (CEASA, 2010, p. 16).

No entanto, com os baixos investimentos da União que seguiram os últimos anos do SINAC (1972-1985) o que ocorreu foi o declínio desse sistema que vislumbrava um Brasil integrado e abastecido. Também um consequente desestímulo dessa atividade de primeira importância social e abandono por parte do Governo Federal (1988). A esse contexto, soma-se o fato contraditório de em pleno período da revolução verde (cuja promessa era acabar com a fome nos países subdesenvolvidos) o setor da agricultura familiar, responsável direto pela oferta interna de alimentos à população, corresponder o ‘primo pobre’ no plano da agricultura nacional. Neste período tumultuado da história, as CEASAs também entraram na lista das empresas estatais privatizáveis, inclusive indo a leilão,

*[...] todavia, ninguém compareceu para a compra. Coerente, afinal a atividade de comercialização sempre fora privada. Estatal era a administração do complexo, a coleta e a divulgação de informações e diversas ações, próprias de governo [ressaltam-se as ações voltadas ao abastecimento varejista da população que se fizeram articulados às CEASAs e de extrema importância social], buscando o equilíbrio e melhoria do Sistema. (CEASA, 2010, p.18, *grifo nosso*).*

De início, portanto, as Centrais de Abastecimento foram criadas baseadas num “sistema de economia mista, na qual tinham como acionistas a União, os Estados e os Municípios onde se localizavam as sedes.” ((WEGNER e BELIK, 2012, p.199). Atualmente essas estruturas, funcionam sob a administração de 41 instituições gestoras em formato público-privado, as quais conforme o mapa

10 se distinguem quando ao modelo da gestão: 2 federais, 5 convênios, 19 municipais e 15 são estaduais. De acordo com WEGNER e BELIK,

[...] o fim do SINAC não culminou na redução do número de centrais de abastecimento, porém sua função na atividade abastecedora se tornou difusa e sem articulação. Em outras palavras, a pulverização, em 1988, do controle acionário das centrais de abastecimento não desencadeou uma revisão do paradigma de relacionamento entre setor privado e público que possibilitasse a construção de uma nova regulação da atividade abastecedora de hortifruti no Brasil. (2012, p.199).

Logo, os sistemas de distribuição de alimentos hortifrutis, constituídos pelos entrepostos atacadistas das CEASAs, segundo o PROHORT somavam, em 2009, um total de 72 unidades em operação, que estão distribuídas geograficamente no território nacional por 22 Estados da federação como registra o Mapa 8.



Mapa 8 – BRASIL: Localização dos Entrepostos Atacadistas, 2009.

Por conseguinte, percebe-se que a distribuição espacial das CEASAs não se realiza de maneira uniforme sobre o território brasileiro, tão pouco quando analisadas internamente às fronteiras dos Estados ou regiões administrativas brasileiras. Verifica-se assim que a distribuição dos entrepostos atacadistas das

CEASAs no espaço geográfico brasileiro associa-se dentre várias condicionantes, primeiramente à questão de urbanização dos territórios, e ao potencial mercado consumidor que já se faz corolário, quando se trata de consumir um produto vital para todos os indivíduos, como são os alimentos in natura.

Assim no fato, à medida que se eleva o grau de urbanização dos territórios estaduais, desponta também a necessidade por este tipo de equipamento de distribuição, que teoricamente assegura o abastecimento da população citadina. Mesmo que a urbanização seja apenas um fenômeno pontual na extensão territorial do Estado, e as Centrais de Abastecimento, na prática, apenas executem papel de mediação para com o abastecimento alimentar dos espaços urbanos.

Como elucidado também por GUGLIELMO, em estudo geográfico abrangente sobre como as esferas produtivas da distribuição e do consumo de mercadorias nos espaços urbanos se realizam estreitamente associadas e interatuantes, o autor explicita que,

[...] o desenvolvimento rápido das grandes aglomerações urbanas é, pois um dos dados mais importantes das transformações atuais da distribuição. Ele o é, primeiramente, por provocar um alargamento contínuo do mercado; mas também, indiretamente, pelas modificações que ele arrasta na estrutura interna dessas aglomerações. (1980, p.244).

Tal fato interpela assim uma possível explicação ou hipótese sobre a atual distribuição racional dos entrepostos atacadistas no território nacional, evidenciada desigual a partir das realidades nacional e estadual, que nesse bojo revelou também a significativa presença destes equipamentos propriamente nas capitais Estaduais e regiões metropolitanas do Brasil, conformando assim um arranjo de entrepostos supraconcentrado na Região Sudeste do país.

Para os Estados que apresentam apenas uma ou mesmo nenhuma Central de Abastecimento, chamam atenção principalmente a Região Norte, onde os dois maiores Estados da Federação, em extensão territorial, o Amazonas e o Pará contam, respectivamente com nenhuma e somente uma CEASA, neste caso situado na capital do Estado Paraense visando atender a todo o Estado, mas que contempla diretamente, sobretudo a Região Metropolitana de Belém.

Por outro lado, contraditoriamente, os Estados da região Sudeste, como Rio de Janeiro e Espírito Santo, apesar de sua insignificante extensão territorial se comparado aos estados referidos anteriormente, apresentam no entanto, respectivamente 5 e 4 unidades de entrepostos atacadistas que, coordenam e articulam a atividade produtiva do abastecimento alimentar nesses Estados. Fato que pode ser associado juntamente a outros fatores, também à questão da urbanização no sentido amplo, bem como também, a estreita relação com a pujante e expressiva presença do setor varejista de alimentos (supermercados) nessa região e nos estados mencionados anteriormente. Já o gráfico 6, por conseguinte apenas reforça esta hipótese quando expressa, em percentual, a concentração destes equipamentos na região Sudeste do Brasil, por sua vez considerada a mais urbanizada, em discrepância clara com a irrelevante presença destes equipamentos na Região Norte e Centro-Oeste por exemplo.

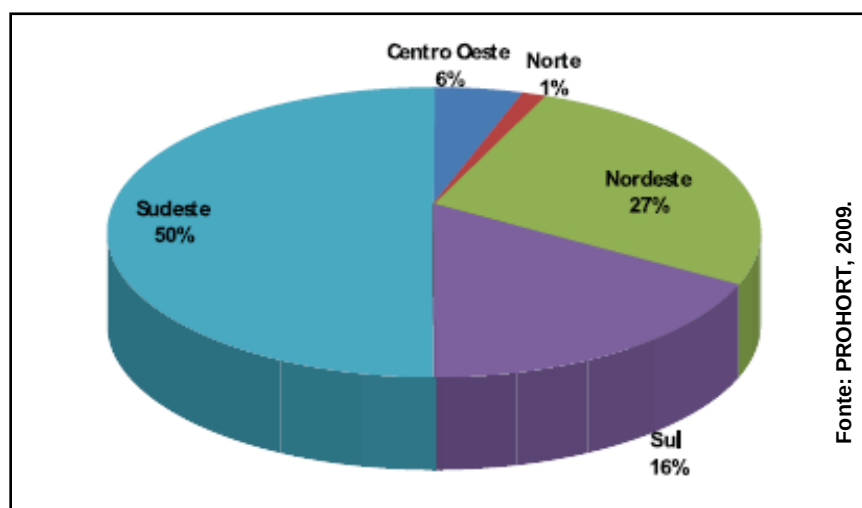


Gráfico 6 – Brasil: Distribuição dos Entrepostos (CEASAs) por região.

4.2. O ABASTECIMENTO URBANO ESTADUAL ANTERIOR AOS ENTREPOSTOS ATACADISTAS DA CEASA

Para a realidade do Espírito Santo, até meados da década de 70, período que antecedeu a criação do primeiro entreposto da CEASA (1977), a etapa da distribuição de alimentos ocorria de maneira informal e descentralizada.

Decorria assim em uma escala estritamente local, inerente, portanto ao pequeno comércio (interno) dos municípios e, igualmente, às trocas de mercadorias entre localidades vizinhas, isto é apenas as mais próximas. Trocas estas geralmente realizadas por vendedores (os populares caixeiros viajantes – clássicos atravessadores na história do abastecimento de aglomerações urbanas por produtos diversos, mas também os leiteiros, carros de linguiças, aves, frutas da estação etc.). Como também, os próprios produtores que sempre transportavam as mercadorias para as feiras e festas municipais, afinal poucos municípios contavam com mercados públicos propícios a este tipo de comércio. Haja vista a conjuntura da época, de um Estado, cuja população e economia se revelavam predominantemente agrárias e, com efeito, intercorria uma baixa demanda por produtos agrícolas, especificamente os de consumo diário, como os alimentos da terra, generalizados aqui como hortifrutis. “Releva-se o fato que, até esta década, o Estado do Espírito Santo era pouco urbanizado (28% dos habitantes viviam nas cidades) e 72% moravam nas áreas rurais.” (PEDEAG, 2007).

Registra-se, pois que esse processo, o qual mais tarde viria constituir o que entendemos como ‘abastecimento urbano’, acontecia de forma livre e espontânea, a partir do próprio deslocamento de produtores e atravessadores de regiões rurais até o mercado consumidor, geralmente localizado na sede urbana dos municípios capixabas, onde desde já convergiam e se afluía às atividades do comércio. Nos mercados públicos, bazares, praças, além das tradicionais feiras livres, cujo se tratando de comércio de alimentos, estas últimas

representam o formato pioneiro e ainda dominante, nesse período, no que tange a história do abastecimento da população capixaba de gêneros alimentares, nas urbes. Ressaltava assim uma situação urbana incipiente, com poucas e dispersas áreas urbanas no território do Espírito Santo, até as seguidas transformações advindas do acelerado ‘desenvolvimento’ urbano industrial.

Todavia essa realidade urbana despontava no espaço capixaba como um fenômeno pontual, sobretudo nos municípios da Região da Grande Vitória* (Cariacica, Vila Velha, Vitória, Serra), que concentravam no referido período da década de 70 aproximadamente 1/3 da população estadual, ou cerca de 420.000 habitantes, atraídos sobremaneira em virtude dos grandes projetos e promessas industriais (ver mapa 2) em solo urbano espírito-santense.

Observam-se, ainda marcantes pelo momento de ‘desenvolvimento’ e transição agrário-urbano por que passa esse território (Grande Vitória), que até a década de setenta a etapa propriamente da distribuição como definida anteriormente, mesclava e confundia-se com a comercialização varejista direta, como ressaltado também no PEDEAG quando se referindo à etapa da distribuição de alimentos destaca que, “há que se ter em mente a estrutura vigente na década de setenta, em que os armazéns, mercearias, açougues e quitandas garantiam o suprimento à população.” (2007)

Nesse sentido convergiam nesses espaços, sobretudo na centralidade que exercia a capital Vitória, as formas de comércio e abastecimento da população, destacando-se principalmente os mercados públicos, como o tradicional Mercado da Vila Rubim e o Mercado de São Sebastião, além da Feirinha da Ponte-Seca.

Esta última, devido a proximidade com os municípios de Vila Velha e Cariacica, cumpria a função desempenhada pela CEASA nos dias de hoje, pois era considerada até então como o tradicional ‘ponto de encontro’ e referência na

distribuição de hortifrutis em grande escala no Estado, visto que a comercialização ali se dava ao ar livre e de forma aberta. No fato, portanto, concebia-se neste espaço um lócus de reunião - de produtores, consumidores, atravessadores e comerciantes, que movimentavam grande volume de cargas e mercadorias, abastecendo não só ao comércio varejista da capital como também o crescente comércio varejista dos municípios de Vila Velha e Cariacica, principalmente.

Com efeito, nota-se que esta concentração da etapa de distribuição e comércio na centralidade da capital, se dava de maneira espontânea, mas também associada ao 'desenvolvimento' vigente que irradiava neste espaço / tempo referido.

No entanto o Município de Vitória não contava com uma estrutura apropriada e específica para operar sobre esta etapa da distribuição no abastecimento urbano atacadista, apta, portanto de receber uma grande quantidade de produtores, cujos mesmos já eram principalmente oriundos da Região Serrana do Espírito Santo (inclusive aí grande número de atravessadores), e diariamente transportavam à capital os gêneros alimentícios. Havia assim apenas os espaços da distribuição como os mercados públicos citados, que estavam localizados de maneira concentrada na parte antiga da cidade (centro) próxima ao Porto Marítimo, donde se deu início também a urbanização e o desenvolvimento do comércio da Capital desse Estado.

Quanto à população dos bairros da capital ou da região metropolitana, situados mais distantes ou periféricos em relação ao centro de Vitória, para o abastecimento diário de alimentos, contavam com um comércio varejista local e demasiado pulverizado. Esse setor varejista que visava atender a população dos bairros urbanos era conformado por pequenos estabelecimentos comerciais que primeiramente abasteciam-se no Centro da Capital, sobretudo no Mercado da Vila Rubim e Feirinha da Ponte Seca, depois repassavam essas mercadorias já com apropriação nas margens de lucro à população localizada dispersa nos bairros mais distantes, a partir dos bazares, mercearias, feiras-livres (principal canal de comercialização de hortifrutis no período que antecede a CEASA) e também alguns pequenos supermercados, de iniciativa local ou familiar e, ainda praticamente insignificante no setor

varejista do abastecimento urbano de gêneros hortifrutis à população capixaba. (LUCCI, 2011, p. 9).

Vale destacar que essa realidade resgatada acima que antecede a criação da CEASA no município de Cariacica, não era peculiar apenas para o caso do Espírito Santo, mas fato comum às principais cidades, capitais e especialmente metrópoles brasileiras, que corolário ao processo acelerado de urbanização, migração e industrialização, passou a conviver com uma problemática até então desconhecida, o abastecimento alimentar de suas populações, que sob estas circunstâncias tornavam-se predominantemente citadinas.

Assim, ainda na década de setenta, o Governo Federal elabora um plano à escala nacional para solucionar as falhas identificadas no processo de abastecimento urbano. Visava, portanto implantar os entrepostos atacadistas das Centrais de Abastecimento – CEASA - nas principais capitais brasileiras, e cidades regionais a fim de interligar as regiões produtoras e consumidoras de alimentos sob todo espaço nacional.

Planejava-se assim, uma dinâmica de circulação e transportes de alimentos, mais abrangente, eficiente e organizada, com controle dos preços, padrão das embalagens, transações, e com diminuição nos custos logísticos, acompanhados de perto pelo Estado, uma vez que os espaços dos entrepostos funcionavam sob uma gestão pública mesmo que as operações comerciais sempre fossem alicerçadas em fins privados. (LUCCI, 2011, p. 10)

Como apontou o informativo oficial periódico da Ceasa,

Foi nesse plano que nasceu o conceito da Ceasa, definido como 'ponto de reunião de agentes de comercialização'. Definia-se assim, o objetivo primeiro para a criação da Ceasa: o desenvolvimento de um ambiente de mercado, onde o produtor tornava-se comerciante. Desse modo, reunia-se, num mesmo espaço, tanto produtor quanto empresários atacadistas e varejistas interessados em fazer negócios. (2010, p.12)

Com finalidades determinadas no ato do planejamento, novas formas dotadas de novas funções são projetadas no espaço urbano dando novos traços e

comportamentos a este espaço da distribuição, assim como decorre reflexos dessas implicações também aos espaços da produção, mas, sobretudo da comercialização e do consumo.

Tão logo no Espírito Santo, em 1977, entra em funcionamento um marco para a organização da distribuição dos alimentos no espaço urbano da região Metropolitana, a CEASA-ES. Pois como visto,

[...] com o crescimento dos centros urbanos do país, o processo de distribuição de produtos hortigranjeiros tornou-se mais complexo e oneroso, o que, aliado a precariedade dos mercados tradicionais suscitou a necessidade de aperfeiçoamento das estruturas de comercialização desses produtos. (CEASA, 2010, p.26).

Estas transformações implicaram ao mesmo tempo para essa nova centralidade que tal equipamento passou a exercer no abastecimento urbano estadual. Reproduzindo, por conseguinte o espaço capixaba para novas relações, que tendem a nosso ver a uma dominação por parte do 'urbano' (demanda) já que a circulação direciona as mercadorias dos territórios rurais da produção e retêm a margem mor dos lucros, nos espaços do comércio e consumo equivalentes às cidades.

Contudo a localização do primeiro entreposto capixaba especificamente no município de Cariacica presume-se basicamente em dois aspectos geográficos que envolvem, pois, uma racionalidade implícita de organização do espaço produtivo da distribuição.

Primeiro, devido uma proximidade geográfica em relação a Capital (principal mercado consumidor), já que são territórios vizinhos e as vias de comunicação que os conectam ao entreposto, já existiam para o período; e segundo, por este equipamento poder situar-se de forma estratégica no entroncamento de duas importantes rodovias federais – a BR 101 e a BR 262 - que como visto no mapa 10, interligam e aproximam assim a região metropolitana de Vitória, aos espaços

da produção propriamente dita de alimentos, localizados na região Serrana do Estado. Igualmente, estas são as principais vias de fluxo e comunicação com os Estados vizinhos de MG, RJ e BA que, conforme o objetivo da política de implantação à escala nacional da rede de entrepostos da CEASA se tornaram todos estes Estados e seus respectivos entrepostos, espacialmente integrados para contemplar a distribuição e circulação dos alimentos hortifrutis, sobretudo visando atender a região Sudeste, cuja à escala nacional representa a região mais povoada, ainda a mais urbanizada e, consecutivamente a maior consumidora dos produtos alimentares de origem agrícola.

A partir do funcionamento da CEASA, até os dias atuais, esta estrutura passou então a ser o principal posto atacadista, exercendo a função de centro fixo de comercialização entre produtores e/ou atravessadores com os comerciantes e estabelecimentos varejistas. Abastecida por produtos de diversas localidades, desde as mais próximas como os municípios de Cariacica (sede do entreposto) e Santa Leopoldina, até produtos de países mais distantes, grosso modo, esta 'cidade-mercado' possui uma particular e complexa dinâmica em seus processos de distribuição, já que neste espaço estão reunidos os mais variados interesses e os principais intermediários entre o alimento e o consumidor final. (LUCCI, 2011, p.11).

4.3. O CIRCUITO ESPACIAL DA DISTRIBUIÇÃO VIA CEASAs – A CIRCULAÇÃO DOS HORTIFRUTIS NO ABASTECIMENTO URBANO ESTADUAL

Contudo, na escala estadual, após uma breve discussão teórica, procurou-se identificar e localizar, sobre o circuito espacial do abastecimento urbano, quais são os espaços e equipamentos próprios ou demasiado utilizados, para a circulação e distribuição de alimentos hortifrutis.

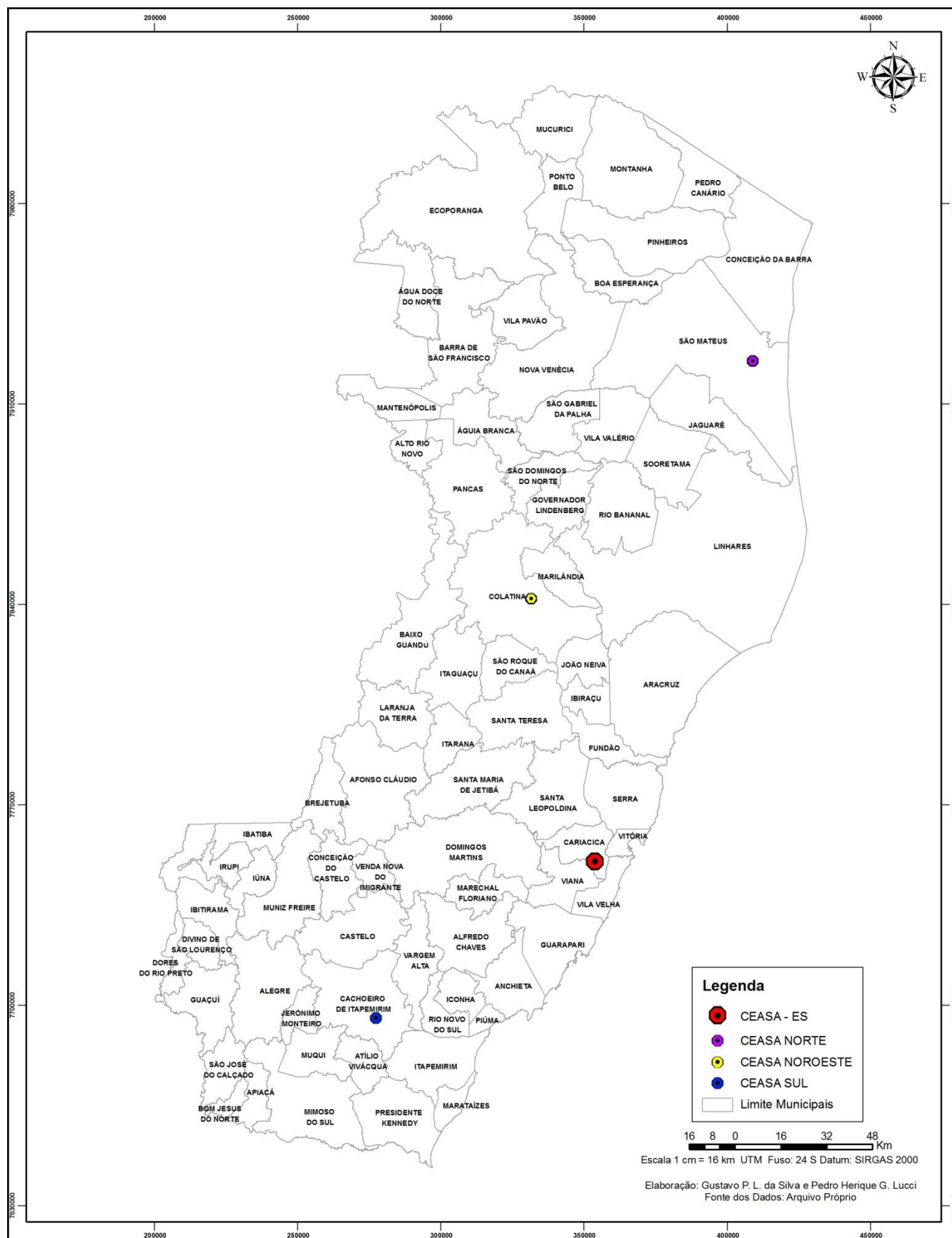
Os mapas deste capítulo trazem à tona, de imediato, a atual disposição espacial, logo geográfica, destes equipamentos de distribuição (fixos) e canais de escoamento e circulação (fluxos) dos produtos alimentícios, que situam-se no território capixaba, de forma estratégica à realização da atividade produtiva do

abastecimento urbano; Com efeito, possibilitando assegurar a circulação e, imediatamente a 'oferta' constante, de alimentos nos territórios urbanos do Espírito Santo, ainda que nas cidades abastecidas, espaços tipicamente de consumo, não se faça registrado uma plantação sequer de alface, cenoura ou qualquer outro alimento de origem agrícola - como é o caso real da capital espírito-santense Vitória. Ao mesmo tempo os habitantes citadinos, por sua vez 'não produtores', cada vez mais, geração após geração, desconhecem a origem, assim como todo o processo de produção, dos alimentos que os permitem comensais.

Conforme indicado no PEDEAG,

[...] calcula-se que o Estado do Espírito Santo possua, aproximadamente, 27.000 quilômetros de estradas rurais. É fundamental registrar que o Estado do Espírito Santo é constituído predominantemente por pequenas propriedades familiares – 90% delas com área total inferior a 100 ha – o que faz com que a produção agrícola [de gêneros alimentícios] comercializada seja transportada para os mercados [CEASAs] em caminhões médios e caminhonetes, sobretudo na região Centro-Serrana, onde predomina a produção de hortigranjeiros. As pistas de rolamento são estreitas (3 a 4 metros), com declives e aclives acentuados, taludes inadequados, sistemas de drenagem precários e graides rebaixados, entre outras características. (PEDEAG, 2007).

Assim, de forma pontual, o mapa 9 identifica sobre o espaço total do Estado as unidades de entrepostos atacadistas das Centrais de Abastecimento do Espírito Santo – CEASA. Assim como, foram também destacadas (pela cor verde) as principais vias de circulação e transportes dos alimentos hortifrutis, que possibilitam a fluidez no circuito produtivo do abastecimento e, interligam os espaços da produção propriamente dita, aos pontos de distribuição e, consecutivamente, aos espaços do consumo. Assim, as rodovias identificadas no mapa do território capixaba são classificadas (literalmente) como vias alimentadoras, uma vez que são utilizadas principalmente para o escoamento da produção agrícola, e concomitantemente para a finalidade do abastecimento alimentar, de fato, dos espaços urbanos.



Assim, são basicamente quatro unidades de entrepostos atacadistas da CEASA, distribuídos estrategicamente, de norte a sul no espaço capixaba que, portanto organizam e realizam cotidianamente o abastecimento alimentar de uma população capixaba que gira em torno de 3 milhões de habitantes, por ora concentrada mormente nos grandes núcleos urbanos do Estado (Região Metropolitana de Vitória, Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, São Mateus) e cujo a estratégia de localização dos entrepostos far-se-á diretamente vinculada com estas centralidades do espaço total.

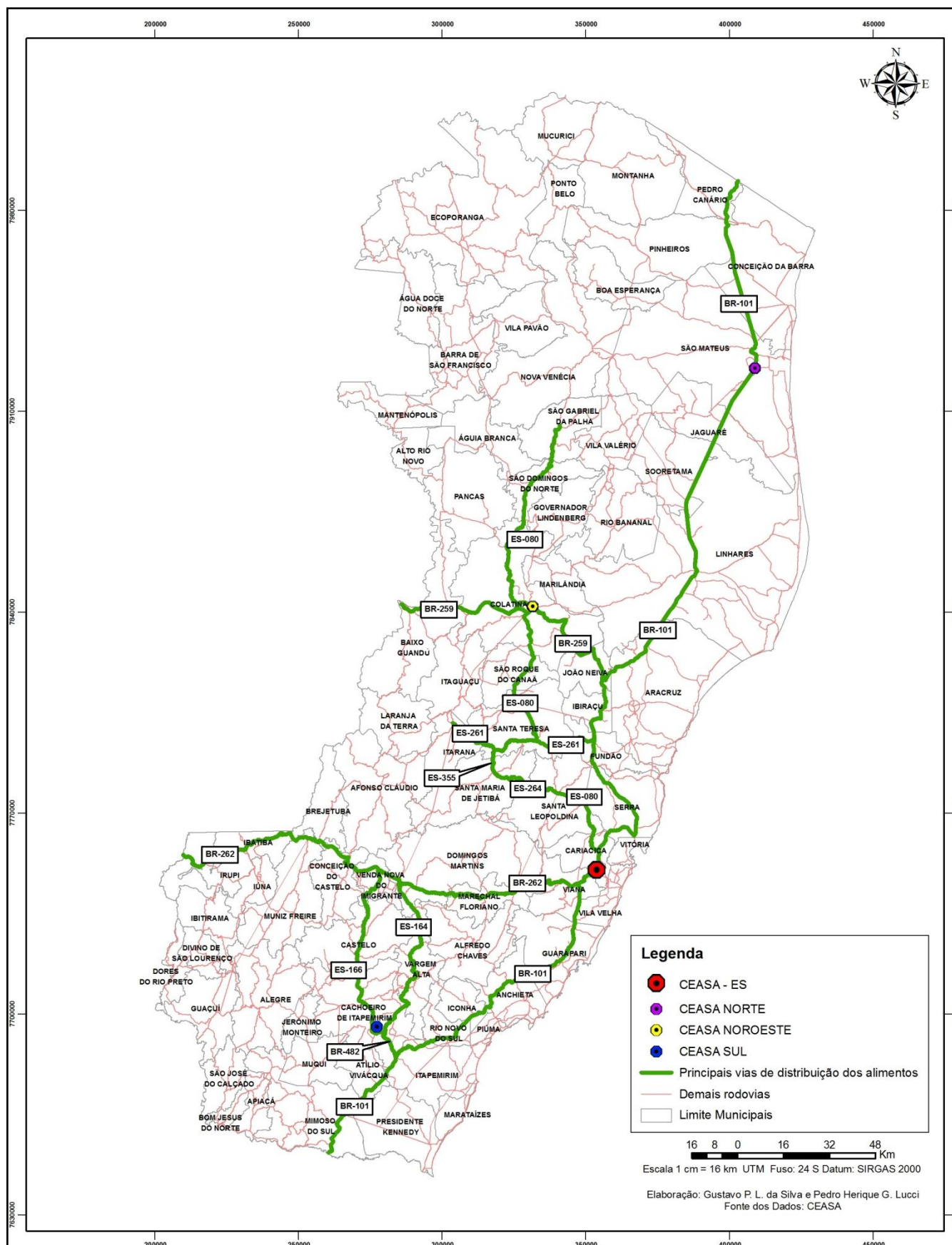
Neste sentido, a CEASA-ES, com sede em Cariacica foi o primeiro entreposto no Estado, pois instituído no bojo do SINAC ainda na década de 70, e teve como objetivo principal “o ordenamento do abastecimento de hortigranjeiros” no território capixaba como um todo. No entanto o objetivo primo de sua localização geográfica especificamente no município de Cariacica condiz ao contexto de urbanização acelerada da época, e remete à demanda contínua por alimentos in natura da Região Metropolitana de Vitória, que desde então já se destacava como principal área de população urbana do Estado. Da mesma forma, as vias de comunicação e trafegabilidade da região Metropolitana com a Região Serrana (grande produtora de hortifrutis) atravessavam este município (Cariacica).

Com a consolidação do seu grande mercado distribuidor, afinal atendia todo o Estado, a Ceasa-ES passou a implantar novas unidades pelo interior capixaba dentro do conceito integrado de abastecimento urbano. Assim, objetivando atender as demandas da urbanização recente e, sobretudo o pujante setor privado do comércio alimentício varejista, viriam surgir as demais unidades atacadistas em solo capixaba, no entanto já sob outro contexto, visando abarcar as ‘novas centralidades’ de comércio e consumo do espaço capixaba.

Logo, segundo documentos oficiais da CEASA-ES, estes entrepostos atacadistas situados no interior do Estado, surgem com o objetivo direcionado para a “descentralização dos serviços da Unidade Cariacica e, especialmente, a contribuição para o fortalecimento da produção e do comércio de produtos hortigranjeiros nos principais polos regionais do Estado.” (CEASA, 2010, p.52). Foram, sob esses objetivos implantados as demais unidades capixabas das Centrais de Abastecimento, portanto com entrepostos distribuídos geograficamente a fim de balizar o abastecimento alimentar no interior do Estado como demonstra o mapa 9.

Contudo o primeiro entreposto atacadista em operação no interior do Estado, data somente do ano de 2003 quando foi implantada a unidade da CEASA Regional Sul, em Cachoeiro de Itapemirim. Já as duas outras unidades desse modelo de equipamento, que conformam o arranjo espacial e produtivo da distribuição de hortifrutis no Estado, são estruturas mais recentes: logo, o entreposto atacadista da CEASA Regional Noroeste, em operação desde 2009, com sede no município de Colatina, e também da CEASA Regional Norte, esta sediada no município de São Mateus, no entanto até o período dessa pesquisa ainda estava em fase de construção e, sob a premissa de formalizar o maior entreposto regional do interior do Espírito Santo.

Destarte nota-se no mapa 10, o desenho traçado no território do Espírito Santo, pelo circuito espacial de distribuição dos alimentos, ou seja, os espaços por onde os alimentos in natura percorrem e circulam no território, durante este processo de transformação do alimento in natura (ainda na lavoura) em mercadoria (disponibilizado pra venda).



Mapa 10 - ES: Localização das CEASAs e Principais Rodovias de Escoamento e Distribuição dos Alimentos Hortifrutos.

Fato comum entre os entrepostos atacadistas do Espírito Santo, de ordem geográfica (espacial) e logo também de referência produtiva ao abastecimento urbano, diz respeito à localização estratégica destes equipamentos sobre o espaço capixaba. Pois os mesmos seguem uma racionalidade espacial nítida visto que pretendem balizar a distribuição e circulação dos alimentos hortifrutis pelo território. E para tanto, situam-se estratégicos como 'pontos fixos' de distribuição, de forma previamente planejada nos entroncamentos rodoviários de grande fluxo e múltiplos acessos, geralmente fixados à margem de rodovias federais e estaduais que interligam o território do Espírito Santo, entre a capital (cidade) e o interior (campo), bem como aos demais estados vizinhos.

Vale ressaltar que esses Estados mantêm estreita relação e frequência de intercâmbios (mercadorias, informações, serviços, etc) com a CEASA-ES, pois constantemente ofertam e adquirem os alimentos *in natura*, oriundos da representativa produção da agricultura familiar capixaba, principalmente através de transação comercial por intermédio da CEASA Central, em Cariacica-ES.

Percebeu-se também, a partir de uma breve comparação com a coleção de mapas apresentada no capítulo anterior e relativa aos espaços da produção propriamente dita dos hortifrutis, que as rodovias identificadas no mapa 10, atravessam, ou apresentam grande importância aos fluxos, também nestas regiões produtivas, especializadas na produção de bens alimentares (frutas e hortaliças). Uma vez que estas se remetem aos locais da produção, da oferta desses produtos, e conseqüentemente representam os pontos de origem [no trajeto] dos alimentos *in natura* distribuídos via Centrais de Abastecimento do Espírito Santo.

Ainda numa relação com os mapas do capítulo anterior, verifica-se, pois, que no processo de distribuição, essas rodovias (fluxos), conectam os espaços (fixos) da produção de alimentos - outrora identificados como dispersos no Espaço total do Espírito Santo - aos entrepostos da CEASA (fixos). Todavia estes equipamentos reúnem os resultados da produção, cujos mesmos até então

também se achavam dispersos no espaço, para uma posterior redistribuição ‘organizada’ ao mercado varejista, antes de por fim decorrer-se os momentos do acesso e consumo do alimento.

No fato, supõe-se certo uma dialética entre os espaços da produção, e os espaços e fluxos da etapa da distribuição, propriamente como constatados neste capítulo. Isto posto, à medida que “a criação de fixos produtivos leva ao surgimento de fluxos que, por sua vez, exigem fixos para balizar o seu próprio movimento.” (SANTOS e SILVEIRA, 2002, p.167).

Conforma o arranjo espacial dos entrepostos, a malha viária que interliga e abastece o território capixaba através das quatro unidades de entrepostos atacadistas das CEASAs. Dessa maneira, todos os entrepostos acham-se articulados por rodovias, federais e estaduais, que são utilizadas para o escoamento e circulação diária de uma quantidade e variedade significativa de alimentos in natura que serão comercializados e consumidos no próprio Estado ou qualquer grande centro do País.

Fato que se coloca essencial à dinâmica dessa atividade produtiva do abastecimento urbano no Espírito Santo, já que a Ceasa Cariacica hierarquicamente centraliza a ‘grande distribuição’, que envolve as mercadorias de além-fronteiras estaduais. Como decorre para o caso de vários produtos que são oriundos de outros estados ou países, sobretudo no que tange as frutas importadas ou exóticas, e de igual modo, os produtos que não são produzidos em território capixaba. Nestes casos, a partir de uma primeira distribuição (ato da importação), a Ceasa Cariacica recebe as mercadorias e redireciona-as ao abastecimento das CEASAs regionais para que as mesmas também alcancem ao mercado varejista e a posteriori o seu consumidor final, então residente no interior do Estado. Supõe-se assim, “uma divisão territorial do trabalho de distribuição; havendo distribuição local por uma firma comercial local ou mesmo produção local por uma firma menor.” (SANTOS, 2008, p.84).

Nessa perspectiva de movimento e circulação dos alimentos (fluxos) que intercorre balizada pelos entrepostos das CEASAs (fixos), faz-se possível estabelecer, os principais eixos viários que conformam portanto, o atual arranjo espacial e produtivo da etapa da distribuição, no abastecimento urbano estadual de hortifrutis.

Dentre as rodovias federais que cruzam o território do Espírito Santo, listamos apenas as principais, isto é que se inserem relevantes à dinâmica estadual do abastecimento urbano e, com efeito, diretamente envolvidas na etapa específica da distribuição (circulação e transporte) dos alimentos in natura no espaço capixaba. Estas, que se visualizam no mapa 10, correspondem especificamente:

- **BR-101**, Rodovia Federal longitudinal, que segue no sentido norte-sul por praticamente todo o litoral brasileiro. Atravessa portanto todo o Litoral do Espírito Santo (22 municípios), logo onde se concentram os maiores núcleos urbanos (Cachoeiro de Itapemirim, RMGV, Aracruz, Linhares, São Mateus, Conceição da Barra) e concomitantemente onde se revela mais forte o setor varejista dos supermercados, atualmente principal destino das mercadorias distribuídas via CEASAs (Brasil e ES). Integra também, para as relações comerciais e de abastecimento com os entrepostos capixabas, os municípios do sul da Bahia e do norte fluminense, em virtude da proximidade geográfica e significativa oferta estadual do Espírito Santo. Da mesma forma essa estrada traspasa pelos principais Estados (a exceção de Minas Gerais) que mantêm relações comerciais (de oferta e compra de alimentos) com as Centrais de Abastecimento do Espírito Santo (Ver Mapa 11). Ainda, afora a Ceasa Regional Noroeste, situada no município de Colatina, todos os demais entrepostos atacadistas do Espírito Santo estão localizados à margem ou nas proximidades desta Rodovia Federal.

- **BR-259**, Rodovia Federal que interliga o estado do Espírito Santo a Minas Gerais, logo também segue sentido transversal (leste-oeste). Percorre 106,3 km no estado do Espírito Santo (com início na BR-101, no entroncamento do município de João Neiva e término em Felixlândia-MG) e presta-se basicamente ao abastecimento urbano estadual como via que conecta as mercadorias oriundas da CEASA Cariacica com destino ao entreposto regional da CEASA Noroeste, localizada especificamente no entroncamento desta rodovia federal com a ES 248 que por sua vez conecta os centros urbanos de Colatina e Linhares (em momento de expressivo crescimento urbano).
- **BR-262**, Rodovia Federal que atravessa em sentido transversal, leste-oeste, todo o território Brasileiro. Começa em Vitória-ES e interliga os estados do Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo e Mato Grosso do Sul, onde termina junto à fronteira com a Bolívia, em Corumbá-MS. Atravessa o estado do Espírito Santo também em sentido transversal, interligando a capital e Região Metropolitana da Grande Vitória, onde está situada estrategicamente a CEASA-ES, à Região Central Serrana (maior produtora de alimentos hortifrutis do ES) e ao Estado vizinho de Minas Gerais, grande parceiro comercial na compra e venda de alimentos in natura dos entrepostos capixabas. No que diz respeito ao abastecimento alimentar do Espírito Santo esta rodovia representa a mais importante, pois ao longo de seus 195,5km que cruza o território capixaba, passa por municípios da Região Serrana que são bastante relevantes para a oferta de gêneros alimentícios ao abastecimento estadual, como os são, Domingos Martins, Marechal Floriano, Vargem Alta, Venda Nova do Imigrante, Afonso Cláudio e Conceição do Castelo.
- **BR-482**, Rodovia Federal com início no município de Itapemirim - ES e que também interliga o Estado do Espírito Santo a Minas Gerais, no entanto pela porção Sul do Estado capixaba. Com efeito, tem maior

influência sobre o abastecimento urbano da região Sul capixaba uma vez que possibilita a circulação dos produtos alimentícios com origem nos municípios produtores da região do Caparaó, localizada na porção sudoeste do território capixaba à Central de Abastecimento da CEASA Sul em Cachoeiro de Itapemirim. Assim emprega-se uso ao escoamento da produção agrícola de municípios como Jerônimo Monteiro, Alegre, Guaçuí e Dores do Rio Preto.

Já as Rodovias Estaduais que integram juntamente às vias federais a malha viária do território capixaba, são também consideradas demasiado relevantes ao abastecimento alimentar estadual. A partir da dinâmica estadual de abastecimento urbano, foram identificadas no mapa 10, as principais vias de circulação e distribuição de alimentos *in natura* no território. As estradas estaduais contemplam sobretudo os pequenos municípios do interior do Espírito Santo, que respondem circunstancialmente por expressiva parcela da produção agrícola estadual de gêneros alimentícios, logo voltados ao abastecimento urbano estadual. Estas estradas estaduais asseguram portanto o escoamento diário, como também, a circulação e transportes dos alimentos, visto que canalizam as mercadorias agrícolas oriundas do interior do Estado até que alcancem o mercado distribuidor [Ceasa] ou propriamente consumidor, ambos geralmente situados nas aglomerações urbanas.

- **ES-164**, Rodovia Estadual, sentido norte-sul, tem extensão de aproximadamente 386 km. Tem como início a fronteira do Espírito Santo com o Estado de Minas Gerais, mais precisamente no município de Mantenópolis, donde segue seu curso até o ponto final dessa estrada, no município de Cachoeiro de Itapemirim. Contribui principalmente ao circuito produtivo do abastecimento alimentar na região Sul, pois juntamente com a ES-166, interliga a produção agrícola de municípios da região Serrana, desde Itarana, Santa Maria de Jetibá, Venda Nova do Imigrante e Vargem Alta com destino ao município de Cachoeiro de

Itapemirim, para posterior distribuição dos alimentos principalmente via CEASA Regional Sul.

- **ES-080**, Rodovia Estadual (Cariacica Alto Laje, Ecoporanga) Ceasa Colatina Vale do Canaã Rodovia Estadual, de perfil radial, esta estrada possui aproximadamente 260 km e liga a região metropolitana da Grande Vitória, à região noroeste do estado do Espírito Santo. Tem início no entroncamento da BR-262 na altura do município de Cariacica, atravessa o Vale do Canaã ao atravessar os municípios de São Roque do Canaã, Colatina, São Domingos do Norte, Águia Branca e termina já na localidade do município de Barra de São Francisco. Tem significativa importância no abastecimento local da Região Noroeste pois coloca em circulação e converge os resultados da produção para o abastecimento urbano a ocorrer via Ceasa Noroeste, em Colatina. Interliga-se também aos demais municípios da própria região noroeste, como São Gabriel da Palha e Nova Venécia, a partir da ES-137.
- **ES-166**, Rodovia Estadual, sentido Norte-Sul, tem extensão aproximada de 60 km. Essa via também de suma importância à dinâmica do abastecimento alimentar na região Sul tem início no entroncamento da BR-262 na altura do município de Venda Nova do Imigrante, atravessa o município de Castelo, e termina no município de Cachoeiro de Itapemirim, cidade polo na região. Assim como já observado, tanto o município de Venda Nova do Imigrante como Castelo se destacam na produção de gêneros alimentícios hortifrutis. Essa produção no entanto é diariamente colocada em fluxo por esta rodovia, uma vez que os alimentos dessas localidades são escoados tendo com destino o entreposto atacadista da Ceasa Sul.
- **ES-261**, Rodovia Estadual, sentido transversal (leste-oeste) do estado do Espírito Santo que liga o interior ao litoral com aproximados 140 km de

extensão. Atravessa assim pelos municípios de Laranja da Terra, Itarana, Santa Teresa, Fundão e Aracruz. Apresenta significativa importância para o abastecimento urbano, pois assim como a ES-264 e 355, contempla o escoamento da produção agrícola da Região Serrana, como visto principal área provedora de alimentos à toda população capixaba, mas sobretudo mantenedora diária da Região Metropolitana da Grande Vitória. Com efeito, uma rodovia de intenso tráfego de caminhões verdureiros que colocam diariamente em circulação, os resultados (colheita) da produção desses gêneros.

- **ES-264**, Rodovia Estadual também sentido leste-oeste, essa estrada tem aproximadamente 204 km e liga o município de Afonso Cláudio ao município de Serra, na Região Metropolitana da Grande Vitória. Tão logo aos agricultores locais que escoam a produção, se soma como um caminho alternativo à ES 261 ou, como mais uma via para o fluxo dos alimentos hortifrutis de origem nas terras frias, de altitude, da Região Serrana e cujo destino principal é o entreposto da CEASA, localizado em Cariacica.
- **ES-355**, Rodovia Estadual de apenas 43,15 km dos quais aproximadamente 34 km coincidem com a ES-264. Localiza-se na Região Serrana e seu curso interliga as ‘três Santas’ ou, os municípios de Santa Leopoldina, Santa Maria de Jetibá e Santa Teresa. Sendo assim exerce significativa importância na escala local da Região que concentra grande número de pequenas propriedades rurais produtoras de alimentos. Com efeito, faz-se demasiado utilizada por atravessadores locais que atuam nessa região percorrendo seu traçado para recolher a produção de diversos produtores rurais que não possuem transporte próprio para o escoamento da produção.

Dando continuidade na etapa da distribuição à discussão sobre a circulação e transportes dos alimentos hortifrutis no espaço capixaba, vale ressaltar também que por se tratar de produtos perecíveis, a eficiência desta etapa constitui uma ferramenta indispensável para o abastecimento urbano desses gêneros. Evoca, portanto sobremaneira para a adoção de processos logísticos específicos, que contemple a variados tipos de alimentos (hortaliças, vegetais e frutas frescas), e possibilitem assim o transporte e a entrega do alimento hortifruti no seu destino final, no tempo previsto e em condições pré-determinadas (fresco, intacto, boa aparência, etc.) para a sequente instância produtiva da comercialização e consumo do mesmo, que determinam e exigem tais condições.

Esta condição associada diretamente a este tipo específico de mercadoria (alimentos hortifrutis *in natura*) merece destaque, pois, segundo o Instituto de Economia Agrícola (IEA) do Estado de São Paulo

As frutas e hortaliças destinadas ao consumo '*in natura*' alcançam sua qualidade máxima no momento da colheita, não podendo ser melhoradas, mas somente preservadas até um determinado limite. A qualidade desses produtos depende de uma série de fatores fisiológicos, mecânicos e ambientais. Assim, a deterioração das frutas e hortaliças é um processo irreversível e inevitável e, dessa forma, o cuidado deve começar no campo, especificamente no momento da colheita, devendo, sobretudo, se estender por todas as etapas pós-colheita até o consumo. (site do IEA, www.iea.sp.gov.br, acesso em março de 2013).

Implica-se desta maneira ao processo de abastecimento urbano, outra noção de tempo e espaço, a partir dessas novas relações produtivas, que foram estabelecidas, sobretudo na etapa da distribuição dos hortifrutis. Esta etapa coloca em circulação uma gama de alimentos oriundos de regiões distantes, que não são cultivados em território capixaba, ou brasileiro, (sejam por questões de aptidão agrícola de determinada cultura ou mesmo por constar um período de entressafra local), à disposição das etapas de comercialização e consumo sequentes a distribuição desses gêneros.

Tão logo, como destacou ELIAS para o atual período de globalização,

[...] a circulação de matéria e de informação é ator essencial na acumulação, o que faz da fluidez uma das palavras de ordem do período. [...] As possibilidades concretas de realização de fluxos de matéria (produtos, mão-de-obra, bens de produção, etc) e informação proporcionaram nova relação entre as distâncias físicas. A superação do espaço pelo tempo alcançou proporções tais que transformaram, à escala terrestre, as noções entre distante e próximo, sendo que hoje, pode-se atingir qualquer ponto do globo em poucas horas. [...] No Brasil, a construção dos fixos associados aos transportes e às comunicações está entre os setores que mais receberam investimentos federais, com o intuito de propiciar a realização dos fluxos necessários à produção e consumo globalizados. (ELIAS, 2003, p.209-210).

No Estado do Espírito Santo o processo de abastecimento urbano de alimentos *in natura* passa fundamentalmente pelo sistema de distribuição atacadista das Centrais de Abastecimento do Espírito Santo – CEASA. Assim concebida, enquanto pontos fixos de distribuição, os entrepostos atacadistas do Espírito Santo operam, direta e indiretamente, de modo crucial à circulação e disponibilidade dos gêneros alimentícios no território capixaba. Uma vez que as CEASAs são espaços sociais diversificados, previamente planejados para a reunião de mercadorias (alimentos hortifrutis) e agentes de comercialização envolvidos com o abastecimento urbano, como produtores rurais, vendedores e compradores (atravessadores), comerciantes, prestadores de serviço, agentes públicos e informais, etc.

Esta complexa rede de entrepostos (CEASAs) sobre a qual se pretende especificamente discutir este capítulo, localiza-se estrategicamente no espaço capixaba, a partir de quatro unidades (fixos), como situado no mapa 9e referenciadas abaixo seguindo uma ordem cronológica da criação dos entrepostos no território capixaba, assim como também, uma escala hierárquica relativa ao volume de transações (compra e venda de hortifrutis) e logo equivalente ao grau de importância e influência dos entrepostos à dinâmica estadual do abastecimento urbano :

1. **CEASA-ES Central (1977)** – Sede no município de Cariacica, Região Metropolitana da Grande Vitória. (Instituição Gestora: Governo do Estado).
2. **CEASA Sul (2003)** – Sede no município de Cachoeiro de Itapemirim, Região Sul do ES. (Instituição Gestora: Estado + Prefeitura).
3. **CEASA Noroeste (2009)** – Sede no município de Colatina, Região Noroeste ES. (Instituição Gestora: Consórcio Intermunicipal ‘18 municípios’)
4. **CEASA Norte (2013 previsão)** – Sede no município de São Mateus, Região Norte do ES. (Instituição Gestora: Estado + Prefeitura)

Estes que por sua vez atuam no abastecimento urbano estadual como responsáveis por orientar a circulação desses gêneros, de forma a assegurá-los presente constantemente nos espaços urbanos, onde abriga e concentra a parcela da população estadual de ‘*não produtores*’ (facultativos) de alimentos, mas que instintivamente comensais, necessitam e absorvem diariamente essa oferta e, com efeito dá-se assim reinício a tal processo produtivo.

Valem ressaltar que na discussão geral acerca do processo de realização do abastecimento urbano de alimentos no Estado, procuramos a todo o momento considerar os quatro entrepostos atacadistas como uma rede de pontos fixos, na qual articulados entre si, organizam e reproduzem sob uma mesma racionalidade, também o espaço produtivo da distribuição e circulação dos alimentos hortifrutis no Estado. E para tanto estão dispostos no território igualmente, de forma estratégica e funcional, para com a atividade produtiva do abastecimento urbano, conforme demonstraram os mapas 9 e 10.

No capítulo anterior, destinado especificamente ao estudo da instância da produção propriamente dita de alimentos no espaço do Espírito Santo, foi possível identificar e compreender o contexto social e produtivo dos espaços que contribuem direta e indiretamente para a dinâmica estadual do abastecimento urbano visto ser desses espaços (identificados no mapa 7 e coleção de mapas das culturas alimentares) que procedem a ‘oferta’ estadual de alimentos hortifrutis, da qual imediatamente se apropria (num amplo sentido) a seguinte etapa produtiva, que responde pela distribuição desses gêneros.

Assim, a partir de um entendimento inicial, da racionalidade implícita que permeia a organização produtiva do espaço utilizado na distribuição de alimentos *in natura* no Espírito Santo, sobre o qual demos ênfase principalmente às estradas (federais e estaduais) enquanto vias de fluxo e circulação e, aos entrepostos das CEASAs, enquanto espaços da distribuição, fixos, que presidem, portanto o movimento e trajeto das mercadorias no espaço.

Para tanto, as próximas linhas que seguem pretendem discutir e compreender, de forma vinculada ao capítulo anterior, da produção de alimentos, qual o circuito espacial que se desenha no território e, com efeito, percorrem os alimentos hortifrutis por ora produzidos no Espírito Santo e concomitantemente inseridos no processo produtivo do abastecimento estadual, no seu trajeto entre os espaços da produção (campo) e os espaços do consumo (cidade).

Desta maneira, vale ressaltar, entretanto que, por motivos de carência ou ausência total de dados oficiais referentes à movimentação de produtos hortifrutis (entrada / saída) em alguns entrepostos regionais, nossa análise acerca da circulação dos alimentos distribuídos via Centrais de Abastecimento do Espírito Santo, não contempla em específico todos os entrepostos, pois apenas a Ceasa Central (Cariacica) e a Ceasa regional Sul (Cachoeiro de

Itapemirim) dispunha de dados oficiais suficientes que atendessem essa questão.

Considerando a Ceasa Norte, a inexistência de informações oficiais justifica-se, pois no período desta pesquisa, o entreposto ainda estava em fase de construção, embora se ressalve que a primeira previsão para entrega desta obra de investimento público estadual, de grandes proporções, era o ano de 2011.

Em operação, desde 2009, mas ainda em fase de consolidação no mercado estadual e propriamente regional, a Ceasa Noroeste, situada em Colatina, ao contrário das demais unidades que têm vínculo administrativo-operacional direto ao Estado, tem como instituição gestora administrativa o Consórcio Intermunicipal (COINTER), formado por 18 municípios (prefeituras) das regiões Serrana (Santa Maria de Jetibá, Santa Teresa, Itaguaçu, Itarana) e Noroeste do Espírito Santo (Águia Branca, Alto Rio Novo, Baixo Guandu, Barra de São Francisco, Colatina, Governador Lindenberg, Laranja da Terra, Mantenópolis, Marilândia, Pancas, São Domingos do Norte, São Gabriel da Palha, São Roque do Canaã, Vila Pavão), aqui já abarcados os municípios das microrregiões Noroeste 1, Noroeste 2, e Polo Colatina conforme sugerido na divisão administrativa estadual.

Nestas condições, ao período que constou para nossa pesquisa de campo '*in loco*' (2012), este entreposto de influência regional, ainda advinha enfrentando alguns sérios problemas quanto a sequentes trocas de gerência e má gestão administrativa, fato que corrobora para a inexistência de um sistema de informações oficiais acerca das movimentações de mercadorias nesta unidade.

Nestes casos, as informações compartilhadas neste trabalho acerca da circulação dos alimentos hortifrutis na região Noroeste via Ceasa de Colatina, são constatações que foram levantadas em campo (relatórios em anexo), propriamente a partir da observação direta e entrevistas informais com técnicos da administração, e usuários (produtores, comerciantes, atravessadores), a fim

de compreender o abastecimento urbano via este equipamento atacadista na região.

Fato que aponta de imediato para uma suposta desarticulação dos entrepostos atacadistas do ES no que tange as informações técnicas e de mercado de cada unidade, e que foi por consequência comprovado pelo pesquisador visto a necessidade de percorrer cada um dos entrepostos para a busca de dados e informações específicas. Isto posto, é realidade nacional a carência de um sistema único das CEASAs Estaduais que reúna tais informações de tamanha importância ‘alimentar’, e intrinsecamente econômica, política, geográfica e, sobretudo social, pois de interesse primeiro dos homens.

Circunstâncias estas que distanciam o atual momento vivido pelas CEASAs do Espírito Santo, dos princípios de integração difundidos pelo conceito de rede, do momento ulterior de sua implantação em todo o Brasil. Quando as CEASAs ainda planejavam e operavam sob a política de gestão do SINAC, ou também quando ainda exerciam um relativo controle, de interesse público, sobre essa atividade basilar que consiste o abastecimento da população, a qual hoje se lida muito mais com as regras do ‘livre mercado’ embora, ao mesmo tempo em que sempre estivera e está diretamente envolvido com a segurança ou insegurança alimentar de milhões de cidadãos e, sobretudo de cidadãos capixabas.

4.4. O CIRCUITO ESPACIAL DA DISTRIBUIÇÃO DOS ALIMENTOS VIA CEASA-ES – ENTREPOSTO CARIACICA

Procurou-se neste momento, com o suporte de dados oficiais e o auxílio de mapas elaborados propriamente para esta finalidade, compreender o circuito espacial da distribuição dos alimentos via centrais estaduais de abastecimento, mais especificamente, a partir dos movimentos e relações balizadas pelo

principal e pioneiro entreposto atacadista do Espírito Santo, doravante, a unidade Central da Ceasa-ES, sediada em Cariacica.

Como já discutido nesse capítulo, sobre a função desempenhada pelos entrepostos atacadistas na atividade produtiva do abastecimento urbano de alimentos, viu-se que esta etapa da distribuição se interpõe às instâncias da produção propriamente dita e da comercialização, sobre as quais os entrepostos da CEASA desempenham função estratégica à circulação e articulação dos fluxos desses produtos no território do Espírito Santo.

Assim, retomando uma informação trazida outrora pelo PEDEAG, quando este aponta para uma suposta autossuficiência da agricultura e do território capixaba na esfera da produção (oferta) de gêneros hortifrutis; Sob uma proposta de análise conjunta do circuito espacial e produtivo do abastecimento urbano estadual a partir da CEASA-ES, um primeiro fato que chama a atenção, é a intensidade de fluxos de alimentos realizados por este equipamento, inclusive os mesmos que teoricamente predizem suficientemente produzidos em território capixaba e constantemente presentes na Ceasa-ES, mas, no entanto são por vezes, contraditoriamente, procedentes de outros Estados brasileiros e até de países longínquos (caso do alho, alimento produzido no ES contanto consumido, mormente os que chegam via Ceasa-ES, oriundos da China, ver foto no anexo 'pesquisas de campo – CEASA - Cariacica'), muitos desses alimentos que nos abastecem diariamente nas cidades do Espírito Santo.

A CEASA-ES atualmente compreende assim, também em cenário nacional, um entreposto de importância significativa, pois opera com movimento (compra / venda) em grande escala de mercadorias, e acha-se, com efeito, localizada geograficamente de forma privilegiada, num cenário Regional de potencial mercado consumidor. Basta observar que o Espírito Santo compõe a Região Sudeste do Brasil e, o principal entreposto atacadista deste Estado, se encontra relativamente próximo e pragmaticamente articulado com os grandes centros

urbanos do País, como São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Salvador. Esta última, apenas ressalva-se, uma capital integrante da Região Nordeste do Brasil, mas que também mantém relação de intercâmbio comercial com a Ceasa-ES, devido tanto a fatores de localização, quanto pela expressiva e diversificada oferta de alimentos hortifrutis, que ocorre contínua, isso é ao longo de todo o ano, nesta unidade.

Dentre os Estados brasileiros que se inserem na dinâmica estadual de abastecimento urbano, seja na oferta ou na aquisição de alimentos hortifrutis, procurou-se aqui identificar e analisar apenas os principais 'parceiros' comerciais do Espírito Santo, logo também à CEASA-ES. Condizem nesse plano, portanto, basicamente os Estados da Região Sul, donde registraram expressiva participação, sobretudo pela oferta de alimentos específicos (regionais) ao entreposto capixaba, os Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Para Região Sudeste, como evidenciado anteriormente, intercorre uma estreita relação entre as unidades Estaduais das CEASAs de todos os Estados que a conformam, logo, constaram obrigatoriamente também na lista dos aliados comerciais do entreposto capixaba, os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Da região Nordeste, o Estado que apresenta representatividade e vínculo constante nas relações comerciais com o entreposto capixaba da CEASA, foi somente a Bahia.

Ressalta-se antes, porém, sobre os fluxos comerciais de alimentos hortifrutis em escala interestadual, que os mesmos decorrem no geral, sobretudo de transações propriamente entre as lojas atacadistas que operam de dentro dos entrepostos das CEASAs Estaduais. Isto revela transações de grande escala e volumes de mercadorias, como caminhões fechados de um determinado produto, este que internamente ao CEASA 'da origem', provavelmente já havia sido adquirido (compra) pelo atacadista, em transação diretamente com um, ou vários, produtores rurais locais da região específica, pois comercializam suas mercadorias diariamente no próprio Ceasa Estadual, muito embora a transação

e os lucros, que ocorrem em grande escala, são nesse caso, apropriados majoritários pela empresa atacadista, intermediária, que por sua vez apenas efetivou a circulação das mercadorias.

Assim, conforme os gráficos 7 e 8 indicam através de estatísticas oficiais, e o mapa 11 busca sintetizar a fim de dar visualidade espacial a este circuito produtivo que se desenha no território. Destaca-se, que o entreposto da Ceasa-ES, hoje, entre os dez principais entrepostos atacadistas de alimentos hortifrutis do país, tanto oferta, como também recebe e distribui ao mercado varejista Estadual e Nacional, diariamente em sua estrutura, produtos hortifrutis oriundos de variados Municípios e Estados, que conseqüentemente alcançarão o mercado varejista, já em outras localidades do Brasil, e do Mundo.

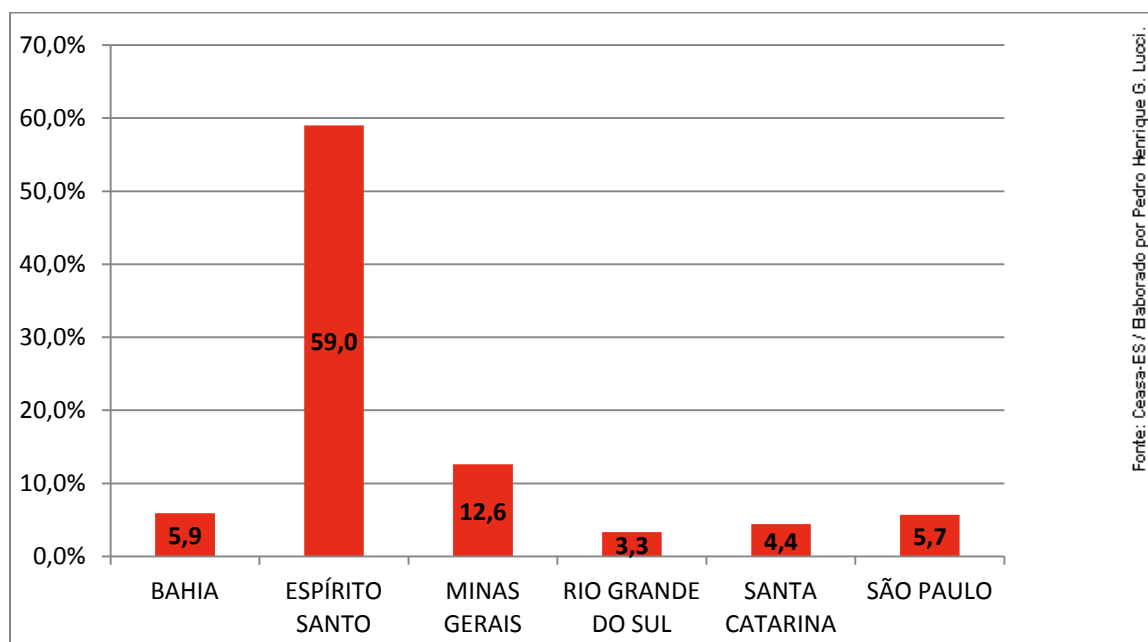


Gráfico 7 – Participação (%) dos Principais Estados Ofertantes (Origem) – CEASA-ES, 2010.

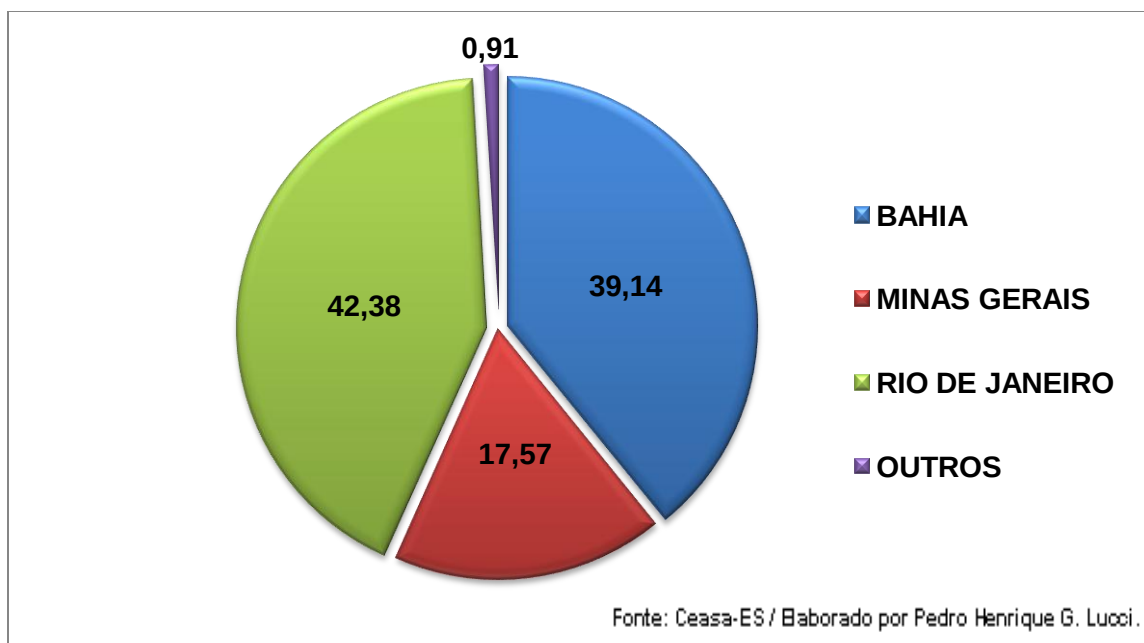


Gráfico 8 – Principais Estados de Destino das Mercadorias distribuídas via CEASA-ES, 2010.

Ainda no plano dos Estados, no que tange a oferta dos alimentos hortifrutis à CEASA-ES, constata-se relevante, a significativa contribuição interna da produção estadual de alimentos, que foi anteriormente apontada no gráfico 7, em torno de 60% do total da oferta, sendo esta como já evidenciada no capítulo 3, predominantemente advinda da agricultura familiar capixaba.

Outro fato que merece destaque no gráfico dos Estados ofertantes é a participação embora pequena, muito representativa dos Estados da região Sul do Brasil, propriamente Santa Catarina (3,3%) e Rio Grande do Sul (4,4%). Representativa, pois ofertam especificamente produtos regionais, isso é alimento típico de outras condições de produção (clima, solo, técnicas, transportes), como os são o grupo das ‘frutas de clima temperado’ (maçã, pêra, pêssago, ameixa, nêsspera, uvas, damasco, cereja, framboesa), constantemente importado pela CEASA-ES. Visando abastecer, sobretudo o comércio varejista moderno dos supermercados, concentrados nas cidades, e que procuram disponibilizar aos seus consumidores, assaz quantidade desses produtos, nos

365 dias do ano, ignorando assim os tempos das estações e a geografia local da produção estadual de alimentos. Nesse fato, corrobora para as frequentes importações de alimentos advindos do extremo sul do Brasil, mas também de países do MERCOSUL, como Chile, Argentina e Uruguai. Tamanha articulação na etapa da distribuição deve-se a finalidade de preencher a essa ininterrupta demanda advinda dos espaços do comércio e do consumo, que transpassa os tempos lentos da produção agrícola.

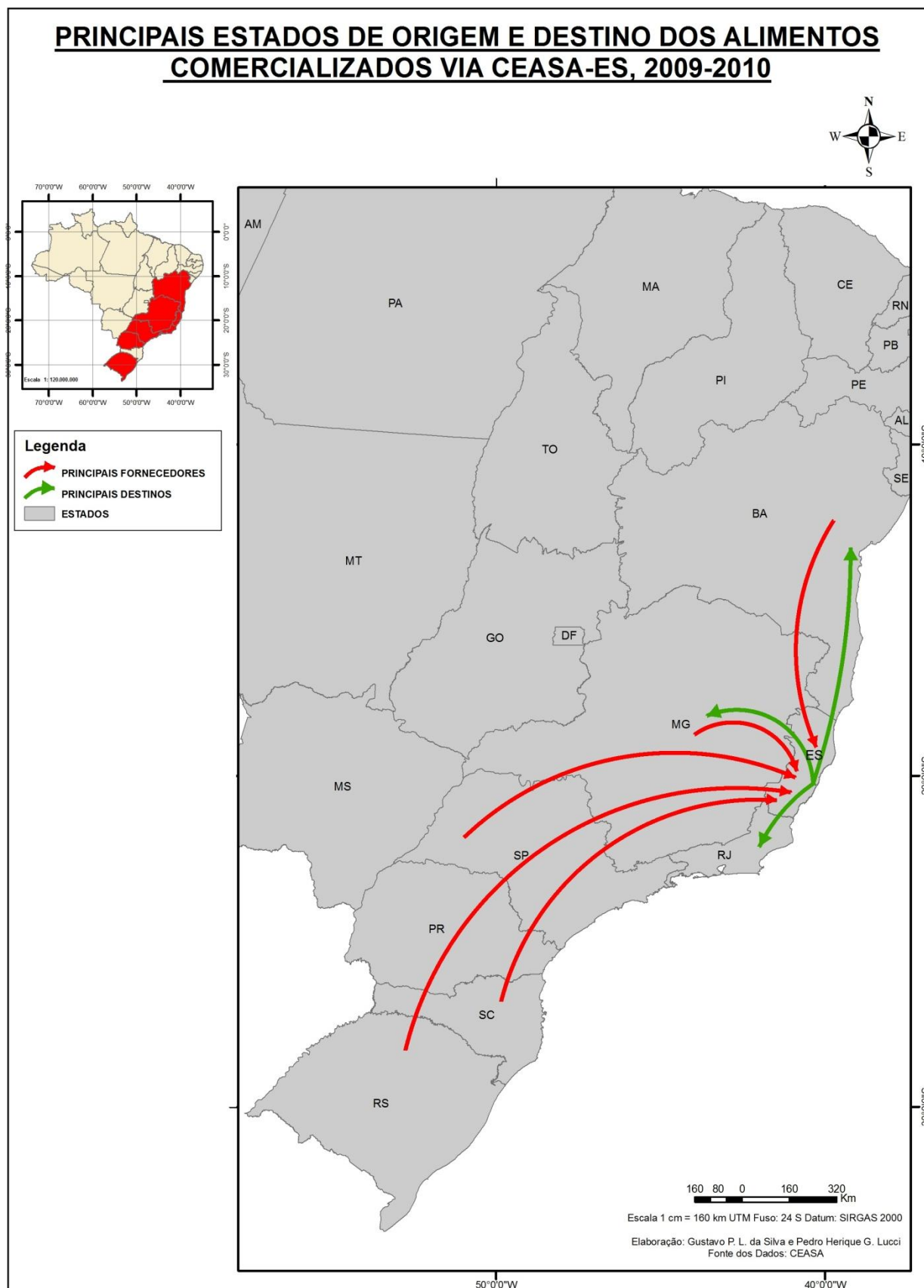
O Estado de São Paulo, registra como significativa sua participação na oferta de alimentos hortifrutis ao Espírito Santo (5,4%), a partir das transações comerciais intermediadas sobremaneira pelo CEAGESP, maior entreposto atacadista do país, que por sua vez expede ao abastecimento urbano capixaba, diversos produtos de variados outros Estados brasileiros. Simboliza nesse caso, o ímo da eficiência na circulação e transportes de alimentos, bem como da especulação produtiva a partir do controle sobre esta atividade. Uma vez que a produção originária do próprio Estado de São Paulo, não constitui a principal em circulação, mas prioritariamente circulam-se por intermédio daquele entreposto, os alimentos de maior saída comercial e mais rentáveis à época, logo que possibilitam maior lucro nas transações que envolvem a sua distribuição.

Já os demais Estados representativos da oferta, Minas Gerais (12,6%) e Bahia (5,9%), se fazem presentes por motivos principalmente de proximidade e vínculos comerciais antigos, já estabelecidos entre os usuários de ambos os entrepostos atacadistas, que os tornam ainda mais próximos, apesar das numerosas rodovias que já os interligam. No entanto salienta-se também, que enquanto a Bahia contribui à oferta estadual de alimentos, com uma produção mais restrita e especializada, como ocorre para a abóbora, o coco e a melancia, principais culturas ofertadas por este Estado.

Minas Gerais se destaca com uma oferta intensa e variada de alimentos ao entreposto da CEASA-ES, tanto que aponta no ano de 2010, como principal

Estado ofertante no abastecimento urbano capixaba, com aproximadamente 12% da oferta, atrás apenas da contribuição doméstica, advinda sobretudo do polo de horticultura na região Serrana do Espírito Santo.

A partir dos gráficos, faz-se possível mensurar a intensidade das relações comerciais do Espírito Santo para com cada Estado em específico, o que, por conseguinte, baliza a distribuição dos alimentos em escala interestadual ao revelar o sentido dos fluxos; ou, o circuito espacial por que percorrem os alimentos hortifrutis, na atividade de circulação e transportes, dos locais de origem (oferta), até os principais destinos (demanda) e que se realiza no âmbito da dinâmica do abastecimento, e constam representados no mapa 11.



Mapa 11 – CEASA-ES - Dinâmica de Circulação dos Alimentos Hortifrutis Além-fronteiras Estaduais.

De forma geral, dentre todas as culturas ofertadas no entreposto da CEASA-ES, inclusive as oriundas outros estados e países, e que consecutivamente circulam no território do Estado, a fim de atender às demandas do comércio e do consumo, verificam-se apenas as principais no gráfico abaixo:

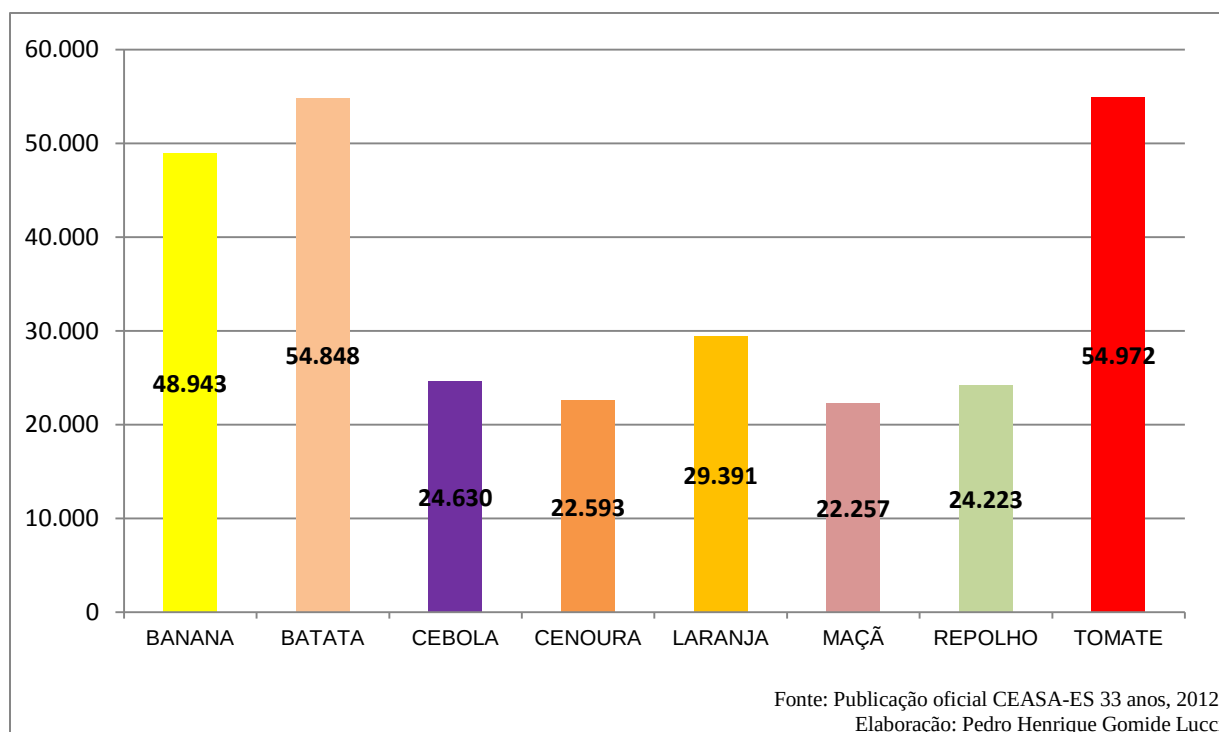


Gráfico 9 – Principais alimentos hortifrutis distribuídos (circulação geral) via CEASA-ES, 2010.

Constata-se, portanto com base no gráfico 9 e nos mapas do capítulo anterior, que entre os principais hortifrutis distribuídos na CEASA-ES, a produção da agricultura estadual só não contempla ou contribui com representatividade, quanto às culturas da cebola e da maçã. Esta última por não consistir uma cultura natural de clima temperado e que demanda tratamentos intensivos, o que não condiz com as características de produção da agricultura familiar capixaba.

Contanto, registra-se que rompendo imposições de ordem natural, a mesma se coloca disponível à população capixaba da mesma forma como se fosse produzida no Estado, pois diariamente importada pelas redes varejistas e

transportadoras, chega ao entreposto da CEASA-ES, e consecutivamente ao mercado varejista, advinda principalmente da região Sul da América do Sul e do Brasil. Já referente à Cebola, destaca-se que a mesma também chega diariamente à CEASA-ES, e à mesa da população capixaba, proveniente sobretudo do maior entreposto brasileiro, a CEAGESP. Uma vez que a produção estadual desse alimento não se revela expressiva, mas basicamente voltada para o consumo local, com o excedente sendo escoado direto para as feiras-livres ou comércio dos municípios,

Por outro lado dos 23 produtos hortifrutis abordados outrora no capítulo 3, porque expressavam representatividade na produção do Estado, nota-se que apenas seis deles (banana, batata, cenoura, laranja, repolho, tomate) constam na lista dos principais alimentos distribuídos pela CEASA-ES. Dentre essas culturas destacam-se o tomate, o repolho e a banana.

Como parte da oferta propriamente estadual, faz-se uma ressalva para a grande produção de hortaliças concentrada na região Serrana do Espírito Santo, que para a cultura do tomate destaca-se principalmente o município de Venda Nova do Imigrante, cujo cultivo é tradicional e expressivo ao ponto de ser distribuído para todo o Brasil. Já o município de Santa Maria de Jetibá, principal município abastecedor do entreposto da CEASA-ES, destaca-se sobretudo na produção de repolho, a qual assim como ocorre para o tomate de Venda Nova do Imigrante, esta produção a partir do CEASA busca alcançar o mercado nos principais centros urbanos do país. Já a banana, produto típico da agricultura familiar e de subsistência, por sua vez, difere desses dois últimos produtos por estar disseminada por todo o espaço da produção de alimentos do Estado, como apontou o capítulo anterior.

Já no gráfico 10, pode-se perceber a participação de cada cultura procedente da oferta Estadual de alimentos hortifrutis ao entreposto atacadista da CEASA-ES. Assim percebe-se que as três culturas referenciadas anteriormente, representam

também para a oferta doméstica, relevância quantitativa, posto que compreendem os principais alimentos produzidos no Estado e que simultaneamente se inserem no circuito produtivo do abastecimento urbano via CEASA-ES.

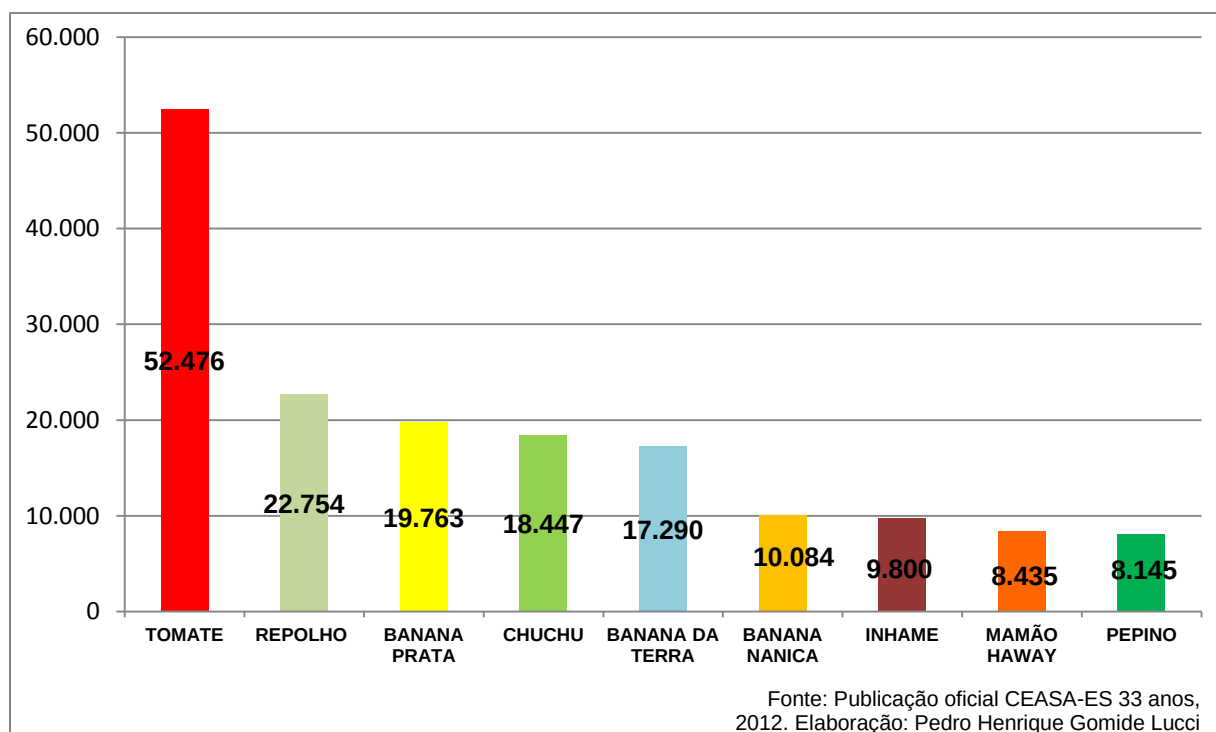


Gráfico 10 – Principais Alimentos Hortifrutis Procedentes do ES e Distribuídos via CEASA-ES, 2010.

Já o gráfico 8 e o mapa 11 trazidos anteriormente, ambos demonstraram que na dinâmica do abastecimento alimentar no Espírito Santo, apesar de convergirem mercadorias de vários outros estados brasileiros, no que respeita à oferta direta de alimentos hortifrutis deste Estado para o mercado nacional, esta se revelou relativamente concentrada ao abastecimento dos estados vizinhos, como o Rio de Janeiro (42,38%) e Bahia (39,14%) principalmente. Contudo, embora Minas Gerais também absorva parcela significativa desses produtos (17,57%) destacam-se mesmo, os mercados do norte fluminense e do Sul baiano, pois juntos absorvem mais de 80% da oferta capixaba de alimentos *in natura* distribuídos via Centrais de Abastecimento para outros estados.

O motivo do forte vínculo de dependência, expresso no gráfico 8, das regiões abastecidas para com o entreposto atacadista da CEASA-ES, decorre pois de fatores de proximidade geográfica e de oferta constante disponibilizada nesse entreposto capixaba. Este que por sua vez, com sede em Cariacica, atua e dista geograficamente mais próximo das áreas abastecidas, tanto em relação à capital fluminense, Rio de Janeiro, como para a capital baiana, Salvador, onde se acham sediados os entrepostos atacadistas estaduais, que teoricamente responderiam por esta função realizada hoje sobremaneira pela Ceasa-ES que guarda, pois, uma centralidade para além-fronteira estadual, com o abastecimento urbano também daquelas regiões (Sul da Bahia e Norte Fluminense).

Tão logo, adquirir diariamente os alimentos no entreposto capixaba, de forma direta ou indireta, a partir das empresas locais atacadistas ou varejistas da própria região compradora, mas com central de distribuição nos pavilhões da própria CEASA-ES, têm sido a forma mais eficiente de abastecer os comércios varejistas nessas regiões e ainda, extrair o devido lucro da etapa da distribuição. (como a rede de supermercados 'Itão', do sul da Bahia, que mantém uma loja fixa no pavilhão permanente do entreposto de Cariacica, ver anexos).

Dando sequência ao estudo da distribuição e circulação dos alimentos no processo do abastecimento urbano, e, à vista que o Estado do Espírito Santo, responde atualmente com a oferta da maior parcela (60%) dos alimentos hortifrutis distribuídos no entreposto da CEASA-ES, adentrou-se aqui à tarefa de compreender esta etapa da distribuição numa escala estritamente do Estado. Para tanto, contamos igualmente, com o auxílio de gráficos e mapas organizados para este intuito específico de tentar compreender o circuito espacial e produtivo do alimento em território capixaba. Buscando conhecer de onde se origina a oferta, a demanda, e os sentidos dos fluxos dos alimentos, dentre os municípios do espaço capixaba.

Nessa perspectiva, vale lembrar que a coleção de mapas do capítulo anterior presta-se também como suporte a este entendimento mais amplo da distribuição. Uma vez, que nela já constam previamente identificados os principais espaços e municípios da produção de alimentos hortifrutis no Estado, cujos mesmos fundamentalmente, mas não obrigatoriamente, articulam-se a esta etapa. Tido pois, que antes de atingirem ao mercado varejista, trespagam em sua maioria pelo entreposto atacadista da CEASA-ES. Logo esses espaços coincidem também, em muitos dos casos, com o lócus de origem desses alimentos quando analisados de permeio ao circuito espacial do abastecimento, como se perceberá nos gráficos e mapas, que dão sequência dessa discussão.

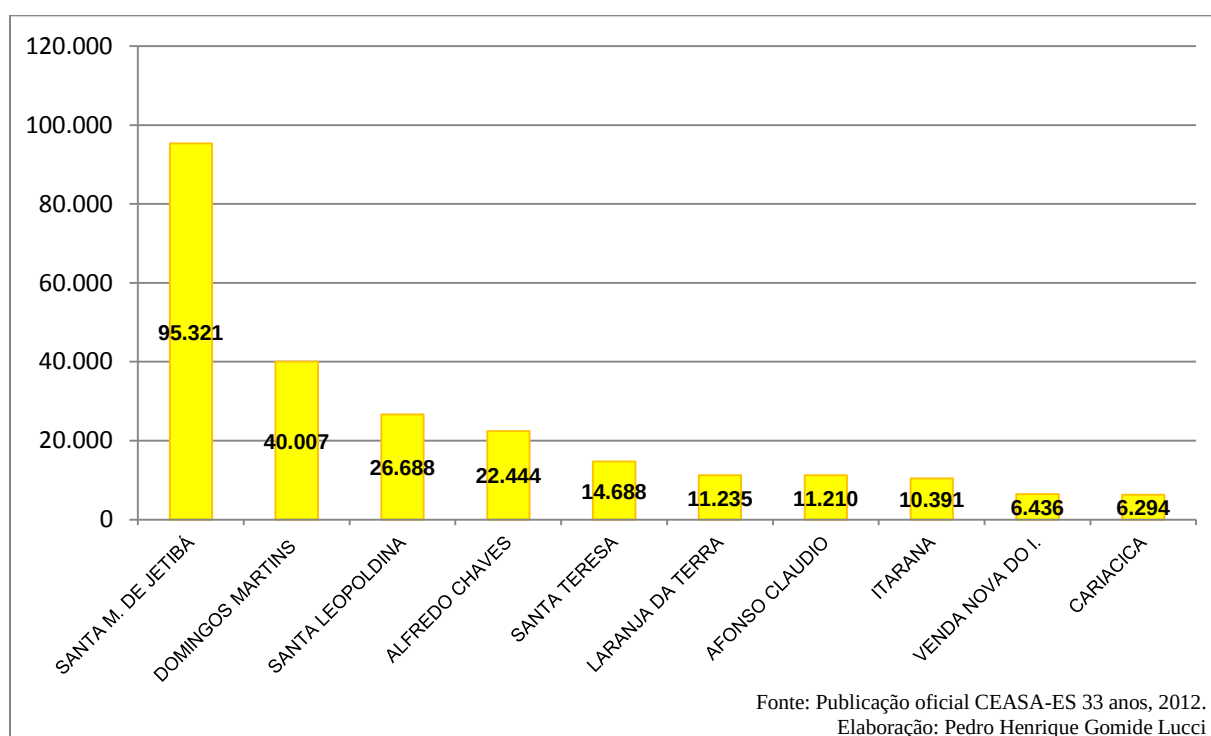


Gráfico 11 – Representatividade dos Principais Municípios Ofertantes– CEASA-ES, 2010.

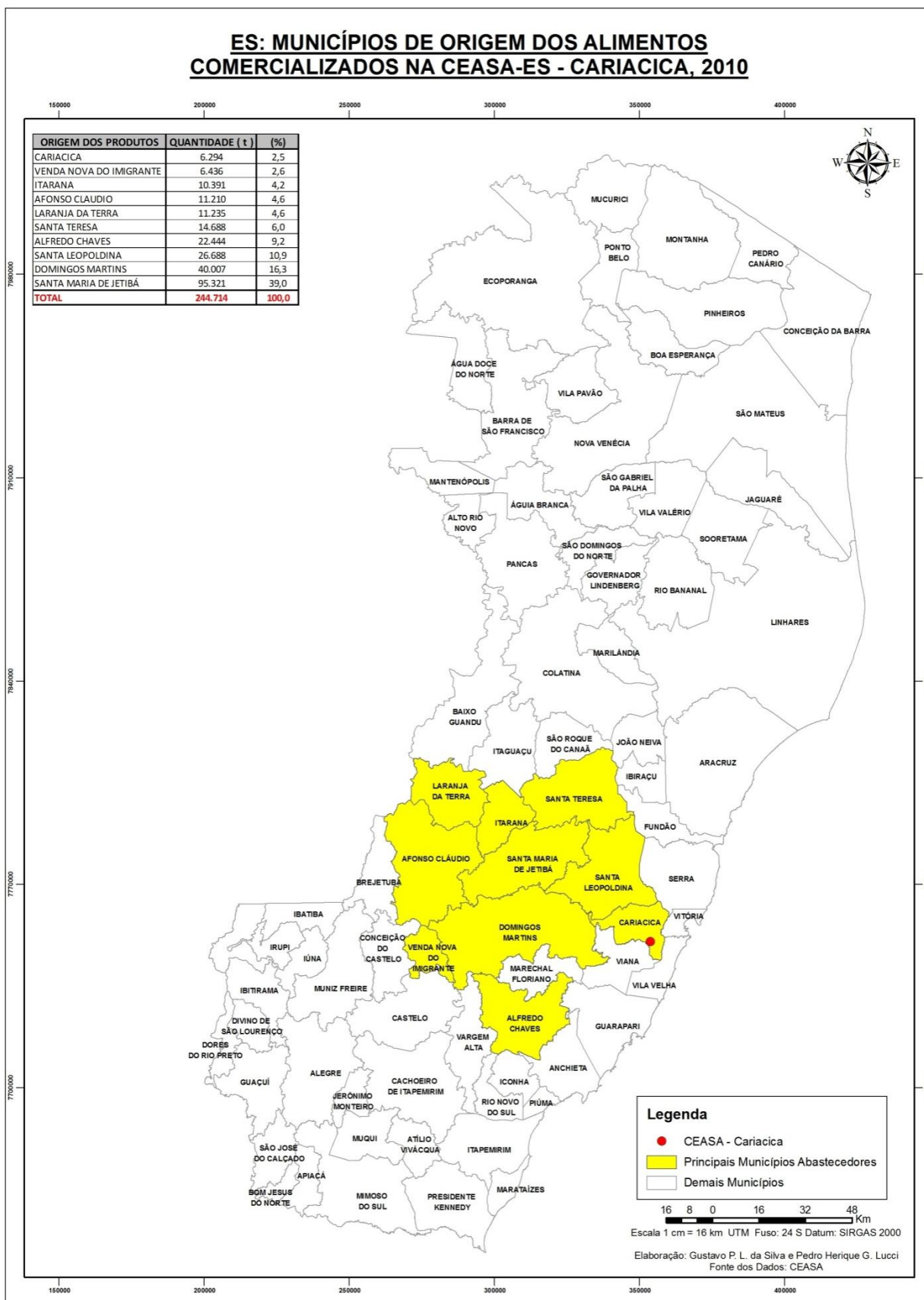
Assim, conforme o gráfico 11 que expõe em tela segundo as estatísticas oficiais da CEASA, os principais municípios ofertantes de alimentos hortifrutis, bem como as devidas quantidades da oferta (em toneladas) para o ano de 2010,

chama atenção é para as diferenças na quantidade ofertada por cada um dos municípios capixabas ao entreposto da CEASA. Sobre os quais, se destaca principalmente o município de Santa Maria de Jetibá, que lidera de forma desmedida a oferta de gêneros hortifrutis, em território capixaba, pois responde isolada com aproximadamente 30% num total de 60% que correspondem a oferta interna logo, Estadual (à parte do que é ofertado de outros estados e países, como visto anteriormente). Município que também assume grande importância no cenário do abastecimento urbano da população capixaba é Domingos Martins, pois conforme indicado no gráfico 11, contribui atualmente com aproximadamente 15%.

Isto posto, sobreleva-se aqui o fato que, para a realidade do Espírito Santo hoje, mais da metade dos alimentos *in natura*, produzidos em solo capixaba, e que abastecem diariamente o principal entreposto atacadista da CEASA, com efeito, também à maior parte da população capixaba, são procedentes de apenas dois municípios deste Estado. Ambos, como observado no capítulo anterior, constituem regiões de colonização imigrante (principalmente por povos alemães, tirolezes, italianos e pomeranos), donde a cultura da horta e dos pomares sempre esteve arraigada, outrossim, não aleatoriamente, caracterizam-se como espaços marcados pela forte presença e participação da agricultura familiar.

Percebe-se de imediato também, com base no mapa 12, que à exceção dos municípios de Cariacica (sede do entreposto) e também Alfredo Chaves (localizado na região Metrópole Expandida Sul), todos os demais municípios que ofertam sobejas quantidades de alimentos ao abastecimento urbano estadual, situam-se propriamente na região Serrana do Espírito Santo. Pois como já evidenciado outrora nos mapas e na discussão do capítulo 3, consiste um território predominantemente agrário e circunstancialmente especializado na produção de culturas alimentares, voltada basicamente para atender a demanda permanente por estes produtos que emana dos territórios urbanos e, sobretudo da região metropolitana da Grande Vitória.

Ainda no que tange os municípios ofertantes, de alimentos hortifrutis, à CEASA-ES, os cinco principais, estão geograficamente situados, relativamente próximos deste entreposto, distando de um modo geral, num raio de aproximadamente 100 km. De igual modo, se comparado ao mapa 8, nota-se também que as principais rodovias utilizadas no Estado para a circulação e transportes dos alimentos, contemplam o referido território, sobretudo prestando-se ao escoamento da produção que diariamente rumam para as cidades. Concomitantemente, reforçando a estreita relação entre campo-cidade que naturalmente esta atividade produtiva do abastecimento alimentar evoca e que portanto, vimos também ao longo deste estudo tentando por vezes evidenciar. Decorre-se daí que os quatro principais municípios abastecedores da CEASA, apesar de relativamente próximos da centralidade urbana da região metropolitana capixaba, apresentam-se ainda predominantemente rurais, isto é, com população rural superior à população urbana.



Mapa 12 - ES: Principais Municípios Ofertantes (Origem) dos Alimentos Distribuídos pela CEASA-ES.

Assim, no seio dessa atividade produtiva do abastecimento urbano, destaca-se, pois, que a região Serrana atua como um verdadeiro ‘cinturão verde’ dos alimentos in natura para a metrópole capixaba. Tal fato, para além do que as estatísticas comprovam nos números, o mapa 12 torna passível de clara percepção visual. Pois a partir do desenho esboçado no território, pelo circuito espacial e produtivo do abastecimento alimentar, cujo nesta ocasião da distribuição, procurou dar-se brilho aos principais espaços produtores e ofertantes de alimentos ao entreposto da CEASA-ES.

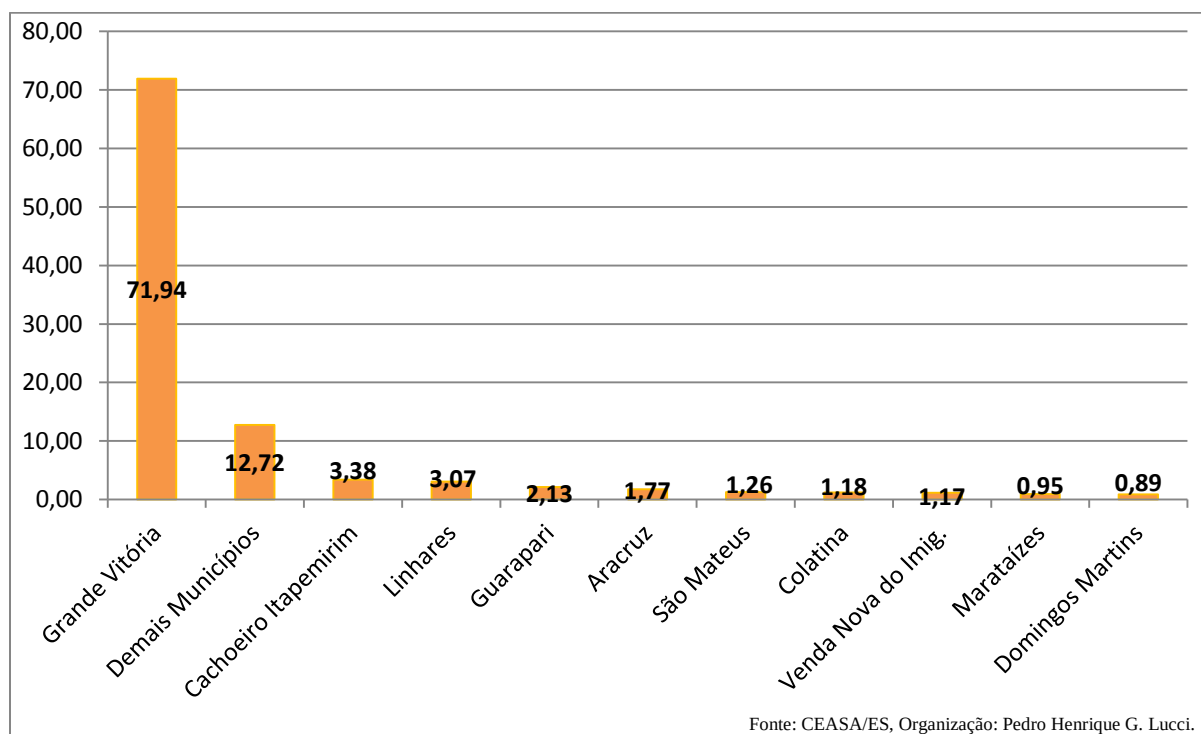


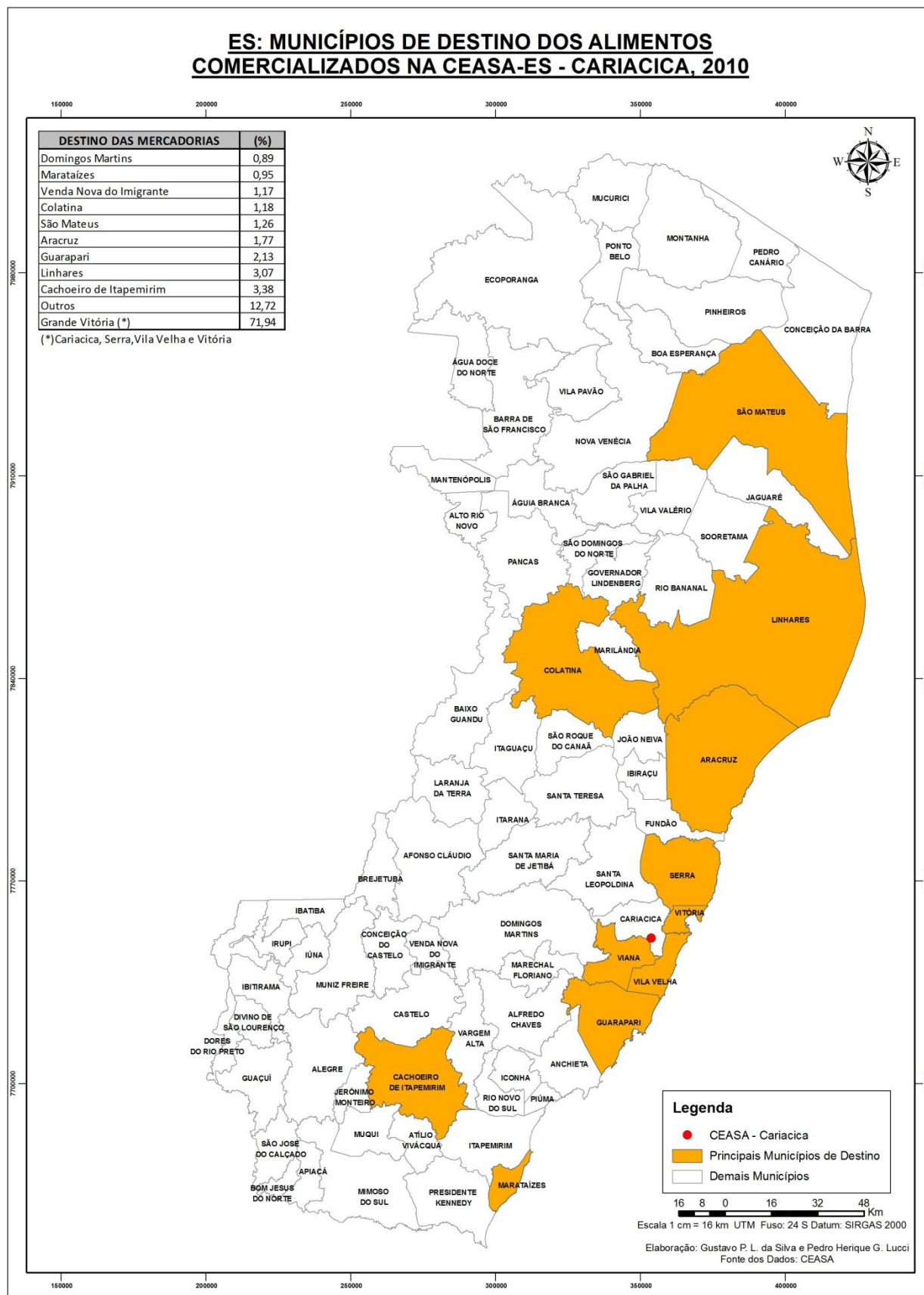
Gráfico 12 - Representatividade dos principais municípios capixabas de Destino das Mercadorias distribuídas via CEASA-ES, 2010.

Numa perspectiva antípoda à dos espaços da oferta e da produção, o gráfico 12, traz à tona, para a realidade do Estado, os principais espaços de comércio e de consumo dos alimentos distribuídos via CEASA-ES. Pois, no plano da distribuição dos alimentos, estes espaços destacados no gráfico igualmente

correspondem aos principais locais de destino das mercadorias distribuídas por este referido equipamento atacadista. Ressalta coerente, portanto, o fato de se revelar mais representativos do comércio e do consumo de alimentos, os territórios citadinos, e, sobretudo os grandes centros urbanos e econômicos do Espírito Santo, donde por sua vez, observam-se que todos registraram vínculo no abastecimento junto ao entreposto atacadista da CEASA, para aquisição dos alimentos hortifrutis ali concentrados. No fato, esta unidade foi planejada visando atender diretamente o mercado consumidor da região Metropolitana da Grande Vitória, na qual se concentram hoje praticamente metade da população total do Estado (48%), assim como são mais numerosas e presentes na vida dos citadinos, as grandes redes supermercadistas, cujo à luz do modelo vigente de abastecimento urbano, tornaram os principais equipamentos de comércio de alimentos, abastecidos diariamente na CEASA, que até as décadas de 70 e 80, abastecia predominantemente as tradicionais feiras-livres.

Ressalta-se, todavia, a forma discrepante como este pujante mercado metropolitano absorve um expressivo percentual de produtos, isso é aproximadamente 70% dos alimentos que diariamente são distribuídos no principal entreposto da CEASA. Ademais, registra-se a participação dos demais centros urbanos do Espírito Santo com representatividade pouco significativa quando comparados à RMGV, ainda que consideradas de suma importância na escala local, sobretudo ao comércio varejista que se expande, nos municípios abastecidos. Assim, Cachoeiro de Itapemirim (3,38%), Linhares (3,07%), Aracruz (1,77%) São Mateus (1,26%) e Colatina (1,26%), apontaram estreito vínculo com este entreposto no abastecimento urbano local. Desses municípios usuários do entreposto, acrescenta-se ainda que Cachoeiro de Itapemirim e Colatina mantêm constantes relações comerciais, pois são município-sede dos Entrepósitos Regionais Sul e Noroeste, que como explicitado, se abastecem frequente com variados alimentos (da região Serrana, mas sobretudo importados), cujos mesmos antes de serem destinados ao interior do Estado, trespasam pela CEASA Central.

A partir do mapa 13, torna-se mais perceptível a estabelecida relação das cidades enquanto principais espaços abastecidos pelo entreposto da Ceasa-ES na dinâmica estadual do abastecimento. Outra relação direta, faz-se com a coleção de mapas 2 (da produção de alimentos) no capítulo anterior, donde se observa para a maioria dos municípios abastecidos na CEASA-ES, que a produção local de alimentos in natura não se demonstra participativa, ou assaz para atender à população. Decorrendo assim a necessidade do abastecimento em caráter permanente via entreposto atacadista da CEASA-ES, pois apesar da existência das unidades Regionais no território, a unidade central, situada na região Metropolitana, ainda assegura no fato, a circulação dos alimentos hortifrutis também todo o Estado.



Mapa 13 – ES: Principais Municípios Abastecidos (Destino) por Alimentos Distribuídos pela CEASA-ES.

Como se observa também no mapa 13, quando mesmo municípios mais distantes e do interior do Estado como Linhares e São Mateus também se vêm abastecidos pelo entreposto Central. Como de igual modo, os demais municípios do interior do Estado, que registram um percentual significativo (12,72%) na aquisição de mercadorias da CEASA. Daqui destacam-se entrelinhas, que praticamente todos os municípios capixabas se abastecem neste entreposto, mesmo que em caráter casual, mas, sobretudo a partir dos supermercados, que disponibilizam as mercadorias distribuídas principalmente por esse entreposto estadual.

Assim, chama atenção nessa discussão, para a centralidade que a CEASA-ES guarda defronte à etapa da distribuição especificamente, mas com efeito, também para com toda a atividade produtiva do abastecimento urbano, que se realiza articulada na escala do Estado, da produção ao consumo. Sobre esse fato, o mapa 14 buscou demonstrar no território capixaba, como o principal equipamento de distribuição atacadista do Espírito Santo, CEASA-ES (fixo), articula os espaços da produção aos espaços do comércio e do consumo, por meio dos fluxos e circulação dos alimentos. Visto que esta organização produtiva do espaço, concebida a partir da CEASA para a realização do abastecimento urbano dos comensais capixabas, conforma, pois de modo consequente no território do Espírito Santo, o atual circuito espacial da distribuição dos alimentos no Estado.

Esboçado no mapa 14, a partir da distinção das cores dos espaços de origem e dos espaços de destino, interligados pela etapa da distribuição, nota-se entretanto o sentido ditado aos fluxos dos alimentos, do campo para as cidades. Isto posto constata-se claramente à dinâmica espacial, logo geográfica do abastecimento, que ao contrário dos espaços de destino que se acham dispersos pelo território do Estado, os espaços da produção, qual sejam os principais ofertantes de alimentos ao abastecimento estadual, se encontram englobados na região Serrana.

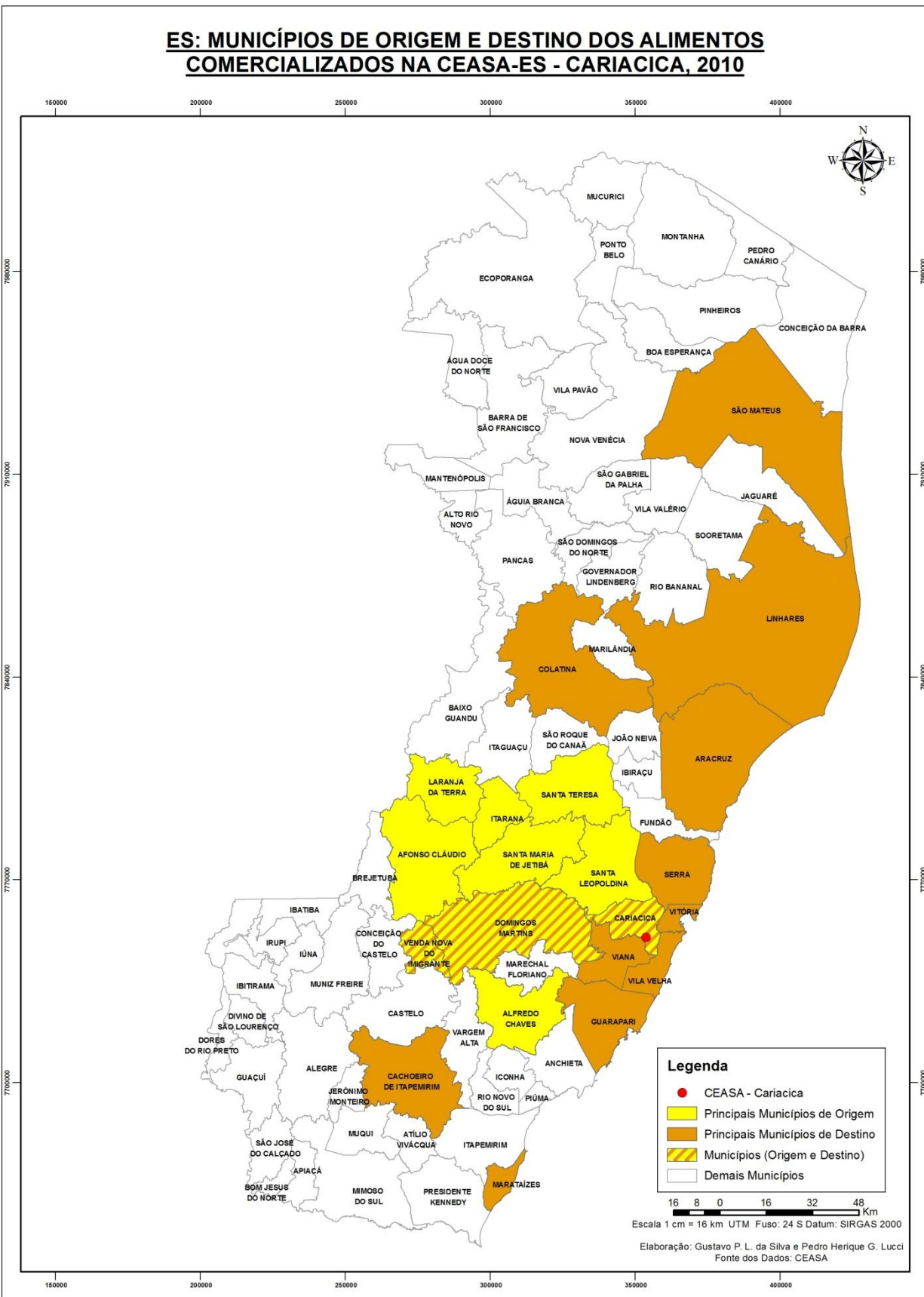
Analizando o mapa 14 de modo sobreposto ao mapa 10, verifica-se que as rodovias identificadas neste último cruzam, além dos entrepostos do Espírito Santo, também os principais municípios abastecedores e abastecidos por esta dinâmica estadual. Nessa perspectiva de análise e com o suporte dos mapas mensura-se portanto também a influência que este entreposto exerce na distribuição dos alimentos, no abastecimento alimentar das populações e para tanto, na organização produtiva de todo o território do Estado.

Outro fato que merece destaque a partir da visualização no mapa 14 decorre para os dois municípios hachurados (Domingos Martins e Venda Nova do Imigrante), mas que se sugere intercorrer também, diariamente, para a realidade de vários outros pequenos e médios municípios, que se inserem direta ou indiretamente no abastecimento urbano mediado pelas Centrais de Abastecimento do Espírito Santo.

Tal fato consiste um fenômeno corriqueiro, no âmbito desta atividade produtiva em que a circulação das mercadorias cumpre papel estratégico, resultando por vezes no que se compreende como “viagem” ou “passeio” do alimento. Isso ocorre, quando o alimento *in natura* se faz produzido em um determinado território do Estado, e na sequência escoado até CEASA-ES em Cariacica para comercialização (em atacado); posteriormente no entreposto atacadista, o alimento pode ser adquirido por um estabelecimento varejista, uma empresa transportadora ou mesmo por atravessadores da própria região de origem que frequentemente atuam nessa ‘cidade-mercado’; acarretando portanto, o retorno daquele mesmo alimento *in natura* para o município originário da sua produção, já especulativamente com valor agregado ao produto, para ser comercializado (agora no varejo) principalmente pelos supermercados e feiras livres, diretamente, aos consumidores.

Estes por sua vez, como se supõe do atual modelo em estudo, no fato pagam a conta. Ainda que quem esteja recebendo os méritos e os lucros complexamente

também não sejam os verdadeiros atores da produção do alimento, como os são os pequenos agricultores deste Estado que, todavia, na prática e na labuta diária, produzem nesse mesmo fato o alimento que se coloca à prateleira de um supermercado ou à mesa do capixaba. No entanto da produção propriamente dita, este se concebe apropriado no amplo sentido imediatamente pelos intermediários, interpostos às extremidades que situam os produtores e consumidores. E, são sobretudo, com efeito os atores da etapa da distribuição e do comércio, destes gêneros essenciais para todos os cidadãos capixabas. As contradições desse modelo se revelam na esteira dessas inversões de valores, que ocorrem no plano geral, mas quando se trata de alimentos, diferente de meras mercadorias, as contradições ganham traços e dimensões de perversidade.



Mapa 14 – ES: Circuito Espacial e Produtivo da etapa da Distribuição dos Alimentos, no Abastecimento Urbano Estadual via CEASA-ES.

5. GEOGRAFIA DA COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS NO ESPÍRITO SANTO

Dando sequência à proposta de estudo do abastecimento urbano estadual, o presente capítulo se debruça sobre a etapa da comercialização varejista de alimentos *in natura*, que numa perspectiva de análise articulada do abastecimento, ocorre ulterior e tributária ao momento da produção e da distribuição atacadista desses gêneros. Assim, no seio deste processo de primeira ordem nos espaços urbanos, a etapa da comercialização de alimentos é responsável diariamente por disponibilizar no formato de varejo e ofertar diretamente para o consumidor final, isso é, praticamente toda a população residente das urbes, os alimentos cujo obrigatoriamente todos necessitam.

Apenas a título de esclarecimento, distinguindo as funções da etapa da distribuição atacadista (que também intercorre mediante um comércio) e da comercialização varejista, BADIN (1997) afirma que,

[...] varejo é o negócio final em um canal de distribuição que liga fabricantes [leia-se produtores] a consumidores. Fabricantes fazem produtos [alimentos] para vendê-los a varejistas ou atacadistas. Atacadistas compram produtos de fabricantes para revendê-los a varejistas, enquanto varejos revendem produtos aos consumidores finais. A função do atacado é a satisfação das necessidades de varejos, enquanto a dos varejos é satisfazer a necessidade de consumidores finais. (1997, p. 15).

Nesse sentido a abordagem deste capítulo procurou centrar estritamente sobre as formas de comércio varejistas de alimentos hortifrutis, tradicionalmente inseridas nos espaços urbanos, e historicamente responsáveis por comercializar os alimentos das unidades produtivas ou apenas distributivas (CEASAs), diretamente para o consumo e abastecimento das unidades consumidoras (domicílios urbanos). De certo que um mesmo produto (alimento) pode percorrer por diferentes canais de comercialização, conforme as condições do lugar, do produtor, da ação dos intermediários ou do consumidor final, têm que esta etapa

da comercialização se apresenta bastante complexa em sua dinâmica espacial e produtiva de funcionamento. Não por acaso,

[...] em termos de localização, certamente, o comércio é, depois da indústria, o setor de atividades mais estudado. A quase universalidade da função comercial [ainda mais quando se trata de alimentos], seu papel nas organizações espaciais, seu peso nas economias, suas fortes mutações recentes e, sobretudo, sua grande sensibilidade à localização, podem explicar o forte interesse pelo estudo dessa atividade. (SCHOUMAKER, 1996, in: NEVES, J. M. J et all, 2013, p. 4).

Para o geógrafo Raymond Guglielmo, em estudo específico sobre a geografia do comércio e do consumo,

A concentração de massas cada vez mais importantes de população nas cidades, especialmente nas grandes aglomerações, o crescimento do poder aquisitivo apresentam ao mesmo tempo os problemas do aumento e da diversidade do consumo e aqueles da organização da distribuição. O consumo estende-se hoje do domínio dos produtos perecíveis de aquisição quotidiana ao dos produtos de uso cuja amortização é mais ou menos longa, cuja aquisição se faz uma vez por ano, uma vez cada quatro ou cinco anos somente, ou uma única vez por geração (do vestuário ao apartamento e sua instalação). Os sistemas de venda diferem, bem como a geografia racional dos pontos de venda. É preciso primeiramente conhecer a distribuição dos tipos e dos agrupamentos de consumo (em função dos grupos sociais, da repartição das populações locais por classificação de cidades etc.), em seguida determinar os melhores pontos de contato, para cada classe de comércio, entre o vendedor e o cliente. É essa a conduta de pensamento propriamente geográfica. (GUGLIELMO, 1980, p. 211).

Tão logo, distribuídas de maneira desigual no espaço do Espírito Santo, as formas de comércio varejista de gêneros alimentícios desempenham importante papel social e econômico no cotidiano de todas as cidades. Interpostos entre a produção (oferta) e o consumo (demanda), os equipamentos de comércio varejista, no fato, respondem pelo fornecimento e abastecimento alimentar diário desses territórios, que como visto nos capítulos anteriores, sob a atual divisão espacial do trabalho (campo-cidade) caracteriza-se sobremaneira, pela concentração de população de comensais. Ou seja, ‘não-produtores’ de

alimentos e, por conseguinte obrigatoriamente consumidores, permanentes compradores e frequentadores desse tipo de comércio.

Considerando o abastecimento de alimentos *in natura* como atividade básica, de caráter permanente e crescente, com efeito, as formas comerciais desses gêneros, vão se fazer presentes em todo o território capixaba, uma vez que 'ofertam' bens de primeira necessidade para toda a população, que de *per si* conforma o mercado consumidor e baliza a 'demanda' permanente por esses gêneros vitais.

No entanto chama-se atenção de pronto, para a aglutinação excessiva e coerente desses equipamentos, sobretudo nos espaços urbanos, principalmente na região metropolitana da Capital e nos cardeais centros econômicos do Estado. Sendo, numa ótica produtivista do atual período, orientado à uma localização racional, não obstante faz-se evidente que o campo ou os espaços agrários (da produção de alimentos) do Estado, não constituem o meio geográfico mais favorável ou indicado à expansão e distribuição seletiva das formas modernas de comercialização dos alimentos.

Os motivos podem ser elencados partindo de vários aspectos próprios da essência do meio rural, mas aqui centramos em apenas alguns que consideramos determinantes, como a dispersão geográfica do povoamento, característica marcante nos territórios agrários, e também, o fracionamento do consumo procedente nesses espaços devido o fato deste se realizar apenas em caráter complementar àquilo que não se produz na propriedade. Soma-se ainda, o inexpressivo quinhão de assalariados, uma vez que ao contrário das cidades nos espaços agrários o salário em espécie não constitui o tipo de remuneração predominante, além da baixa densidade demográfica registrada nos municípios rurais, sobretudo naqueles localizados no interior do Espírito Santo, cuja maioria apresenta população entre 5 e 20 mil habitantes.

Realçando assim contrastes com a realidade da capital e dos pólos regionais do Estado, onde as populações contabilizam contingente na casa dos milhões na região metropolitana e nos demais grandes centros urbanos, registram-se centenas de milhares de habitantes e, concomitantemente ‘bocas’ e ‘estômagos’, que de forma incondicional e permanente necessitam se alimentar logo ter acesso, adquirir, consumir e ingerir alimentos. Nesse plano,

O desenvolvimento rápido das grandes aglomerações urbanas é, pois um dos dados mais importantes das transformações atuais da distribuição. Ele o é, primeiramente, por provocar um alargamento contínuo do mercado; mas também, indiretamente, pelas modificações que ele arrasta na estrutura interna dessas aglomerações. [...] o fracionamento do consumo é aqui mais do que compensado pela densidade e a amplitude do mercado que acresce ainda o nível de vida mais elevado. A pressão sobre o consumidor é aí mais eficiente do que alhures. [...] Todos esses fatores criam uma situação eminentemente propícia às iniciativas e às exigências comerciais. Eis porque, se as formas modernas da distribuição começam hoje a alcançar as pequenas cidades, é nas grandes que tomaram início e que encontram mais do que nunca seu terreno eletivo. (GUGLIELMO, 1980, p.244).

“O comércio e suas diversas estratégias locacionais, por serem exigentes de centralidade, acabam interferindo em toda a configuração espacial e contribuem para explicar os inúmeros movimentos que se desenvolvem no interior dos núcleos urbanos” (ORTIGOZA, 2007, p.113). Nessa perspectiva o presente estudo geográfico busca compreender a atual organização espacial e produtiva dos equipamentos de comercialização de alimentos *in natura* no território do Espírito Santo, pois, além de causarem modificações na paisagem urbana, eles também influenciam diretamente na geografia do circuito espacial do abastecimento urbano de alimentos (mercadorias), apontando concomitantemente para profundas transformações nas relações sociais e econômicas que permeiam o processo produtivo desses gêneros.

Analisadas ao brilho da modernidade, as formas varejistas de comércio de alimentos hortifrutis vêm passando por profundas transformações e adaptações que acompanham a racionalidade produtivista dominante do período vigente de

globalização. Dessa maneira, torna funcional não apenas a organização do espaço, as atividades produtivas da produção e distribuição, mas também a relação do homem com o alimento, uma vez que inserem novos comportamentos e hábitos à etapa do consumo, que por sua vez, se intentam coerentes ao espaço-tempo do cotidiano e modo de vida urbana contemporânea. Isto posto, destaca-se que,

[...] a sociedade de consumo tem sua base no modo de vida urbano e está apoiada num sistema capitalista produtor de mercadorias. O espetáculo, o efêmero, a moda e a obsolescência impõem novas e consecutivas necessidades. Vivemos um tempo em que a produção de mercadorias não visa só atender à demanda, mas também criar a necessidade. (ORTIGOZA e CORTEZ, 2009, p.24).

As distribuições varejistas de gêneros alimentícios são realizadas através de uma rede de instituições bastante diversificada que emprega, de um lado, as mais sofisticadas técnicas de venda e apresentação do produto e, de outro, os sistemas mais antigos e tradicionais. (GODINHO, 2003, p.72).

Das tradicionais feiras livres - forma de comércio universal e pioneira no abastecimento de alimentos *in natura* nas cidades e, cujos primeiros registros no Brasil, datam ainda dos tempos da colônia – passando pelos armazéns, quitandas, mercados públicos, quilões, etc. até os recentes e prestigiosos hiper e supermercados, que surgem no fato apenas há cinquenta anos, foram significativas e demasiado contraditórias as mudanças e implicações nas modalidades e instâncias do comércio e consumo, tão logo, de modo consequente, na alimentação da população brasileira e capixaba.

Os mercados públicos (e também as feiras, além dos estabelecimentos que fazem parte do comércio tradicional das cidades), há tempos são objetos de estudos da Geografia, mas o interesse pela temática poderia ser maior. O estudo de lugares e equipamentos comerciais como os mercados públicos municipais, tornam-se temas importantes de pesquisa para a ciência geográfica, posto que consentem, através de seu desenvolvimento, entender as transformações porque vêm passando as cidades, sobretudo as brasileiras, muitas delas abrigando esses antigos equipamentos que tendem a desaparecer e dar lugar às novas formas que abrigam o comércio, temática que merece uma análise mais aprofundada. (FREIRE, 2011, p.3)

Nesse caminho, a discussão deste capítulo procura contemplar os principais canais varejistas de comercialização de alimentos hortifrutis que coexistem no território do Espírito Santo, muito embora reveladores de distintas temporalidades e racionalidades produtivas. No entanto, no seio de uma discussão mais ampla sobre o abastecimento urbano à escala do Estado, restringimos a análise específica da etapa da comercialização, basicamente ao estudo dos equipamentos comerciais que se encontram diretamente articulados com a dinâmica hegemônica do abastecimento, logo concomitantemente, que disponibilizam à comercialização (no varejo) os alimentos distribuídos via Centrais de Abastecimento do Espírito Santo – CEASAs.

Dessa maneira, o decorrer da discussão se orienta, com apoio da teoria dos dois circuitos da economia urbana trabalhado outrora de forma mais abrangente pelo geógrafo Milton Santos (1979), a partir de uma subdivisão que intercorre também no âmbito da alimentação dos homens, e manifesta-se de modo particular entre as formas comerciais varejistas ‘modernas’ e ‘não modernas’, que se distribuem de modo racional e desigual no espaço geográfico capixaba. Como exemplo das mais recentes formas de comércio de alimentos das urbes, tratamos aqui dos hiper e supermercados que como apontara o referido autor, são hoje,

[...] elos fundamentais nas cadeias de distribuição e produção, pois participam das diversas instâncias, criando marcas, agindo como oligopsônios em algumas produções, modificando os calendários de pagamentos e comandando assim uma importante parcela do comércio varejista. (SANTOS, 2002, p. 150).

Por outro lado, norteador a discussão do abastecimento alimentar a partir das modalidades não modernas de comércio, damos ênfase sob este aspecto principalmente às feiras livres, que da mesma forma como observado para os supermercados para o atual contexto, também se fazem presentes, no entanto desde longa data, em todos os municípios do Espírito Santo. Assim, por representar um equipamento de tradição e extrema importância ao

abastecimento alimentar das populações citadinas, pois sua função essencial, apesar de várias adaptações através da história, ainda excede o plano meramente funcional, resignificado e reproduzido pelos supermercados nos dias de hoje, como se verá mais adiante. Mas para além de uma forma alternativa ou complementar de abastecimento dos domicílios urbanos, esta tradicional modalidade de comércio alimentício atua no circuito produtivo do abastecimento alimentar, sobretudo, como contraponto e resistência ao atual modelo de comercialização e consumo de alimentos, ditado hoje pelas grandes redes de supermercados que se multiplicam e a cada década tornam-se mais pujantes e presentes no mercado e sociedade.

Partindo de uma análise teórica, embasada na proposta de releitura espacial da economia e das atividades produtivas, realizada por Milton Santos, somada com as observações e análises empíricas (ver relatórios de campo em anexo) constatadas pelo autor nessa pesquisa à escala do estado do Espírito Santo. Percebe-se, pois, sobre o atual contexto do abastecimento urbano, que se podem considerar essas diferentes formas comerciais, também como modelos e racionalidades distintas de produção, distribuição e consumo dos bens e serviços (alimentos in natura) a uma determinada população. Portanto podem ser repartidos como *dois circuitos da economia urbana*: Circuito Inferior ou não moderno e Circuito Superior ou moderno.

Todavia destaca-se de antemão que visando o território e a população em sua totalidade, as formas comerciais varejistas de alimentos, embora categorizadas e pertencentes cada qual a um circuito econômico distinto, no que tange a função primordial do abastecimento alimentar, todas desempenham papel social de suma importância. E, apesar de haver uma relativa hierarquia e/ou concorrência entre os equipamentos comerciais urbanos, a coexistência destes no território, perfaz um mercado diversificado e mais democrático ao acesso por alimentos, sendo então formas de comércio não excludentes, mas

complementares no abastecimento diário e satisfação das necessidades e desejos dos comensais.

Porém, as formas comerciais são, antes de mais nada, formas sociais; são as relações sociais que produzem as formas que, ao mesmo tempo, ensejam relações sociais. Analisar as formas comerciais, que são formas espaciais históricas, permite-nos a verificação das diferenças presentes no conjunto urbano, o entendimento das distinções que se delineiam entre espaços sociais. Em suma, coletivamente, as formas comerciais dão ensejo à análise das diferenças. (PINTAUDI, 2002, p. 145 *grifo nosso*).

Os gráficos 13 e 14 baseados em levantamento oficial das Centrais de Abastecimento do Espírito Santo buscou colocar em evidência, um pouco do que consideramos na discussão até aqui, como transformações do circuito produtivo e espacial do abastecimento alimentar. Considerando que o abastecimento urbano realiza-se como totalidade da articulação nas etapas produtivas (produção, distribuição, comércio e consumo), não obstante, supõe-se também que houve modificações, de diferentes intensidades, ao longo de toda a cadeia produtiva, inclusive na instância específica da comercialização varejista de gêneros alimentícios.

Nessa direção, dando sequência ao estudo da problemática central deste trabalho – o abastecimento alimentar do território e sociedade capixaba - retoma-se brevemente a discussão do capítulo anterior, da distribuição atacadista dos alimentos hortifrutis (mercadorias), procurando identificar em dois momentos distintos (na década de 80 e nos dias de hoje ‘2010’), as principais formas de comércio varejista que, por intermédio e articulação dos entrepostos da CEASA-ES, abastecem a população citadina do Espírito Santo.

De início chama-se atenção para o gráfico 13, referente ao ano de 1978, mas condizente ao contexto do abastecimento urbano estadual que se estenderia até finais da década de 80, pois compreende o período inicial do funcionamento da CEASA-ES (Cariacica) no território e, com efeito, período que dá início a uma organização produtiva e racional da distribuição de alimentos no Espírito Santo.

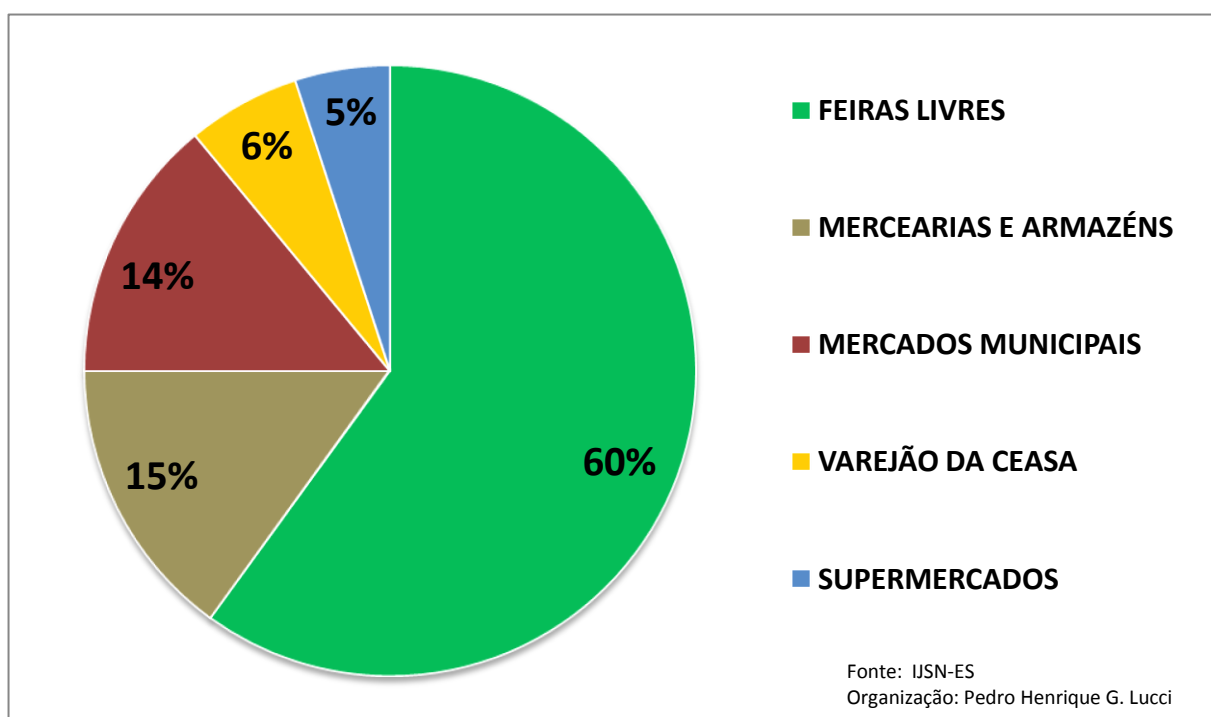


Gráfico 13 - Destino Comercial dos Alimentos Hortifrutis Distribuídos na CEASA-ES, 1978.

De certo, que a própria instalação da CEASA, resultou em profundas transformações no abastecimento alimentar da população capixaba e nas formas varejistas de comércio, percebe-se contanto, que naquele período, o principal destino das mercadorias (alimentos hortifrutis) distribuídas por intermédio do entreposto atacadista, era as feiras livres que de forma expressiva (60%), guardavam grande importância no mercado varejista e no abastecimento alimentar da população capixaba. Nesta situação, os alimentos que adentravam diariamente ao entreposto da CEASA eram majoritariamente adquiridos por feirantes, autônomos e atravessadores que realizavam esta modalidade de comércio (feira livre) desde muito tempo, quando ainda se abasteciam no Mercado da Vila Rubim, para a revenda nos municípios e bairros periféricos da Grande Vitória, como também nos demais núcleos urbanos, que para o referido período ainda eram inexpressivos à escala do Estado.

Nesses núcleos urbanos em crescimento na década de 80, ditava como modelo dominante, uma dinâmica de abastecimento local e a partir de trocas com municípios vizinhos, sendo também caracterizada até então, pelo domínio das feiras-livres (com mercadorias oriundas também do entreposto da CEASA-ES, transportadas por atravessadores e feirantes). Todavia, em alguns casos esses municípios contavam com mercados públicos municipais, como em São Mateus e Cachoeiro de Itapemirim, além da capital Vitória. Este tipo de estabelecimento, guardavam também uma centralidade quanto a distribuição varejista, no entanto, se viu de certa forma ofuscado pela implantação da CEASA, e a consecutiva proliferação dos pequenos estabelecimentos varejistas, cuja área de atuação passava a ser os bairros periféricos e a população de baixa renda não contemplada pelas centralidades.

Ainda sobre o contexto do abastecimento estadual na década de 80, é possível perceber a inexpressiva parcela de participação dos supermercados (5%). Fato que pode ser associado de pronto, à uma baixa representatividade deste tipo de equipamento, quanto ao número de lojas naquele período, bem como a grande concorrência de um setor de mercado altamente pulverizado, entre mercearias, quitandas, armazéns, quilões, que conforme o gráfico absorviam grande parte (15%) da produção estadual de alimentos distribuída pela CEASA. Arelado ao baixo poder de compra da grande população urbana capixaba, que se constituía, mormente por operários assalariados, recém-chegados à urbe oriundos do êxodo rural, e mal remunerados pela indústria. Condições estas, que não estimulariam suficiente o desenvolvimento pleno destes estabelecimentos privados e essencialmente de perfil comercial- empreendedor.

Como colocado também em documento do Instituto Jones dos Santos Neves, remetente ao mesmo período, em estudo sobre o abastecimento alimentar,

[...] Existem vários grupos de Supermercado espalhados pela Grande Vitória, alguns deles trabalhando em escala elevada e com grande diversidade de produtos. Dentre os

maiores, em volume e número de lojas, existem 4 redes, com um total de 16 lojas. Além destas, existem outras empresas supermercadistas todas elas com uma única loja, perfazendo entre as de melhor porte, 7 lojas. (Publicação IJSN, 1993, p.27)

Verifica-se pois que a média de lojas de supermercados, não contemplava a população total da Grande Vitória, como ainda nos dias atuais apesar da quantidade expressiva deste tipo de equipamento na região (454 lojas), continuam a não contemplar integralmente, no que tange a oferta e consumo dos alimentos *in natura*.

Ressalta-se portanto daí, que até finais da década de 80, a distribuição de alimentos hortifrutis pelas formas não modernas, tinha grande participação de mercado, e desempenhavam papel de extrema importância social, pois asseguravam o acesso direto aos alimentos hortifrutis também à uma população de mais baixa renda e localizada geograficamente distante da centralidade urbana, onde se concentravam mormente o comércio varejista.

Como o mesmo documento de acima se refere quando do diagnóstico do abastecimento urbano alimentar:

[...] a distribuição de produtos hortifrutigranjeiros a nível de varejo, é assegurado na Grande Vitória por vários tipos de agentes, valendo ressaltar que as feiras livres são o segmento mais representativo. Elas representam, para o local onde são realizadas, o principal segmento distribuidor de hortifrutigranjeiros com relação ao volume ofertado. [...] As feiras livres encontram-se distribuídas desigualmente pelas cidades componentes da Grande Vitória, no que diz respeito a sua localização espacial. [...] em geral, situam-se em locais de baixa renda, porém algumas estão em locais de renda média e alta. (IJSN, 1993, p.20-24).

Já o gráfico 14, ilustra para os dias de hoje, um contexto bem diferente do abastecimento urbano de alimentos da década de 80, que resulta das consecutivas transformações e modernizações, por que passam o espaço, e todas as esferas da sociedade (econômica, cultural, política, etc.) e da vida dos homens, mas que, sobretudo se perfazem condizentes ao atual período técnico-

científico-informacional, da globalização e da modernidade que se manifesta e difunde mais profundamente na atmosfera e nas diversas práticas sociais cotidianas dos espaços urbanos.

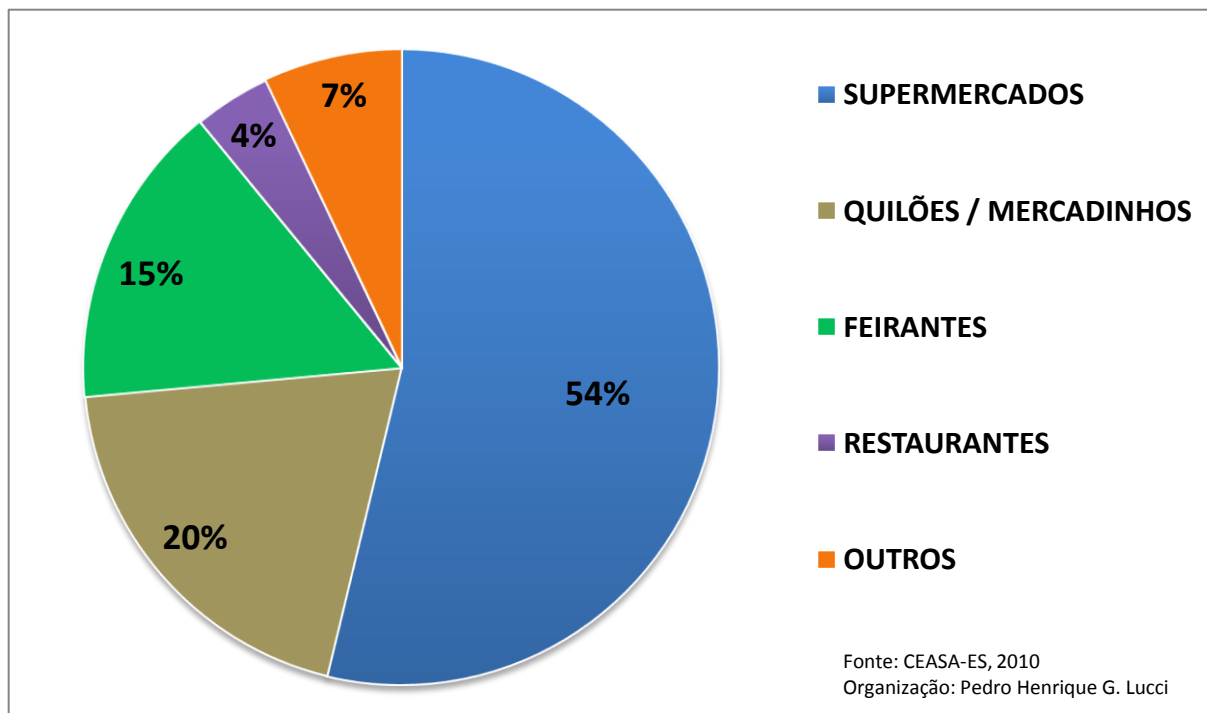


Gráfico 14 - Destino Comercial dos Alimentos Hortifrutis Distribuídos na CEASA-ES, 2010.

Para se tomar a real dimensão dessas ligeiras e profundas transformações no âmbito do abastecimento alimentar estadual, e conseqüentemente de nossa alimentação do dia a dia, sugere-se uma rápida análise comparativa entre os gráficos 13 e 14, que apresentam duas realidades distintas para o setor do comércio varejista de alimentos hortifrutis, e quase opostas ainda que representativas como visto de um curto intervalo de tempo, de três décadas, isto é, final da década de 70 (1978) até o ano 2010.

Para tanto, se há apenas cerca de trinta anos atrás o abastecimento alimentar das famílias e domicílios urbanos do Espírito Santo, passava fundamentalmente pelas tradicionais feiras livres e outros pequenos estabelecimentos varejistas

situados nos bairros urbanos, nos dias de hoje, esta atividade de caráter permanente e essencial para toda a população, como é a aquisição de alimentos, decorre para a grande massa das famílias capixabas, a partir de outros modelos, padrões, e dinâmicas que permeiam o corriqueiro ato da compra e venda, e do comércio e consumo dos alimentos.

Como aponta o gráfico 14, as principais formas de comércio varejista de alimentos, que absorvem atualmente a grande distribuição atacadista da CEASA, para posterior comercialização por meio da 'oferta' de alimentos direto à população, são os modernos hiper e supermercados, que presentes em todos os municípios capixabas, assumem hoje uma hegemonia e um ponderado controle deste ramo no mercado estadual. Assim, conforme ilustrado no gráfico 14, já em 2010, os supermercados, invertem o quadro que outrora se desenhava (década de 80) e onde representavam ínfima porção de compra na CEASA. Adquirem, pois, nos dias de hoje, mais da metade dos alimentos hortifrutis que circulam pelos entrepostos atacadistas do Espírito Santo (54%) e caracteriza-se no domínio do varejo, como a forma comercial de alimentos que oferta maior volume de mercadorias, à escala do Estado, para as compras e abastecimento contínuo que acontece por parte das famílias e dos domicílios urbanos.

Concomitantemente, percebem-se as mudanças nas estruturas do comércio e propriamente no circuito espacial e produtivo do abastecimento alimentar estadual, uma vez que as formas comerciais tradicionais e não modernas, embora de importante papel social no abastecimento da população fato que leva a sobrevivência destes estabelecimentos ainda hoje, perdem cada vez mais terreno e mercado consumidor para os setores mais modernos, que operam mediante custos mais reduzidos e lucros mais expressivos, seguindo à risca as leis e estratégias estritamente de mercado.

No caso das feiras livres, os gráficos exemplificam como este equipamento comercial de importante papel na história mundial do abastecimento urbano, e

também no abastecimento local dos municípios do Espírito Santo, pois até a década de 80 consistiu no principal formato de comércio de alimentos *in natura*, dado pela reunião de produtores, feirantes, consumidores e transeuntes para a comercialização de alimentos hortifrutis (carro-chefe) e demais gêneros agrícola. Quando, desde então veio calhar, e apenas trinta anos após, guardada a sua representatividade e importância, atua nos dias de hoje mais como um ponto secundário, ou alternativo do novo modelo hegemônico de comercialização e consumo de alimentos, suplantado pelos modernos e racionalizados supermercados.

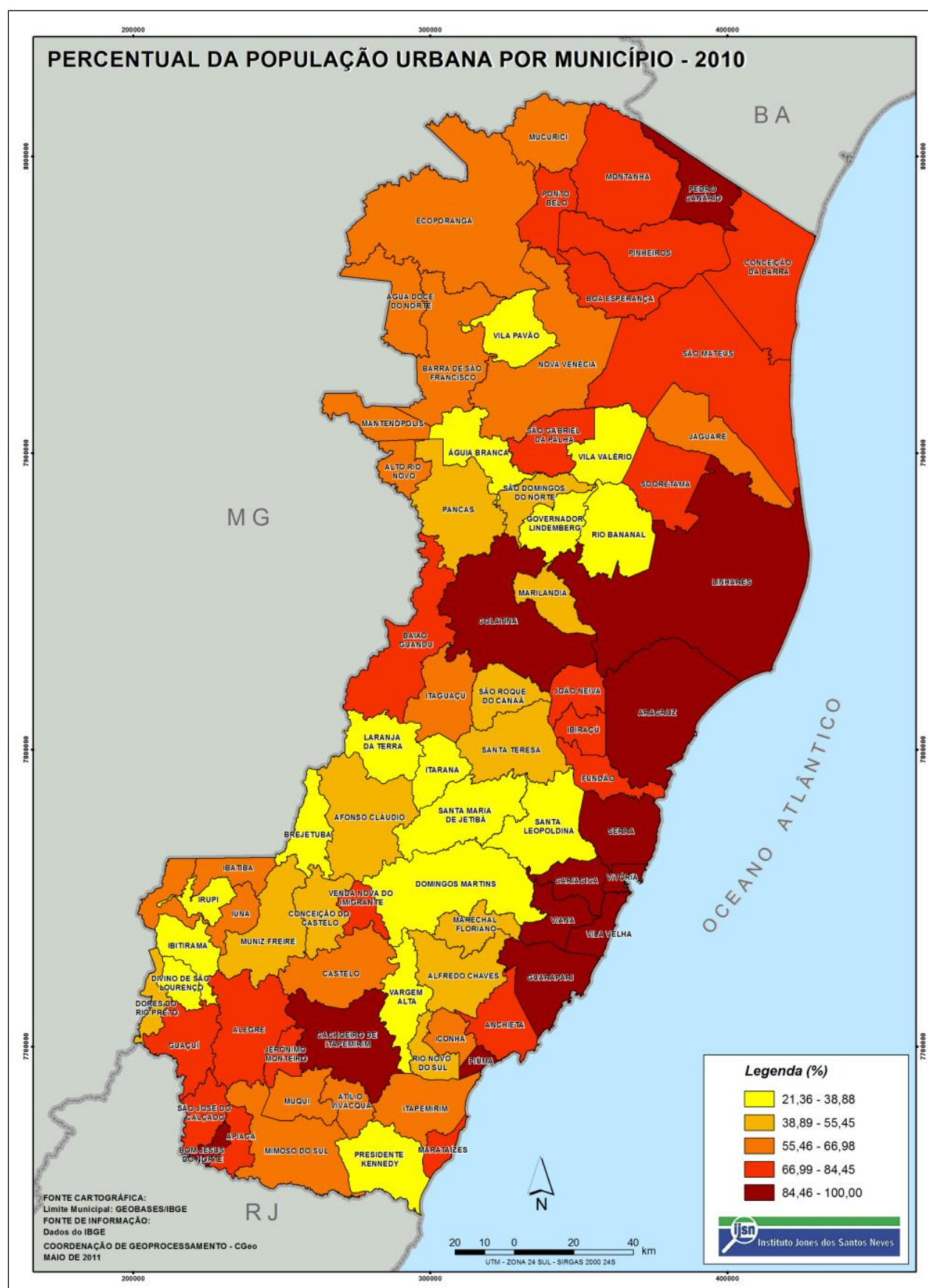
De forma geral com base nos gráficos é possível notar, como a participação das estruturas comerciais varejistas indicam e estão associadas às transformações do espaço e a sociedade capixaba, bem como do próprio abastecimento alimentar, na essência de suas funcionalidades primordiais. .

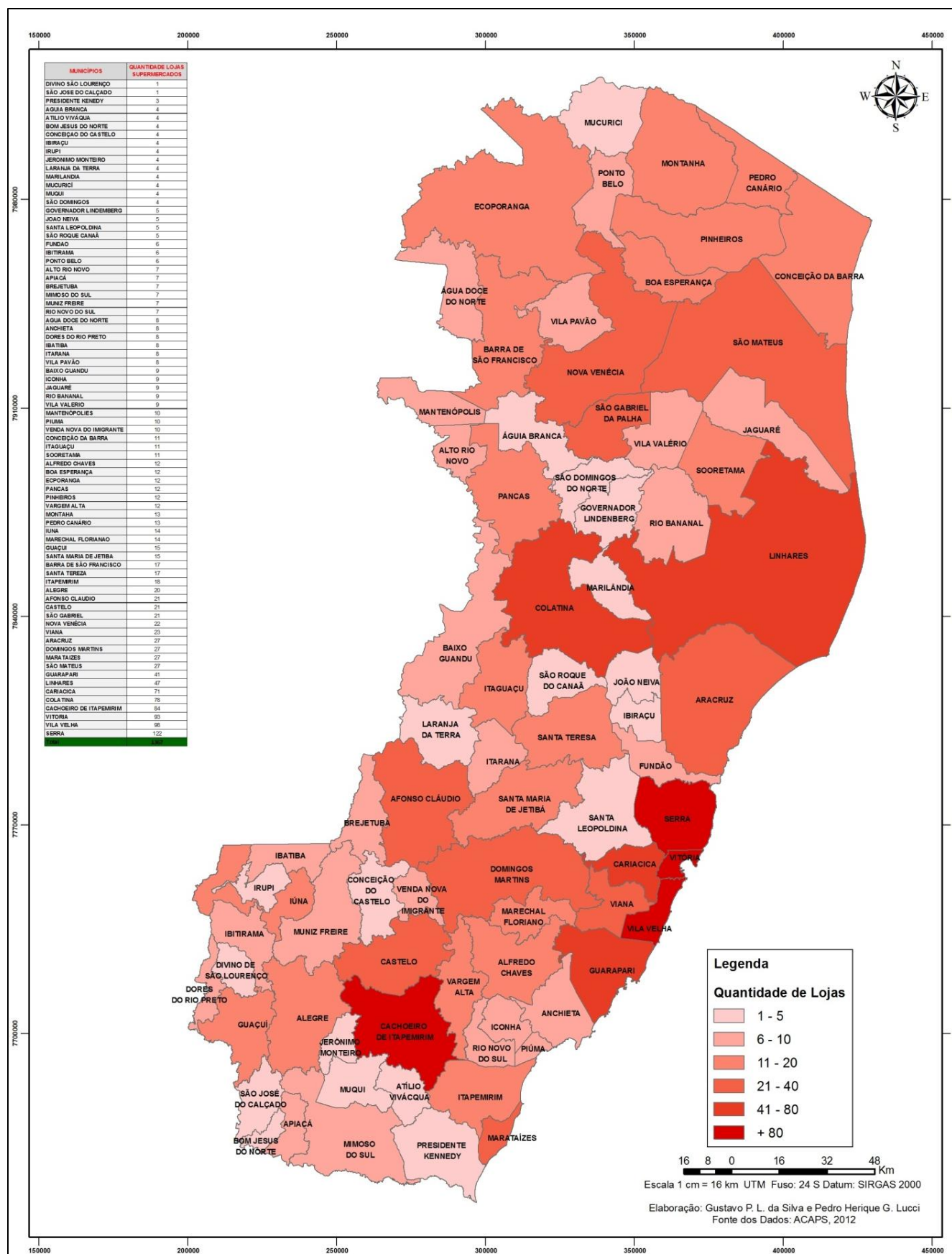
Se nas décadas de 70/80, os principais equipamentos comerciais que articulavam a oferta de gêneros alimentares à população, eram as feiras livres, mercados públicos municipais, armazéns (familiares), e o varejo da CEASA. Ressalva-se que nenhum destes equipamentos apresenta caráter ou perfil empresarial-comercial ou mesmo estritamente privado como os são hoje os modernos supermercados. Pelo contrário, os equipamentos eram marcados pelo interesse público e comum da sociedade, logo antes de qualquer coisa, a instalação de uma feira livre, ou mercado público, visava o provimento alimentar da região contemplada.

Já atualmente, os agentes de comercialização que se apropriam das mercadorias agrícolas da CEASA, para posterior revenda no varejo, transformaram-se abruptamente, destaca-se, contudo a presença de restaurantes que outrora não eram expressivos (assim como também não era fato comum o hábito da alimentação fora do domicílio). Outro fator que chama atenção é a parcela significativa de mercado dos equipamentos não modernos

que se percebe sendo transferida e abarcada, pelas redes de supermercados. Nesse bojo, os princípios dessa atividade produtiva, que de início visava um efetivo abastecimento da população, hoje, contempla apenas um consumo seletivo. Vale lembrar, que para além de lidar com o mercado, as formas comerciais de alimentos, lidam diretamente com vidas humanas, pois suas mercadorias condizem bens de primeira necessidade para quaisquer indivíduos.

A proposta deste capítulo consistiu, portanto, em compreender como decorrem estas transformações e contradições a partir dos equipamentos de comercialização. Da mesma maneira, visualizar como as mesmas, de modo implícito se fazem direta e indiretamente implicadas na essência do processo produtivo do abastecimento urbano e de fato, na alimentação da população capixaba. Principalmente para a grande maioria da população que, hoje, se acha residente nos espaços urbanos conforme o mapa 15 ilustra a par do contexto atual da densidade demográfica, como um processo universal típico da ‘modernidade’ que se reproduz também na metrópole capixaba e centros urbanos em desenvolvimento. Visto que simulam condições propícias a multiplicação dos equipamentos modernos e, com efeito, onde também se difundem mais progressivamente as novas formas comerciais, de consumo e também novas funcionalidades que permeiam o ato cotidiano da alimentação dos indivíduos.





Mapa 16 – ES: Distribuição Geográfica dos Supermercados por Município.

5.1. O PAPEL DOS SUPERMERCADOS NA COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS NA METRÓPOLE CAPIXABA E NA TRANSFORMAÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE HOMEM – ALIMENTO.

Seguindo a linha de estudo, entretanto agora com o foco voltado para o circuito moderno do comércio de hortifrutis, de imediato, notamos que

[...] as formas do comércio varejista [de alimentos] nas cidades e também os padrões de sua localização urbana vêm sofrendo modificações através do tempo. A análise das formas comerciais, cuja natureza é social, bem como as suas transformações, que têm durações desiguais, revelam-nos contradições internas das categorias espaço e tempo materializados em objetos sociais. A história da cidade [e das formas comerciais], particularmente sob o capitalismo, demonstra que ela ganhou e perdeu várias funções ao longo do seu desenvolvimento. (PINTAUDI, 1999, P.143 *grifo nosso*).

Traçando um paralelo para as constatações sobre as transformações culturais e espaciais do setor varejista explicitadas pela geógrafa, essas nos propõem um caminho para compreensão da dinâmica dos dois circuitos urbanos do comércio varejista que resignificam as relações de comércio e consumo também dos alimentos in natura.

Grosso modo, é sabido que essas transformações são causa e efeito do vigente processo de urbanização, que vem ocorrendo no espaço urbano do Espírito Santo desde 1950, todavia, de forma mais intensa a partir década de 70, quando o Estado convive um período de transição demográfica e econômica agrário-urbano, como trabalhado mais detalhadamente no capítulo 2 dessa pesquisa.

Isto posto, como afirma também ELIAS,

[...] as [modernas] formas de produção e consumo, associadas aos novos padrões econômicos e culturais, não poderiam se instalar em outro meio que não o dessas grandes cidades, as quais se tornam metrópoles como resultado da aceleração do processo de modernização e urbanização que lhes atribui um papel de macro-organização do território. (2003, p.45 *grifo nosso*)

Entende-se, contudo que a industrialização e a urbanização acelerada a partir da década de 50 refletiram numa tendência à “modernização” dos espaços e consecutivamente dos hábitos alimentares e de consumo, fato que se intensifica com o advento do discurso de (re) produção da globalização intrínseco à modernidade. Pois decorre contemporâneo desse contexto mundial que favoreceu o desenvolvimento da indústria alimentar que, por conseguinte passou a contar com o crescimento dos supermercados, pois maximizou a capacidade de comércio varejista com a utilização de novas técnicas e práticas, assim como o aumento da diversidade de produtos e marcas que apoiados na publicidade de massa, contribuíram fortemente para as mudanças dos padrões e hábitos de consumo.

[...] A diferença entre setores de consumo ou uso deixa de ser específica. A alimentação recorre cada vez mais a produtos submetidos à elaboração industrial. As interações sociais evoluem ao mesmo tempo em que a natureza e o grau de elaboração do produto fornecido ao consumo. Muda o local de compra. O consumidor urbano abandona o hortelão pelo comerciante de frutas e temperões que vende mercadorias distribuídas pelos atacadistas, ou compram frutas e legumes em conserva na mercearia ou na loja central de supermercados. (GEORGE, 1971, P.46).

No início da década de 70, o número de supermercados cresceu significativamente. Fato que coincidiu com o período de maiores taxas de crescimento econômico nacional – “Milagre Econômico” (1969-1973) - apoiado numa política concentracionista e pela expansão de bens de consumo.

No final desta mesma década, houve uma considerável elevação da renda da população de classe média, esta a principal consumidora dos supermercados, o que de acordo com Pierre George, fez com que os supermercados fossem nesse período “responsáveis por 60% do abastecimento em gênero alimentício da população urbana”.

Por sua vez, os supermercados passaram a investir cada vez mais na diversificação dos produtos e aprimoramento de técnicas e serviços a fim de

atender e atrair uma classe emergente do poder de consumo – a nova classe média. De acordo com GODINHO, 2003, “a promoção de tais estabelecimentos também contou muito com a divulgação em massa (merchandising e marketing), especialmente via televisão e jornais, sendo dessa época sua popularização no Brasil.” (2003, p. 47). Além disso, nas décadas de 80 e 90 – e permanece como uma tendência até os dias atuais - os supermercados visavam atender, especialmente, os bairros das classes dominantes, isto é quem possui maior poder de compra, enquanto ao mesmo tempo, havia uma multiplicação da população nas periferias que eram atendidas oportunamente por pequenos e especializados estabelecimentos de comercialização de alimentos.

Somente no final da década de 90, é que os supermercados passaram a se estabelecer em bairros da periferia, na tentativa de angariar também os consumidores de baixa renda. Porém, as lojas instaladas nestes espaços periféricos da metrópole, não apresentam mercadorias diversificadas e nem contam com modernas estruturas e técnicas como as dos bairros das classes dominantes, o que também se revela nas diferenças de preços entre as localidades dos estabelecimentos.

Segundo SANTOS, na contemporaneidade das metrópoles – “os supermercados hoje, são responsáveis por 85% do abastecimento nacional de produtos de grande consumo”. (2002, p.150) Tal fato, como já tratado anteriormente, deve-se ao ritmo do urbano, à compressão do espaço-tempo nestes locais - principalmente na centralidade da metrópole – que se dá pelo processo de produção e acumulação do capital concomitante a construção de simulacros.

Este fenômeno, espacial e produtivo, invade a vida social, impondo aos cidadãos metropolitanos alguns comportamentos pré-determinados de consumo, dados pela escassez do tempo e pelas necessidades construídas sob esse modo de vida urbano.

No Espírito Santo, os supermercados desenvolveram-se durante a década de 70, mesma época da 'suposta' crise da cafeicultura em discurso do desenvolvimento da indústria e da urbanização neste território como esboçado no capítulo 2. Período, pois, que marca a transição de uma economia baseada na agricultura para um novo padrão de economia urbano-industrial para o Estado. Assim, de acordo com o IBGE, a população urbana estadual, predominantemente aglomerada na capital e metrópole capixaba, passou de 28,5% (1960) para 64% (1980), e atualmente sendo de 83,4% (2010), como ilustrado nos mapas do capítulo dois.

O aumento desse mercado consumidor urbano na capital, fez com que ampliassem as demandas, assim como as formas de distribuição e consumo de alimentos. Sabe-se que a produção de alimentos *in natura* neste município apresenta taxas nulas, comprovando sua vulnerabilidade quanto a segurança alimentar e nutricional de sua população bem como a necessidade de políticas públicas que se atentem para este fato.

Na década de 90, instala-se na região metropolitana, precisamente no cruzamento de duas importantes avenidas de fluxo intenso do Município de Vila Velha, o primeiro *hipermercado* do Estado, mais uma unidade da Rede Multinacional de origem Francesa - Carrefour, que promoveu profundas transformações nos padrões de estrutura, gestão, concorrência e modernização dos demais estabelecimentos – principalmente dos localizados na capital, que sofreram de imediato com a competitividade, bem como as novas mudanças nas formas de consumo e pagamentos que eram aderidas como novidade e com empolgação pela população.

SANTOS (apud, Freire, 1998, p.68) descreve os hipermercados tal como, “áreas comerciais especializadas, os quais se multiplicam a todo momento. Trata-se de objetos tecnicamente mais avançados, dotados de qualidade operacional superior”, o que comprova o papel destes estabelecimentos como inovadores no

setor do supermercados, no que se refere à competitividade de preços e atração dos clientes, tendo em vista que é comum a prática do *dumping e comparação de preços* por estas formas de comércio.

Os hipermercados se instalam estrategicamente no espaço, em áreas de fluxo intenso e de fácil acesso; destinados a compras de maior volume, oferecem preços mais baixos, pois, fundamenta-se inicialmente numa baixa margem por produto e consecutiva alta rotatividade dos estoques. Com efeito, outra característica marcante desses estabelecimentos é o “mix” de produtos ofertados, expondo em modernas prateleiras uma diversidade enorme de produtos alimentícios, não alimentícios, eletrônicos, eletrodomésticos, vestuários e artigos para o lar e automóveis, que se somados atingem milhares de itens e marcas, necessários como são os alimentos e supérfluos como os artigos. Atualmente o município de Vitória enquanto centro da metrópole conta com a rede mundial de hipermercados Wal-Mart (origem estadunidense), geograficamente situada em local estratégico do espaço urbano da capital, pois situa-se na Avenida Nossa Senhora da Penha, um dos eixos viários mais importantes do Estado e, de intenso fluxo de pessoas [leia-se consumidores], inclusive abarca significativo número de consumidores dos demais municípios metropolitanos, que o tomam como referência de modernidade no setor e até como atração para um passeio em família.

Em contrapartida a estes grandes grupos que com suas chegadas ao mercado e território alteravam o cenário da capital - assim como as relações - os pequenos e médios supermercados buscaram formar alianças, associações e redes que possibilitava um aumento do volume de compra, gerando um maior poder de negociação, e conseqüentemente menor custo e maior lucro, aumentando o número de associados e promovendo uma nova dinâmica de estruturação e atendimento aos clientes. Entre as principais redes responsáveis pelo abastecimento urbano de alimentos do Espírito Santo e também presentes na

capital Vitória se fazem atuantes quatro grandes redes, são elas: Central de compras, Rede Show, Rede Multimarket e Rede Smart,

Assim, atualmente estes grupos congregam diversas unidades, lojas “espalhadas” por todo o Estado. Especificamente nos municípios da Região Metropolitana da Grande Vitória, verifica-se que as lojas de supermercados dessas redes se instalam, principalmente, nos bairros periféricos, supostamente de uma população com limitado poder de consumo. Entretanto constata-se que a estratégia desses grupos, visa sobretudo abarcar um mercado geograficamente não contemplado pelas grandes redes de super e hipermercados, pois estas como visto seguem outra racionalidade espacial, e logo produtiva..

Segundo GODINHO (2003),

[...] estas redes se distribuem geograficamente e atuam principalmente nos bairros periféricos, possuem diversidade de mercadorias inferior aos demais supermercados e trabalham, às vezes, com produtos de qualidade inferior, sem marketing; exploram a publicidade no próprio bairro e nos bairros vizinhos, através de panfletagem e carros de som especializados, raramente utilizam-se de rádio e televisão. (p. 78, 2003).

Contrapondo-se ao cenário exposto das redes varejistas de pequenos e médios supermercados, têm-se as principais redes supermercadistas em Vitória, que contam com modernas instalações, serviços e são representativas de estabelecimentos familiares para grande parte da população do Estado, (pois contam com várias filiais, e inclusive em outros municípios), como: Extrabom, Epa, São José, Casa Grande, Carone, Perim; Localizados em vários bairros, e de forma estratégica, nas áreas residenciais de suposto maior ‘potencial de consumo’, como também nas áreas comerciais e de grande fluxo. Atendem a população de diversas classes sociais, mas principalmente a classe média – frequentadora assídua destes novos tipos de comércios.

Estes grandes estabelecimentos também se instalam em bairros onde predominam classes dominantes e de elevado poder de consumo, como já aponta como tendência – que se solidificou - o mapa em anexo, que expõe uma concentração destas unidades de comércio de alimentos na parte leste da Ilha de Vitória – bairros de Bento Ferreira, Santa Lucia, Praia do Canto, Enseada do Suá, Praia do Suá, e a parte continental – Jardim da Penha, Mata da Praia, Jardim Camburi, de desenvolvimento recente, que remete à essa realidade do consumo . São modernos desde a arquitetura, a paisagem, oferecem ao cliente ambiente agradável (espaçoso, higiênico, cheiro agradável, música ambiente, decorados de acordo com a estação ou calendário festivo, etc.), e contam com uma grande oferta de mercadorias, além da variedade de marcas e produtos importados ou exóticos.

Alguns adotam outra estratégia para se destacar e, alcançar o fetiche consumista da classe média e alta, como o uso de adjetivos e sufixos que remetem à qualidade, status e autenticidade na oferta de seus produtos - como o *EpaPlus*, que se situa em Jardim da Penha, bairro de classe média e alta, com fortes tendências consumistas e coerentemente, um espaço suprasservido pelas grandes redes de supermercados. Outro exemplo é também o *ExtraPlus* no Horto mercado, situado na Praia do Suá, que congrega também outros estabelecimentos do ramo da alimentação como restaurantes e lanchonetes.

No fato, constituem mais um caso da estreita relação entre a tríade alimento – marketing – mercado, que perpetua a construção de simulacros e imagens que se materializa no espaço da metrópole, quando coexiste no cotidiano e nas práticas sócio-espaciais dos comensais capixabas, mais especificamente da capital Vitória. Com efeito, gradativamente modificam-se as estruturas espaciais e dialeticamente também, os comportamentos e hábitos alimentares (de maneira significativa), pois como causa e efeito desse processo decorre-se um distanciamento humano em relação ao alimento, sendo este apenas uma mercadoria, e concomitantemente perde-se o laço com a terra, com as tradições

e com a cultura local do alimentar-se - que envolve desde a produção e consumo de alimentos regionais, até o manuseio ou preparo de alimentos e receitas tradicionais, que sempre colocaram peso sobre o ato cultural e social do comer, que seja em grupo, família ou individualmente, atravessa gerações.

5.2. DA COMERCIALIZAÇÃO E CONSUMO ATRAVÉS DAS FORMAS VAREJISTAS NÃO MODERNAS

Para analisar as formas urbanas do comércio varejista de alimentos hortifrutis sob a dinâmica dos dois circuitos da economia espacial, adentra agora a discussão, propriamente na etapa da comercialização que se caracteriza pelos equipamentos de venda não modernos.

Assim, ressalta-se que esse estudo se restringe específico às principais formas de comercialização de alimentos que coexistem no setor varejista e no território do Espírito Santo. Logo, as tradicionais feiras livres e os modernos supermercados que, no plano do abastecimento urbano, compõem a complexa trama do circuito espacial e produtivo dominante por que percorrem os alimentos da etapa da produção propriamente dita, até o momento de sua comercialização de fato, aos consumidores.

A comercialização dos gêneros alimentícios ocorre através de uma rede de fixos artificiais diversos, que revelam suas diferenças e significados de maneira particular no espaço e sociedade, mas, sobretudo chama-se atenção para as diferenças dos dois circuitos produtivos. No entanto, a importância e significado dessas formas, tanto variam se consideradas no plano do comércio, quanto do abastecimento urbano, já que a relevância dessa atividade comercial se faz relacionada a diversas variáveis.

Adentrando à discussão no plano do local, as feiras-livres desde longa data desempenham papel fundamental no que tange o abastecimento da população

urbana e a descentralização do comércio de hortifrutis, posto que se organiza semanalmente sob a lógica da oferta de gêneros alimentícios de primeira necessidade à população capixaba.

Retomando o passado histórico desse espaço urbano, alertamos outrora no capítulo anterior, para a concentração deste tipo de comércio no centro da capital cujo, até a década de setenta, se dava principalmente no mercado da Vila Rubim e na Feirinha da Ponte Seca, que até aquele momento, anterior do surgimento da CEASA, guardava uma centralidade no que diz respeito à distribuição e também a comercialização varejista desses gêneros, pois como já visto essas etapas aconteciam de forma indiscriminada, e as categorias de atacado e varejo não separavam os consumidores dos comerciantes, como ocorre hoje, no modelo predeterminado de distribuição via CEASA.

É dessa necessidade de primeira ordem de melhoria no abastecimento urbano da crescente população urbana residente, que vão emergindo no espaço de Vitória, os primeiros pontos de abastecimento descentralizados e destinados inicialmente a comercialização varejista de gêneros alimentícios hortifrutícolas. Iniciaram-se mais precisamente na década de 40, como foi o caso da primeira feira montada no bairro Gurigica, com funcionamento até os dias atuais a fim de desconcentrar o comércio deste gênero alimentício e atender as populações mais distantes da parte central do Município.

Assim, é possível identificar a relevância peculiar, social e econômica desta atividade comercial para o município ao longo dos tempos e das modernizações. O que nos permite considerar tal atividade comercial, como tradicional – não no sentido de algo arcaico, estático, mas como algo dinâmico que transmite conhecimento e cultura de geração em geração. Atualmente no município de Vitória, esta atividade é considerada um mercado público e popular de relevante função socioeconômica, na qual recentemente sob organização e fiscalização da prefeitura, a cidade conta hoje com 16 feiras livres, que se distribuem

quantitativa e qualitativamente de maneira desigual pelo espaço urbano da capital.

Essa configuração espacial das feiras livres também contribui para a existência de dois circuitos econômicos, tendo em vista que as suas características e peculiaridades (do comportamento dos consumidores, das relações, dos gêneros alimentícios ofertados, da modalidade de venda) variam conforme a localização geográfica em que ocorrem na cidade de Vitória. No entanto, vale ressaltar que de forma geral, a feira livre enquanto forma de comércio varejista do espaço urbano, atua com significativa importância no abastecimento de alimentos *in natura* para as populações citadinas.

Tal fato se faz pertinente, pois ao contrário das formas mais modernas deste tipo de comércio, como os supermercados – que operam como pontos fixos no espaço e convergem os fluxos para o consumo de mercadorias - as feiras livres vão de encontro ao consumidor, cumprindo o papel social do abastecimento desses gêneros de primeira necessidade à população como um todo, independente de classe econômica, pois estas vão ocorrer tanto nos bairros de classe dominante quanto nos bairros de parcela demográfica menos favorecidas monetariamente.

No entanto, observa-se que as feiras livres se ‘geografizam’ no espaço também seguindo uma racionalidade produtiva, no entanto de surgimento e existência assentado primeiro no interesse público e comum do abastecimento das populações citadinas, e de forma secundária no interesse particular e privado de cada feirante ou produtor rural. Logo, desde as primeiras feiras livres registradas, ainda que inicialmente de forma espontânea e já hoje na maioria das cidades sob a administração e planejamento das prefeituras municipais, acontecem sobretudo em pontos estratégicos em relação ao mercado consumidor, sendo oportunamente realizada em bairros residenciais, nos pontos

centrais dos bairros ou próximo a centros comerciais alheios, que, por conseguinte geram grande fluxo de pessoas e consumidores.

A organização dessa atividade comercial, no que respeita sua estrutura de comercialização e suas relações com a clientela, não é rígida, pelo contrario, se caracteriza por sua flexibilidade e ímpeto de criatividade de que usufruem os feirantes a fim de sobreviver à concorrência agressiva de novas formas de comércio deste tipo de alimento (supermercados). No que tange a qualidade e preço dos produtos, assim como a modalidade de venda, a medição da mercadoria (bacia, dúzia, ou peso), as diferenças variam também de acordo ao mercado consumidor em que a feira esta instalada, sendo muito comuns essas variações, quando levado em conta o poder aquisitivo e de compra da população do bairro, como também o dia da semana em que a feira ocorre.

No fato, podemos considerar o espaço como agente agregador de valor ao produto dos feirantes, o que reflete também uma certa disputa entre os mesmos, para conseguir um espaço para a comercialização de seus produtos nos bairros de maior potencial de consumo.

Nesse caso, destaque para as feiras-livres de Jardim da Penha, Barro Vermelho e Bairro República. Pois concentram num único espaço, uma variedade de feirantes (produtores e atravessadores), que por um lado ofertam os alimentos e, de outro, potenciais consumidores com o intuito de abastecer-se por estes gêneros. De maneira genérica, pode-se aferir que a dimensão, a composição e a função social das feiras enquanto espaço, alternativo ao hegemônico, se dá de forma intimamente associada e relacionada à localidade (bairro) e lócus de comercialização de alimentos in natura onde se realizam e concretizam as suas especificidades.

Ainda percorrendo no que tange a comercialização varejista de alimentos hortifrutis no espaço urbano da capital, outra forma espacial não-moderna de comércio, de significativa importância no abastecimento deste gênero

alimentício, são os populares mercadinhos de bairro, que concentram uma variedade diversa de mercadorias, e inclusive os produtos hortifrutícolas, diariamente adquiridos no entreposto da CEASA-ES.

Presentes no espaço urbano de Vitória, desde longa data, este modelo de comercialização varejista chamado por nós de “mercadinhos de bairro” também são ou foram conhecidos como mercearias, quitandas, vendinhas entre outros, sendo ponto de convergência para essas nomenclaturas, o tamanho deste modelo de comércio assim como o nível de alcance de seu mercado e suas relações. Portanto, definimos como “mercadinhos de bairro”, os pequenos estabelecimentos varejistas, dotados de baixa organização técnica e logística, que estabelecem suas relações comerciais propriamente pela revenda de produtos, que visa atender oportunamente à escala geográfica do bairro.

Assim, nossa análise procura compreender a funcionalidade deste modelo comercial de hortifrutis, levando em consideração principalmente sua originalidade, que emerge de condições adversas criadas pela atual configuração do espaço urbano e sociedade de Vitória. Para dimensionar a importância deste modelo de estabelecimento e embasar uma análise de sua existência pulverizada no plano dos bairros, utilizamo-nos das palavras do geógrafo Milton Santos:

De um lado, os habitantes dos bairros pobres compram no local; o preço dos transportes não lhes permite ter [fácil] acesso ao comércio moderno, frequentemente situado no centro das cidades ou nos seus arredores. A densidade e a distribuição das lojas estão calcadas nas possibilidades de deslocamento a pé da clientela. De outro lado, um consumo pequeno e irregular. A venda em microvarejo permite ao cliente pobre, que só dispõe de magra renda no dia-a-dia, abastecer-se em pequenas quantidades [ainda que, pagando um preço mais elevado pelo produto]. (SANTOS, 1979, p. 214)

Com efeito, pretende-se aqui apenas registrar brevemente como se dá essa organização e funcionamento peculiar que mantém ainda ativos estes estabelecimentos comerciais, contemplando assim grande massa populacional

urbana no abastecimento diário de gêneros hortifrutis, ainda que operando sob precárias condições estruturais e organizacionais. Pois, ao contrário das modernas formas de comércio varejistas (supermercados), que coexistem no meio urbano, estes revelam como engrenagem produtiva, muito mais o trabalho e a criatividade dos indivíduos.

No que diz respeito ao abastecimento de gêneros alimentícios agrícolas, estes estabelecimentos, de forma geral adquirem suas mercadorias na CEASA, através de pequenos veículos de passeio e de carga, que são carregados por mercadorias diversas, porém sempre em pequenas e médias quantidades – já que são poucos os estabelecimentos que possuem área para estoque de mercadorias. Este processo de adquirir os alimentos no interior da Ceasa, geralmente acontece nos pavilhões não-permanentes (Pedra alta e Pedra baixa) ou no espaço da Ceasa destinado a modalidade mercado sobre veículos (MSV), onde estão concentrados os produtores e atravessadores, passíveis de uma negociação mais flexível e informal, mediante preços justos e rentáveis para ambos. Consequentemente, esses produtos, após uma agregação de valor, são comercializados, também sob pequenas quantidades, para uma população local, que como já mencionado se abastecem frequentemente através destas formas comerciais.

São essas características particulares identificadas e expostas, coexistindo ao lado de sucessivas modernizações no espaço e sociedade global e local, que colocam estas formas varejista de comércio como as Feiras Livres e os mercadinhos de bairro, como integrante do Circuito não moderno da economia espacial urbana de Vitória.

Não obstante, também como formas comerciais de funções ativas, que resistem a essas novas exigências impostas pelo espaço, sociedade e economia, no que tange o abastecimento urbano de alimentos hortifrutis, os mercadinhos de bairro e as feiras livres, revelam portanto, papel fundamental na democratização do

acesso ao alimento. Sobretudo nos bairros e sociedades menos favorecidos economicamente ou mais distante das novas centralidades comerciais, pois, nestas localidades as formas modernas de comércio varejista não se fazem presente numa mesma intensidade.

Todavia, não sendo de primo interesse por parte das formas modernas varejistas abarcar este mercado consumidor de baixo potencial de compra, cabe aos mercadinhos de bairro e também às feiras livres realizar essa função econômica e social de abastecer as populações segregadas de um consumo moderno e cotidiano.

6. GEOGRAFIA DO CONSUMO DE ALIMENTOS NO ESPÍRITO SANTO

Por fim, este capítulo procura abarcar a instância produtiva que completa e dá real sentido ao abastecimento urbano estadual, a etapa do consumo de alimentos in natura, que representa um consumo básico e permanente dos indivíduos, por conseguinte compete um tema que diz respeito à toda população capixaba. Pois, como visualizado nos capítulos anteriores, o grande mercado consumidor concentra-se espacialmente nas urbes, onde, paradoxalmente, não se revelam áreas produtoras de alimentos, o que nesse caso pressupõe e, associa obrigatoriamente o sentido do abastecimento à atender a necessidade permanente por gêneros alimentícios demandada desses espaços e populações.

No seio do processo produtivo do abastecimento alimentar, a etapa do consumo se expressa subsequente à comercialização, e se apresenta teoricamente como fase última de todo o circuito espacial e produtivo que percorre o alimento e envolve as demais instâncias. Da produção dos alimentos, que ocorre no espaço geográfico agrário (campo), principalmente de forma supraconcentrada na região Serrana, seguida da distribuição via entrepostos atacadistas da CEASA,

que estabelece a relação entre o campo e a cidade, uma vez que baliza nessa direção o fluxo dos alimentos, e dos lucros produtivos. O comércio reforça essa dialética de dominação das urbes sobre o espaço agrário do Espírito Santo, sendo realizado predominantemente nas cidades, como atividade produtiva que antecede e determina o momento do consumo, e atende a uma lógica coerente apenas se analisado, sob a ótica do modelo desenvolvimentista globalizante.

Nas palavras de MARX,

[...] sem produção não há consumo, mas sem consumo tampouco há produção. O consumo produz de uma dupla maneira a produção: primeiro porque o produto não se torna produto efetivo senão no consumo e segundo porque o consumo cria a necessidade de uma nova produção, ou seja, o fundamento ideal, que move internamente a produção, e que é sua pressuposição. (MARX, 1978, p.109).

Nessa perspectiva, sobretudo quando diz respeito ao processo cotidiano do abastecimento alimentar, subentende-se que as relações produtivas entre as instâncias da produção, distribuição, comércio e consumo, condensaram maior racionalidade (técnicas, transportes, comunicações, marketing, etc), ao longo dos anos e das transformações, de modo que a atual organização do processo produtivo tem cada vez mais o componente terciário, sobrepujando aos demais. O terciário passa a estar, cada vez mais, imbricado na produção, de forma a subordinar esta última, assim como todas as demais (distribuição e consumo).

Destaca-se, porém, que a discussão procurou seguir na perspectiva levantada e defendida por Josué de Castro, para o qual, um sistema de alimentação, qualquer que seja este, deve ter como princípio básico, alimentar ou 'matar a fome' em todo o território e de seus respectivos habitantes, a fim de satisfazer as necessidades humanas vitais da população como um todo, sem exceções ou desvios.

De igual modo, este consiste um princípio primitivo, parte essencial do instinto humano e da vida em sociedade que, no entanto os homens contemporâneos da

era científica e informacional, ao longo de seu ‘desenvolvimento’ e ‘avanços’, ao que tudo indica olvidaram-se dos ensinamentos e exemplos de gerações passadas, ou de fato ignoram-nos, por interesses outros, que expressam outros valores morais e éticos da atual sociedade.

Apenas um rápido exemplo, noutros tantos e além do já citado acerca das formigas-agricultoras, pode ser tomado entre as tribos indígenas do Brasil e da América Latina, onde a fome de semelhantes é algo inaceitável, vergonhoso para cada membro daquela comunidade e que, instantaneamente percebida comove a ação conjunta e imediata de todos os integrantes da comunidade, para que este mal possa ser sanado e nunca mais os volte a visitar. As tribos indígenas, coerentes, também raramente crescem seus territórios a mais do que a natureza do entorno pode oferecer como recursos, mantimentos, e provimento de seus habitantes. Quando acontece de atingir esse suposto número limite de indivíduos à serem sustentados do extrativismo, caça e pesca do meio natural local, orienta-se formar outra tribo, em outro lugar e, cujo meio natural demonstre capacidade potencial de atender e suprir de alimentos as demandas coletivas daquele grupo.

Para tanto, evidencia-se que Castro subentende a fome como uma necessidade biológica a ser satisfeita, de modo mais ou menos bem-sucedido, pelas instituições sociais, econômicas e políticas. Assim sendo, sociedade e cultura são pensadas, portanto, como dimensões a serem acionadas para resolver o “problema da fome”, sob uma perspectiva local. E se,

[...] por toda a história humana, as atividades de consumo ou correlatas (produção, armazenamento, distribuição e remoção de objetos de consumo) têm oferecido um suprimento constante de ‘matéria-prima’ a partir da qual a variedade de formas de vida e padrões de relações inter-humanas pôde ser moldada, [...]. De maneira mais crucial como um espaço expansível que se abre entre o ato da produção e o do consumo, cada um dos quais adquiriu autonomia em relação ao outro – de modo que puderam ser regulados, padronizados e operados por conjuntos de instituições mutuamente independentes. (BAUMAN, 2008, p.38)

Assim, sob um contexto em que apesar de todas as evoluções técnicas e materiais, o alimento de cada dia, persiste em faltar nos domicílios e/ou continua a sobrepesar no bolso e na poupança de brasileiros, capixabas e cidadãos do Terceiro Mundo, faz-se preciso e urgente adentrar e repensar este atual sistema alimentar de nosso tempo e sociedade. Afinal, estão às claras as contradições, deste que se caracteriza hoje, demasiado convincente para poucos, e significativamente excludente para muitos, estes pois inevitavelmente e cada vez mais sem alternativas, dependem diariamente desse sistema. É preciso contudo colocar o interesse social comum da população, acima dos interesses econômico e comercial dos beneficiados pelo sistema alimentar moderno, cujo abastecimento urbano consiste apenas uma vertente, por sinal demasiado estratégico e quanto mais um nicho altamente rentável de atuação/exploração comercial (pois universal e permanente).

Alerta-se, pois que interpostos entre as extremidades produtivas, isto é a produção e o consumo, as instâncias da distribuição e da comercialização, respondem hoje predominantemente pelo controle de todo o processo produtivo, haja vista que os atores e beneficiados dessa etapa compartilham dos mesmos interesses privados, também da indústria, dos transportes, da publicidade e dos demais setores de uma economia capitalista supostamente bem transada e, ainda mal alimentada (grupos específicos).

Todavia, os capítulos anteriores, já procuraram adentrar e compreender a racionalidade e a dinâmica de funcionamento das etapas que precedem e supõe o consumo alimentar no território do Espírito Santo. Destarte, resta neste capítulo final, compreender como intercorre a instância do consumo articulado à atual dinâmica do abastecimento de alimentos.

Assim, após percorrer da lavoura aos supermercados, o alimento no seu processo de transformação em mercadoria, como visto no capítulo anterior, além

do valor de uso universal que guarda intrínseco, passa a dotar também de um valor de troca, este estipulado não pragmaticamente por quem no fato o produziu, mas subjetivamente pelo mercado, e por conseguinte restringe o seu acesso ao fator renda, que automaticamente passa a determinar a quantidade, a qualidade e a regularidade, da alimentação dos indivíduos e domicílios em estudo.

Considerando os gráficos 15 e 16, elaborados a partir dos dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2008-2009, realizada pelo IBGE - ou também, valendo relembrar a última compra mensal, semanal ou ocasional que tenha feito em qualquer supermercado - faz-se perceptível para todas as classes, o peso que a alimentação, um componente tão básico e permanente na vida de todos os indivíduos, guarda ainda e, sobretudo hoje, no orçamento familiar tanto dos domicílios brasileiros como também dos capixabas.

O gráfico 15, ilustra sobre a realidade do Espírito Santo, a média mensal das despesas familiares diversas, dentre elas atemos a discussão na alimentação.

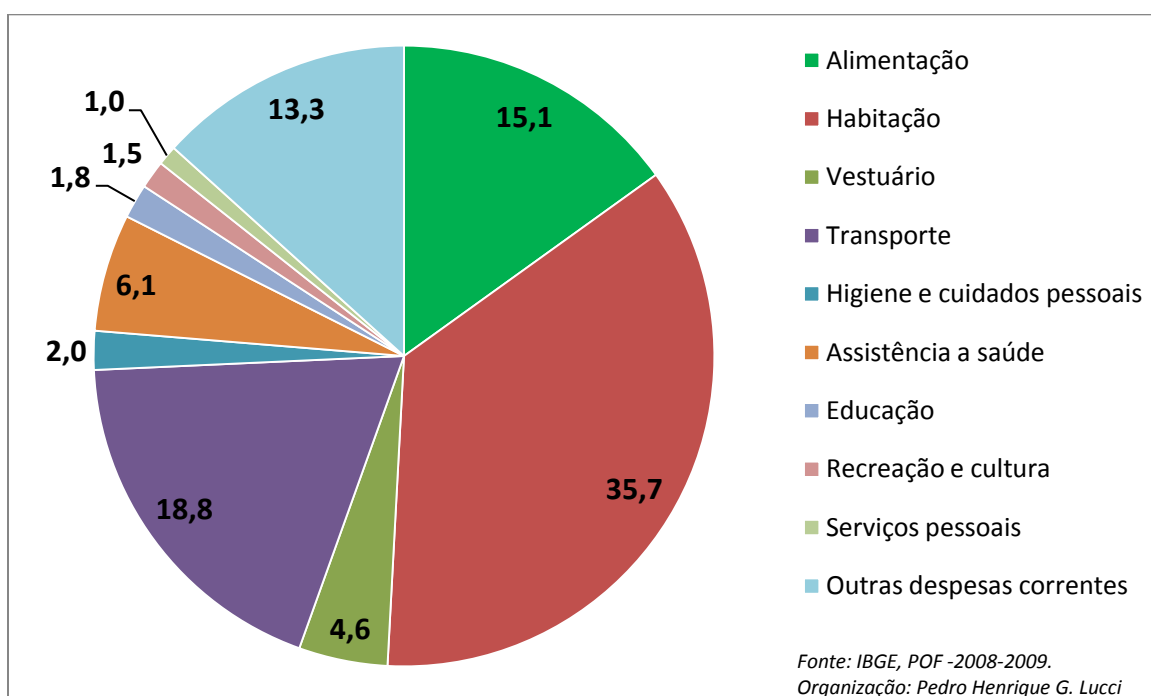


Gráfico 15 - ES: média mensal das despesas familiares, 2008-2009.

Assim, como segue notório, à escala do Estado os gastos com a alimentação abocanham hoje 15% dos orçamentos familiares, e ainda este setor representa o segundo principal gasto permanente das famílias capixabas, quando no caso estas possuem casa própria, ou, o terceiro principal gasto quando o aluguel habitacional assume a primeira posição, e os gastos com transportes decaem para a segunda maior quota despendida.

Já sobre a escala do país, a partir do gráfico 16, verifica-se um contexto ainda mais tributário, apesar de não muito diferente quando analisado apenas o setor da alimentação, pois o mesmo expende ainda maior parcela dos rendimentos mensais do domicílio, isto é praticamente 19% do orçamento familiar total. E apresenta-se isolada, como o principal gasto básico e essencial das famílias brasileiras, visto que se somada ao setor de alimentação fora do domicílio, esta assume a posição guardada pelo segmento 'outras despesas correntes' que considera por sua vez os gastos com contas domiciliares (água, luz, internet, telefone, TV a cabo), muitas destas de caráter secundaristas e adiáveis.

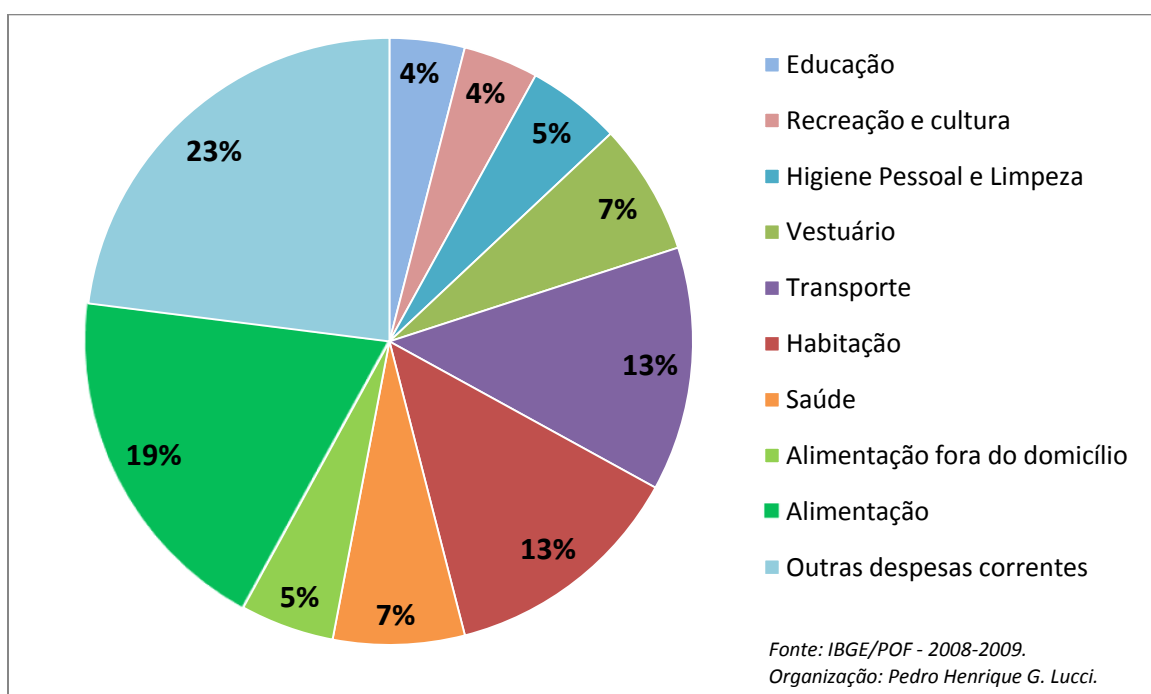


Gráfico 16 - BRASIL: média mensal das despesas familiares, 2008-2009.

Dando sequência ao estudo do abastecimento urbano de alimentos no Estado do Espírito Santo, o presente capítulo busca sintetizar a abordagem geral especificamente sobre a etapa do consumo de alimentos. Para tanto, buscamos assentar a discussão em torno desta instância, mais precisamente em relação estreita com a atual situação de Segurança Alimentar e Nutricional da população capixaba, assim como de sua condição oposta, isto é da Insegurança Alimentar e Nutricional. Afinal, como bem ressalta MENEZES,

A dificuldade de acesso aos alimentos, por um contingente significativo de nossa população, sempre foi considerada a barreira principal para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. Embora a condição de segurança alimentar abranja muitos outros aspectos, é fato de que a falta de renda para a aquisição dos alimentos adequados e em quantidade suficiente mostra-se como o fator principal da insegurança alimentar. Isto se dá em função de que a economia brasileira é altamente monetarizada e as alternativas para os mais pobres, que não podem comprar seus alimentos e nem conseguem produzi-los, são bastante escassas. (MENEZES, in: CONSEA, 2010, p.100)

Brevemente apresentada, a análise da etapa do consumo segue a partir de uma discussão sobre a fome e a segurança alimentar na população brasileira e capixaba, que defronta pois com a suposta e proferida 'eficiência' do abastecimento urbano estadual de alimentos, bem como traz à tona, suas reais e ocultas contradições, visto que exclui deste processo, diretamente por uma questão de classes e de renda significativa e específica parcela da população total. Que viola assim o direito humano à alimentação adequada, e vai na contra mão dos princípios primitivos que a espécie humana guarda e portanto, sente ao ver um semelhante em situação, oposta à sua, e ainda extrema como o é quando trata-se de casos de fome.

6.1. A FOME E A (IN) SEGURANÇA ALIMENTAR NA POPULAÇÃO CAPIXABA

Trataremos nas próximas linhas deste capítulo, acerca da Segurança Alimentar e da Fome no território do Espírito Santo, este último, um fenômeno de alcance universal que para o geógrafo Josué de Castro, eis uma ‘mancha negra’ na história dos homens, que se supõe tão velha quanto à própria humanidade.

Contudo, desde os primórdios da civilização, o alimento, como fonte vital de nutrientes, logo, imprescindível à subsistência dos indivíduos e coletivos humanos está entre as incertezas maiores do cotidiano de todas as sociedades. Até os dias de hoje e, sobretudo, nos países subdesenvolvidos que conformam à escala do globo, o dito Terceiro Mundo (grosso modo, países do Sudeste Asiático, África e América Latina); onde concomitantemente, por circunstâncias da História mundial dos homens (colonialismo, guerras, imperialismo, capitalismo, neocolonialismo etc), habitam atualmente a grande massa de pessoas que vivem à margem da linha da pobreza e têm desde o nascimento o direito à vida negado, ou pré-destinado à constantes incertezas, seja por falta de acesso regular ou mesmo, à carência absoluta de alimentos. Assim, como colocou o filósofo social Ricardo Abramovay,

Produzir, armazenar e distribuir regularmente alimentos, de forma a escapar da penúria, eis um objetivo que permanece em toda a História. Que nossos antepassados tenham conseguido sucessos apenas parciais, na perseguição desta meta, não chega a causar espanto, dado o precário domínio sobre a natureza das sociedades que nos precederam. Entretanto, a angústia que a refeição de amanhã representa hoje para centenas de milhões de seres humanos é sem dúvida o maior escândalo já conhecido no planeta [...] (1985, p. 7-8).

Isto posto, tal fato assume uma dimensão de perversidade ainda maior quando decorre contemporâneo dos inúmeros avanços técnicos, científicos e informacionais, difundidos em escala planetária e, por todas as áreas do conhecimento (medicina, nutrição, agronomia, etc), e esferas da vida social

(educação, transportes, saneamento básico, etc.). Assim, conforme indicam os dados recentemente levantados pela FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – o planeta atingiu um contingente demográfico de 7 bilhões de habitantes, dentre os quais aproximadamente 1 bilhão vivem em estado permanente de fome, isto é, a cada sete pessoas no mundo uma está passando fome nesse exato momento que o leitor folheia as páginas deste trabalho (que, ressalva-se, só foi possível realizá-lo pelo fato do autor, embora cidadão do terceiro mundo, não integrar parte desta estatística de famintos, caso contrário, seus pensamentos se direcionariam instintivamente para outros interesses de ordem mais primitiva, instantânea e realista diante às reais necessidades humanas). Assim, tem-se de pronto, uma estatística pungente diante o atual contexto mundial em que coexiste, a abundância e a escassez, o desperdício e a necessidade, o consumo supérfluo e a ausência de recursos para o consumo básico.

Para adentrar a realidade do Brasil e do Espírito Santo, realça antes que não consiste objeto deste estudo geográfico a fome individual, a partir de suas manifestações fisiológicas ou psicológicas, mas a fome enquanto fenômeno coletivo, social e que, embora geograficamente universal, historicamente atinge a massas e grupos humanos específicos e/ou mais vulneráveis.

Por certo, como já apontavam há mais de cinquenta anos atrás as pioneiras conclusões sobre a fome no Brasil e no Mundo interpeladas por Josué de Castro, essa doença social não tem o seu pronunciamento em um determinado território ou população, ligado apenas a fatores de ordem natural, e mais diretamente vinculado à instância da produção de alimentos (oferta insuficiente), como por muitos anos se levou a crer. Mas acima de tudo, e contrapondo as proposições do Malthusianismo (século XIX) e dos neo-malthusianos, esse flagelo tem suas raízes no plano social, econômico e político dos territórios, embora se manifeste mutuamente na esfera biológica, pois a fome se faz sentir,

no fato, sobre o homem (estômago) e as coletividades humanas (domicílios, bairros, comunidades, países, continentes).

Por conseguinte, toda a discussão que segue parte do princípio que,

[...] a Fome é, regra geral, o produto das estruturas econômicas defeituosas e não de condições naturais insuperáveis. [...], pois, nas suas diferentes formas de fome quantitativa ou fome qualitativa, é sempre um produto direto do subdesenvolvimento e que o subdesenvolvimento não é um fatalismo provocado pela força das coisas, mas um acidente histórico provocado pela força das circunstâncias. (CASTRO, 2003, p.51-52).

Da mesma maneira, a problemática do abastecimento urbano - norteadora deste trabalho – quando analisada no plano de população ou demografia, assinala como ponto nevrálgico não apenas o significativo quantitativo de habitantes a alimentar nas urbes. Mas, sobretudo a forma demasiado concentrada com que estes se distribuem no território (como identificado para o Estado do ES nos dias de hoje, quando aproximadamente metade da população estadual reside na região metropolitana da capital) e, com efeito, donde suscita complicações e uma consecutiva necessidade do abastecimento alimentar.

Todavia, a presente discussão não versa exclusiva sobre a questão da fome e insegurança alimentar, mas concomitantemente para a outra realidade que coexiste e se conforma inversa, ou seja, da condição de segurança alimentar da população brasileira e capixaba, logo representativa do estado existente dos habitantes que dispõe regularmente de uma alimentação adequada. Cujas mesma intercorre diretamente articulada à instância do consumo, enquanto a etapa final do processo produtivo do abastecimento alimentar, que finda o circuito produtivo dos alimentos no momento da aquisição (compra) e propriamente consumo dos mesmos pelas famílias e domicílios.

Uma vez que sob a ótica do abastecimento urbano estadual, o ato do consumo de alimentos, predominantemente acontece nos domicílios e, considerando também, que por tantas vezes a renda per capita se faz redistribuída no interior da família, a partir do orçamento que contempla a todos os demais membros dependentes. Interessa-nos compreender a atual situação alimentar da população capixaba, tomando como suporte à discussão teórica e conceitual, também dados estatísticos oficiais, sobretudo referentes às atuais condições de renda das famílias, assim como de disponibilidade e consumo de alimentos nos domicílios do Espírito Santo.

Nesse plano, entende-se que a Segurança Alimentar nos moldes como conhecemos hoje, apesar de designar um conceito recente, ao longo de toda a história da humanidade sempre esteve na pauta diária de todos os indivíduos e coletividades. Dos remotos períodos da caça e da coleta do alimento cotidiano no meio natural - quando este consistia sempre uma incerteza, às primeiras formas de agricultura, quando o homem - através das técnicas de domesticação de plantas e animais - assegurou assim uma regularidade na disponibilidade de sua alimentação, e desde aí uma série de corolárias transformações nesse plano de primeira ordem nas comunidades.

Não obstante, como aponta MENEZES (1998), o termo 'Segurança Alimentar' propriamente dito, portou-se de múltiplos significados até sua atual definição, visto que,

[...] surge pela primeira vez logo após o fim da I. Guerra Mundial. Quando sob este contexto, percebia-se que um país poderia dominar outro, se tivesse o controle sobre seu fornecimento de alimentos. Esta era uma arma poderosa, principalmente se aplicada por uma potência sobre um país mais fraco no plano militar e, também, incapaz de produzir suficientemente seus alimentos. Portanto, o termo 'Segurança Alimentar' é, de fato, em sua origem, um termo militar. Tratava-se de uma questão de segurança nacional para todos os países. Apontava para a exigência de formação de estoques "estratégicos" de alimentos e fortalecia a visão sobre a necessidade de busca de autosuficiência

[soberania alimentar] por cada país. (MENEZES, 1998, Texto publicado em Artigo para agência Actionaid).

Diferente dos dias atuais quando esta sinala para um eixo formal de política pública, direcionada mais especificamente ao plano da cidadania e dos indivíduos, do que à esfera da soberania alimentar nacional. Embora condigam fatos convergentes e que se pressupõem interligados. Nesse aspecto,

O enfoque de Segurança Alimentar e Nutricional desenvolvido no Brasil atribui a essa noção o estatuto de um objetivo de política pública, estratégico e permanente, característica que a coloca entre as categorias nucleares para a formulação das opções de desenvolvimento de um país. Ela reúne as dimensões alimentar e nutricional, bem como associa as dimensões inseparáveis da disponibilidade de bens (*food security*) e da qualidade desses bens (*food safety*). (Publicação FAO/CONSEA, 2009, p.35).

Para tanto o conceito de ‘Segurança Alimentar’ se define nos dias atuais, conforme consta na Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) em seu artigo terceiro:

“A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis” (BRASIL, 2006, Art. 3º).

Como se observa este conceito registra-se abrangente e remete a aspectos variados, entretanto apreende também à nossa discussão, a noção básica de Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) que se apresenta intrínseca à realização da SAN. Pois sob essa perspectiva, a alimentação se faz compreendida como condição elementar, isto é, fundamental para todo ser humano e indispensável na realização de todas as demais atividades e direitos do cidadão. Posto isto, o ‘direito à alimentação’ formalmente engloba duas dimensões indivisíveis que são **(a)** o direito de estar livre da fome e da má nutrição, e **(b)** o direito à alimentação adequada. Por se tratar de um direito dos

cidadãos brasileiros para com o Estado, teoricamente torna-se incumbência do poder público, no fato, respeitar, proteger, promover e prover, além de monitorar e avaliar a realização desse direito à alimentação adequada e concomitantemente à vida humana (com dignidade), bem como garantir os mecanismos para sua exigibilidade.

Tão logo, sem penetrar no plano judiciário pois, de fato, não compete aqui a intenção, presume-se basicamente o essencial para nossa discussão, isto é, o Direito Humano à Alimentação Adequada é ignorado e violado,

[...] toda vez que pessoas, grupos ou comunidades vivenciam situações de fome por não terem acesso a alimentos em quantidade e qualidade adequadas, de forma regular, para satisfazer suas necessidades alimentares e nutricionais, como também pessoas mal nutridas de qualquer idade por deficiências de nutrientes (anemias, hipovitaminoses e outras carências específicas). Da mesma forma, consumir alimentos de má qualidade nutricional e sanitária, como também aqueles produzidos com a utilização de agrotóxicos são exemplos de violações ao DHAA. (CONSEA, 2009, p.64)

Com base neste universo que adentramos, cujo mesmo se pretende como um suporte ao entendimento do abastecimento urbano na etapa do consumo de alimentos, as análises seguem pertinentes sobre o plano estadual, porém as análises, se direcionam para a escala dos domicílios, das famílias e propriamente dos indivíduos. Visto que a condição alimentar do Estado, se traduz de uma análise conjunta das condições alimentares sobre estas escalas reduzidas de observação, quais sejam, é realmente nos domicílios, na estrutura familiar (adultos e crianças) e propriamente no corpo (leia-se saúde) onde se manifestam de fato os indícios que apontam a segurança alimentar e a fome na população.

Entendido esta verticalidade nas escalas de análise e dos fenômenos, faz-se preciso compreender de forma sucinta, os conceitos e definições de Segurança e Insegurança Alimentar e Nutricional, conforme designação do CONSEA Nacional. Assim o conceito de SAN leva em consideração basicamente três

fatores principais: quantidade, qualidade e regularidade no acesso aos alimentos.

Segurança Alimentar - o domicílio tem acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais; (estado existente ideal para as populações).

Insegurança Alimentar Leve - quando há preocupação ou incerteza quanto acesso aos alimentos no futuro e/ou a qualidade dos alimentos torna-se inadequada em decorrência de estratégias que visam não comprometer a quantidade de alimentos; (comprometimento da qualidade da alimentação).

Insegurança Alimentar Moderada – quando há a redução quantitativa de alimentos entre os adultos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre os adultos; (comprometimento da quantidade).

Insegurança Alimentar Grave – quando há redução quantitativa de alimentos entre as crianças e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre as crianças, além da ocorrência de fome, ou seja, quando alguém fica o dia inteiro sem comer por falta de dinheiro para comprar alimentos. (casos extremos de carência total e ocorrência de fome).

Tão logo, com base no gráfico 17, elaborado a partir dos dados oficiais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, realizada em 2004 pelo IBGE, é possível visualizar o atual estado existente dos domicílios brasileiros no que respeita as condições descritas, da segurança alimentar e nutricional nos mesmos e concomitantemente dos membros das famílias residentes.

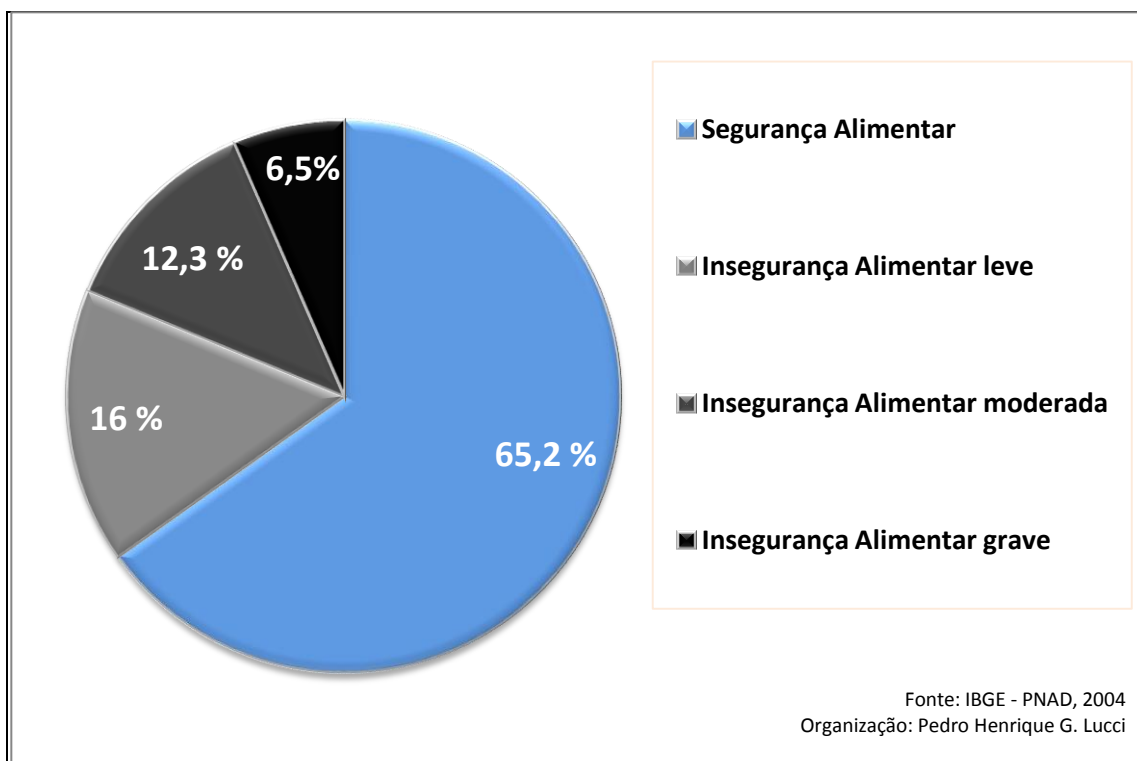


Gráfico 17 – BRASIL: Domicílios particulares, por situação de segurança alimentar e nutricional existente no domicílio, 2004.

Assim, sobre um total estimado em 52 milhões de domicílios à escala do país, sinala-se que 65% têm acesso regular à alimentação, isto é, se encontram em situação de segurança alimentar. Isto, de pronto, significa que sob essas circunstâncias, a alimentação de cada dia não se traduz uma incerteza (a pior das incertezas) para essa parcela das unidades domiciliares da sociedade brasileira.

Entretanto ao mesmo tempo, como fato adverso e preocupante, condiz a realidade da insegurança alimentar que atinge sob diferentes graus de intensidade (leve, moderada e grave) e resulta em implicações diversas (fome, desnutrição, obesidade, etc) sobre um significativo contingente de domicílios brasileiros.

Com efeito, constata-se em pleno século XXI, que este flagelo se faz presente em cerca de 35% dos lares no território nacional. Na qual considerando a média nacional de habitantes por família / domicílio estabelecido pelo IBGE, cuja quota é de quatro pessoas e, traduzindo o universo efetivo de residências atingidas por insegurança alimentar no Brasil, tem que por volta de imponentes 72 milhões de habitantes ou aproximadamente 40% da população total brasileira, esta residente dos 35% (18 milhões) de domicílios referidos, se encontram hoje em posição de vulnerabilidade alimentar e, imediatamente exclusão social.

Por conseguinte, dentre os quais aproximados 33 milhões acham-se em estado de insegurança alimentar leve, outros 25 milhões em estágio de insegurança moderada, e cerca de 13 milhões de brasileiros vivem em situação de insegurança alimentar e nutricional grave. Isto é, praticamente quatro vezes a população total do Estado do Espírito Santo vive, à escala do território nacional, na indigência e em estado permanente de fome.

Fato diretamente atrelado à instância do consumo (em tese neste capítulo), pois decorre principalmente devido a insuficiência de renda e consecutiva incapacidade de acesso aos alimentos, sobretudo por parte da (expressiva) parcela da população mais pobre. Uma vez que o acesso aos alimentos - hoje mais um produto adendo ao plano das mercadorias, se possibilita condicionado aos padrões comerciais, logo se realiza apenas mediante renda. Assim,

a coexistência entre fartura e escassez relativas apresenta um grave contraste – o aumento desigual da renda que força uma distribuição injusta de alimentos. De um modo geral, através do controle da oferta pelo capital comercial, os grupos humanos com nível de renda mais elevado pressionam para cima os preços dos alimentos. Já os mais pobres têm maiores dificuldades em obter quantidade suficiente. (MIRANDA NETO, 1988, p.99).

Pois, como visto anteriormente no início deste capítulo, a alimentação, enquanto setor de consumo iterado e essencial exige indiscriminadamente, de abastados e desfavorecidos financeiramente, grande dispêndio do orçamento familiar, o

que resulta letalmente para muitas famílias e domicílios - em um país cuja distribuição de renda faz-se historicamente desigual - na carência absoluta de recursos básicos à vida, como é a alimentação, para grande porção da população.

Já o gráfico 18, diz respeito aos mesmos dados porém sobre a escala do território estadual, que compete nosso campo de estudo, e onde também se observa que o cenário alimentar e nutricional da população capixaba aparentemente não se desenhava diferente do quadro nacional e, por conseguinte não expõem boas tendências. Muito embora o Estado do Espírito Santo guarde diferenças e peculiaridades específicas diante a realidade da fome e da segurança alimentar no Brasil, como se abordará mais adiante no decorrer da discussão.

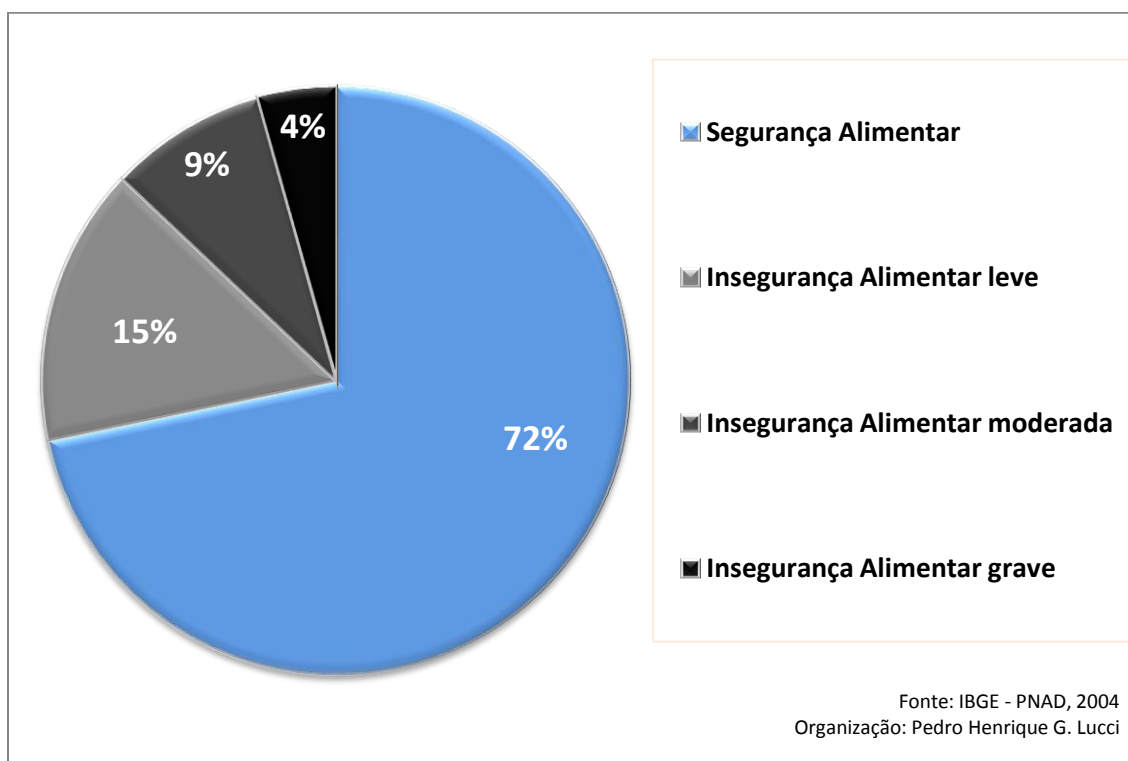


Gráfico 18 – ESPÍRITO SANTO: Domicílios particulares, por situação de segurança alimentar e nutricional existente no domicílio, 2004.

Todavia num primeiro momento, a observação comparativa entre os dados da situação de SAN revela, de modo geral, notórias semelhanças na condição existente dos domicílios brasileiros e capixabas, donde conforme o gráfico 19 se verifica ligeira melhora no quadro alimentar da população do Espírito Santo, tendo em vista apenas que maior parcela desta se encontra em estado de bem-estar alimentar e nutricional, tomando como referência a média nacional. No entanto vale frisar que em ambos os contextos de espaço-tempo, a ocorrência da insegurança alimentar é alentada e, com efeito, a fome absoluta ou a permanente privação de bens vitais (que decorre de maneira silenciosa e coletiva sobre milhares de brasileiros e capixabas), torna-se um ultraje a toda história e evolução da espécie humana, assim como resulta da atual lógica invertida que sobrepuja a esfera econômica e os interesses comerciais, acima do interesse comum pelo bem-estar social de toda a população.

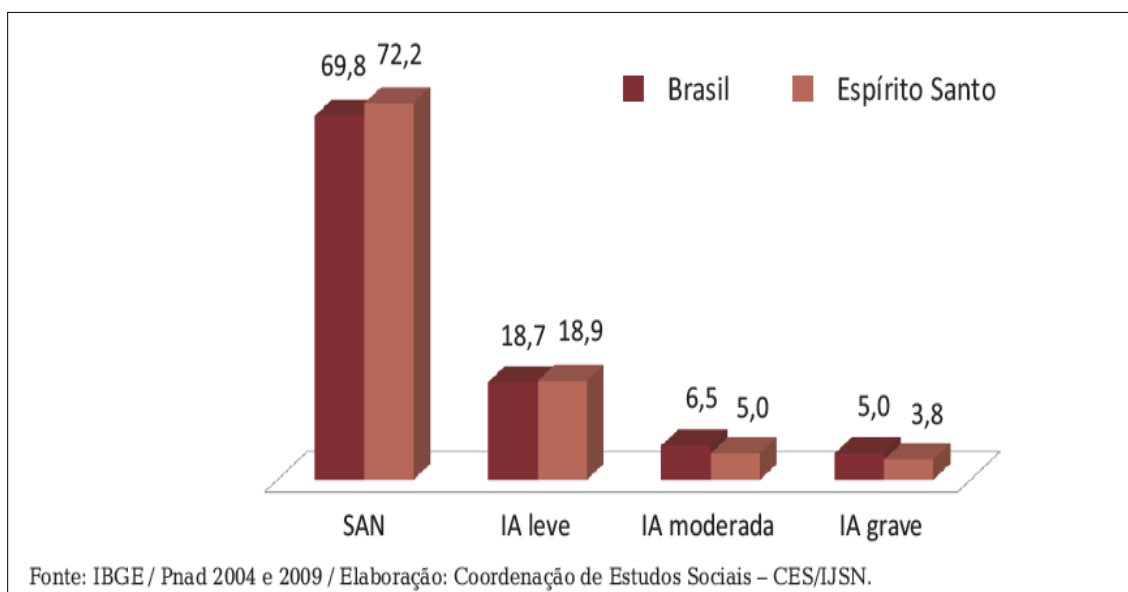


Gráfico 19 – BRASIL E ESPÍRITO SANTO: Situação de Segurança Alimentar e Nutricional nos domicílios particulares permanentes, 2009 (%).

Nesse sentido, retomando o gráfico 18, e chamando atenção para o cenário estadual, este ilustra que sobre um efetivo total de 980 mil domicílios contabilizados no Espírito Santo, atualmente 72% (ou aproximadamente 700 mil

unidades) vivem em situação de segurança alimentar e nutricional. Enquanto concomitantemente outros relevantes 28% (equivalentes a 280 mil residências) estão em desditosa e permanente situação de vulnerabilidade alimentar (leve, moderada ou grave) sobre o reduzido território que conforma o Estado.

As estatísticas revelam dados expressivos para este território constituído atualmente por volta de 3,5 milhões de residentes, visto que se aproxima de 1 milhão, o número de habitantes residentes que vivem hoje em situação de insegurança alimentar e nutricional. Destes efetivos demográficos, ainda conforme dados da PNAD, cerca de 600 mil pessoas integram o quadro de insegurança alimentar leve, em torno de 340 mil se acham em grau de insegurança moderada e sensivelmente 160 mil capixabas encontram-se em posição de vulnerabilidade alimentar grave, vivenciam no fato, diariamente, com o drama da privação e carência absoluta de comida, ou seja, passam fome.

Assim, como abordado outrora e aqui se pretende ressaltar mais uma vez, nos dias atuais faz pertinente como especificidade comum da problemática da fome, seja à escala mundial, nacional, estadual ou local, o estreito vínculo deste fenômeno perverso, ligado não apenas à etapa da produção propriamente dita, enquanto um paradigma de déficit da 'oferta' ou na disponibilidade de alimentos.

Mas, que liga-se diretamente à toda complexa trama produtiva do abastecimento urbano, que envolve e articula as demais etapas da distribuição, comercialização e consumo, de modo a tornar cada vez mais racionalizado e coerente aos interesses comerciais, este processo talhado de primeira funcionalidade social, como visto nos capítulos anteriores. Tão logo, percebe-se na prática que o que rege ou caracteriza a qualidade e a quantidade no acesso aos alimentos, bem como, o que baliza a decisão sobre quem come quem não come no âmbito da sociedade capixaba e brasileira, configura-se antes de tudo uma questão de renda (poder de compra das famílias) e de mercado (preço e custo das mercadorias) na qual condizem fatores que, por vezes, escapam ao plano ou a escala de ação dos indivíduos. Sem embargo,

os estudos são unânimes no diagnóstico de que o problema da fome no país [inclusive no Espírito Santo], atualmente, é o da falta de renda para se alimentar adequadamente. E que esta falta de renda, traduzida por pobreza, é o reflexo da desigualdade de renda existente no país, agravada pelos altos níveis de desemprego e pelas taxas de crescimento econômico insuficientes para incorporar as pessoas que a cada ano querem ingressar no mercado de trabalho, além de pela falta de políticas públicas no campo da segurança alimentar. (BELIK, SILVA e TAKAGI, 2003, p.12-13, *grifo nosso*).

Por conseguinte, a partir do gráfico 20, elaborado sobre os dados oficiais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2009), é possível visualizar quão aguda se torna a relação da renda e do orçamento familiar dos domicílios, como um fator determinante do quadro de insegurança alimentar e nutricional que persiste no Brasil, e cujo no Estado Espírito Santo não se demonstra diferente.

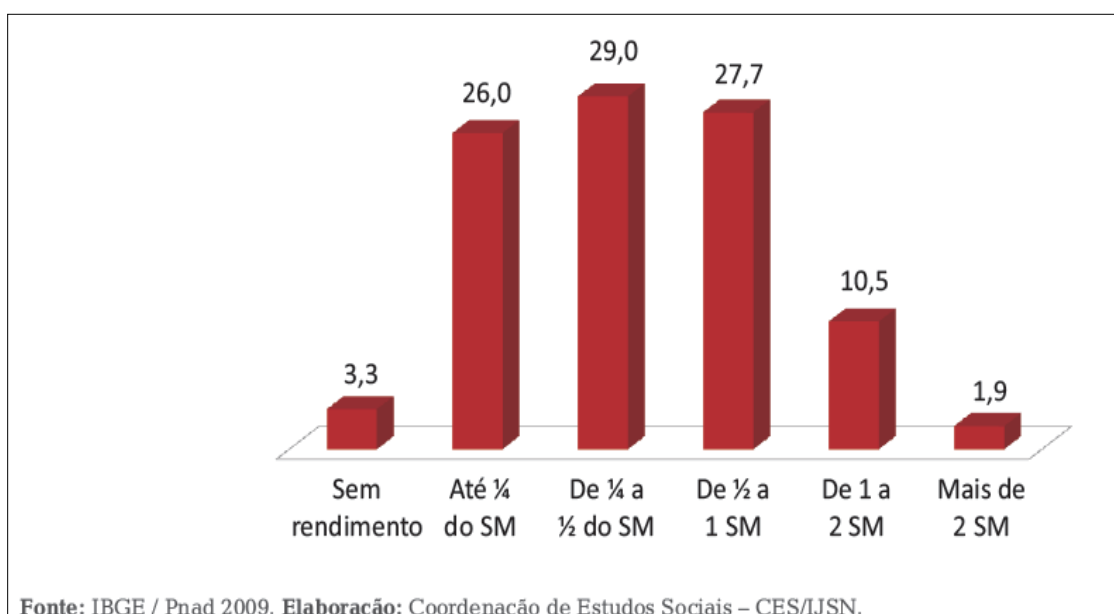


Gráfico 20 – BRASIL: Distribuição dos domicílios particulares em situação de Insegurança Alimentar moderada ou grave, segundo classes de rendimento mensal domiciliar per capita, 2009 (%).

Nessa mesma perspectiva, se consolida a afirmativa de que apesar de consistir um fenômeno geograficamente universal, a fome em território nacional resulta de iniquidades históricas, e atinge a grupos específicos, genericamente, uma população de desfavorecidos ou vulneráveis social e economicamente, que à

sombra da pobreza, conseqüentemente defrontam dificuldade de acesso regular e permanente a alimentos. Contudo, ainda com base no gráfico 20, percebe-se proeminente por uma questão de rendimento dos domicílios, que ocorre uma concentração dos casos de Insegurança Alimentar Moderada e Grave, isto é, quando há uma redução quantitativa de alimentos (entre adultos e crianças) e registros de ocorrência de fome, sobretudo nas classes de menor poder aquisitivo.

Desta forma, as taxas de vulnerabilidade alimentar e fome, mostram-se altivas, principalmente nas classes de rendimento domiciliar mensal inferiores a um salário mínimo. Pois que, no ano de 2013, segundo a tabela 3 o salário mínimo constava em R\$ 678,00 o seu valor nominal, quando para o mesmo período, conforme os dados levantados pelo DIEESE, esse valor real e necessário do montante, para que pudesse cumprir a função concebida ao salário mínimo (atender as necessidades básicas das famílias), registrou-se em aproximadamente R\$ 2.700,00. De imediato, coloca em evidência que,

[...] a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional pressupõe que o acesso aos alimentos não comprometa as outras necessidades básicas, o que indica que o valor do salário mínimo, apesar dos avanços, ainda não é capaz de suprir todas as necessidades básicas de uma família. (CONSEA, 2010, p. 103).

Fato que realça a gravidade da condição de insegurança alimentar e da privação de recursos básicos, vivenciada pelos domicílios em evidência no gráfico 20. Visto que a maioria deles (cerca de 86% dos domicílios brasileiros em estado de insegurança alimentar moderada ou grave) sobrevivem com rendimentos mensais cujo valor se traduz inferior ao salário mínimo estabelecido, logo, se encerram também completamente insuficientes e distantes de assegurar uma alimentação adequada aos membros das famílias residentes.

Tabela 3 – BRASIL: Valores Mensais do Salário Mínimo nominal e necessário, 2013.

Período	Salário mínimo nominal	Salário mínimo necessário
Julho	R\$ 678,00	R\$ 2.750,83
Junho	R\$ 678,00	R\$ 2.860,21
Maio	R\$ 678,00	R\$ 2.873,56
Abril	R\$ 678,00	R\$ 2.892,47
Março	R\$ 678,00	R\$ 2.824,92
Fevereiro	R\$ 678,00	R\$ 2.743,69
Janeiro	R\$ 678,00	R\$ 2.674,88

Fonte: Departamento. Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE, 2013.
Organização: Pedro Henrique G. Lucci.

Considerando que o Salário Mínimo foi instituído no Brasil na década de 1940, inicialmente de forma restrita para os trabalhadores urbanos e quase cinco décadas mais tarde, teve o seu direito ampliado aos trabalhadores rurais, quando a partir da Constituição Federal de 1988,

[...] definiu a fixação do seu valor em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às necessidades vitais básicas do trabalhador e suas famílias, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo (art. 7º, inciso IV). Trata-se de definição com grande influência sobre o poder de compra das famílias brasileiras e sobre o acesso à alimentação adequada, já que, conforme estimativa do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos (Dieese), 46,1 milhões de pessoas têm rendimento referenciado no salário mínimo. (CONSEA, 2010, p. 101).

Tabela 4 - ESPÍRITO SANTO: Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar.

Classe de Rendimento Nominal Mensal Domiciliar	Quantidade de Domicílios	(%)
Sem rendimento;	40.719	3,7
de até 1/2 salário mínimo;	22.620	2,1
de 1/2 a 1 salário mínimo;	109.345	9,9
mais de 1 a 2 salários mínimos;	241.555	21,9
mais de 2 a 5 salários mínimos;	408.146	37,1
mais de 5 a 10 salários mínimos;	171.343	15,6
mais de 10 a 20 salários mínimos;	72.844	6,6
mais de 20 salários mínimos;	34.522	3,1
Total domicílios particulares permanentes	1.101.094	100

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Organização: Pedro Henrique G. Lucci.

Já especificamente no território do Espírito Santo, conforme a tabela 4 demonstra, são cerca de 16% num total de aproximadamente 1 milhão de domicílios, os quais possuem rendimento mensal domiciliar com base no valor do salário mínimo atual, de R\$ 678,00, conforme deliberado nacionalmente. Traduzindo para o número de pessoas, esse quantitativo corresponde à mais de 500 mil cidadãos capixabas que integram um desfavorável quadro social, que beira a indigência e logo, antepõe milhares de famílias num círculo vicioso e perverso.

Na qual vicioso, pois intercorrem em baixos rendimentos salariais, compatíveis com um reduzido e insuficiente poder de compra, que consecutivamente compromete na dificuldade de acesso regular aos alimentos (mercadorias), e quanto mais resulta na insegurança alimentar e imediatamente, casos correntes de desnutrição e fome absoluta.

Perverso, num primeiro olhar, pois apesar de inserido em uma lógica mercantil, o alimento não trata de uma mercadoria comum, dotada apenas de valor de

troca, determinada utilidade (secundária) e fetiche do marketing e da indústria, como as tantas outras (milhões) que nos são diariamente ofertadas. Guarda, porém de maneira intrínseca, um valor de uso universal, pois além de um simples produto na prateleira, constitui um mantimento básico, vital e indispensável para todos os indivíduos, visto que ‘preenche’ uma necessidade humana orgânico-fisiológica permanente.

Segundo, por que conforme constatado há mais de 50 anos atrás pelo geógrafo Josué de Castro, e ainda hoje se observa reproduzir, a fome que genericamente se manifesta sobre expressiva porção da população do Espírito Santo, Brasil e grande parte dos países subdesenvolvidos, não consiste um fenômeno natural, mas sim de ordem social, pois resulta não de um problema vinculado apenas à produção (como se viu o ES é autossuficiente em hortifrutigranjeiros e as prateleiras dos supermercados diariamente são repostas.), mas associado diretamente ao atual modelo e racionalidade do abastecimento urbano estadual. Basta atentar sobre a etapa da distribuição ou comercialização e, tão logo, se percebe a problemática da fome e da desnutrição, como um produto das estruturas políticas e econômicas defeituosas e historicamente iníquas. Pois não assegura o acesso universal destes gêneros de primeira necessidade à uma parcela expressiva da população, mesmo num contexto em que se apresentam todas as condições técnicas, científicas e materiais para tal.

Assim, deixa claro que está se utilizando a idéia de acesso aos alimentos, o que é muito dessemelhante de disponibilidade de alimentos. Pois, os alimentos, podem estar diariamente disponíveis nos milhares de estabelecimentos comerciais, ou nas estatísticas da produção de alimentos periodicamente levantados pelos Estados e Federações. Todavia, o acesso aos mesmos, implica-e direto a uma questão de renda.

Com efeito, uma grande massa de populações pobres (adultos e crianças) diariamente dorme e acorda com fome, pois não têm acesso aos alimentos.

Portanto, este cenário que atenta sobre grupos específicos da população (despossuídos de renda e poder de compra), persiste ainda presente e perverso, pois conforme as sábias palavras que Josué de Castro outrora destacava para desmistificar as reais causas da fome, esta condiz, portanto, “um flagelo fabricado pelos homens, contra outros homens.”.

A partir dos dados trazidos no gráfico 21, torna-se possível analisar e também distinguir espacialmente entre o campo e a cidade, a situação de Insegurança Alimentar dos domicílios numa escala nacional. Verifica-se contanto que sobre esta escala de análise, as condições de Segurança e insegurança Alimentar variam combinadas e fazem referência à dois períodos distintos de levantamentos, os anos de 2004 e 2009.

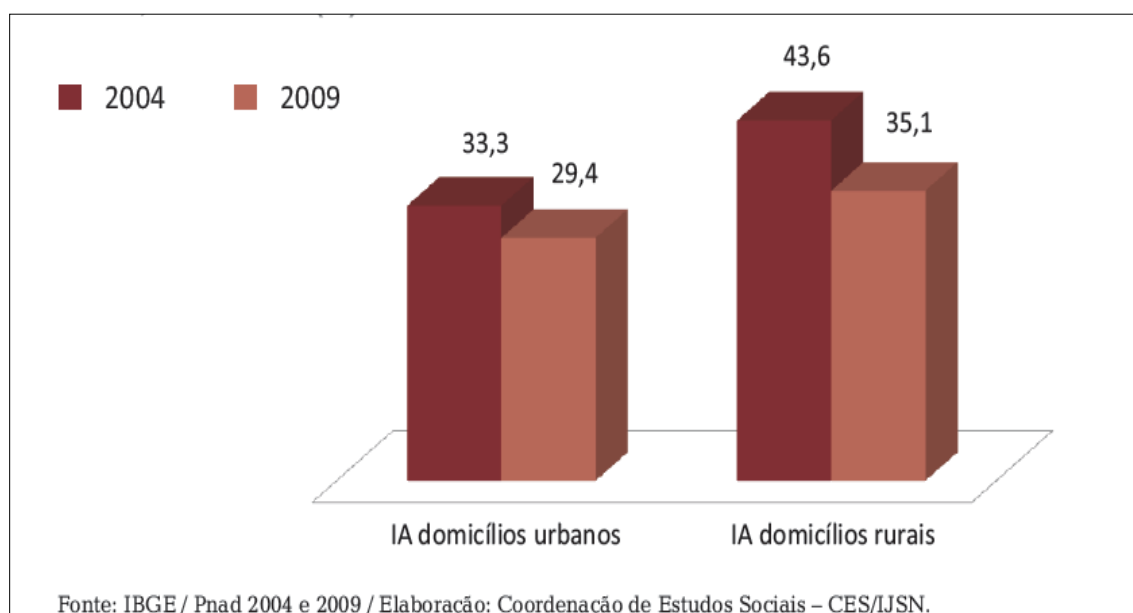


Gráfico 21 – BRASIL: Insegurança e Segurança Alimentar e Nutricional por situação dos domicílios particulares permanentes 2004 e 2009 (%).

Assim, chama atenção os dados apresentados para um predomínio de insegurança alimentar e nutricional, sobretudo nos domicílios rurais brasileiros, visto que paradoxalmente ‘em tese’ condizem situados nos espaços destinados

à produção dos alimentos. Assim, relativo à condição alimentar dos domicílios urbanos e rurais do Brasil, constata-se genericamente que houve uma redução das taxas de IA no interstício de tempo analisado, entretanto ainda em 2009 o país registrava uma quota significativa de 35% dos domicílios rurais e 29% urbanos, vivendo em condição de vulnerabilidade alimentar e nutricional.

Em breve estudo sobre este cenário desenhado em âmbito nacional, apreendeu-se como causa principal deste quadro de IA, inclusive quando no meio rural, a pobreza e mais especificamente a questão da renda das famílias, claramente insuficientes para uma vida digna, pois não contempla sequer a satisfação de necessidades básicas. Nessa perspectiva conforme estudo do DIEESE, para o Brasil a média dos rendimentos mensais entre os pobres é de apenas R\$43,09 per capita, sendo de R\$44,45 por pessoa, em áreas urbanas e de R\$39,11 per capita, a renda mensal nas áreas rurais. Certamente tanto a pobreza concentrada no campo em uma escala nacional, bem como a IA que se manifesta estreitamente vinculada, são tributárias de fatores históricos e diversos.

Quais sejam os fatores, cremos que alguns deles fizeram-se contemplados na discussão trabalhada no capítulo 3 deste trabalho e podem ser lembrados aqui como, o perverso modelo agroexportador da agricultura nacional, a histórica desvalorização da agricultura familiar e dos camponeses, o consecutivo êxodo rural, entre outros. De igual modo o capítulo 3, também serve como suporte ao entendimento do quadro de SAN que se desenha no Espírito Santo, sobretudo nos espaços rurais, o que dá certas características e especificidades ao Estado diante à situação de SAN em escala nacional.

Em análise comparativa ao contexto nacional, o gráfico 22 apresenta para os domicílios do Espírito Santo, a atual condição de Segurança Alimentar e Nutricional da população capixaba. Isto posto, procuramos colocar em evidência uma especificidade percebida em relação aos distintos contextos que se

configuram no Brasil e no Espírito Santo, Pois, se no caso do primeiro há um predomínio mais expressivo da situação de Insegurança Alimentar e Nutricional nos domicílios rurais, para a realidade presente do Espírito Santo este fenômeno não decorre e condiz de modo igual.

Mas, conforme o gráfico 22 ilustra, neste Estado, ao contrário do que se passa para grande parte das Unidades da Federação, praticamente 85% dos domicílios rurais vive em situação de Segurança Alimentar, fato que merece destaque, embora registre ainda expressivos 15% em condição oposta, isto é, de vulnerabilidade e Insegurança Alimentar e Nutricional.

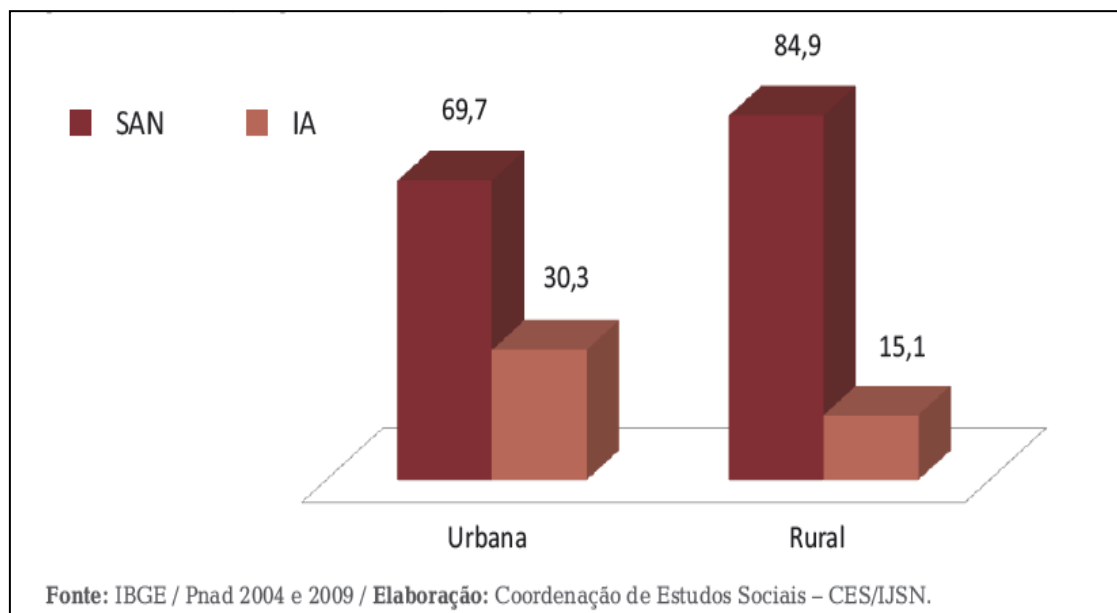


Gráfico 22 – ESPÍRITO SANTO: Insegurança e Segurança Alimentar e Nutricional por situação dos domicílios particulares permanentes 2004 e 2009 (%).

Mas o que chama atenção na verdade, no caso do Espírito Santo, resume o fato de a insegurança alimentar se manifestar mais intensamente, mais gravemente, sobre os domicílios urbanos, o que suscita novamente à raiz do problema, muito mais para uma questão do acesso ao alimento do que propriamente à

disponibilidade deste. E aí a problemática se coloca automaticamente assentada no atual modelo de abastecimento urbano, isto é de sua racionalidade comercial estritamente implícita discutida ao longo deste trabalho e, bem como de sua eficiência produtiva explícita, perceptível a olho nu e gozada, por qualquer cidadão capixaba (com renda suficiente), que todos os dias dorme tranquilo e seguro, demasiado seguro, de que o alimento do dia seguinte certamente far-se-á disponível nos supermercados e feiras-livres. Não vale generalizar pois como visto, é grande e expressivo o número de brasileiros e capixabas que no mesmo cenário, convivem com a diária incerteza e 'vazio humano', de quando virá a ser (se houver tempo) a próxima refeição, pois como dizia o sociólogo Betinho, quem tem fome tem pressa. No entanto, coloca-se como verdade o fato de que,

[...] condições similares da distribuição não asseguram, todavia, em uma área determinada, uma homogeneidade no consumo. Este depende da capacidade efetiva de aquisição, representada pela disponibilidade financeira (recursos efetivos ou créditos), mas também pela acessibilidade do bem ou do serviço demandado. (SANTOS, 2008, p.84)

Dessa forma os tipos de consumo dos espaços rurais e espaços urbanos também são distintos e variam ou fazem-se estratificados entre o campo e a cidade. Haja vista o fato de nas urbes concentrarem maior número de supermercados e equipamentos modernos de comercialização, a alimentação da população nestes espaços tendem seguirem consoantes ao estilo de vida urbano. Tão logo apenas toma-se conhecimento que, conforme dados da PNAD-2009, as médias e o consumo per capita/dia de alimentos na zona rural, foram muito maiores para arroz, feijão, batata-doce, mandioca, farinha de mandioca, manga, tangerina, peixes frescos, peixes salgados e carnes salgadas. Já para os municípios e áreas urbanas, houve claro destaque do consumo de produtos prontos ou processados, como: pão de sal, biscoitos recheados, iogurtes, vitaminas, sanduíches, salgados fritos e assados, pizzas, refrigerantes, sucos e cerveja.

Não me esquivaria de apontar também, apenas com base nestas informações, que certamente se levantados, os dados referentes à obesidade no Estado do Espírito Santo, tenderiam coerentemente mais expressivos nestes espaços, o que reforça ainda mais a necessidade de se repensar o atual sistema alimentar e nesse bojo, o vigente modelo do abastecimento urbano estadual.

Pois, é inaceitável que sob as atuais circunstâncias, os espaços urbanos no Espírito Santo revelem-se como o símbolo mor da perversidade alimentar de nossos tempos, isto é, a coexistência entre a fartura e a escassez, a obesidade e a diabetes sob o mesmo espaço-tempo da fome e da desnutrição. Não é raro, convivemos com essa situação em nosso cotidiano. São frequentes os restaurantes e supermercados lotados, os pedintes que clamam por comida nas saídas dos mesmos estabelecimentos, os semelhantes que reviram latas de lixo em busca de comida, e por aí vai... a realidade acontece sob os nossos olhos todos os dias, embora os homens adoram viver nos sonhos...

Assim, mesmo diante de todas as estruturas e condições técnicas instaladas no Estado, e propriamente do atual circuito espacial e produtivo do abastecimento urbano estadual de alimentos, que teoricamente visa e se mostra totalmente capaz de assegurar e disponibilizar alimentos em quantidade, qualidade e regularidade para toda a população capixaba, registra-se que cerca de 700mil capixabas vivem em situação de Insegurança Alimentar e Nutricional, e convivem com seus sintomas, dentre os quais procuramos ater-nos aqui apenas sobre a fome e a desnutrição, não adentrando profundamente ao campo das outras doenças afins, apenas por vezes tangenciando outro fenômeno extremo oposto à fome, e comum dessa geração pós- Josué de Castro, pois no período de suas análises a obesidade ainda não era um problema à escala nacional, esta urge no bojo das transformações recentes do sistema alimentar.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem alongar e partindo do pressuposto inicial que à luz da ciência geográfica o presente trabalho, ao longo de todo o seu conteúdo e elaboração, procurou abordar de maneira geral, o abastecimento urbano de alimentos no Espírito Santo. Excepcionalmente por uma questão de método, a estrutura do mesmo, buscou de igual modo contemplar este processo, que infere de primeira ordem social nas cidades e cotidiano de todos os comensais capixabas, analisando-o de forma fragmentada, isto é, a partir de cada uma das etapas produtivas (produção, distribuição, comércio e consumo). Estas, que se realizam articuladas e interatuantes sobre todo o território do Estado, conformam-no e, como visto, dão-lhe o real sentido.

Objetiva a partir daí, compreendê-lo em sua totalidade e assim trazer às claras, tornando explícita a 'geografia dos alimentos' no Estado do Espírito Santo, que se faz inerente, embora implícita no abastecimento urbano e, ao mesmo tempo, no processo de transformação do alimento em mercadoria. Modelo este que reduz o alimento nosso de cada dia, em apenas mais uma mercadoria, como outras tantas.

Em conclusão, algumas ponderações percebidas ao longo do trabalho resumem, de modo geral, um pouco do atual cenário contraditório e perverso que se desenha recente sobre o espaço capixaba, todavia com forte poder de transformação e agudos sintomas para toda a sociedade e gerações.

Assim, sob a atual configuração e racionalidade do abastecimento urbano estadual, é fato notório e conclusivo a urgente necessidade de uma inversão da lógica e racionalidade vigentes. À vista disso, pode-se concluir em caráter de denúncia que no cerne dessa problemática, as extremidades da cadeia produtiva do abastecimento, isto é, os produtores (àqueles que de fato produzem e logo, ofertam os alimentos) e os consumidores (que por sua vez consomem e dão sentido ao processo) se encontram em situação inoportuna e

significativamente vulnerável, ou seja, arcam com o ônus das 'invisíveis mãos' do mercado uma vez que nestas circunstâncias defrontam-se de forma subordinada aos atravessadores, empresas de transporte, intermediários diversos e monopólios varejistas, que se interpõem estrategicamente no circuito produtivo do alimento, absorvendo de modo especulativo os lucros e bônus deste processo.

Nesse sentido, quando se trata de um processo econômico e produtivo que respeita e envolve diretamente aspectos sociais, políticos, culturais mas, sobretudo da natureza humana de toda a população do território, como intercorre o abastecimento estadual de alimentos, que evoca um bem universal e essencial para a vida de todos os indivíduos.

Supõe-se então que o Estado, enquanto órgão e instituição cujo poder faz-se capaz de atuar sobre grandes escalas, devesse estar à frente deste segmento de interesse comum dos povos e de extrema importância estratégica. Como outrora, até a década de 1980 e início dos anos 90, ainda que de forma parcial, se fez presente através do Varejão da Ceasa, do Hortomercado, dos Mercados Públicos Municipais e das Feiras Livres, visando contemplar o princípio primevo desta atividade, que consiste no ato de abastecer e alimentar as populações das cidades. Iniciativas estas que, com exceção das feiras-livres, foram num primeiro momento abandonadas e, por conseguinte, entregues ao setor privado. Com efeito, alteram-se os princípios essenciais, de clivo social, que norteavam esta atividade, passando a configurá-la num segmento de mercado altamente rentável, monopolizado e excludente, por não contemplar significativa parcela da população e do território. Da mesma maneira, perverso, pois diante de todas as condições técnicas e materiais contemporâneas na atual conjuntura do abastecimento urbano estadual - cujo se subentende que tenha como princípio 'matar a fome' da população - paradoxalmente milhares de famílias (adultos e crianças) residentes em domicílios capixabas não têm essa necessidade biológica devidamente preenchida, e convivem pois, diariamente com a questão da Insegurança Alimentar bem como com o flagelo da Fome.

As repercussões e contradições do atual modelo de abastecimento urbano, por sua vez podem ser percebidas além de por todo o circuito produtivo, isto é da produção ao consumo, também sobre variadas escalas do espaço geográfico. Isto posto manifestam-se, a partir do sistema alimentar moderno mundial, ao espaço local e regional que se reproduz, sobretudo nos espaços urbanos, ditado pela racionalidade produtiva dos super e hipermercados (assim como das novas formas de comércio e alimentação ‘fora do lar’). Constam implicações desse sistema perverso, também no plano dos indivíduos e da sociedade como um todo, seja a partir dos novos comportamentos, práticas e hábitos alimentares que resultam em sequelas propriamente na fisiologia e saúde humana e social da população como um todo.

Ao atrelar o acesso ao alimento à formas comerciais, ausentes de história e identidade, como os supermercados e redes de fastfood, a alimentação redefine seu papel em nosso cotidiano - assim como nós remodelamos nosso cotidiano para práticas do alimentar – igualando-se como mercadoria, a todas as demais mercadorias e, contanto perdendo o vínculo com formas particulares de vida e determinando e reduzindo cardápios e dietas, de acordo com a quantidade de dinheiro que se têm no bolso ou na poupança, revelando no corriqueiro ato do alimentar, complexas e desarmônicas ‘geografias dos alimentos’.

Para dar visualidade ao conteúdo que permeou todo este trabalho, segue em anexo, retratado e comentado a partir de fotografias e observações empíricas, vivenciadas no processo de elaboração deste trabalho, a realidade do abastecimento alimentar no contexto estadual pelo olhar de um geógrafo.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Manuel Correia de (Org.). **Élisée Reclus: Geografia**. São Paulo: Ática, 1985 (**Coleção Grandes Cientistas Sociais**).

BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. **Geografia Urbana**. 2ª Edição: Lisboa, Portugal: Editora Fundação Calouste Gulbenkian, 1975.

BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. **Geografia de População**. Tradução: Leônidas Gontijo de Carvalho. 2ª edição. São Paulo, SP: Editora Nacional, 1980.

BERGAMASCO, S. M. P. P e SAMPAIO, M. F. A. (org.). **Sistemas Agroalimentares: análises e perspectivas para América Latina**. Campinas, SP: M. F. A. Sampaio, 2003.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo, SP: Contexto, 2001.

_____. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo, SP: Contexto, 2004.

_____. **Manual de geografia urbana**. São Paulo, SP: Hucitec, 1999.

CASTRO, Josué de. **A alimentação brasileira à luz da geografia humana**. Porto Alegre, RS: Edições Globo, 1937.

_____. **Ensaio de Geografia Humana**. São Paulo, SP: Editora Brasiliense, 1957.

_____. **Fome um tema proibido: últimos escritos de Josué de Castro / Anna Maria de Castro (org.)**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. 10ª edição. Rio de Janeiro, RJ: Edições Antares, 1982.

_____. **Geopolítica da Fome:** ensaios sobre os problemas da alimentação e de população do mundo. Volumes 1 e 2. 4ª edição. São Paulo, SP: Editora Brasiliense, 1957.

_____. **O Problema da Alimentação no Brasil:** seu estudo fisiológico. 3ª edição aumentada. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1939.

CEASA-ES: 33 Anos a Serviço do Abastecimento Alimentar do Espírito Santo. Informativo Especial das Centrais de Abastecimento do ES, 2010.

CLAVAL, Paul. **História da Geografia.** Tradução de José Braga Costa. 1ª edição. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2006.

CORTE, Judith De La. **Contribuição ao estudo do abastecimento da cidade de São Paulo em produtos hortifrutícolas.** Tese de Doutorado, UNESP, São Paulo, 1985.

DARÉ, Raquel. **A “Crise” do Café e a Ideologia Desenvolvimentista no Espírito Santo.** Dissertação de mestrado, PPGGEO, UFES: Vitória, ES, 2012.

DOLFUSS, Olivier. **A análise geográfica.** Coleção “Saber Atual” Tradução de Heloysa de Lima Dantas. 1ª edição. São Paulo, SP: Editora Difusão Européia do Livro, 1973.

ELIAS, Denise. **Globalização e Agricultura:** A Região de Ribeirão Preto. São Paulo, SP: Edusp. 2003.

FLANDRIN, Jean Louis e MONTANARI, Massimo. **História da alimentação.** Tradução: Luciano Vieira Machado e Guilherme J. F. Teixeira – São Paulo, SP: Estação Liberdade, 1998.

Fundação ABRAS. Cinquenta anos de supermercados no Brasil. São Paulo: Informe Comunicação, 2002

GEORGE, Pierre. **Geografia Econômica.** 5ª edição. Rio de Janeiro, RJ: Editora Fundo de Cultura, 1970.

_____. **Geografia Industrial do Mundo**. Tradução de Cecília Assumpção. 8ª edição. São Paulo, SP: DIFEL, 1971.

_____. **Geografia Urbana**. São Paulo, SP: DIFEL, 1983.

GODINHO, Kelly Maria Loureiro. **As tradicionais feiras livres e a expansão dos modernos supermercados: o estudo de caso de Vitória**. Trabalho de Monografia, Deptº de Geografia, UFES: Vitória, ES, 2003

LIMA, Adelson Rocha. **Análise da Questão Agrária no Espírito Santo**. Trabalho de Monografia, UNESP: Presidente Prudente, SP, 2011.

LUCCI, Pedro Henrique Gomide. **Alimentação à luz da geografia: Um PF (prato feito) de indagações para a ciência geográfica se sentar à mesa**. Artigo Acadêmico, PPGGEO, UFES: Vitória, ES, 2012.

_____. **Geografia dos alimentos no município de Vitória – ES**. (http://www.egal2013.pe/wp-content/uploads/2013/07/Tra_Pedro-Henrique-Gomide-Lucci.pdf) In: Encontro de Geógrafos da América Latina, Peru, 2013.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. Seleção de textos de José Arthur Giannotti; tradução de José Carlos Bruni (et al.). 2ª Ed. São Paulo, SP: Editor Abril Cultural, 1978.

MAZOYER, Marcel. e ROUDART, Laurence. **História das Agriculturas no Mundo: do neolítico à crise contemporânea**. Tradução de Cláudia F. Falluh. Brasília, DF: NEAD, 2010.

MIRANDA NETO, Manoel José de. **Dominação pela fome: economia política do abastecimento**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Forense Universitária, 1988.

NETO, Jaime Bernardo. **Gênese da Estrutura Agrária do Espírito Santo: estudo comparativo entre os domínios da pecuária no Extremo Norte e as áreas de pequenas propriedades no Centro-Sul**. Dissertação de mestrado, PPGGEO, UFES: Vitória, ES, 2012.

NEVES, Juliana Muniz de Jesus, PEREIRA, Lorena de Freitas, PORTUGAL, Licínio da Silva. **Fatores Locacionais: O Caso dos Supermercados Brasileiros**. 2013, artigo publicado nos Anais do EGAL, Peru, 2013.

PAULINO, Eliane Tomasi e ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo**. 1ª edição. São Paulo, SP: Editora Expressão Popular, 2010.

Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura: novo PEDEAG 2007 – 2025. Vitória, ES: SEAG, 2008.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 1ª edição. Rio de Janeiro, RJ: Editora Civilização Brasileira, 2006.

RECLUS, Élisée. **Do sentimento da natureza nas sociedades modernas**. Organização e tradução Plínio Augusto Coêlho – São Paulo, Editora Imaginário e Expressão & Arte, 2010.

RENNÓ, Raquel. **Do mármore ao vidro: mercados públicos e supermercados, curva e reta sobre a cidade**. São Paulo, SP: Editora Annablume, 2006.

ROBERTS, Paul. **O fim dos alimentos**. Tradução de Ana Gibson. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2009.

SAN MARTIN, Paulo. **Agricultura suicida: um retrato do modelo brasileiro**. São Paulo, SP: Ícone Editora, 1985.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 4ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora Record, 2002.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo, SP: Edusp, 2005.

_____. **Espaço e Método**. 5ªed. São Paulo, SP: Edusp, 2008.

_____. **O Espaço Dividido: Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos**

Países Subdesenvolvidos. 2ª ed. São Paulo, SP: Edusp, 2008.

_____. **Pensando o espaço do homem**. 5ª Ed, 2ªreimpr. São Paulo, SP: Edusp, 2009.

_____. **Por uma geografia nova**. 2ª Ed. São Paulo, SP: Hucitec, 1980.

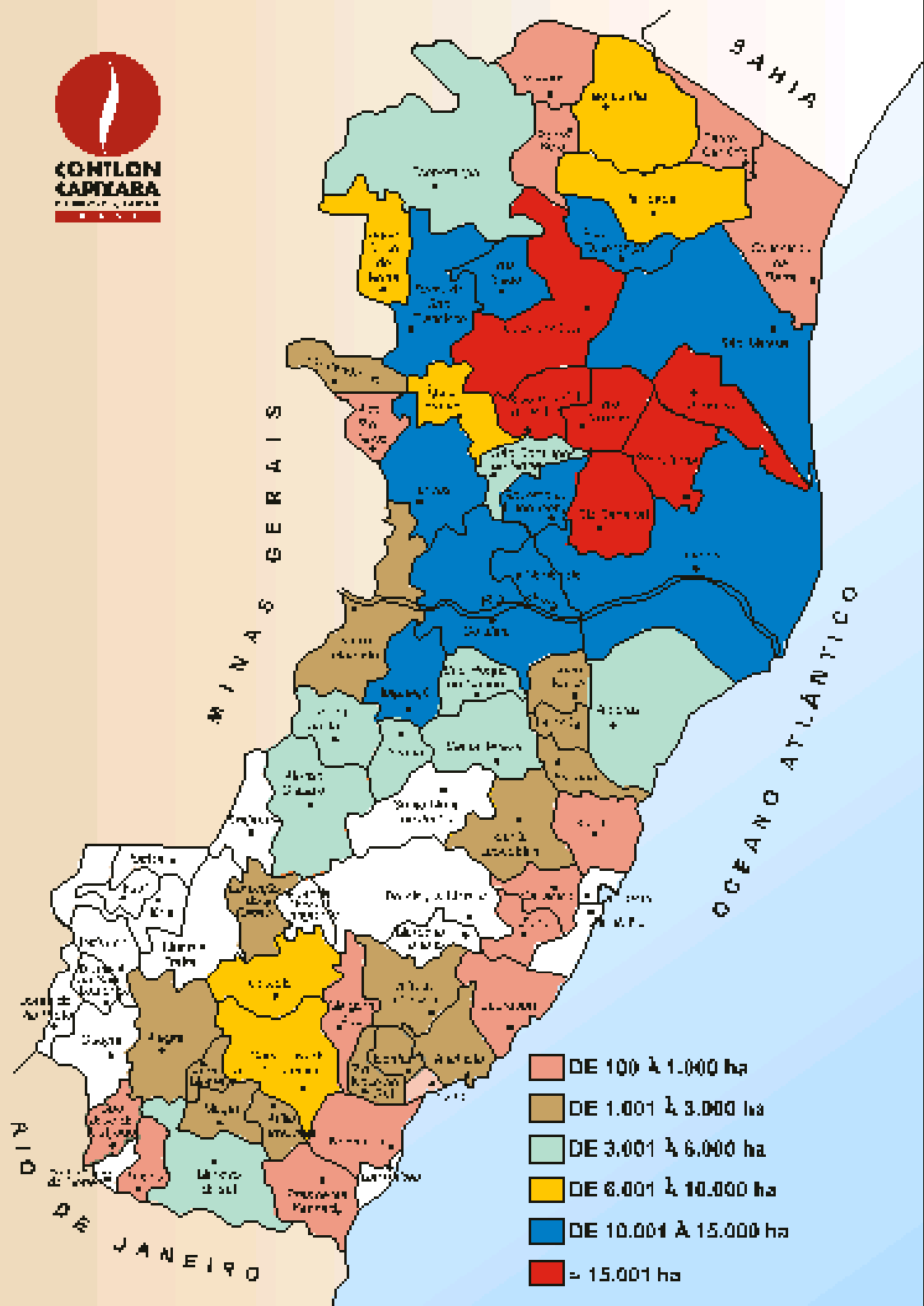
SIMON, Elias José. **Repensando a produção e distribuição de alimentos no Brasil**. Perspectivas, São Paulo, SP, 9/10: 21-35, 1986/87.

SPOSITO, E. S. e NETO, J. L. S. (org.). **Uma Geografia em Movimento**. 1ª Ed. São Paulo, SP: Editora Expressão Popular, 2010.

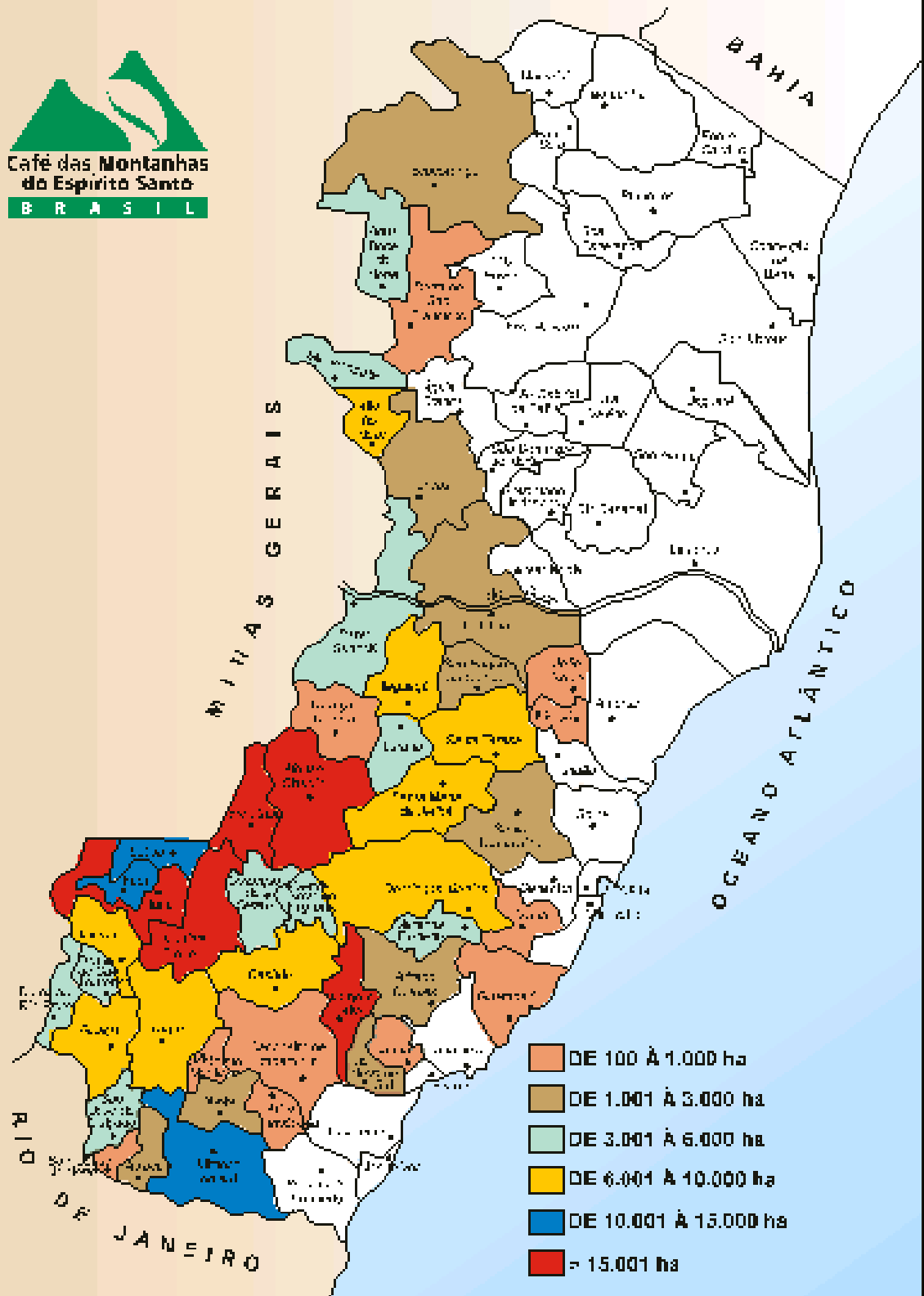
ANEXOS

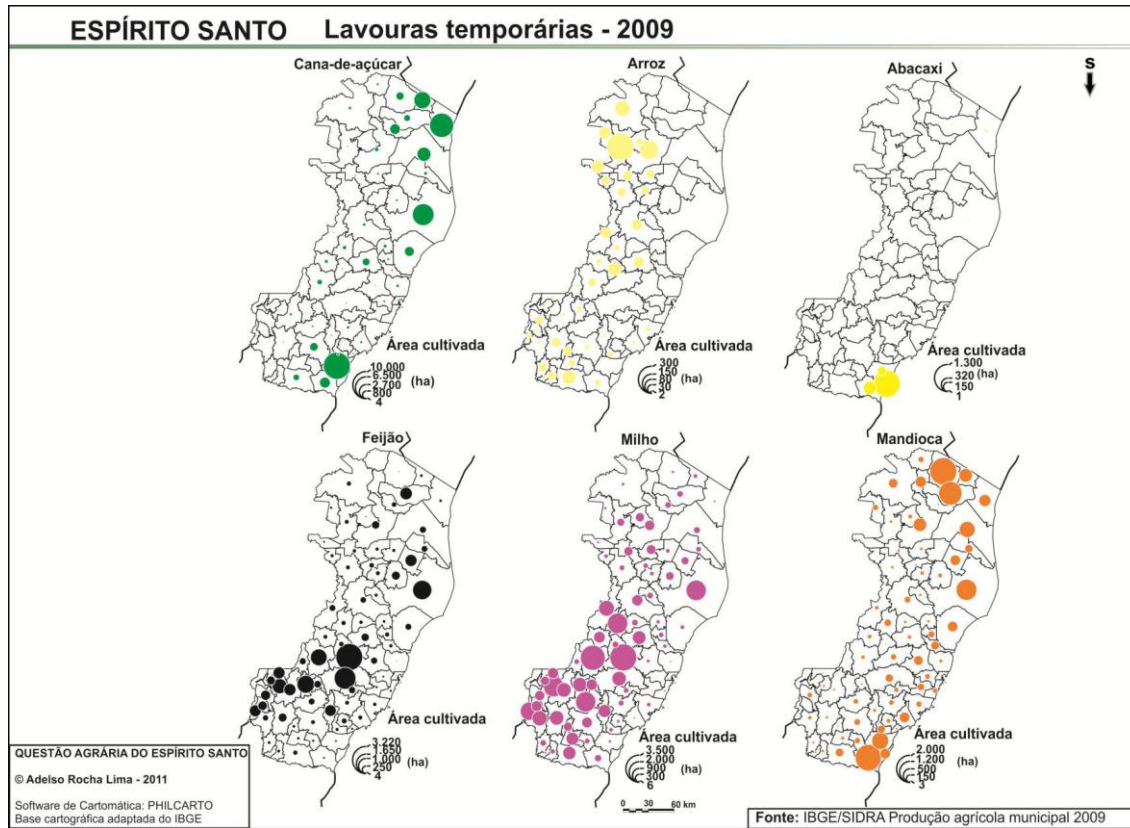
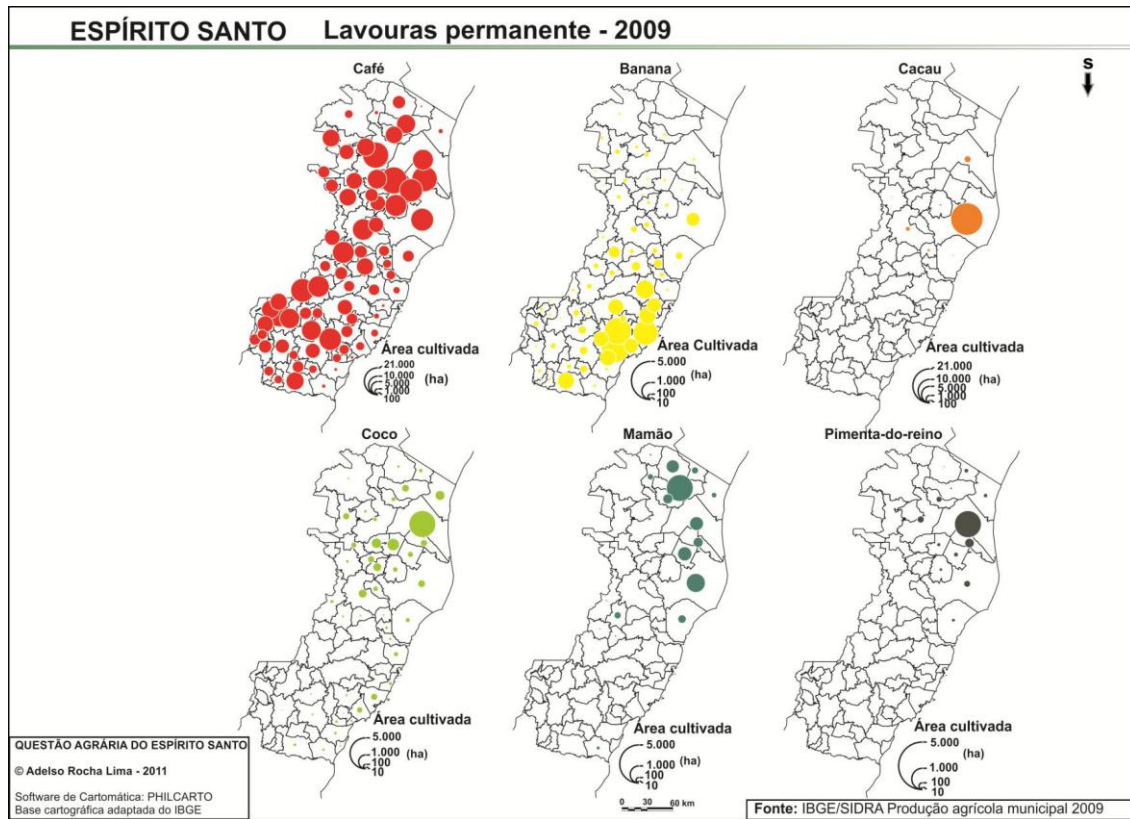
ANEXO A – MAPAS COMPLEMENTARES

EXTRATOS DAS ÁREAS OCUPADAS COM CAFÉ CONILON NO ESPÍRITO SANTO



EXTRATOS DAS ÁREAS OCUPADAS COM CAFÉ ARÁBICA NO ESPÍRITO SANTO





Distribuição da quantidade de frutas comercializadas no Brasil, por região de origem, 2009



Região	Quantidade (kg)	%
Centro-Oeste	201.549.149	5,7
Nordeste	611.663.788	17,1
Norte	92.855.411	2,6
Sudeste	2.063.524.692	57,9
Sul	595.104.753	16,7

Fonte: Sistema de Consultas Gerenciais do Pro-Hort, 2009

Distribuição da quantidade de hortaliças comercializadas no Brasil, por região de origem, 2009.



Região	Quantidade (kg)	%
Centro-Oeste	1.095.917.198	2,79
Nordeste	1.517.711.142	3,86
Norte	33.980.460	0,08
Sudeste	28.656.324.253	72,97
Sul	7.963.462.268	20,28

Fonte: Sistema de Consultas Gerenciais do Pro-Hort, 2009

ANEXO B - Tabelas e Gráficos complementares

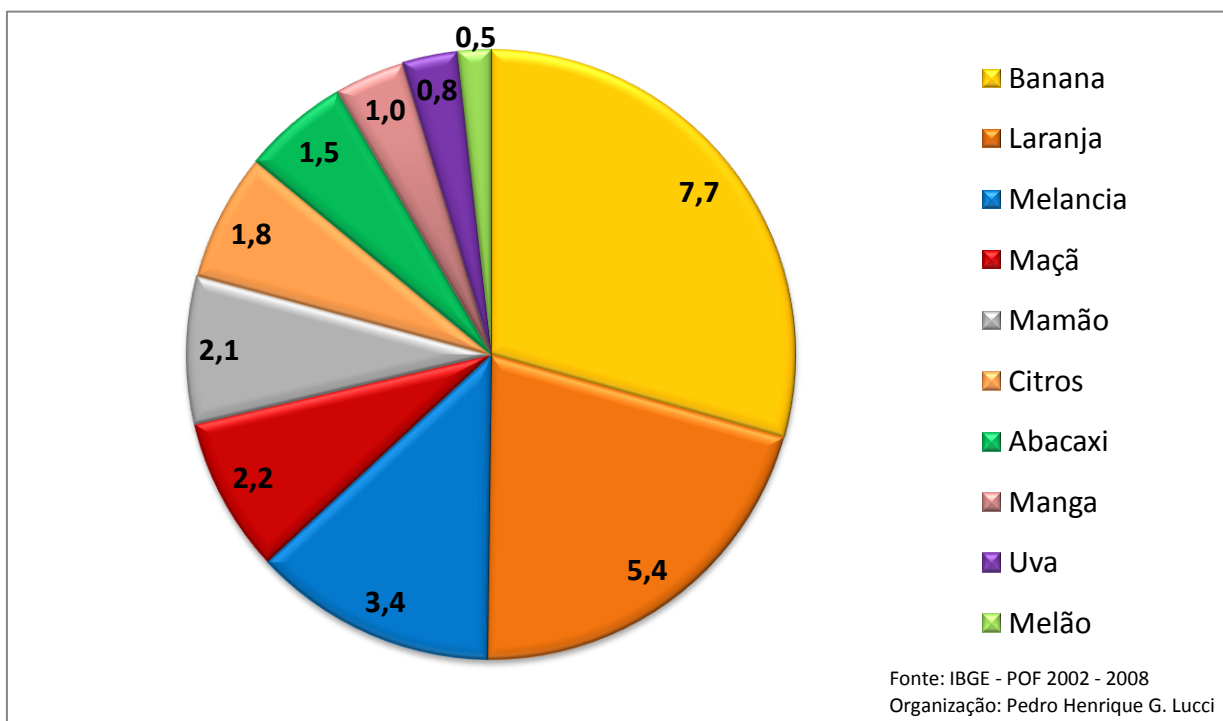


Gráfico - Principais Frutas consumidas no Brasil (kg / pessoa / ano)

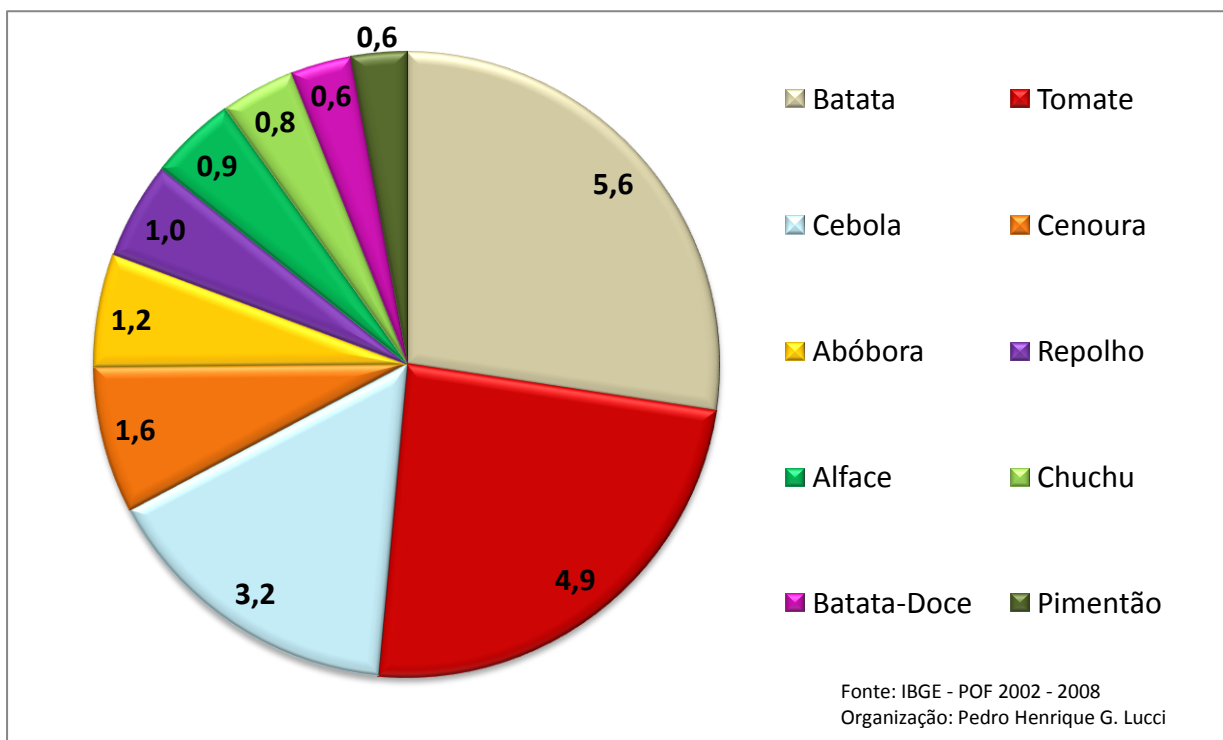
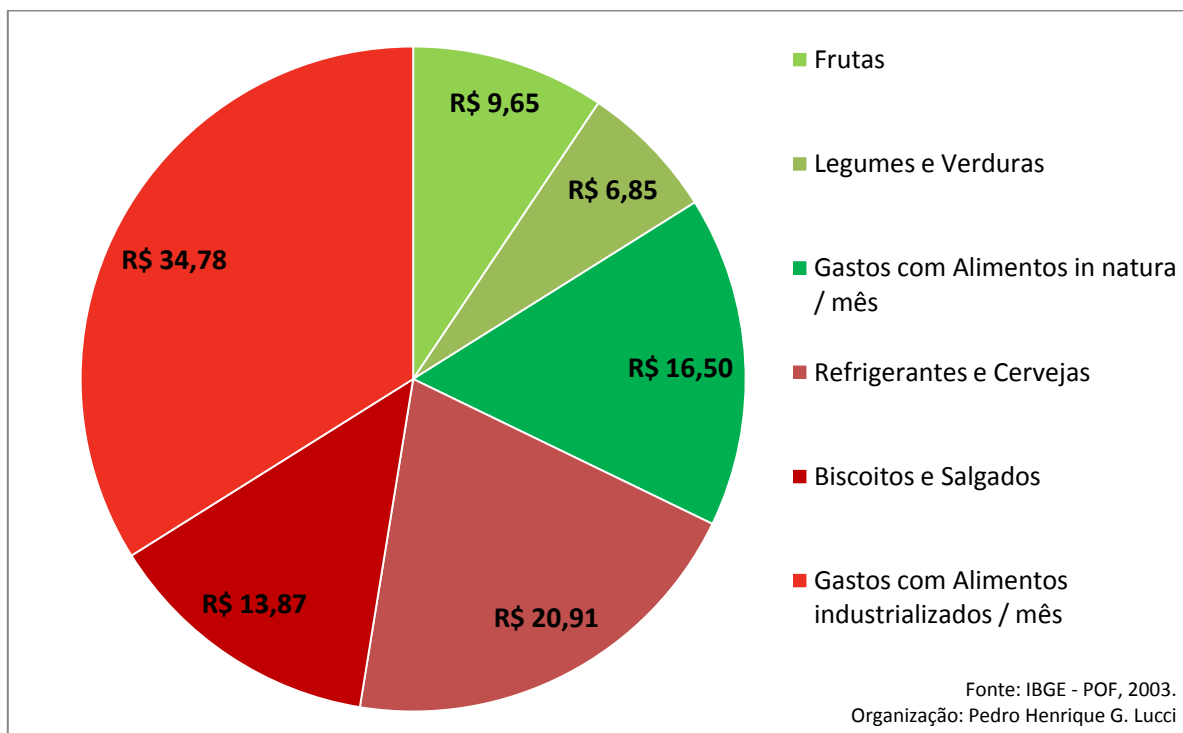


Gráfico - Principais Hortaliças consumidas no Brasil (kg / pessoa / ano)

Consumo per capita das principais hortaliças e frutas (kg/ano) nos domicílios por classe de renda-POF 2008-2009			
CLASSE ECONÔMICA / PRODUTOS	Pobre	Média	Rica
Hortaliças	19,02	29,85	39,71
Cebola	2,5	3,42	4,49
Tomate	3,73	5,24	7,08
Batata	2,74	4,65	5,71
Cenoura	1,01	1,79	2,39
Frutas	17,33	31,49	50,22
Banana	5,79	8,4	10,56
Citros	3,84	8,15	13,04
Mamão	0,7	2,08	5,13
Manga	0,58	1,08	1,69
Melão	0,21	0,46	1,11
Maçã	1,2	2,49	3,65
Uva	0,32	0,83	1,64
Hortifrutis	36,35	61,35	89,63

Despesa Mensal das Famílias - POF 2003 Alimentação no domicílio (R\$)	
Tipos de Alimentos	Valor Mensal Despendido
Frutas	9,65
Legumes e Verduras	6,85
Gastos com Alimentos in natura / mês	16,50
Refrigerantes e Cervejas	20,91
Biscoitos e Salgados	13,87
Gastos com Alimentos industrializados / mês	34,78

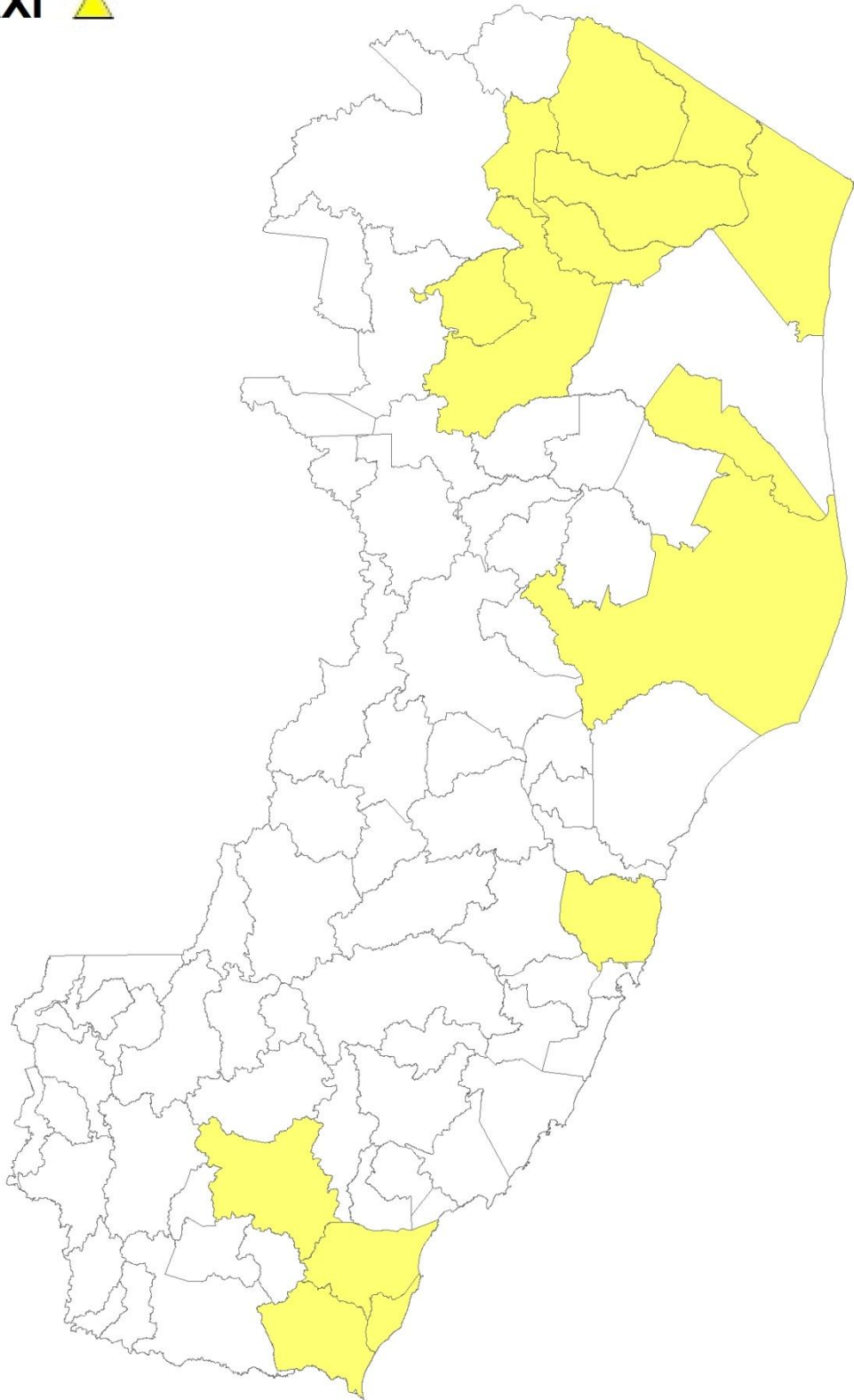


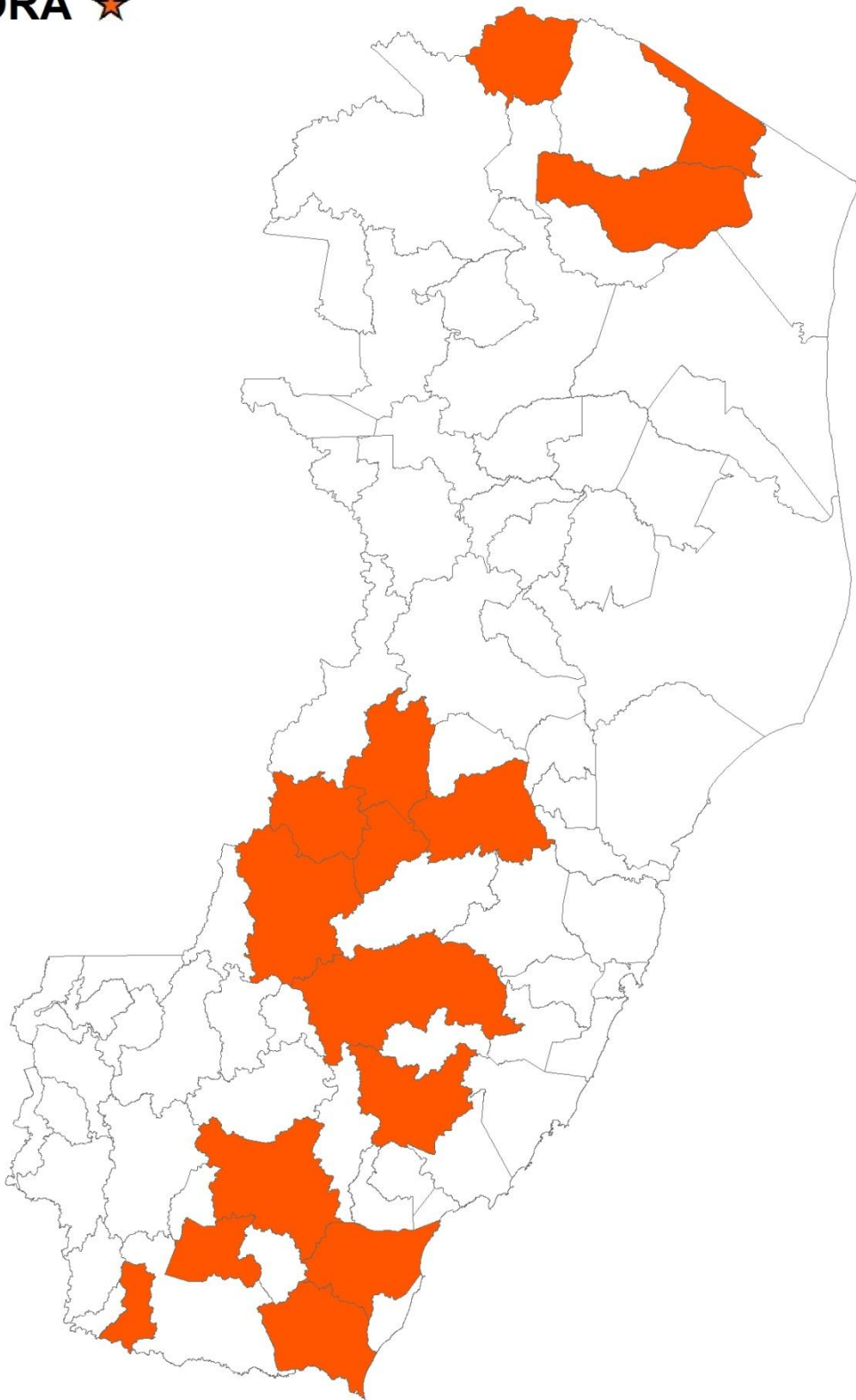
DISTRIBUIÇÃO DAS UNIDADES SUPERMERCADISTAS NO TERRITÓRIO DO ESPÍRITO SANTO, 2011	
REGIÕES	LOJAS
METROPOLITANA - GRANDE VUTÓRIA	454
Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha, Vitória	
CENTRAL SERRANA	56
Itaguaçu, Itarana, Santa Leopoldina, Santa Maria de Jetibá, Santa Tereza	
SUDOESTE SERRANA	87
Afonso Claudio, Brejetuba, Conceição de Castelo, Domingos martins, Laranja da Terra	
LITORAL SUL	94
Alfredo Chaves, Anchieta, Iconha, Itapemirim, Marataizes, Piuma, Presidente Kenedy, Rio Novo do Sul	
CENTRAL SUL - CACHOEIRO	139
Apiacá, Atílio Vivacqua, Cachoeiro de Itapemirim, Castelo, Mimoso do sul, Muqui, Vargem Alta	
CAPARAÓ - ALEGRE	92
Alegre, Bom Jesus do Norte, Divino São Lourenço, Dorés do Rio Preto, Guaçuí, Ibatiba, Ibitirama, Irupi, Iuna, Jerônimo Monteiro, Muniz Freire, São José do Calçado	
RIO DOCE	103
Aracruz, Ibiracuz, João Neiva, Linhares, Rio Bananal, Sooretama	
CENTRO OESTE	154
Alto Rio Novo, Baixo Guandu, Colatina, Governador Lindenberg, Marilândia, Pancas, São Domingos do Norte, São Gabriel, São Roque do Canaã, vila Valério	
NORDESTE	107
Boa Esperança, Conceição da Barra, Jaguaré, Montanha, Mucurici, Pedro Canário, Pinheiros, Ponto Belo, São Mateus	
NOROESTE	81
Água Doce do Norte, Águia Branca, Barra de São Francisco, Ecoporanga, Mantenópolis, Nova Venécia, Vila Pavão	
TOTAL	1367
Fonte: Associação Capixaba de Supermercados, ACAPS, 2011. Organização: Pedro Henrique G. Lucci.	

APÊNDICES

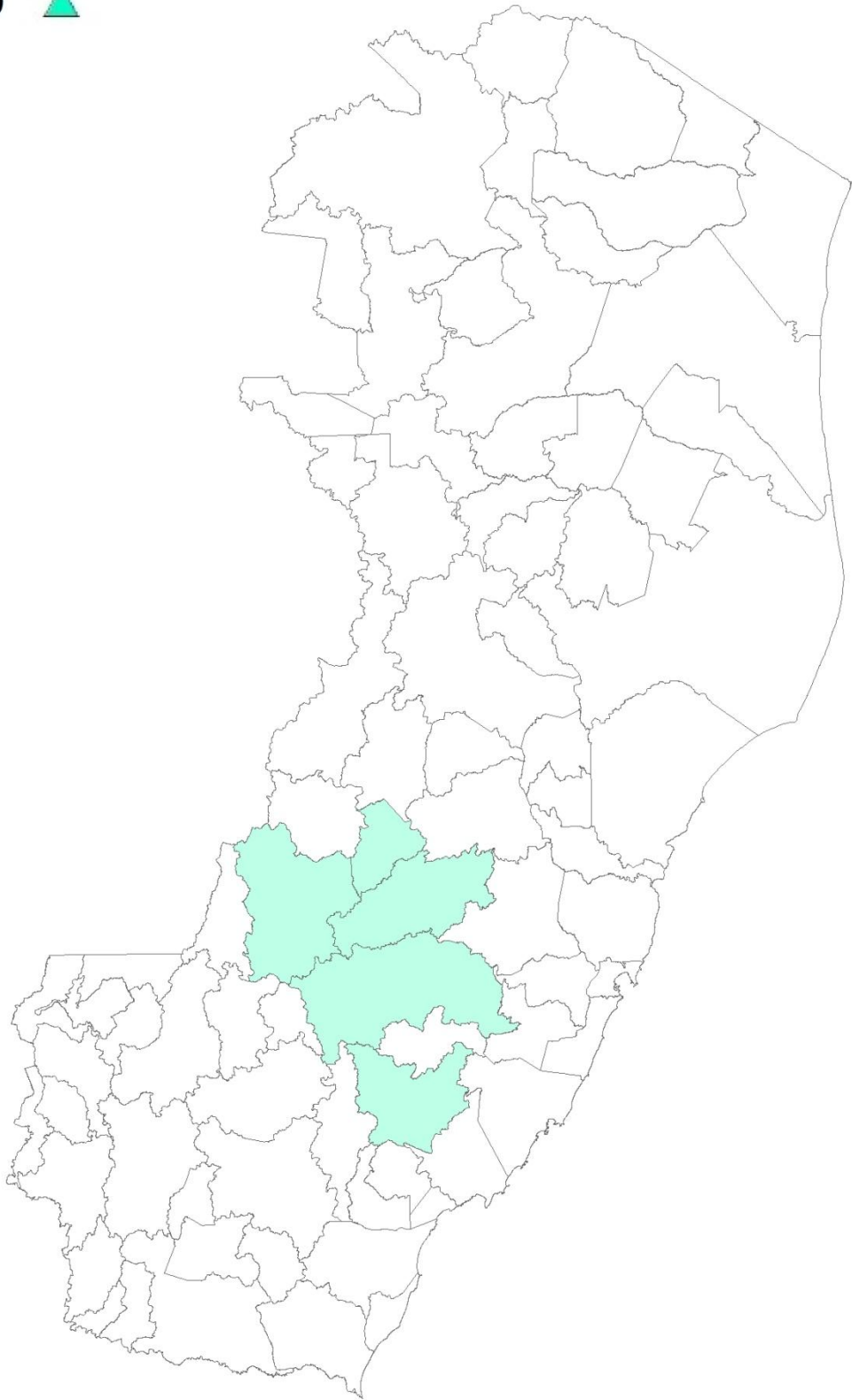
APÊNDICE A - Coleção de Mapas

**Da produção dos alimentos *in natura* no Estado do Espírito
Santo.**

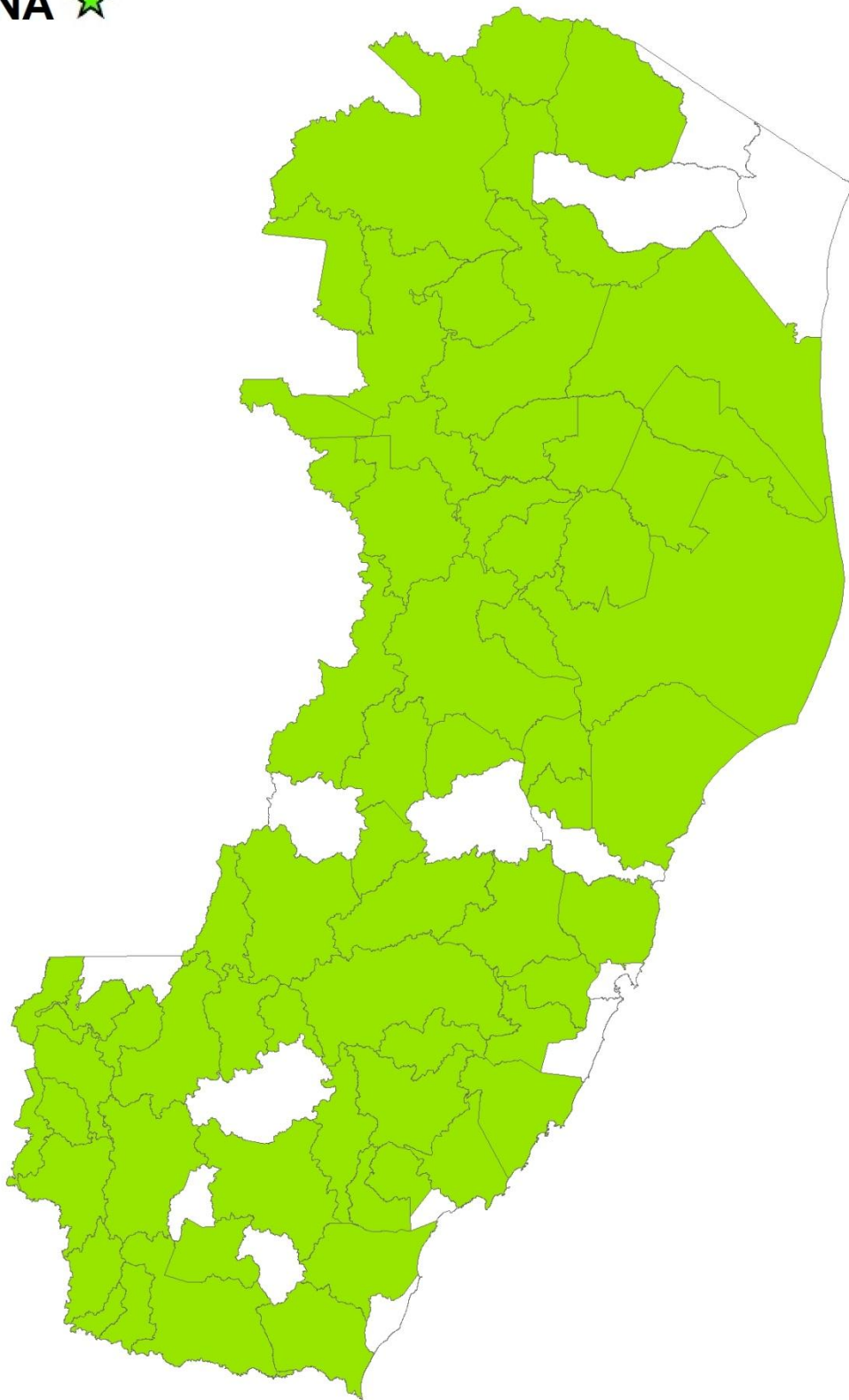
ABACAXI ▲

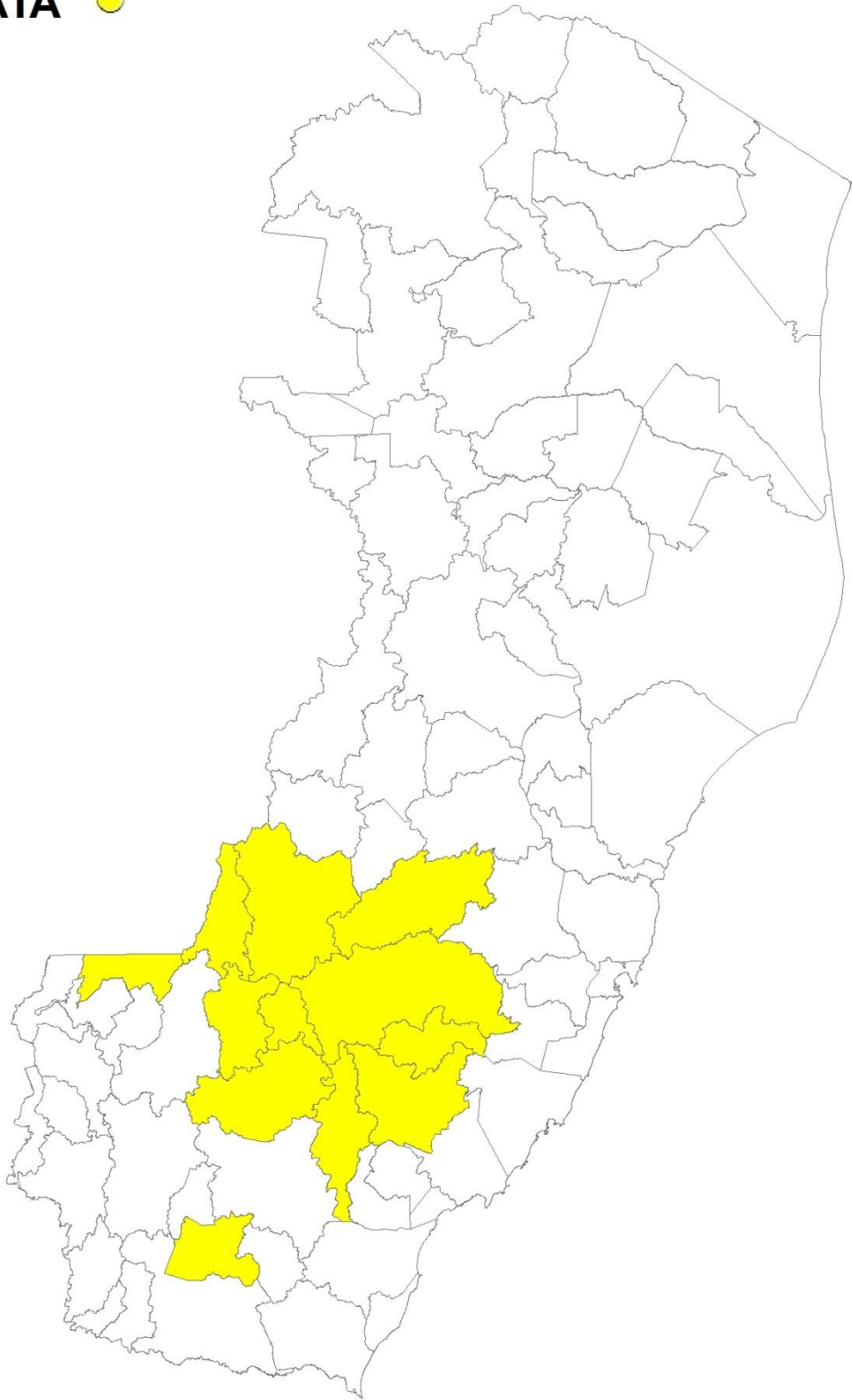
ABÓBORA ★

ALHO ▲

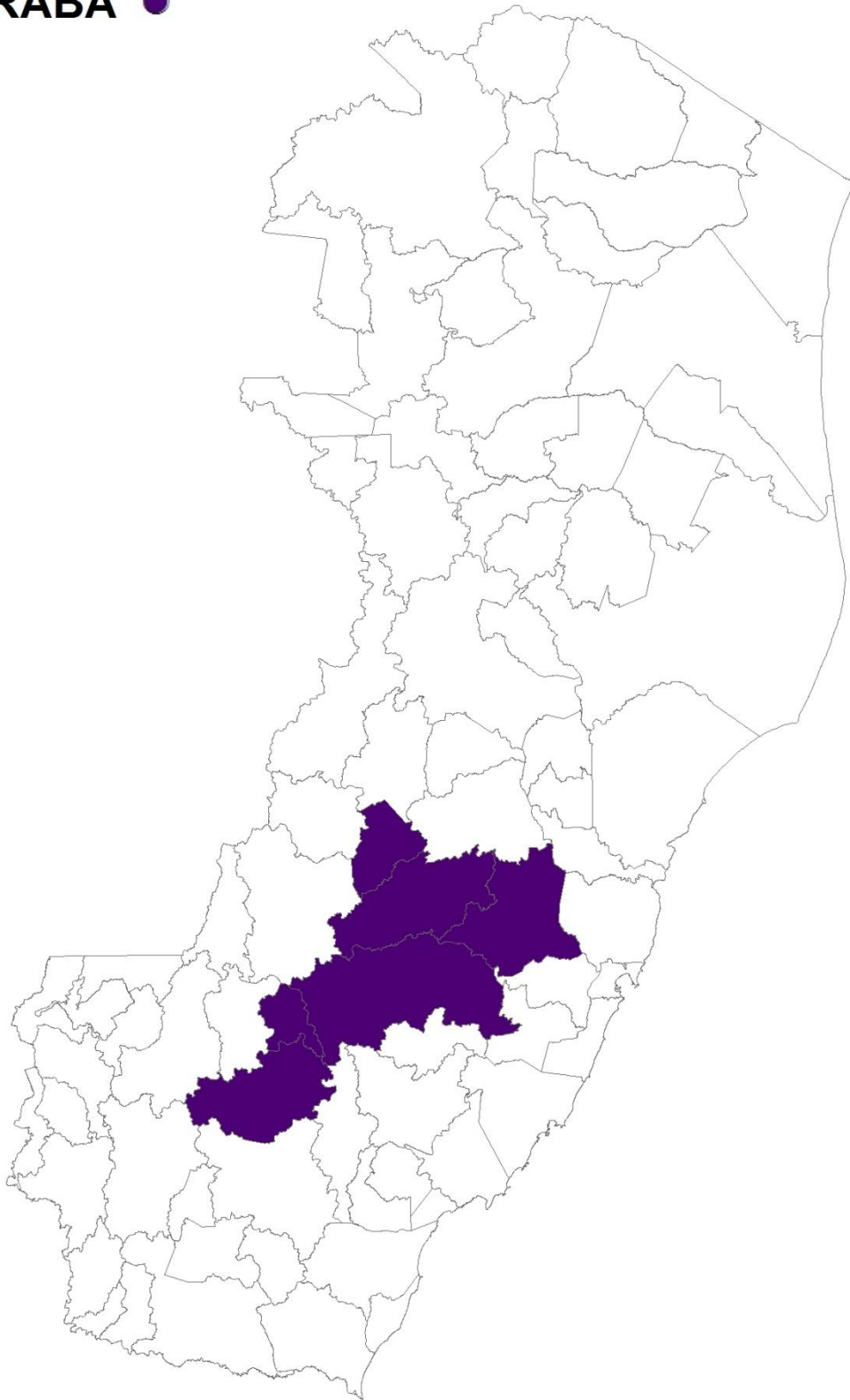


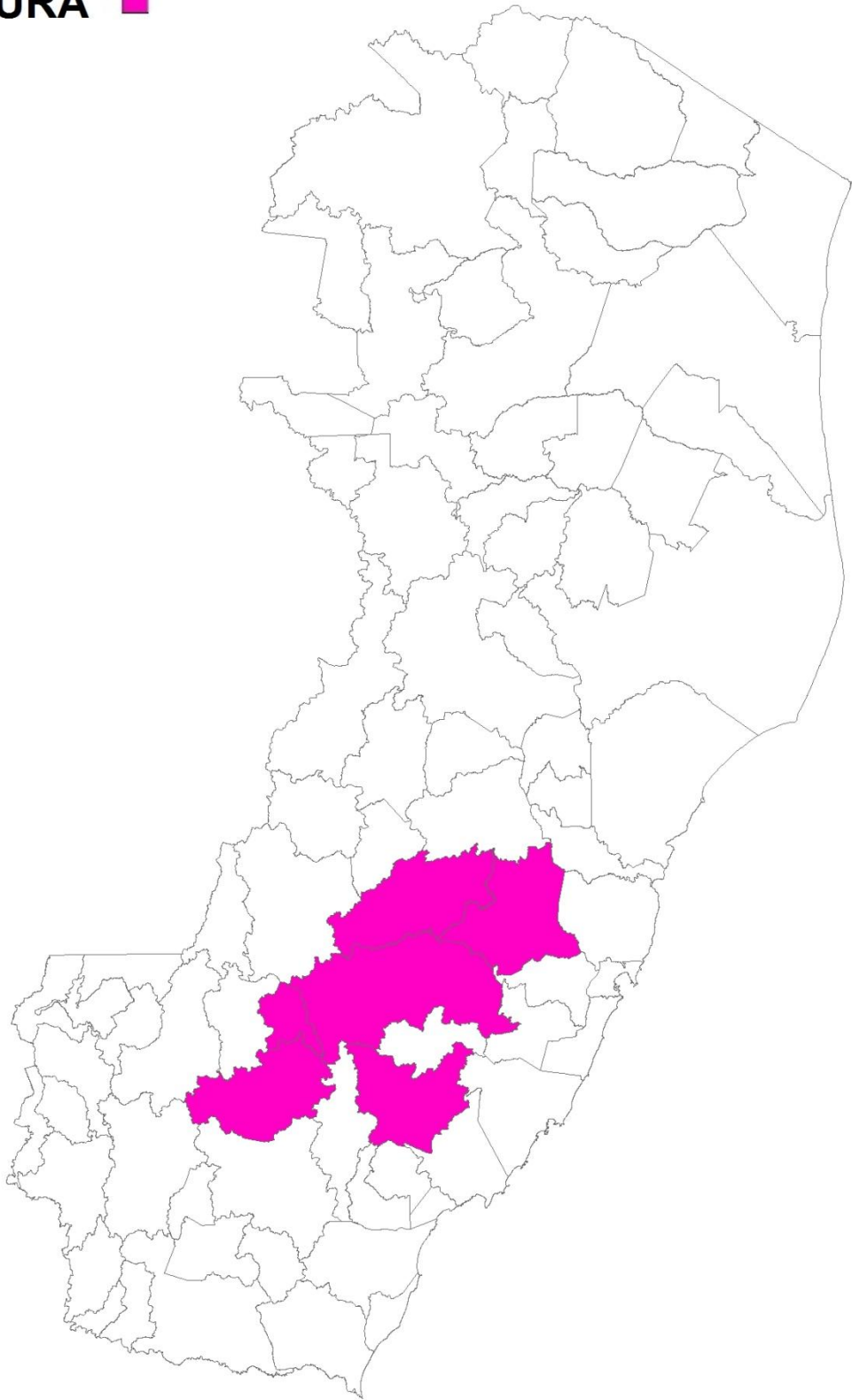
BANANA ★



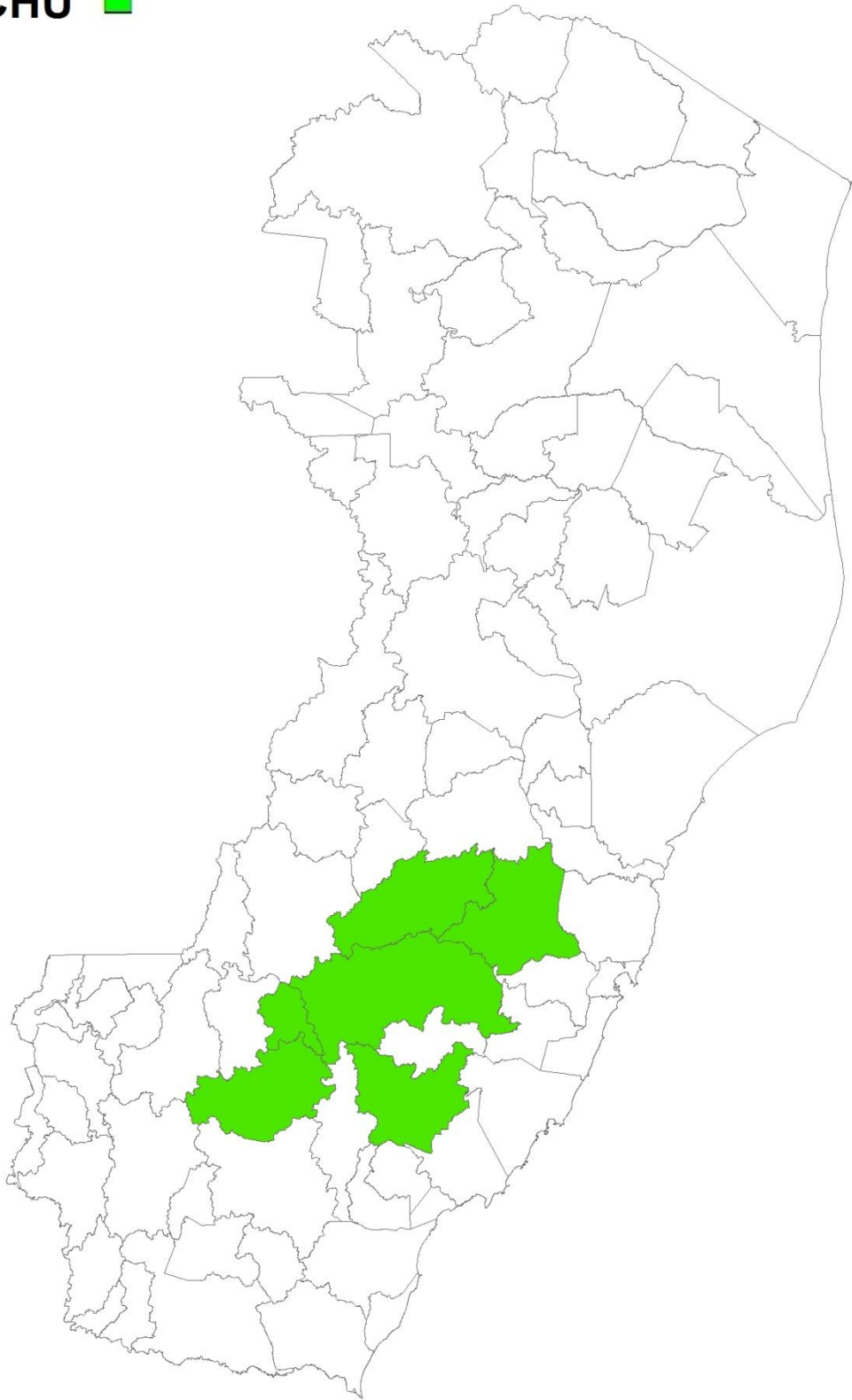
BATATA ●

BETERRABA ●

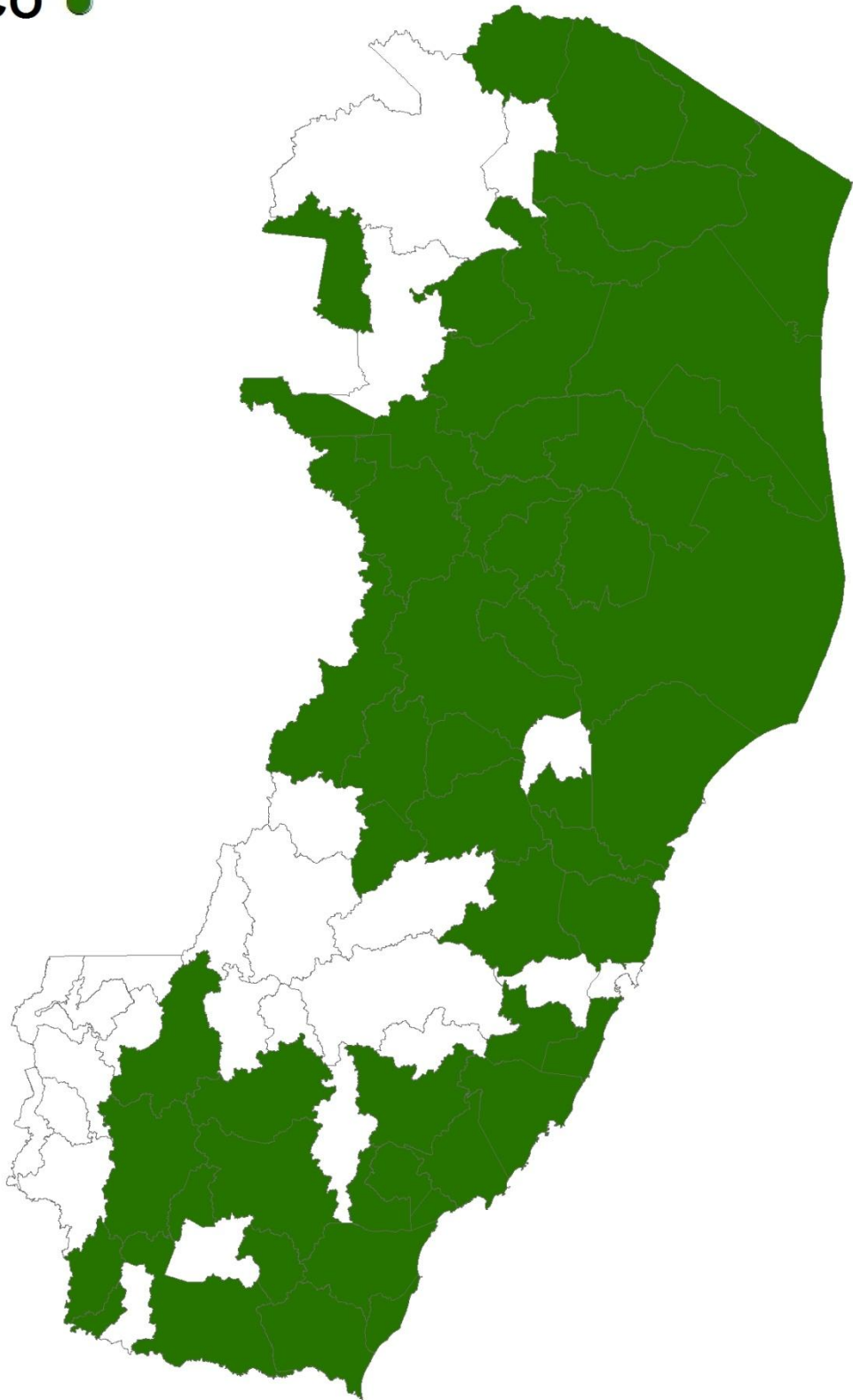


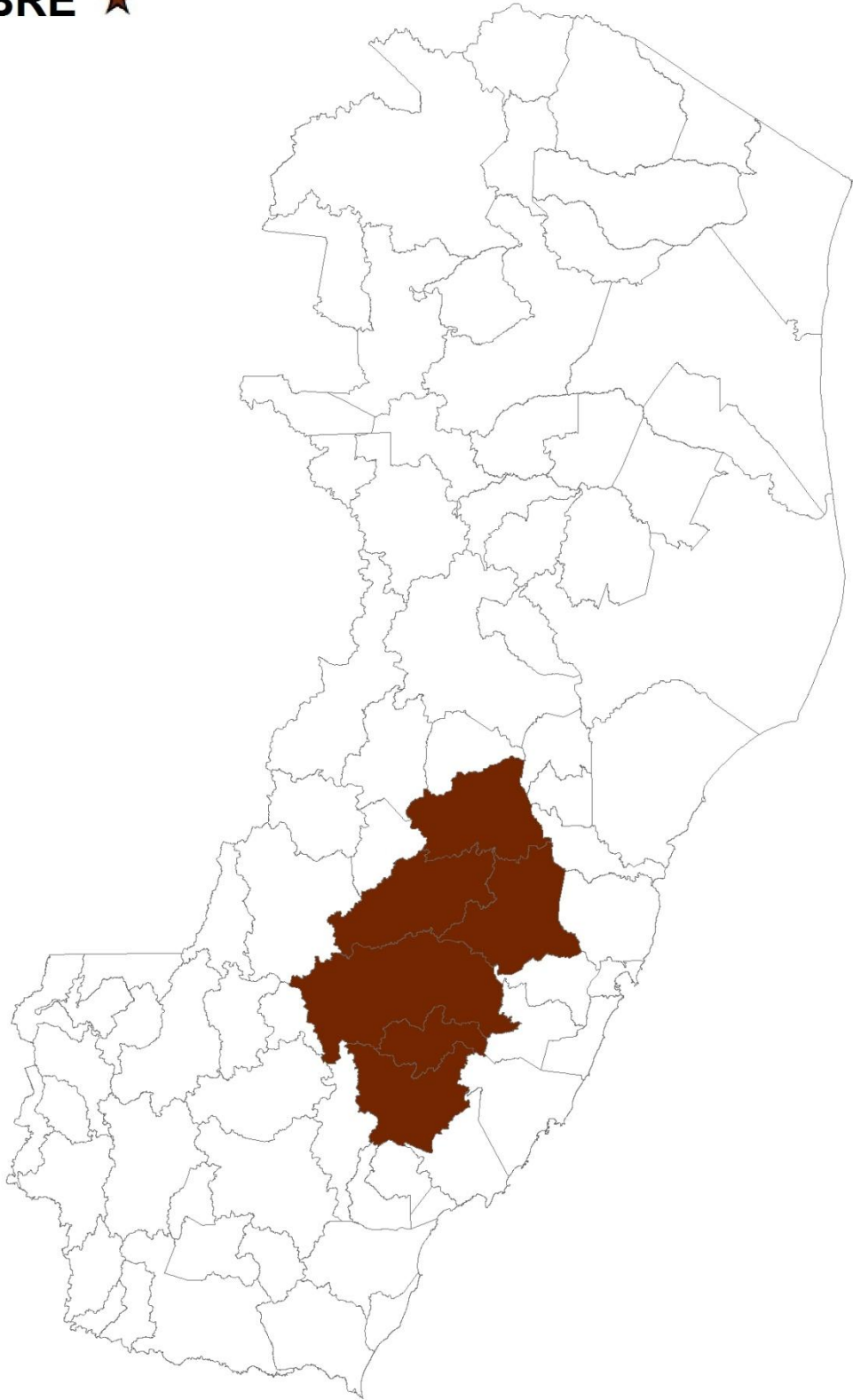
CENOURA ■

CHUCHU ■

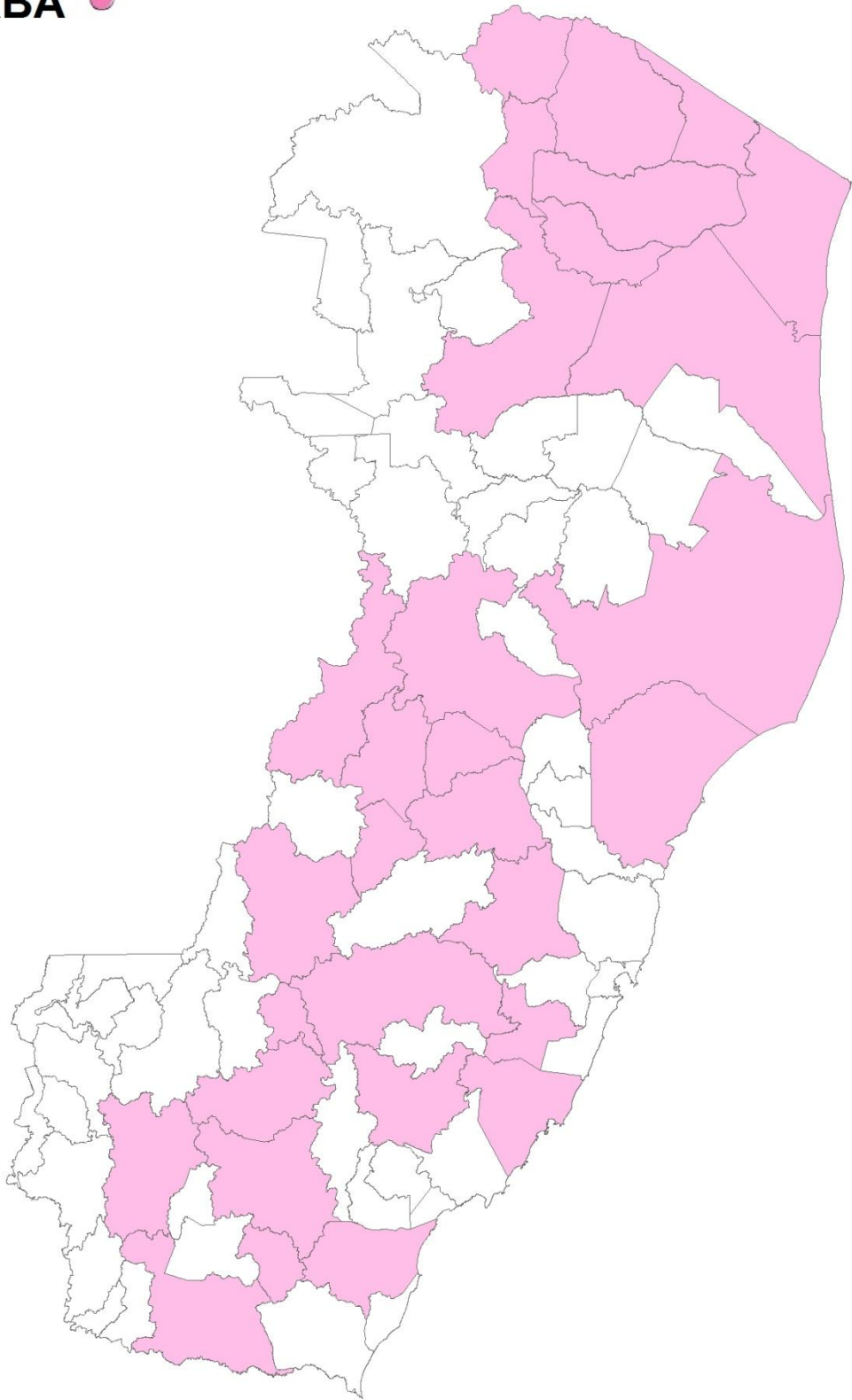


côco ●

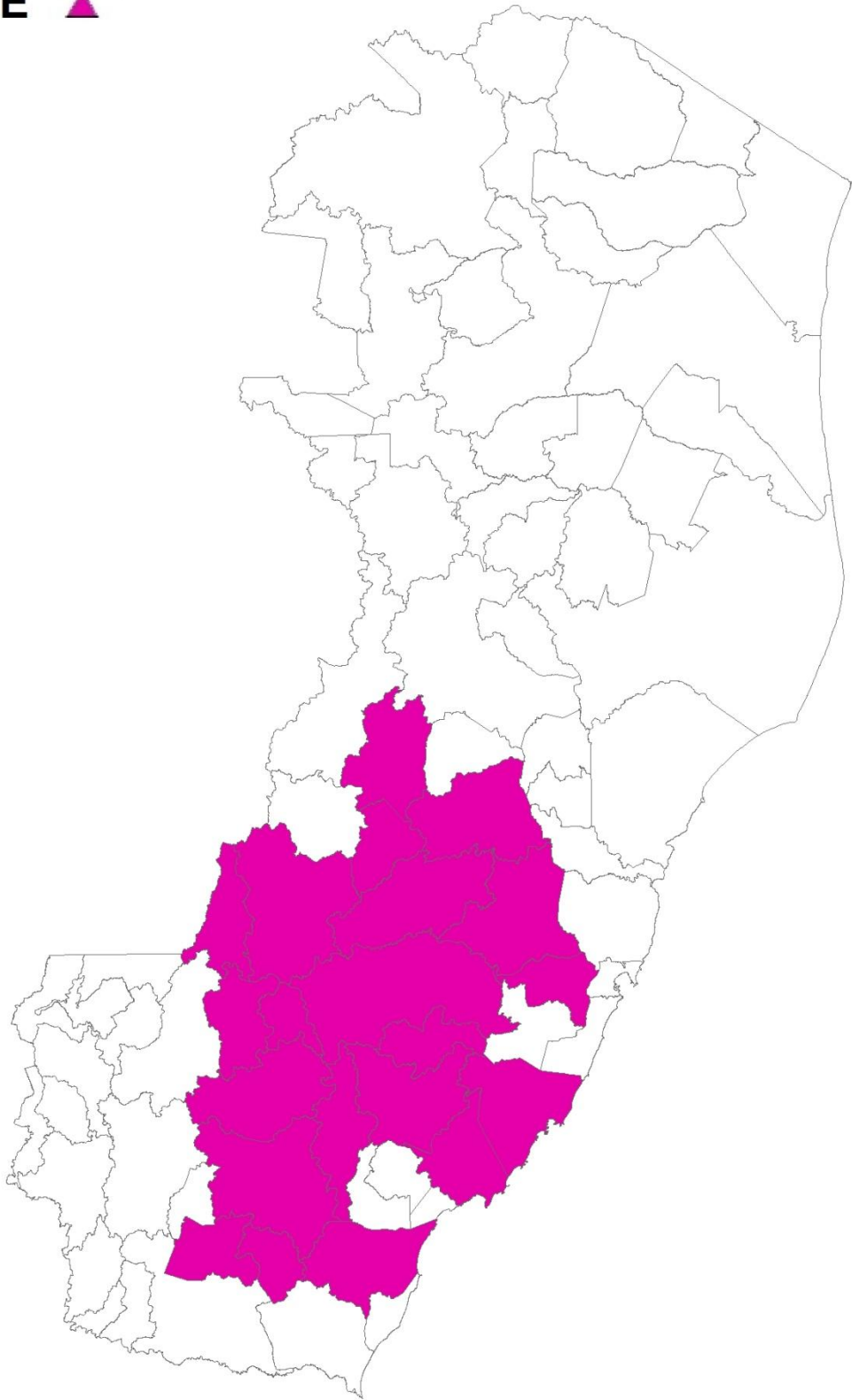


GENGIBRE ★

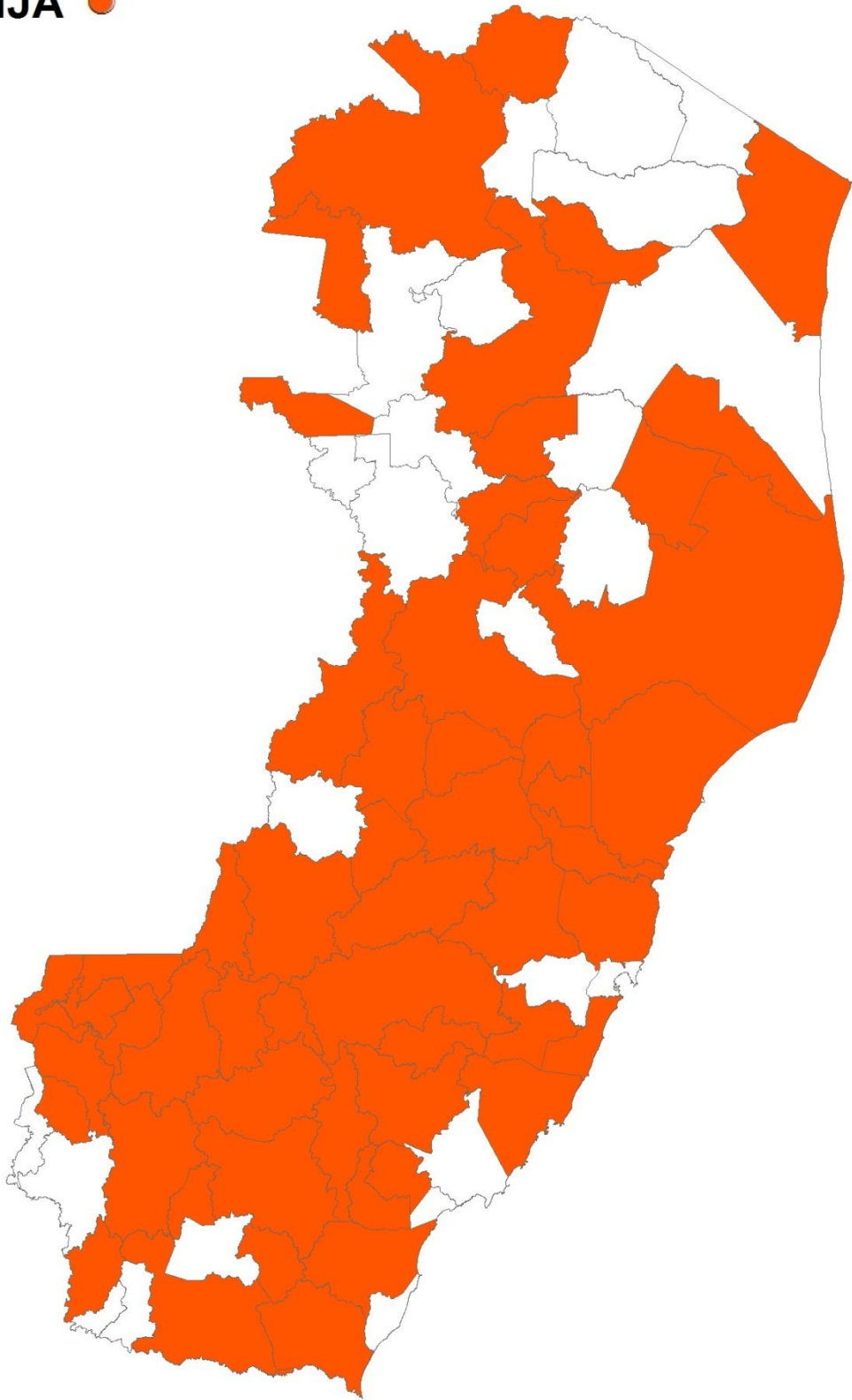
GOIABA ●

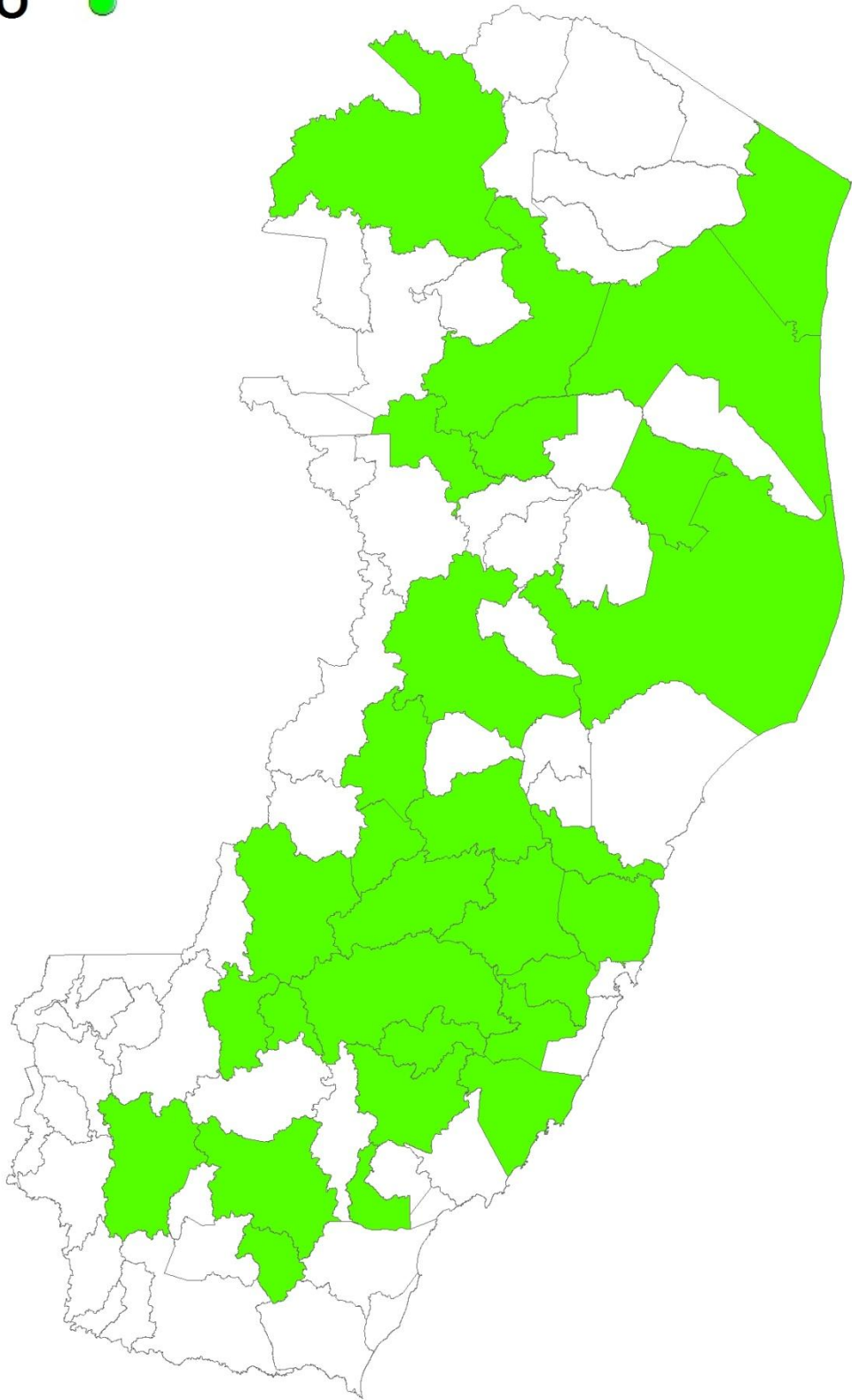


INHAME ▲

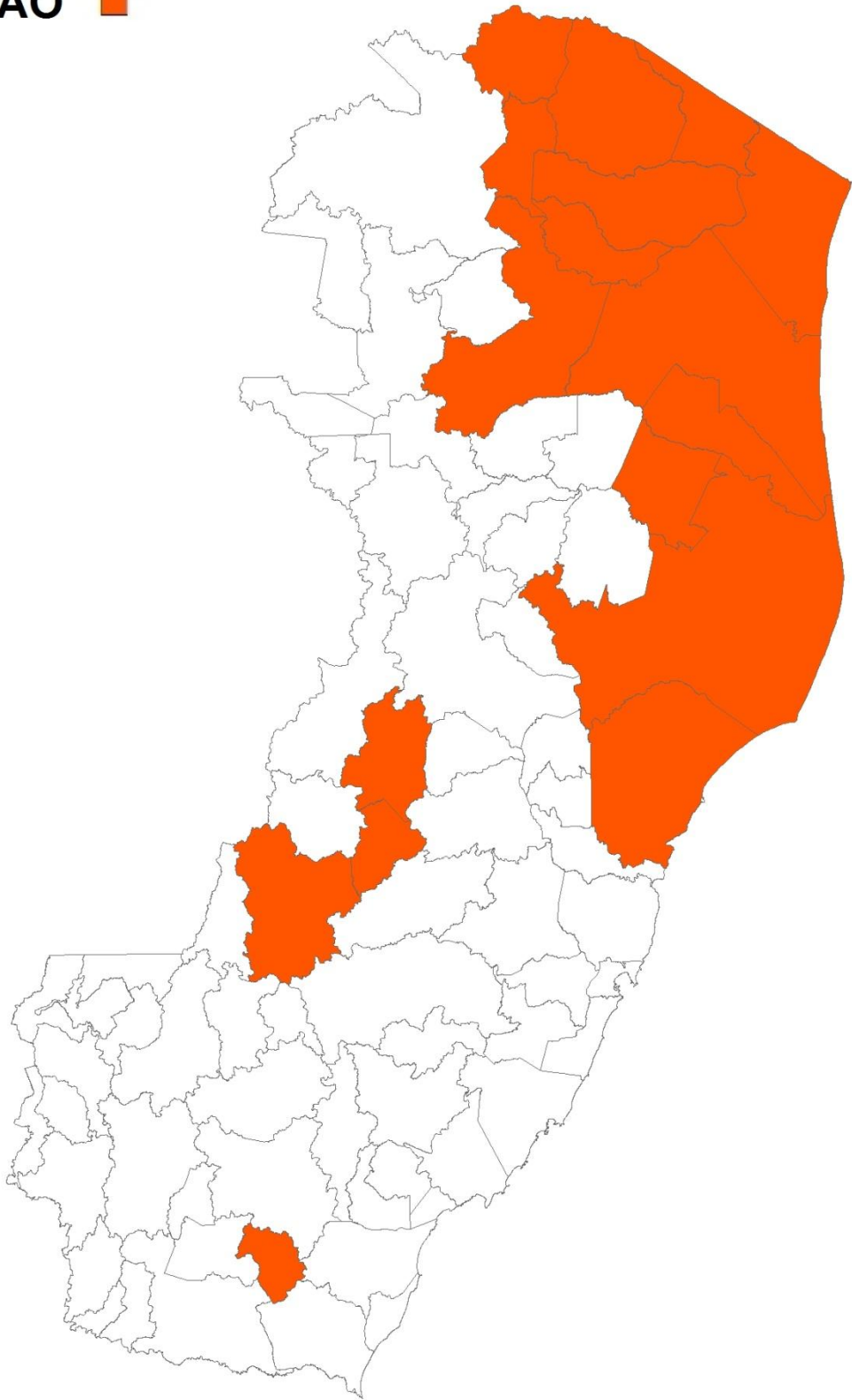


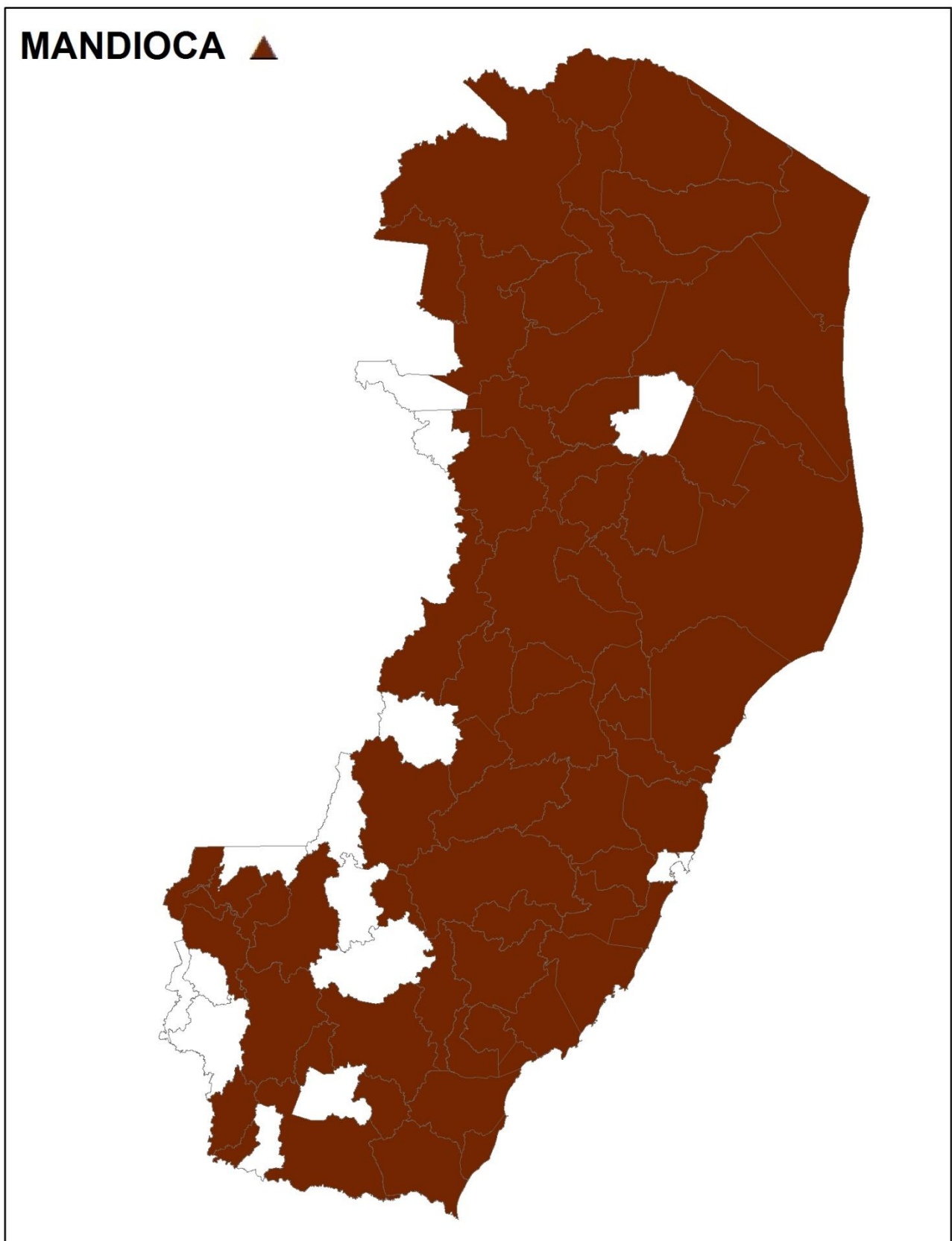
LARANJA ●

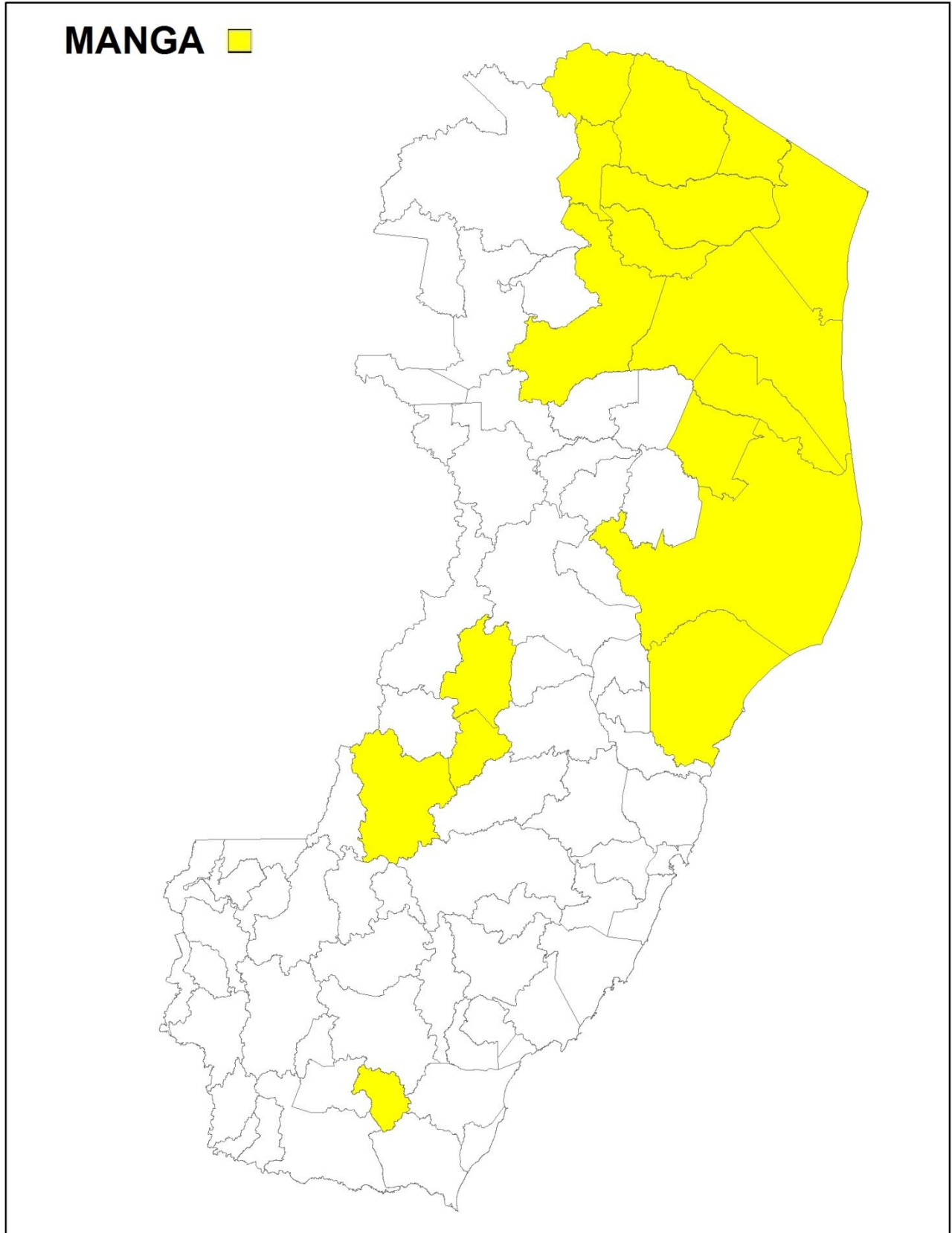


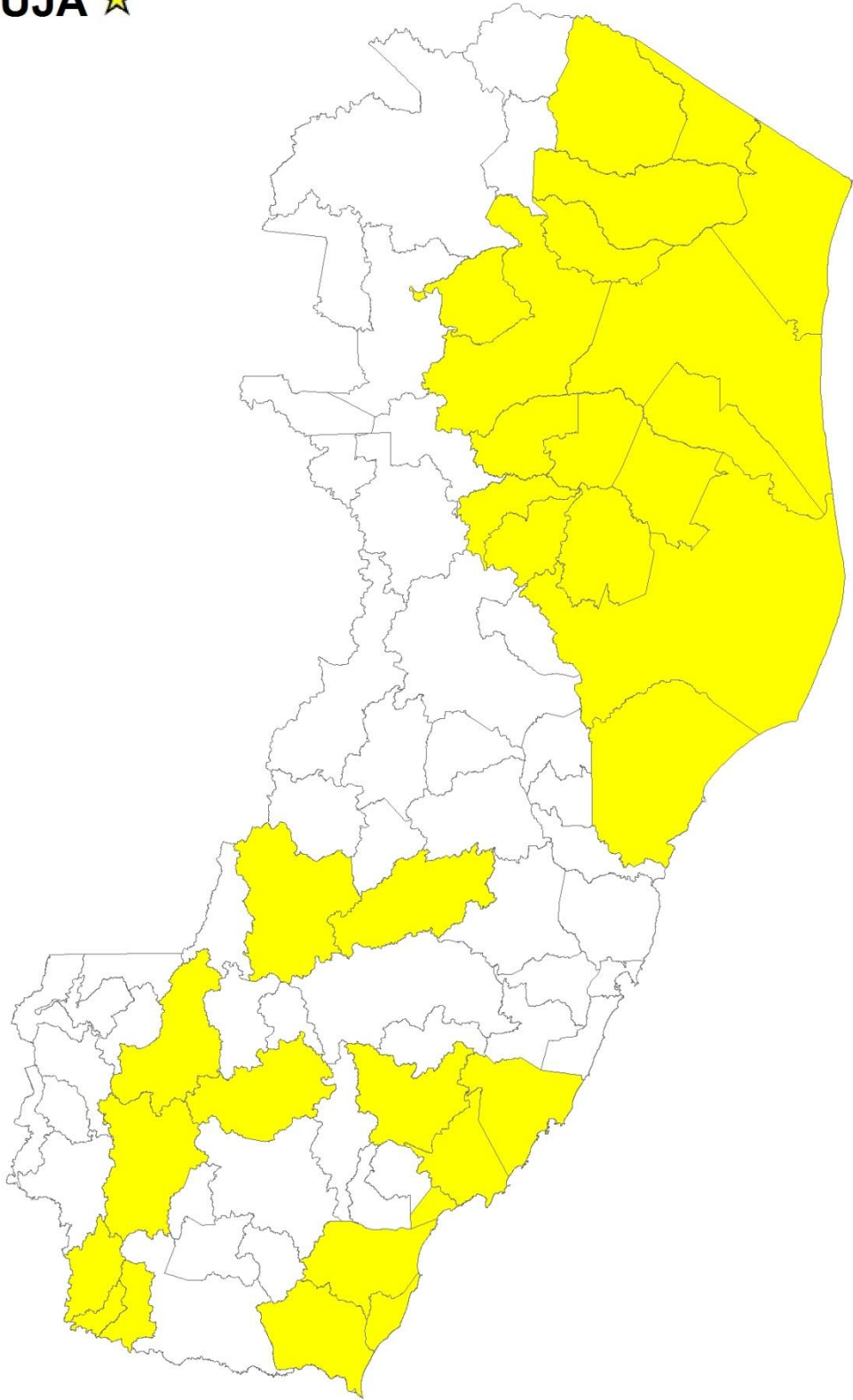
LIMÃO

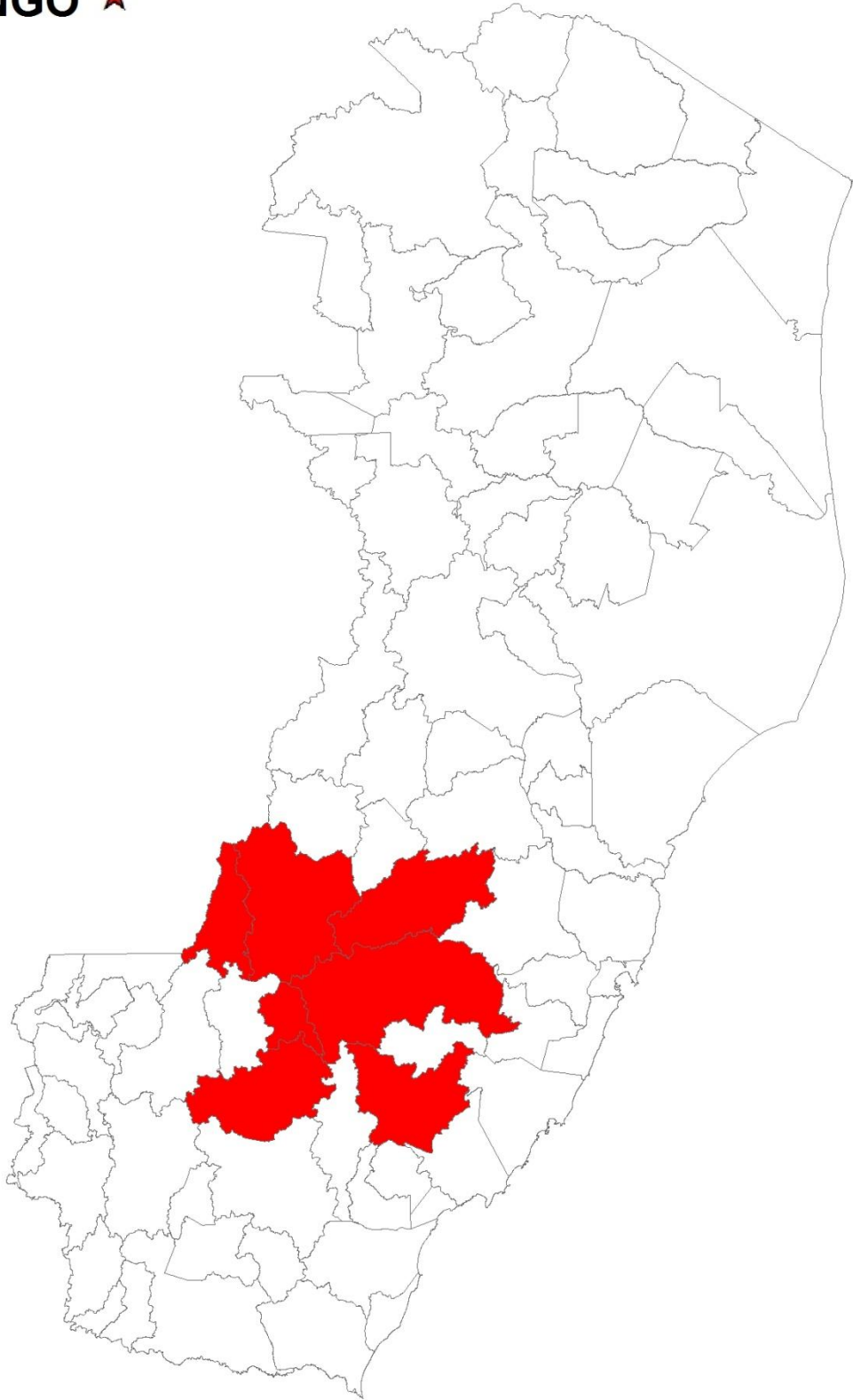
MAMÃO ■

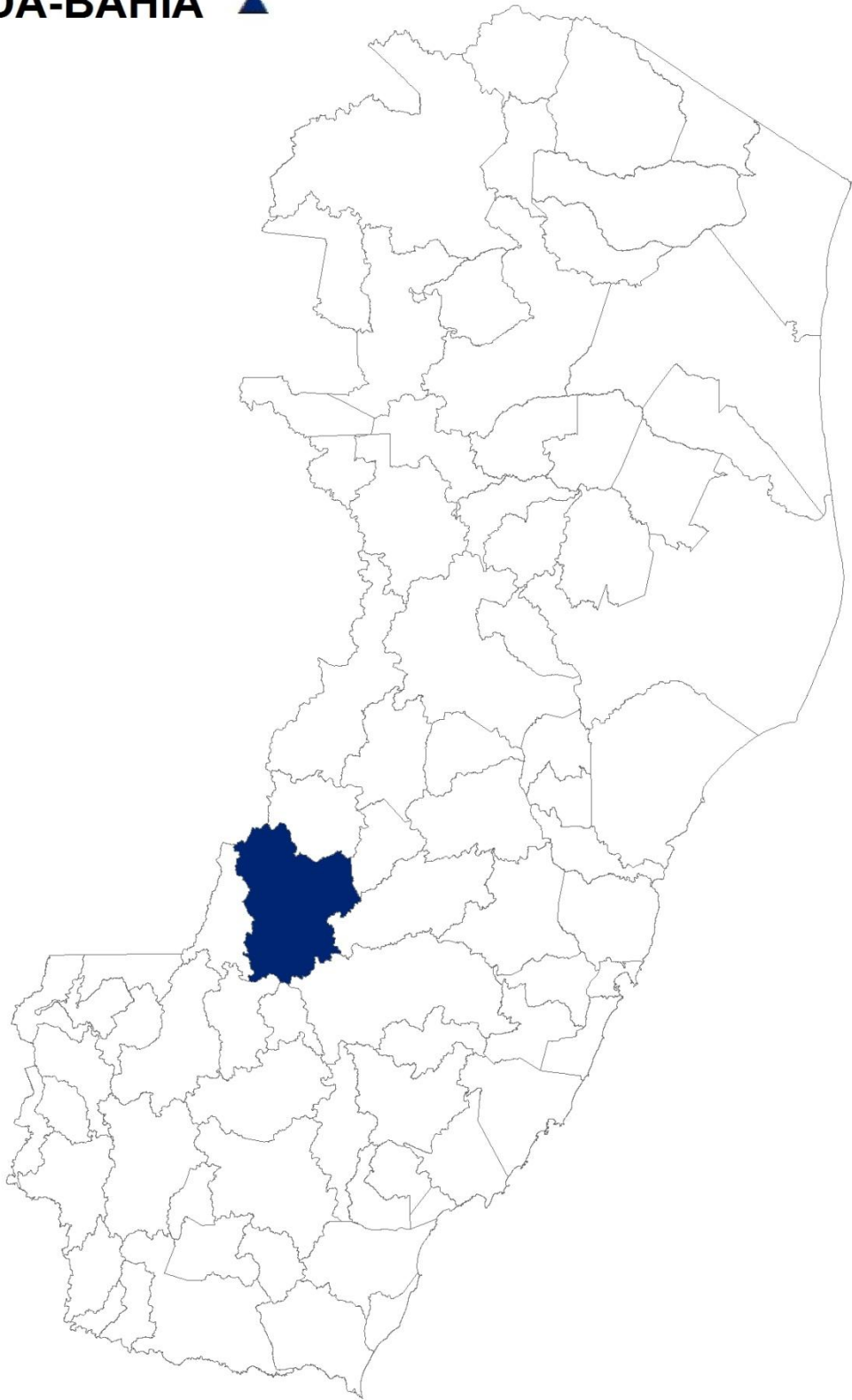




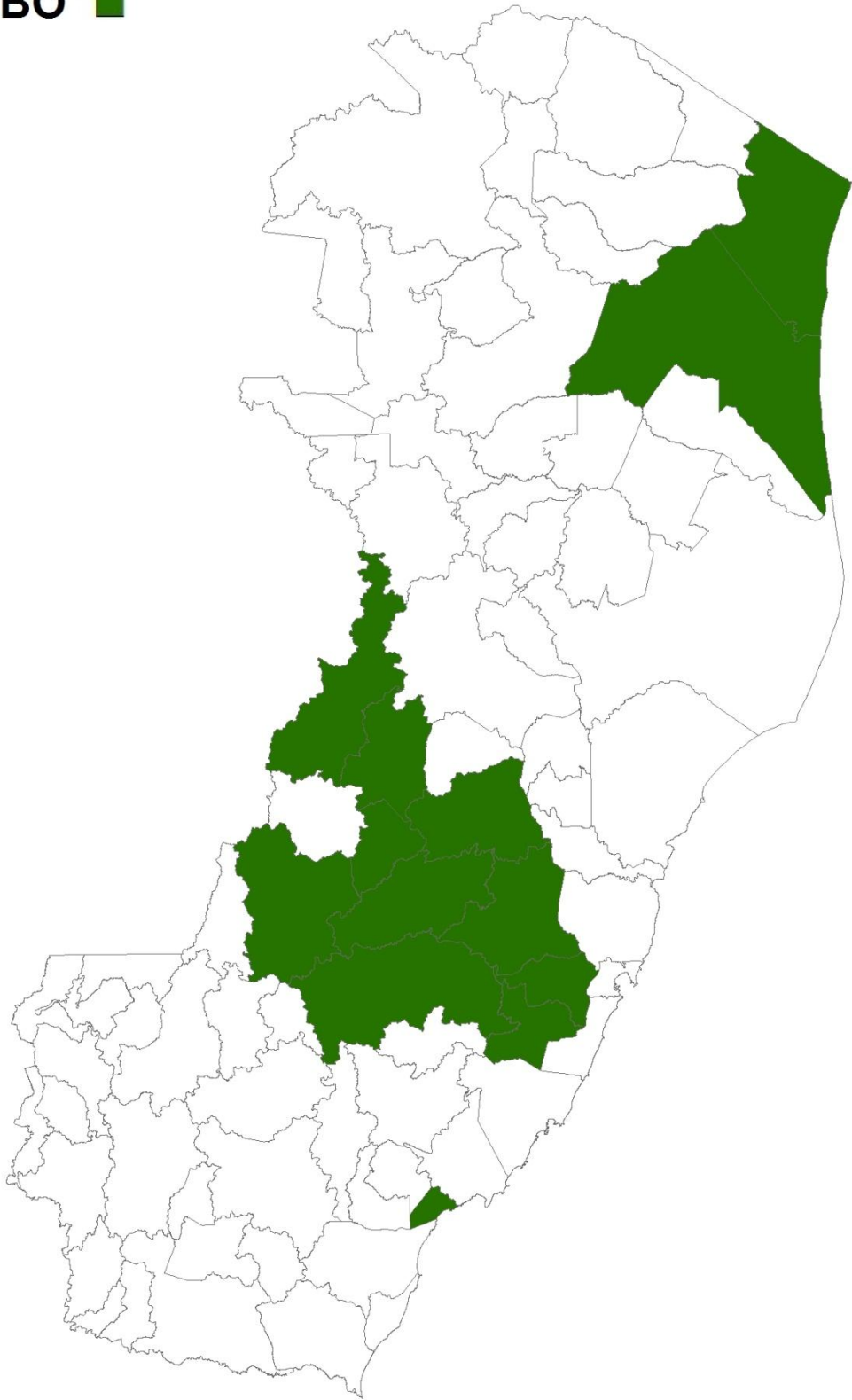


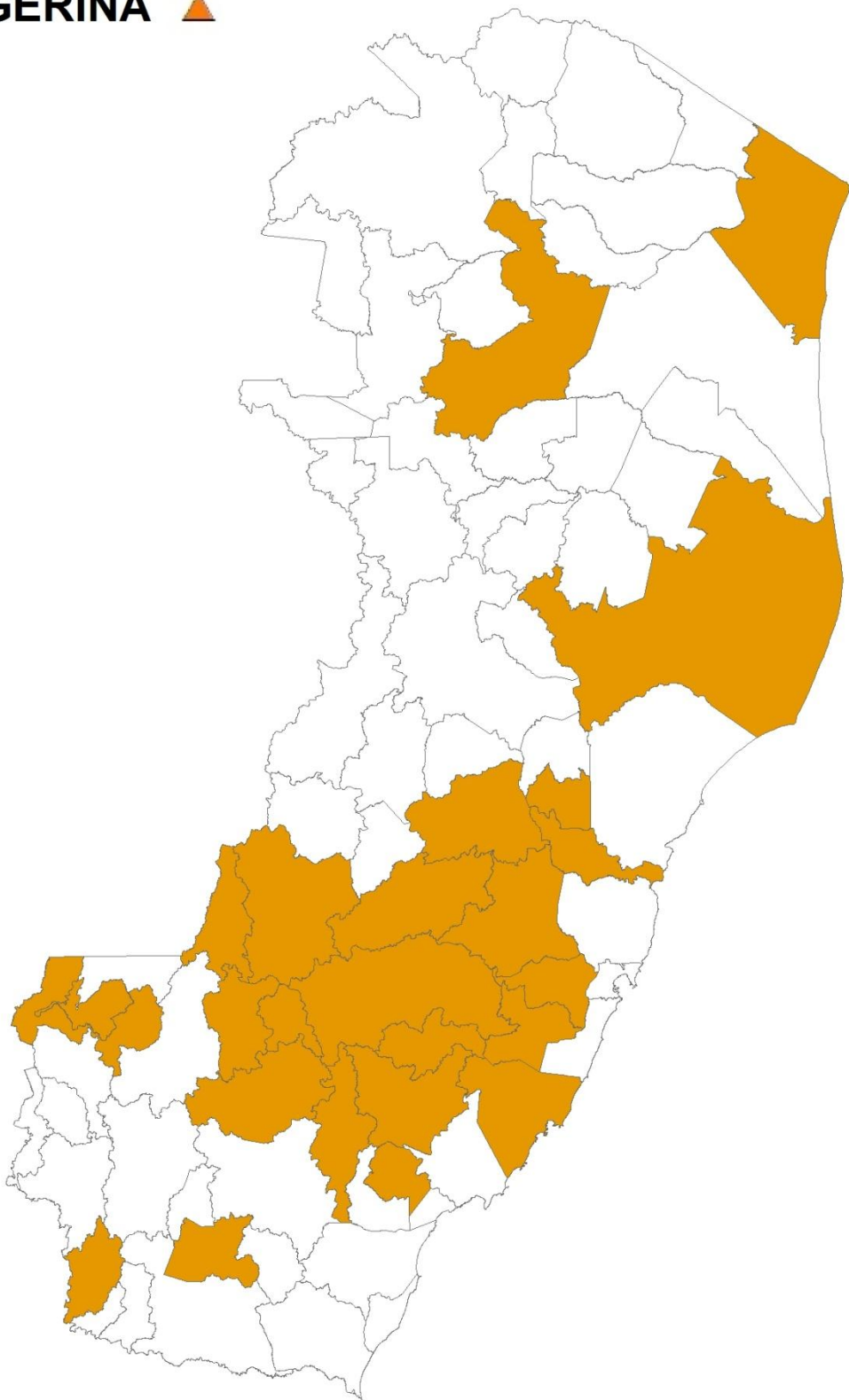
MARACUJÁ ★

MORANGO ★

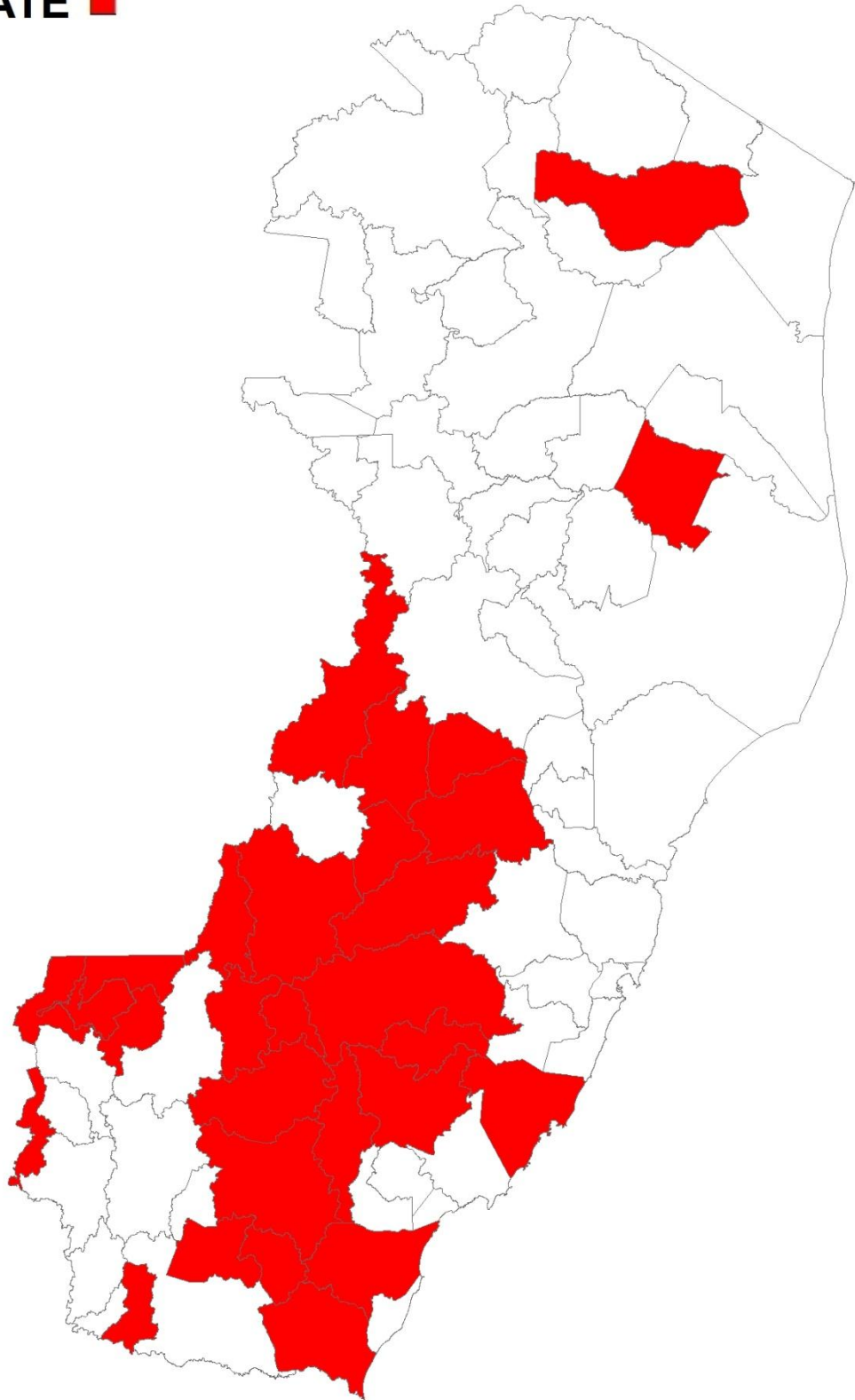
NABO-DA-BAHIA ▲

QUIABO ■



TANGERINA ▲

TOMATE ■



APÊNDICE B - Campos da Pesquisa

OBS: TODAS AS FOTOGRAFIAS DO APÊNDICE SÃO DE AUTORIA DO PESQUISADOR E SUA UTILIZAÇÃO POR TERCEIROS REQUER AUTORIZAÇÃO.

ÍNDICE:

RELATOS DE OBSERVAÇÃO EMPÍRICA E VIVÊNCIAS DA PESQUISA:

- O ABASTECIMENTO URBANO DA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA POR INTERMÉDIO DA CEASA-ES, UNIDADE DE CARIACICA.
- O ABASTECIMENTO URBANO NA REGIÃO SUL DO ESPÍRITO SANTO VIA CEASA REGIONAL SUL, UNIDADE DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM-ES. ASSIM COMO A PARTIR DO CONTEXTO LOCAL DA AGRICULTURA FAMILIAR NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS.
- O ABASTECIMENTO URBANO DAS REGIÕES NORTE E NOROESTE DO ESPÍRITO SANTO VIA CEASAS; A EXPERIÊNCIA ALTERNATIVA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NOS MERCADOS POPULARES DE ALIMENTOS.
- VIVÊNCIAS COM A AGRICULTURA FAMILIAR DA REGIÃO SERRANA DO ESTADO E COM O TRADICIONAL MODELO DE COMERCIALIZAÇÃO DAS FEIRAS-LIVRES. ESTUDO DE CASO DE UM ‘AGRICULTOR - FEIRANTE’ DO ESPÍRITO SANTO.

CAMPO DA PESQUISA - GEOGRAFIA DOS ALIMENTOS NO ES CEASA - CARIACICA

OBS: TODAS AS FOTOGRAFIAS DO APÊNDICE SÃO DE AUTORIA DO PESQUISADOR E SUA UTILIZAÇÃO POR TERCEIROS REQUER AUTORIZAÇÃO.

Data do Campo: 1º e 2º Semestre de 2012 – Visitas rotineiras.

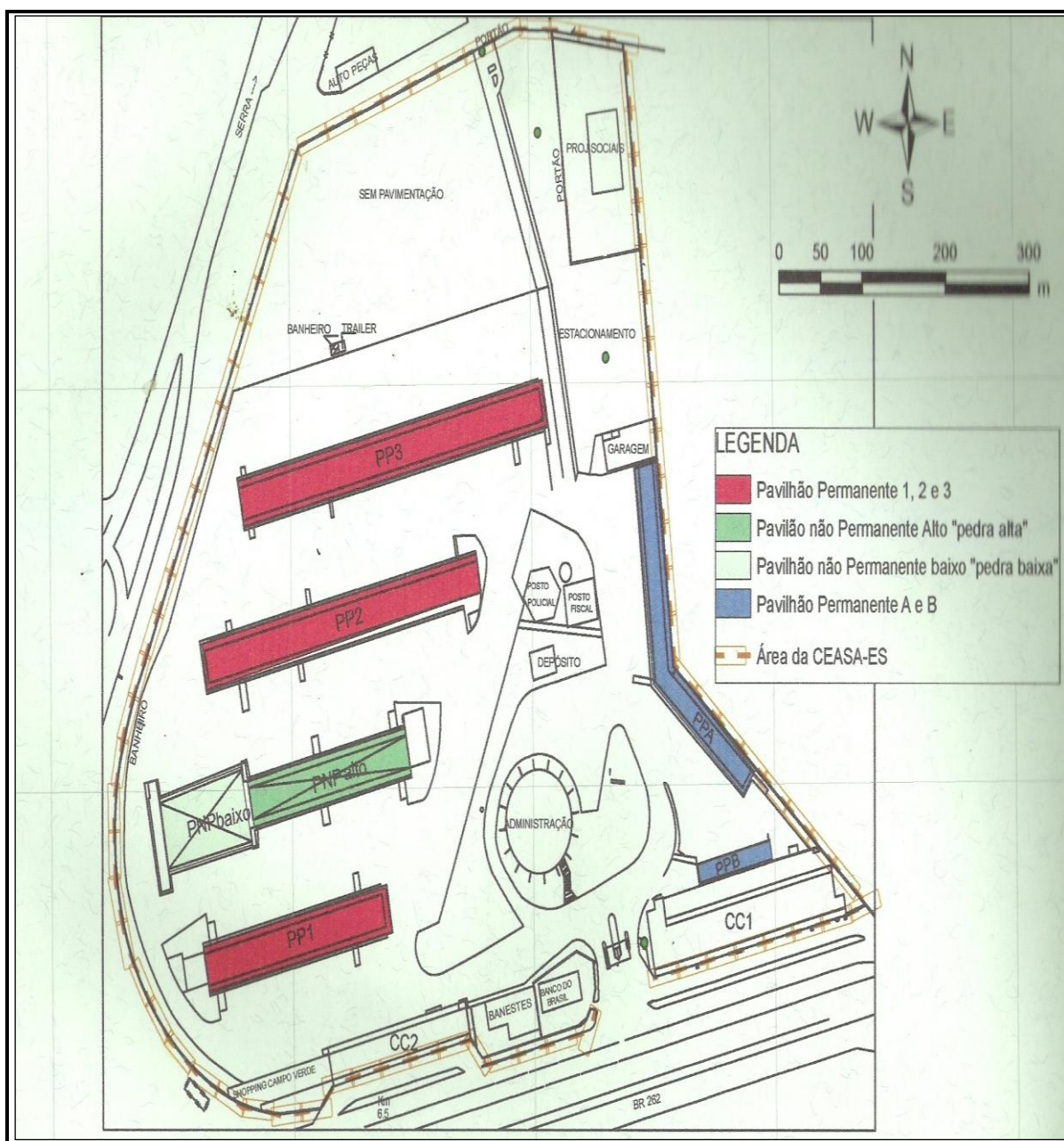
Roteiro Campo: Cotidiano do Abastecimento Urbano - CEASA – Cariacica



Fonte: www.ceasa.es.gov.br

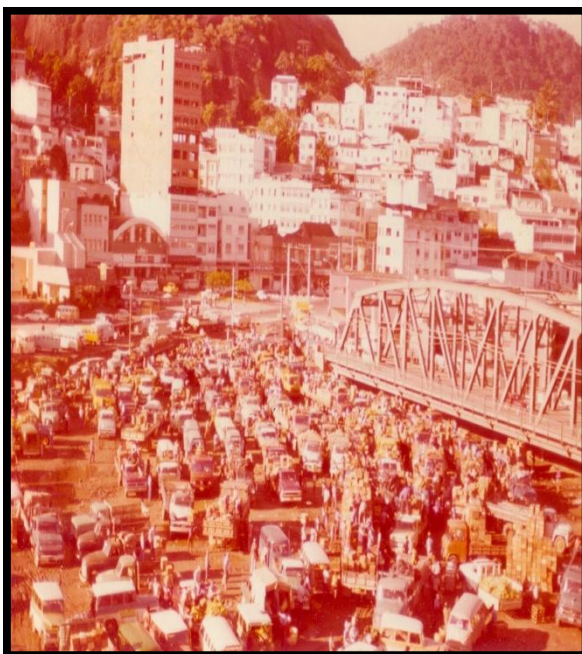
Objetivos: Este trabalho de campo teve como objetivo explorar e compreender a dinâmica interna de funcionamento do pioneiro e principal, entreposto comercial de alimentos in natura das Centrais de Abastecimento do Espírito Santo, a CEASA – Cariacica, que foi inaugurada em 1973, porém em pleno funcionamento desde 1977, ou seja, há mais de trinta anos orienta a logística de distribuição no abastecimento urbano de alimentos nos contornos vigentes. O conceito de uma central de abastecimento pode ser definido como o locus de reunião entre, as mercadorias de vários lugares que aqui se concentram e os agentes distintos da circulação e comercialização que aqui se encontram para fazer negócios. No entanto, a complexidade que de fato envolve a CEASA enquanto ambiente de mercado extremamente diverso, que reúne concomitantemente interesses distintos que vão além da função social do abastecimento urbano, é o que nos leva a explorar mais a fundo e detalhadamente, o

cotidiano dos atores envolvidos e a dinâmica adotada por cada um desses para realização de seus interesses. A partir daí, este memorial das pesquisas de campo realizadas na Ceasa Cariacica, busca identificar quem são de fato, os atores e agentes que diariamente participam do processo do abastecimento urbano estadual de alimentos *in natura*. No caso deste entreposto, verifica-se que abastece sobretudo à Região Metropolitana da Grande Vitória, que comporta em seu território atualmente quase 50% da população do Estado. Assim, a partir dos registros fotográficos pessoais bem como, das observações empíricas proporcionadas pelas pesquisas de campo *in loco*, este memorial busca sintetizar a etapa da distribuição de alimentos, que se interpõe entre as instâncias da produção e da comercialização destes gêneros, no seio do processo do abastecimento urbano. Tão logo procurou dar visualidade à este processo de suma importância no processo de transformação do alimento em mercadoria, colocando em evidência a complexa e por vezes contraditória, dinâmica de funcionamento da CEASA, como também a diversidade dos atores envolvidos e inevitáveis conflitos de interesses.



DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA INTERNA DOS AGENTES DE COMERCIALIZAÇÃO CONFORME A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DA CEASA- CARIACICA

- PAVILHÃO PERMANENTE (PP) 1,2,3: **BOXES – Transportadoras de Alimentos.**
- PAVILHÃO PERMANENTE (PP) A, B: **BOXES – Redes de Supermercados.**
- PAVILHÃO NÃO PERMANENTE (PNP) ALTO: **PEDRA – Produtores (Agricultores).**
- PAVILHÃO NÃO PERMANENTE (PNP) BAIXO: **PEDRA – Atravessadores, Comerciantes.**
- CENTRO COMERCIAL (CC)1,2: **LOJAS – Produtos Agrícolas, Máquinas, Embalagens.**



Essas primeiras imagens, não são de registros do autor, porém visam resgatar o momento anterior a criação da CEASA, exposto na primeira imagem, onde o abastecimento urbano de alimentos in natura da capital e RMGV, ocorria principalmente no Mercado da Vila Rubim e na, hoje já extinta, Feirinha da Ponte Seca, sem qualquer regulação de mercado ou estruturas apropriadas, sendo apenas o lugar do encontro diário de produtores, atravessadores, comerciantes e consumidores para a venda, revenda, distribuição e consumo de gêneros alimentícios. Já na segunda imagem, a construção da Ceasa (1977) em local estratégico, num entroncamento de rodovias federais e estaduais, numa zona periférica às cidades e, que até então se encontrava pouco ocupada.



Novamente as imagens acima não são de autoria própria, e apontam para a estrutura da CEASA no período de sua inauguração e a dinâmica das negociações. Observam-se na primeira imagem as estruturas dos Pavilhões e alguns veículos da época, e a segunda imagem expõe o Pavilhão Não-Permanente, popularmente conhecido como Pedra, em pleno funcionamento e, com muitas semelhanças aos dias atuais.



O fluxo diário de pessoas e mercadorias na CEASA inicia-se antes mesmo do sol nascer, quando da chegada dos produtores, fornecedores e demais atores que, ainda na madrugada, começam a chegar e ocupar seus postos ou locais de trabalho para organização das mercadorias. As imagens acima expõem o Pavilhão não Permanente ou Pedra, no momento da chegada dos produtores e atravessadores carregados de mercadorias para mais um dia de trabalho que resultará ao final na distribuição desses alimentos pelos mais diversos e distantes estabelecimentos comerciais. A segunda imagem chama atenção para o volume de mercadorias oriundas de várias localidades do ES que se concentram diariamente na Pedra, seja na parte Alta, local específico dos agricultores, como também na parte baixa do pavilhão, dos atravessadores e comerciantes.



Ainda na Pedra, as imagens colocam em evidência a quantidade das embalagens das mercadorias comercializadas neste Pavilhão, que variam de produto para produto, mas sempre no atacado. Estas embalagens devem seguir o padrão estipulado pelo Ceasa, uma vez que diariamente são divulgados as cotações de preços sobre essas quantidades específicas de comercialização para cada produto, e no próprio pátio do entreposto, nos pavilhões CC 1 e 2, existem as lojas especializadas em embalagens.



Já nos pavilhões permanentes 1,2 e 3 da CEASA de Cariacica, estão situadas as lojas distribuidoras de alimentos, que inseridas num meio mais complexo, atuam como intermediários, realizando apenas transações de compra e venda importação e exportação, e transporte especializado ou não de mercadorias. Aqui se situa o circuito moderno, já no interior do Ceasa, donde a técnica, a informação e o capital são presentes e estruturantes nessa dinâmica de abastecimento e distribuição aplicada pelas Distribuidoras.



As lojas distribuidoras de alimentos do Ceasa. Na primeira imagem, uma loja distribuidora de alimentos especializada em melancia, as quais compram diariamente de fornecedores-atravesadores de Linhares, e as revendem às lojas distribuidoras das redes de supermercados do PPA e PPB. Já na segunda imagem, a loja distribuidora em cena é especializada em frutas importadas de outras regiões do Brasil, como também de outros países, para posterior distribuição e revenda a comerciantes autônomos, donos de estabelecimentos e também as redes de supermercados instaladas no CEASA Cariacica.



Nos Pavilhões Permanentes A e B, estão situados os Boxes ocupados pelas redes varejistas de supermercados, que cotidianamente abastecem de alimentos seus depósitos para posterior distribuição às suas demais lojas e filiais comerciais espalhadas pela RMGV. Nas imagens acima, os boxes de duas conhecidas redes varejistas da Região Metropolitana.



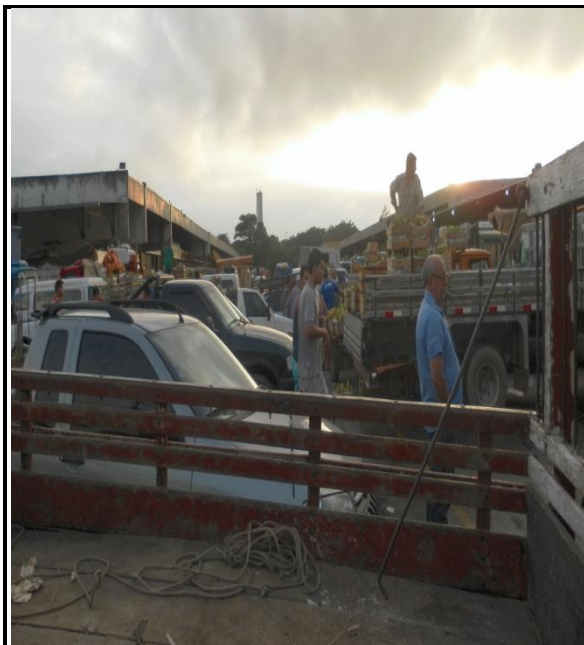
Apesar de o Espírito Santo ser um dos poucos estados da federação que conta com mais de uma Central de Abastecimento, nas imagens acima é possível notar a área de influência da CEASA de Cariacica para além da Região Metropolitana, uma vez que a partir daqui, abastecem-se também diariamente as redes varejistas (locais) do interior do Espírito Santo, além de redes do Sul da Bahia e norte fluminense. Acima, boxes permanentes na CEASA de uma rede local de supermercados com atuação no litoral sul capixaba (Guarapari, Anchieta) e na segunda imagem, outra rede varejista, esta com atuação no sul da Bahia (Itabuna, Ilhéus).



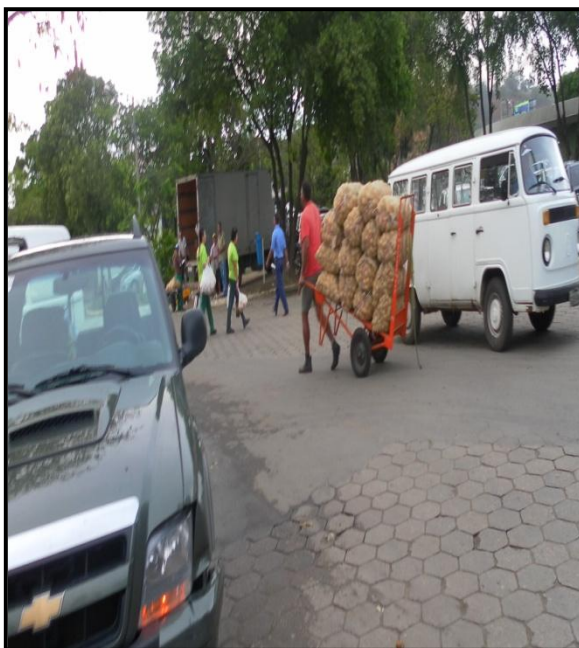
Os procedimentos diários de abastecimento das filiais pelas redes varejistas ocorrem da seguinte maneira: A partir da demanda repassada dia a dia pelas lojas comerciais, ocorre ou a encomenda direta à um produtor ou atravessador de contato fixo, ou parte-se à compra direta na Pedra (alimentos regionais) e Lojas distribuidoras (alimentos importados). A partir daí realiza-se uma prévia seleção como expõe a primeira imagem, baseado num padrão de tamanho e aparência, como feito para o *Tomate (Tipo: longa-vida, boas condições, tamanho - boca 4)*. Os que não atendem ao padrão especificado são devolvidos aos produtores enquanto os selecionados já são separados nas quantidades especificadas e nos espaços demarcados referentes a cada filial para posterior distribuição através dos caminhões que já se encontram identificados ao local de destino.



Numa logística diferente da praticada na Pedra e semelhante às lojas distribuidoras, na sequência dos alimentos já selecionados e separados em quantidades específicas a cada filial comercial, estes alimentos são colocados nos veículos (caminhões baú) próprios da empresa auxiliados pelo sistema de *'pallets'*, como registrado na primeira imagem. A segunda imagem destaca a sequência desse procedimento, com a identificação de destino das mercadorias fixadas na carroceria do caminhão.



Outra modalidade de comercialização no atacado constatado na CEASA e que também responde por significativa contribuição no abastecimento urbano de alimentos, é o modelo de Mercado Sobre Veículos (MSV), que surge a partir da falta de espaço para comercialização no Pavilhão não Permanente, ou Pedra. Assim, a administração da Ceasa-Cariacica destinou parte do pátio, ao redor da Pedra, para que esta modalidade pudesse coexistir à Pedra e demais pavilhões, aumentando assim a oferta de alimentos para atender a demanda crescente. Assim, foram demarcados sobre o chão os espaços para a comercialização, e realizado o cadastro dos veículos ‘comerciais’, que são em maioria, apenas atravessadores neste processo.



A dinâmica de comercialização nesta modalidade é similar à praticada na Pedra, na qual os compradores, a maioria comerciantes, chegam até os fornecedores, que aqui se encontram acerca de seu caminhão e mercadorias, ocorrendo então, a negociação direta entre os mesmos, sempre em dinheiro espécie ou cheque. Para o transporte das mercadorias até o veículo do comprador, este geralmente paga o serviço dos carrinhos de frete, como no registro da segunda imagem, que são transportados por autônomos cadastrados que vivem cotidianamente desta oportunidade de serviço interno à dinâmica de comércio e distribuição da CEASA.



Nas proximidades do Pavilhão não Permanente, ou Pedra e também no estacionamento do Mercado Sobre Veículos (MSV), foram registradas estas fotografias das placas dos caminhões verdureiros que de maneira simbólica, representam a origem das mercadorias comercializadas diariamente naqueles espaços, como também nos leva a refletir sobre as relações de dependência e complementaridade entre campo e cidade possíveis de percepção e análise quando tomados pela ótica do abastecimento urbano e de seus fatores, como a circulação e o transporte dos alimentos.



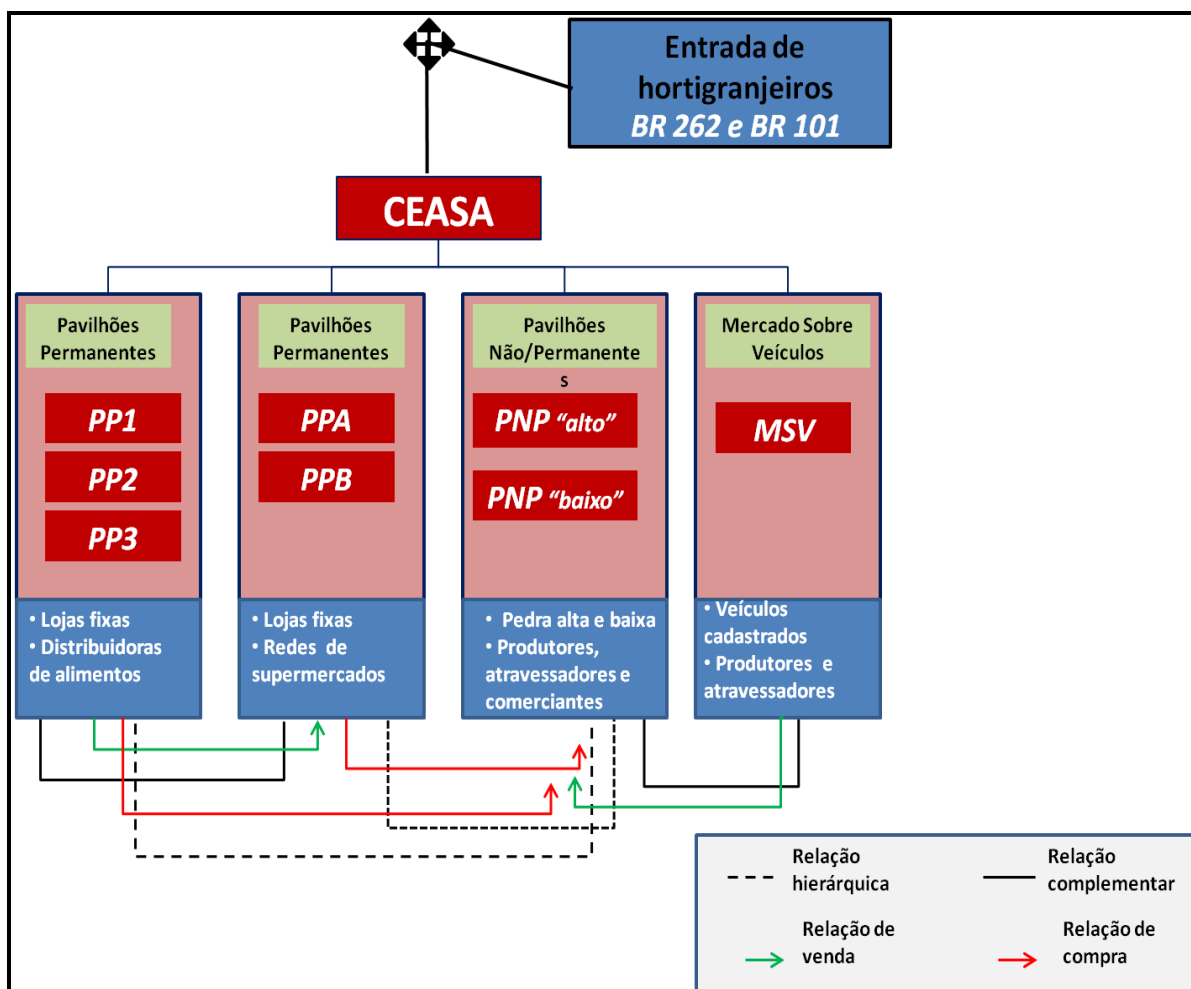
Aqui, novamente a partir das placas dos caminhões verdureiros que abastecem diariamente o espaço da Pedra e do Mercado sobre Veículos da CEASA de Cariacica, coloca-se em evidência o fato de nesses espaços diariamente estarem concentrados grande parcela da produção de alimentos em nível de Estado, consolidando esta Central de Abastecimento, apesar das demais também em funcionamento, como o principal local de destino e escoamento da produção de alimentos do Espírito Santo.



Para o caso dos compradores autônomos frequentadores da CEASA- Cariacica, como os donos de estabelecimentos comerciais (restaurantes, hotéis, mercearias, quilões, lanchonetes), feirantes, atravessadores, e outros que adquirem dia pós dia seus estoques para os variados fins, registramos também os veículos que realizam esta circulação pendular para acesso às mercadorias no menor preço de custo. Assim, na primeira imagem, o veículo de um feirante que adquiriu pequeno volume de alimentos diversos para realizar a Feira-Livre em Viana, município vizinho. Já a segunda imagem retrata a dinâmica de abastecimento de um hotel da capital, que adquire grande volume, e pouca diversidade, de produtos por semana.

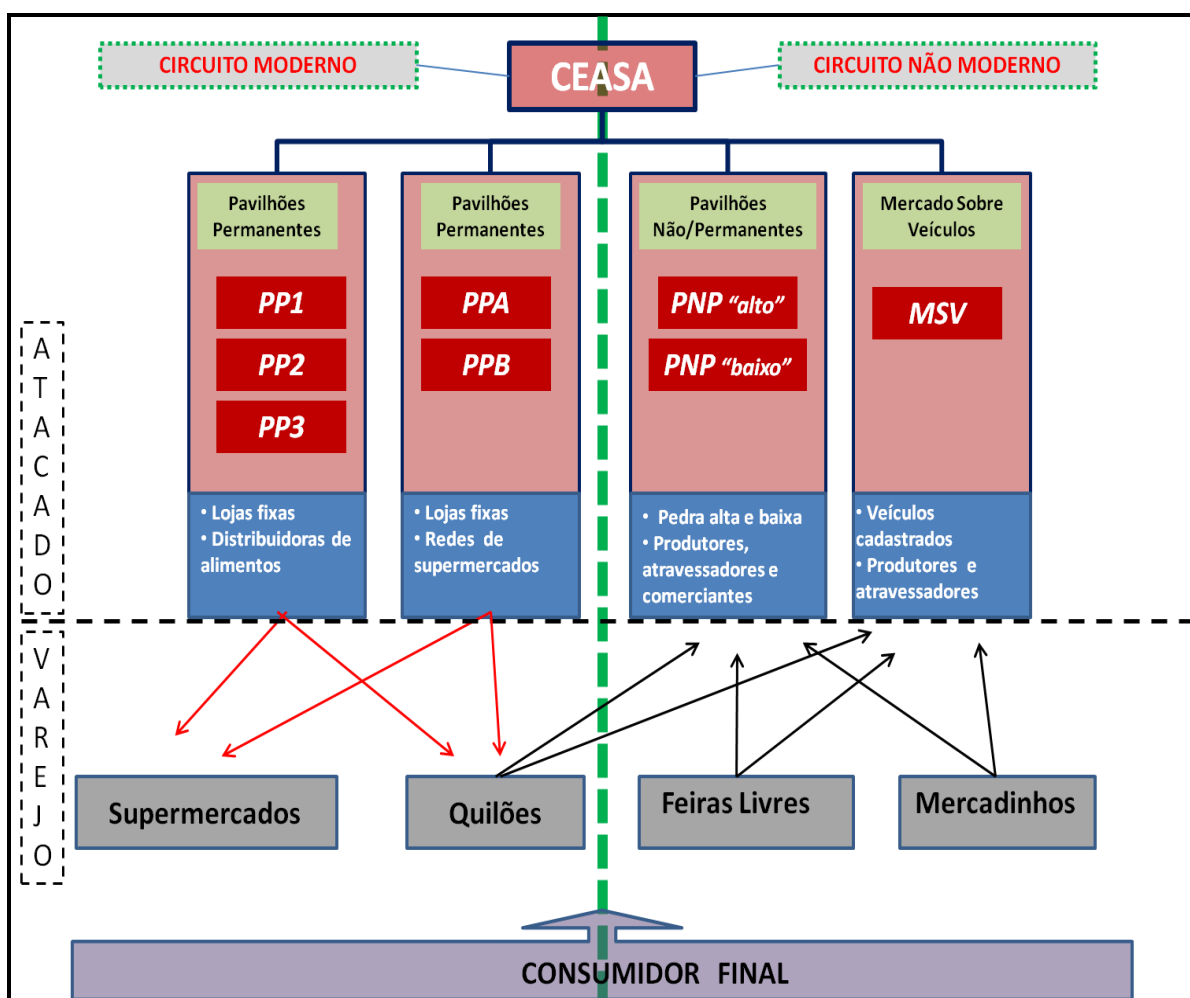


Este exemplo colocado nas fotografias acima expõe um caso ímpar, o qual num ônibus adaptado com bancas de verduras, o atravessador autônomo diariamente adquire na CEASA as mercadorias em atacado e a preço baixo, para revendê-las no varejo e, de certo já com a margem de lucro acrescida ao preço final, que por sua vez será repassado aos consumidores. Dessa maneira, o 'Rodofrutas' percorre e comercializa por vários bairros da RMGV.



O presente organograma, elaborado pelo autor, visa sintetizar as diversas relações que se dão entre os atores e sujeitos do abastecimento urbano via principal entreposto do Espírito Santo, a CEASA Cariacica. Este esquema representado aqui procura dar visibilidade à dinâmica de funcionamento interior do próprio CEASA, ou seja, entre os Pavilhões e as modalidades de comercialização, no que correspondem seus atores, buscando identificar os sentidos dos fluxos internos das mercadorias e as relações que fundam cotidianamente o processo do abastecimento urbano de alimentos in natura. A partir da observação do organograma, é possível notar como se dá a participação interna ao CEASA, de cada pavilhão e seus respectivos atores, o que expressa que no interior do próprio CEASA já existe uma hierarquia, relações de poder que giram em torno do poder de compra, venda e logo, barganha. No interior desse jogo de poderes interno ao CEASA, temos que lembrar, existe diferentes grupos, de diferentes

interesses, que atuam sobre as mais variadas escalas, e que se reúnem diariamente naquele espaço destinado a essa função, da distribuição e da troca. Tão logo essa diversidade de atores envolvidos, e se fazem inevitável as relações hierárquicas que se desenvolvem sobre as leis do livre mercado, leis estas que são parte do cotidiano deste grande mercado abastecedor de alimentos in natura. Também, se faz possível extrair do organograma relações de complementaridade entre os Pavilhões e sujeitos que os ocupam, como entre os comerciantes cadastrados da Pedra Baixa, que adquirem diariamente seus produtos na Pedra Alta, junto aos agricultores, ou no Mercado Sobre Veículos, junto aos atravessadores, para comercializarem no próprio CEASA no espaço destinado a esta categoria. Os pavilhões não Permanentes são os maiores responsáveis por fornecerem os alimentos da produção agrícola estadual, principalmente, uma vez que ali se concentra grande parte dessa produção, e dali são vendidos e distribuídos, para os compradores de fora do Ceasa, como também internamente com as negociações travadas com os Pavilhões Permanentes, sejam das distribuidoras ou das redes varejistas de supermercados, que devido ao poder de barganha e a compra em grandes quantidades, sempre conseguem pagar preços baixos, sobretudo aos agricultores, que nesse caso se tornam reféns do livre-mercado, uma vez que suas mercadorias são perecíveis. A relação interna entre os Pavilhões Permanentes também é bastante fluida e expressiva, já que as distribuidoras de alimentos são quem fornecem às redes de supermercados com os alimentos in natura importados de outros estados e países. De certo que outras relações ocorrem, buscamos aqui expressar e compreender como se dão as principais relações que ditam a dinâmica interna do Ceasa, e certamente se reproduzem na dinâmica de comercialização varejista que segue sua passagem pelo entreposto.



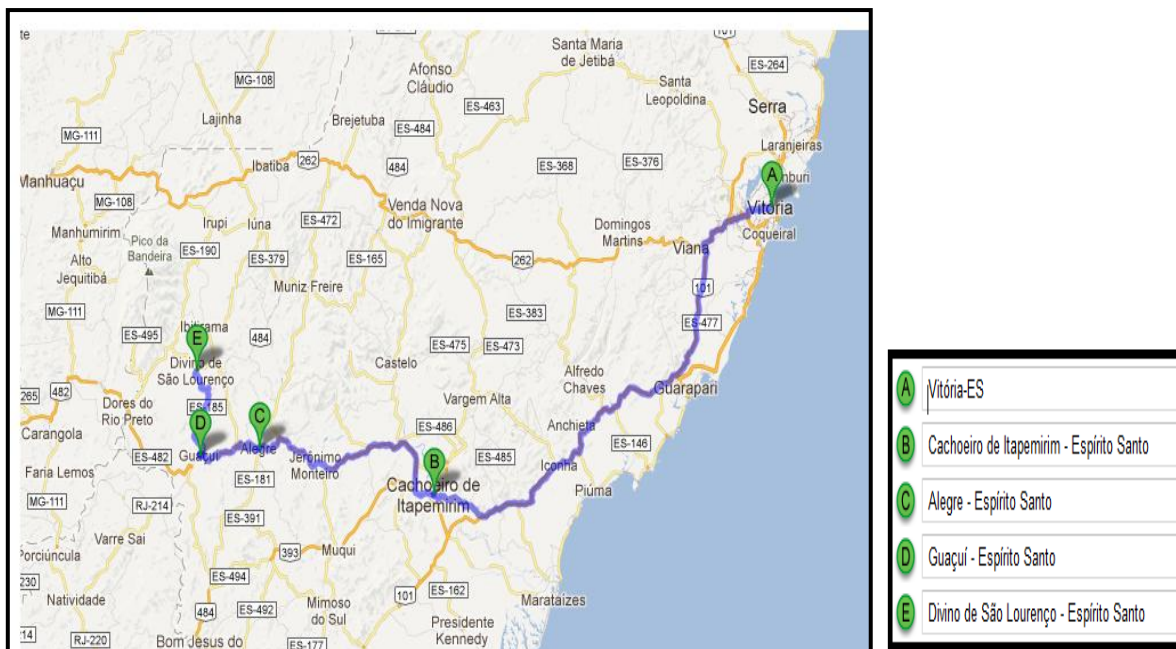
Como base de nossa discussão teórica acerca da problemática do abastecimento urbano de alimentos in natura, pretende-se trabalhar a discussão teórica trazida por Milton Santos em sua obra *O Espaço Dividido*, os dois circuitos da economia urbana, na qual aponta para a existência de dois circuitos espaciais da economia que são opostos e ao mesmo tempo, estes se complementam, sendo as diferenças de tecnologia, capital e informação entre os circuitos, determinante para as complexidade vigente nas relações de um circuito moderno e, da mesma maneira, determinando a fragilidade e necessidade de existência concomitante de um circuito não moderno. Sendo assim, o organograma acima procurou aplicar a teoria elaborada pelo referido geógrafo à nossa problemática, expondo assim, como se dá a atual dinâmica do abastecimento urbano a partir da CEASA, quando a comercialização ocorre no atacado, até que o alimento seja acessado pelo consumidor final através dos diversos canais de comercialização

varejistas de alimentos in natura que se distribuem nas cidades. Como pano de fundo do organograma, está a discussão trazida no plano teórico para os circuitos espaciais da economia urbana, que no esquema apresentado na imagem acima, nos limitamos apenas a identificar a existência desses circuitos e dar visualidade a eles, enquanto divisão espacial desde a etapa da distribuição, interior ao Ceasa, até a comercialização e o consumo dos alimentos.

CAMPO DA PESQUISA - GEOGRAFIA DOS ALIMENTOS NO ES CEASA SUL (CACHOEIRO) E REGIÃO DO CAPARAÓ

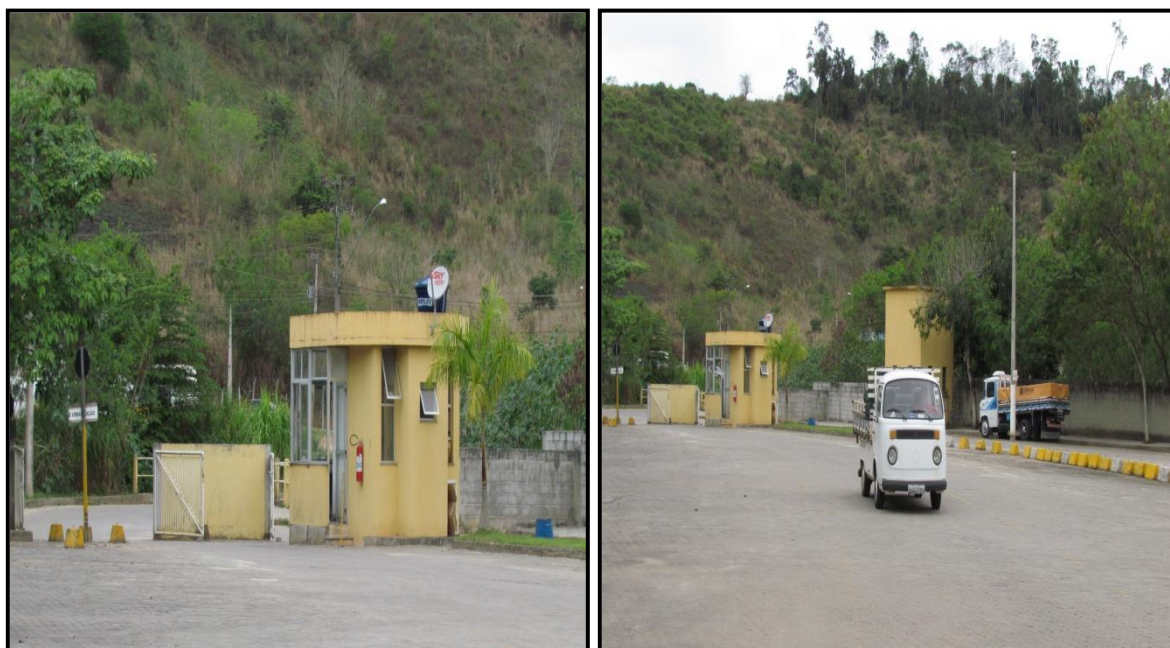
OBS: TODAS AS FOTOGRAFIAS DO APÊNDICE SÃO DE AUTORIA DO PESQUISADOR E SUA UTILIZAÇÃO POR TERCEIROS REQUER AUTORIZAÇÃO.

Data do Campo: Junho de 2012
Roteiro Campo e Municípios visitados:



Objetivos: Como parte do objetivo geral da dissertação de mestrado em compreender a problemática do abastecimento urbano de alimentos pela ótica da geografia, este trabalho de campo teve como objetivo geral conhecer e explorar de maneira mais próxima, a realidade da região Sul do Espírito Santo no que, sobretudo tange à dinâmica dos circuitos espaciais das etapas produtivas (produção, distribuição, comercialização, consumo) que permeiam o abastecimento urbano de alimentos in natura naqueles municípios. Assim, no cerne deste objetivo, o foco principal da pesquisa in loco, consistiu inicialmente na visita à Central de Abastecimento, no caso a CEASA-SUL, principal local de concentração da produção agrícola e, de imediato, principal centro de distribuição para as formas e espaços de comercialização e consumo dos gêneros alimentícios hortifrutícolas. Em cena, para análise, esta que foi a

primeira CEASA do interior do ES e, sua localização geográfica estratégica no município de Cachoeiro de Itapemirim: maior centro urbano e polo econômico da região sul capixaba e, que contabiliza uma população total aproximada de 189.889 habitantes, dos quais 173.589 pessoas residem no espaço urbano e apenas 16.300 pessoas são residentes no espaço rural, segundo dados do *Censo 2010* do IBGE. Tão logo, este é o contexto da problemática que nos remete a pensar sobre a importância de compreender a dinâmica do abastecimento na região via CEASA-SUL, onde a partir da vivência (conversas, entrevistas, observação) como também a coleta de dados e informações sobre a região, norteou a sequência de nosso roteiro de campo, que também percorreu por espaços da produção propriamente dita de alimentos hortifrutis, principalmente na região do Caparaó, visando concomitantemente compreender as racionalidades, os modelos, e os atores que respondem por esta etapa do abastecimento urbano.



A Central de Abastecimento CEASA-Sul localiza-se numa zona periférica do município, distante aproximadamente 15 km do região central de Cachoeiro de Itapemirim. Nas imagens acima, a guarita de segurança (entrada) da sede e foi também registrado o momento de entrada e saída de compradores e vendedores nos veículos de carga.



Aqui, está representada a administração central da CEASA-SUL, responsável pela gestão de funcionamento e também com a assessoria técnica para as negociações, com sistema interligado à CEASA de Cariacica e demais Ceasas do Brasil (ABRACEN), diariamente é divulgado pela administração os preços (mínimo, médio



Seguindo o mesmo modelo da Ceasa-Cariacica, o Pavilhão Não-Permanente (PNP), também popularmente conhecido como Pedra, é o espaço destinado à comercialização pelos produtores e também atravessadores. Aqui, são expostos os produtos, sobre a área demarcada no chão, e são comercializados pequenos e médios volumes sempre no atacado, em caixas, sacos etc. A comercialização se dá de maneira simples e direta entre vendedor (produtor/atravessador) e comprador (estabelecimentos comerciais, distribuidoras, atravessadores). A comercialização se estende ao longo de toda a tarde, e



Ainda no espaço de comercialização da 'Pedra', vale destacar assim como no CEASA-Cariacica a forte presença de agricultores da região serrana do Espírito Santo, sobretudo descendentes de imigrantes, que ofertam grandes quantidades e variedades de produtos in natura, principalmente as hortaliças, como representa a primeira fotografia, cujos agricultores ofertantes eram de Santa Teresa e Domingos Martins. Já a segunda fotografia chama atenção apenas para as quantidades comercializadas (atacado) e sua



Acerca da 'Pedra', os caminhões verdureiros dos vendedores (produtor/atravessador) estacionam para descarregar seus produtos à sua área de comercialização já demarcada. Os carrinhos de mão fazem o frete para a movimentação interna dos alimentos no próprio CEASA, sendo principalmente utilizado no caso das comercializações diretas que se dão entre os dois pavilhões, o Pavilhão não Permanente (Pedra) e o Pavilhão Permanente onde se situam as lojas de importação/exportação e distribuidoras de alimentos.



As transações na 'Pedra' atendem a um público diverso, desde lojas distribuidoras do próprio CEASA até aos estabelecimentos comerciais distintos e trabalhadores autônomos, como são o caso dos feirantes que também são considerados atravessadores, salvo nos casos em que estes comercializam a sua própria produção. Na primeira imagem, o próprio dono de um restaurante de Cachoeiro de Itapemirim negocia as mercadorias com os vendedores, já na segunda imagem um caso de atravessador que reside em Cachoeiro de



O Pavilhão Permanente (PP) da CEASA-Sul conta com 16 lojas (Box), que são ocupados em sua totalidade por empresas privadas de distribuição de alimentos, atuando com atividades de importação, exportação, terceirização de serviços de hortifrutis para supermercados e estabelecimentos comerciais, tudo isso para atender principalmente às áreas urbanas de Cachoeiro de Itapemirim e demais municípios da Região Sul capixaba. Nas imagens acima, o depósito de uma distribuidora carregado com melancias, abóboras e batatas, estas últimas registradas no momento do transporte para a venda. Já na outra fotografia, outra loja de distribuidora que atende principalmente à estabelecimentos comerciais varejistas da região fornecendo diariamente pequenas quantidades de produtos variados adquiridos na própria CEASA no PNP (Pedra).



As imagens acima procuram chamar atenção para a logística de operacionalização própria das distribuidoras, assim como para o tipo dos transportes. Os caminhões-baú, alguns dotados com sistema de refrigeração, aguardando ser carregado para posterior distribuição (revenda) das mercadorias - alimentos in natura aos estabelecimentos



A circulação dos alimentos via CEASA e lojas distribuidoras, abastecem os mercados locais da região Sul capixaba, com produtos locais e da agricultura capixaba, como também há uma logística de distribuição própria dessas lojas situadas no PP, que envolve a importação e exportação de alimentos que envolve outros estados da federação, como também países. Na primeira imagem, buscou-se retratar o local de procedência do alho comercializado naquele CEASA e que certamente estará nas mesas dos consumidores, ainda que estes não tenham essa percepção. Na segunda imagem o caminhão representado transporta e revende as mercadorias para pequenos estabelecimentos comerciais no município do norte fluminense de Campos dos Goytacazes, caracterizando uma prática de



Em paralelo ao Alho que chega diariamente às lojas Distribuidoras do CEASA advindos da China, a imagem acima destaca a produção agrícola regional, como é o caso do Abacaxi, cultura muito produzida principalmente nos municípios de Marataízes e Itapemirim, que também passam diariamente pelo entreposto da CEASA-SUL, e são comercializados tanto na Pedra como nas Lojas Distribuidoras, para os estabelecimentos comerciais varejistas da Região, como também para outros Estados da Federação e até para exportação.



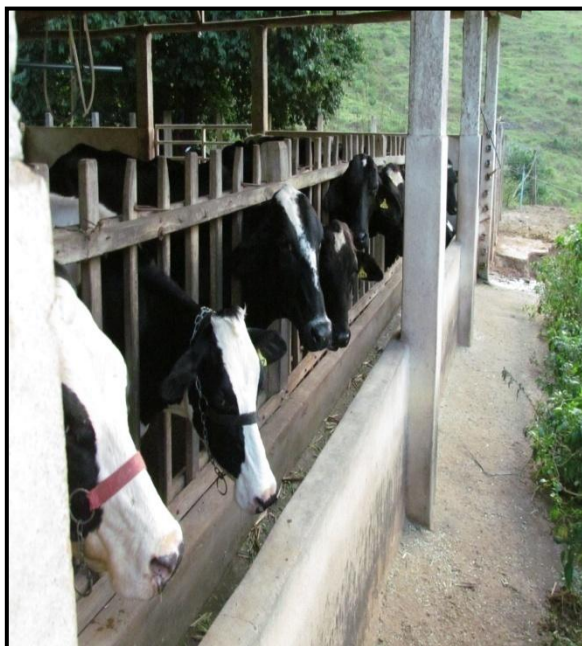
A partir da vivência no CEASA, ficou o objetivo de conhecer e explorar também os territórios da produção propriamente dita de alimentos na região sul capixaba. Assim, o roteiro seguiu percorrendo algumas propriedades rurais de produção familiar concentradas, sobretudo na região do Caparaó. Esta parte da viagem ocorreu juntamente com os grupos de estudantes do *Coletivo Casa-Verde* e *GEQA*, ambos da UFES-Vitória e o grupo de agroecologia dos alunos da UFES-Alegre, *Kapixawa*, que nos guiaram nas visitas pelo território. As imagens mostram a produção familiar de uma propriedade visitada no distrito de Alegre e momento de reunião com os próprios produtores da mesma comunidade a fim de ouvirmos sobre a realidade local.



A pequena produção familiar agroecológica se insere no contexto local, como uma alternativa recente à prática secular do cultivo de café e de pastos para a pecuária leiteira. A produção abastece os próprios membros da família de agricultores, que há muito vinham perdendo o hábito de cultivar seus próprios alimentos, para dedicação às culturas comerciais da região. Também o excedente passou a ser escoado na feira-livre da sede do município, resgatando assim práticas, autonomia e mais renda para as famílias.



A imagem acima chama a atenção para os usos do território e formação das paisagens. Na primeira imagem, os frutos da agricultura familiar agroecológica, que num pequeno pedaço de terra faz multiplicar uma variedade de alimentos que irão alimentar saudavelmente a população capixaba. Como contraponto à esta perspectiva, e vigente sob o mesmo território, grandes extensões de terra são monocultivadas como no caso da commodity cana de açúcar que assim como no norte capixaba e fluminense se faz presente também no Sul do Espírito Santo, onde atende principalmente à Usina Paineiras, que nasce como obra do Governo do ES na tentativa de industrializar o estado, mas que já há setenta anos se caracteriza numa empresa de capitais e interesses privados.

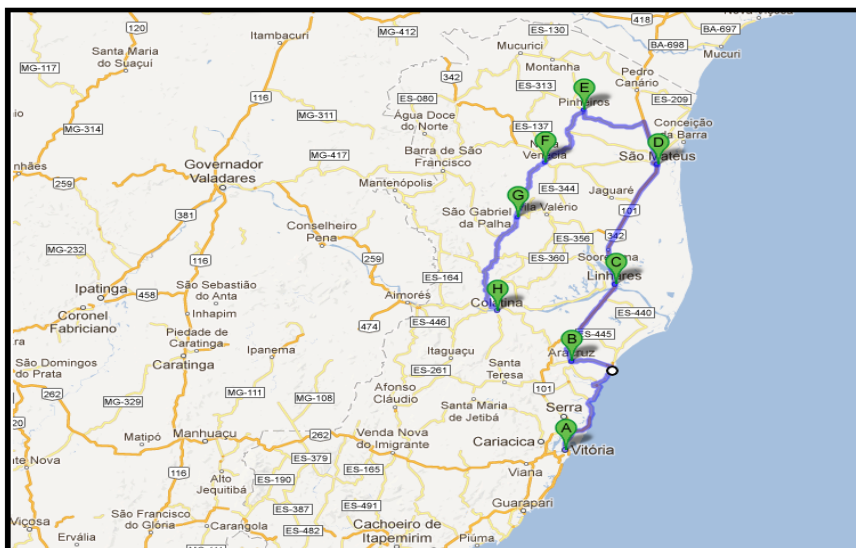


Perfil agrícola predominante do Sul capixaba, que a expressão café com leite resume bem nas palavras. Esta “bi-monocultura” faz parte do contexto regional há um longo período de tempo, na qual o café se insere na própria história e orientação do desenvolvimento do Espírito Santo. Já a forte presença da pecuária leiteira na região se dá para atender as cooperativas de beneficiamento de laticínios, das quais a mais expressiva na região é a Selita, com sede em Cachoeiro de Itapemirim, desde 1938.

CAMPO DA PESQUISA - GEOGRAFIA DOS ALIMENTOS NO ES DINÂMICA DO ABASTECIMENTO URBANO NAS REGIÕES NORTE E NOROESTE DO ESPÍRITO SANTO

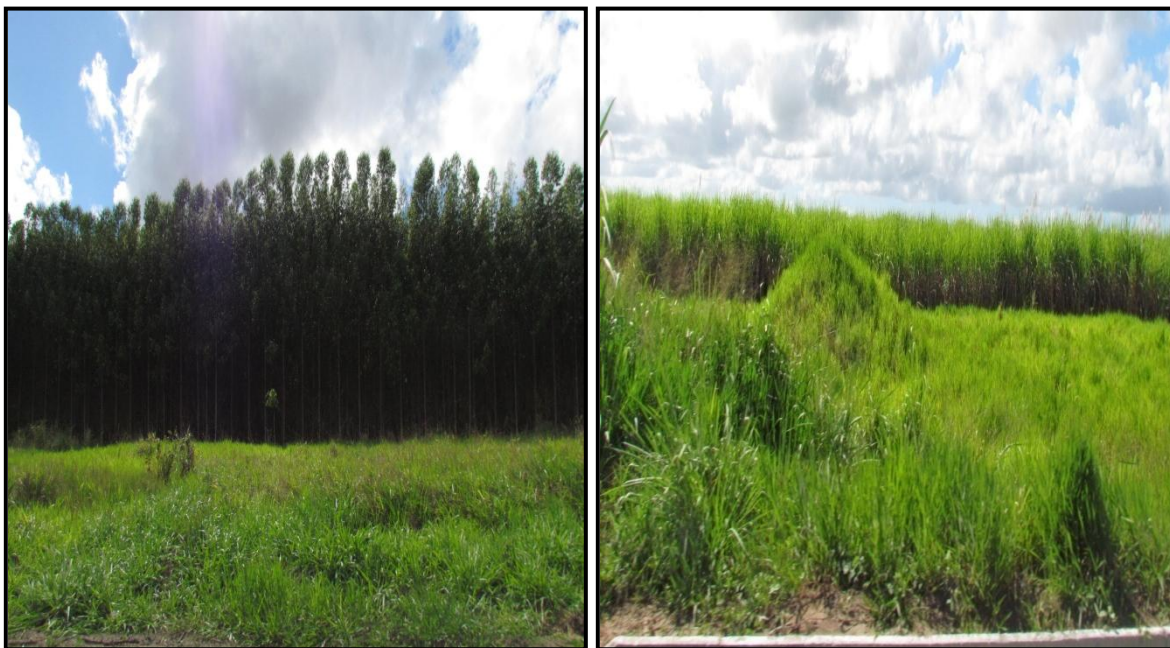
Data do Campo: Agosto de 2012

Roteiro do Campo e Municípios visitados:



A	Vitória-ES
B	Aracruz-ES
C	Linhares-ES
D	São Mateus-ES
E	Pinheiros-ES
F	Nova Venécia-ES
G	São Gabriel da Palha-ES
H	Colatina-ES

Objetivos: Este trabalho de campo teve como objetivo geral conhecer um pouco mais a realidade da dinâmica do abastecimento urbano de alimentos nas regiões norte e noroeste do Espírito Santo. Para isso, o roteiro da pesquisa de campo se desenhou de maneira a contemplar os principais centros urbanos e econômicos das referidas regiões capixabas, como também os territórios rurais de que dependem estas cidades quando analisadas pela ótica do alimento e da relação campo-cidade intrínsecas na nossa problemática do abastecimento urbano. Como a análise norteadora de nossa pesquisa considera as etapas produtivas (produção, distribuição, comercialização, consumo) que envolvem o abastecimento urbano de alimentos in natura, de maneira desmembrada, buscamos aqui representá-las nos territórios em cena, a partir de fotografias e comentários, que dão visualidade à dinâmica deste processo como um todo. Também neste memorial foi dado maior enfoque às experiências alternativas que envolvem o abastecimento urbano, e foram conhecidas e presenciadas nos territórios visitados, assim como destaque maior à dinâmica do abastecimento via Central de Abastecimento da Região Noroeste e também para a construção da CEASA Norte, em São Mateus. Assim, o trabalho que segue consiste num memorial dessa pesquisa de campo, onde foram selecionadas algumas imagens, essas registradas pelo próprio autor, que seguem apresentadas e brevemente comentadas como base da pesquisa empírica a ser complementada nas discussões e análises teóricas que completam o trabalho final.



Ao longo de praticamente todo o trajeto percorrido pela pesquisa de campo, a monótona paisagem que acompanhamos foi a retratada nas imagens acima, que expõem a monocultura de commodities (celulose e cana) nos municípios de Aracruz e São Mateus respectivamente. Essas monoculturas de interesses comerciais, privados e estrangeiros, que se materializam sobre o espaço e sociedade capixaba, tem total relação com os altos índices de miséria e pobreza nas zonas rurais da região, como também respondem diretamente pela baixa produção de alimentos e decrescente número de agricultores e filhos de agricultores no campo.



As imagens representam o Pólo de Fruticultura que se desenha no espaço e paisagem da Região Norte fundado no desenvolvimento das políticas públicas estaduais (PEDEAG) que sob o discurso de fortalecimento da agricultura familiar vêm especializando todo um território, a fim de fornecer matéria-prima às indústrias de beneficiamento de frutas, polpas, sucos e etc que naquela região vem se fixando, principalmente nos últimos 10 anos. Nas imagens acima, a monocultura do mamão em Linhares voltado para exportação ao mercado consumidor estadunidense, e produção de coco no distrito de Pinheiros.



Centro de São Mateus e Linhares: Grandes redes varejistas como modelo hegemônico da comercialização no espaço urbano; nota-se que essas redes se (re) produzem em ritmo acelerado e número de filiais crescentes por todo o estado, configurando o setor varejista de alimentos do ES num oligopólio. As imagens revelam também a lógica de espacialização do ‘circuito superior’, situado nas regiões centrais e de grande fluxo dos centros urbanos. Embutidos nas formas espaciais estão os conteúdos e funções sociais dessas, que da mesma maneira se reproduzem, moldando também novas relações, hábitos e para com o alimento e sociedade.



Coexistindo no mesmo espaço do circuito superior da economia urbana e não menos importante ou essencial, temos nas imagens acima expressões do ‘circuito inferior’ da economia urbana para a comercialização de alimentos no interior do ES. Na primeira imagem o Mercado Municipal de São Mateus que por muitos anos foi o principal ponto do comércio de alimentos na cidade e, hoje ainda resiste às modernizações do setor. Já a segunda imagem retrata um pequeno comércio de hortifruti no município de Pinheiros, extremo norte capixaba, onde esta forma comercial ainda se faz predominante, apesar da concorrência dos Supermercados.



Mercado Popular de Alimentos de Pinheiros – espaço conquistado pelos movimentos sociais junto à prefeitura daquele município, para comercialização direta dos produtos dos agricultores associados e integrantes dos movimentos sociais envolvidos: Via campestina, MST, MPA e Sindicato dos trabalhadores rurais de Pinheiros. Vale destacar que o mercado segue os princípios ideológicos dos movimentos sociais desde sua produção até a comercialização dos produtos.



Mercado de Produtos Orgânicos de Nova Venécia: Este mercado surge da iniciativa de um bispo residente e atuante no município, que vem desenvolvendo projetos voltados à promoção da agroecologia e economia solidária, como modelos alternativos de produção e consumo de alimentos saudáveis. Para tanto, com espaço adquirido junto à prefeitura e em parceria com agricultores familiares da região rural do município, foi criado o mercado de alimentos orgânicos, que representa atualmente o único ponto comercial permanente na oferta de produtos hortifrutis saudáveis, além da feira semanal que possui apenas um produtor-feirante orgânico.



Mercado Popular de Alimentos de São Gabriel da Palha. Representa mais uma alternativa construída pelos movimentos sociais que coloca à demanda da população urbana, uma gama de alimentos saudáveis, oriundos da pequena agricultura familiar e comercializados a preços justos que valorizam o labor do camponês e seus produtos. Outras realidades, baseadas em outras relações e racionalidades, existem e, são possíveis.



Todos os produtos comercializados no Mercado Popular de Alimentos são oriundos da agricultura camponesa, e contam com o rótulo nas embalagens especificando o local de origem daquele produto e a família que esteve envolvida no processo da produção ou fabricação, estabelecendo assim uma relação entre compradores e produtores mais humana e sem intermediários ou atravessadores. Os produtos in natura comercializados no MPA, também são todos produzidos no próprio território noroeste, sendo grande parte da oferta de alimentos fruto do trabalho das famílias que vivem nos assentamentos rurais da região e proximidades.



As especializações dos territórios produtivos nos municípios das regiões norte e noroeste do Espírito Santo são perceptíveis e projetadas pelos próprios Governos Locais em adesão às Políticas Públicas Estaduais de Desenvolvimento Agrícola, como se pode notar nas imagens acima, onde o município de Pinheiros, é projetado no discurso de desenvolvimento dos Pólos de Fruticultura, como a Capital da Fruta. Já o município de São Gabriel da Palha, apontado como a Capital Nacional do Café Conilon, historicamente tem sua economia baseada neste produto, e atualmente importam diariamente dos municípios vizinhos os alimentos in natura para consumo local, fato que se reproduz em outros municípios da Região, com relação direta à especialização produtiva do território..



Estas fotos são do Entrepósito de Abastecimento da Ceasa Norte, situada em São Mateus-ES, em seu atual estágio de andamento das obras, que se encontram com dois anos de atraso e, sua inauguração estava prevista ao ano de 2010. Com proporções gigantescas em sua estrutura física e área de pátio, este entreposto faz parte do processo de interiorização das CEASAS do ES, e visa contemplar o abastecimento urbano de alimentos, estimulando e reunindo em sua estrutura a produção local de alimentos para comercialização direta com as distribuidoras, comerciantes e estabelecimentos varejistas da região Norte Capixaba e do Sul da Bahia.



Na imagem acima, já se faz possível identificar que a planta física dessa filial norte, ordena o espaço sob a mesmo modelo dos demais Ceasas do ES. Na imagem da esquerda, temos os Pavilhões Permanentes que são fechados e irão abrigar as lojas de supermercados, distribuidoras, terceirizadas e transportadoras de alimentos, cada qual num Box. Já na imagem da direita, visualiza-se o que será o Pavilhão não Permanente ou a Pedra, que é o espaço destinado à comercialização pelos produtores rurais, atravessadores e comerciantes.



Ceasa Noroeste: Situada em Colatina, esta Central de abastecimento nasce da iniciativa local do COINTER – um consórcio intermunicipal formado por representantes de secretarias e governo de 11 municípios da região noroeste. Há quase dois anos em pleno funcionamento, o Ceasa Colatina não se consolidou como se esperava até o presente momento, ocorrendo de muitos estabelecimentos comerciais da região ainda hoje, manterem relações diárias de abastecimento de hortifrutis direto com a Ceasa Cariacica, ainda que o custo com transporte, frete e gasto de tempo devido distância, encareçam o produto final.



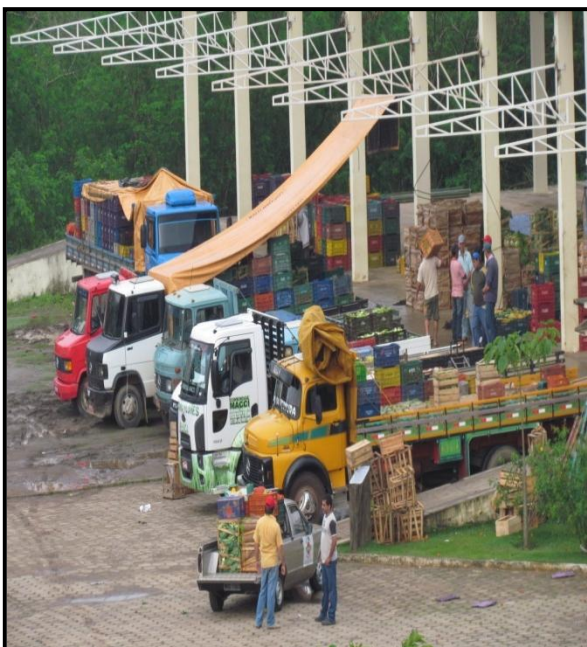
Na dinâmica de funcionamento da Ceasa Noroeste, o Pavilhão Permanente (PP), cujos Boxes são ocupados apenas por lojas distribuidoras de alimentos e não havendo a presença das redes de supermercados como na Ceasa Cariacica. Estas lojas atuam como intermediários, compra e venda, no processo do abastecimento dos estabelecimentos comerciais varejistas dos municípios urbanos da região. Nas imagens, o Pavilhão Permanente e as lojas distribuidoras, e na sequência, apenas o Box de uma Loja Distribuidora com as mercadorias das caixas recém-compradas na Pedra (PNP) e as mercadorias ensacadas que chegaram por atravessadores, vindas da Ceasa Cariacica, e em breve serão revendidas para o comércio varejista.



Na primeira imagem, as mercadorias já separadas na parte externa do Box antes da distribuição e, na segunda imagem momento em que o funcionário de uma loja distribuidora, separa os produtos em acordo com a encomenda realizada por uma mercearia de Colatina, que se abastece diariamente a partir da terceirização desse serviço prestado pela distribuidora, que por sua vez já adquiriu esses produtos no PNP, direto do produtor ou mesmo, das mãos de outro atravessador precedente.



Pavilhão não Permanente ou Pedra, estrutura destinada à comercialização dos produtos pelos produtores e atravessadores, que expõem suas mercadorias nos espaços demarcados sobre o chão e ali mesmo ocorrem às negociações, diretamente com os comerciantes autônomos, donos de estabelecimentos comerciais e também as lojas distribuidoras de alimentos do próprio entreposto. As imagens destacam o pequeno fluxo de pessoas e mercadorias, pois como já comentado, a comercialização via este entreposto está em fase incipiente e passando por período de consolidação mediante a Ceasa Cariacica, que ainda também abastece a região.



As imagens acima destacam o Pavilhão não permanente e os veículos dos produtores e atravessadores. Na primeira imagem expõe-se o volume de mercadorias que diariamente se concentra naquele Pavilhão, já a segunda imagem destaca o veículo de um atravessador da Região Serrana, que diariamente compra os alimentos hortifrutis nas propriedades rurais de Santa Maria de Jetibá e os revende através do entreposto da Ceasa Noroeste, sendo este um canal de comercialização distante, porém que necessita de oferta de produtos para se consolidar, o que implica na atuação dos atravessadores.



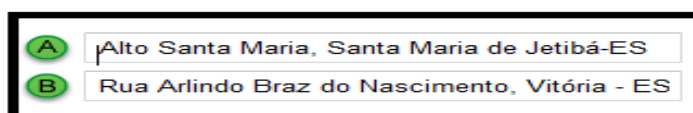
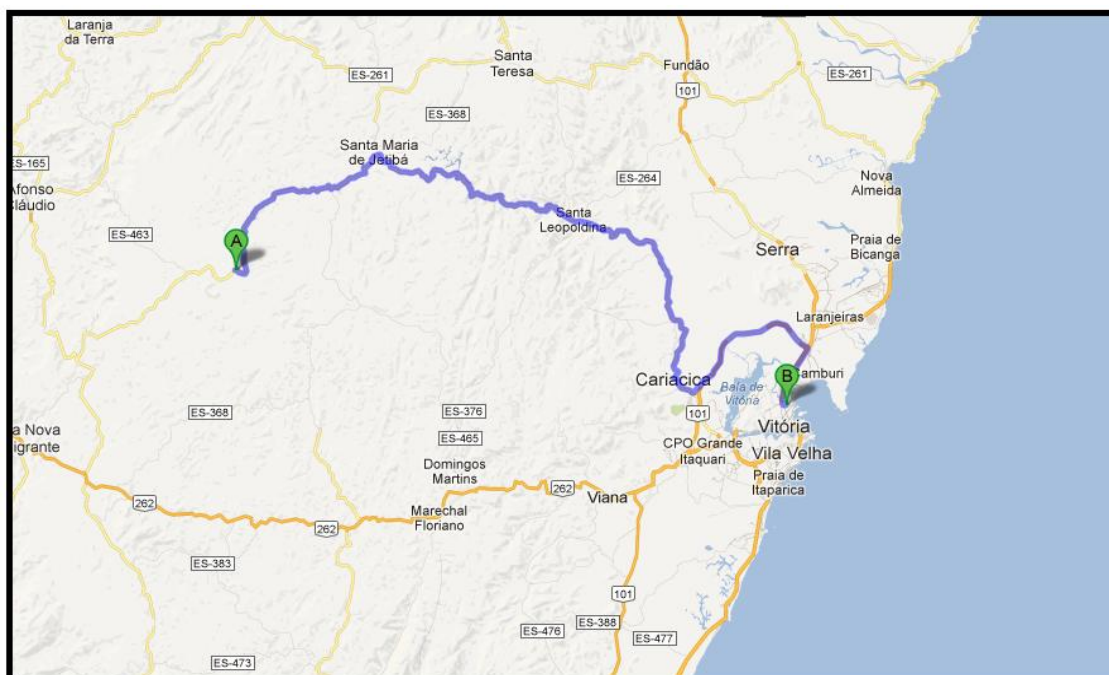
Pavilhão não permanente – Pedra da Ceasa – Unidade Colatina. As imagens acima expõe o momento de negociação, onde os compradores são donos de estabelecimentos comerciais que barganharam suas mercadorias diretamente com os produtores ou atravessadores que as ofertavam naquele setor. Na primeira imagem o comprador é o dono de uma mercearia e hortifruti no município de Itapina. Já na segunda imagem os proprietários de um restaurante carregam seu veículo próprio após pagarem pelo uso do serviço de frete prestado para o fluxo interno de mercadorias na CEASA.

- **OBS: TODAS AS FOTOGRAFIAS DO APÊNDICE SÃO DE AUTORIA DO PESQUISADOR E SUA UTILIZAÇÃO POR TERCEIROS REQUER AUTORIZAÇÃO.**

CAMPO DA PESQUISA - GEOGRAFIA DOS ALIMENTOS NO ES ACOMPANHAMENTO AGRICULTOR-FEIRANTE DA REGIÃO SERRANA

OBS: TODAS AS FOTOGRAFIAS DO APÊNDICE SÃO DE AUTORIA DO PESQUISADOR E SUA UTILIZAÇÃO POR TERCEIROS REQUER AUTORIZAÇÃO.

Data do Campo: Novembro de 2012
Roteiro do Campo: Viagem do Alimento Campo-Cidade



Distância A – B: 112 km

OBJETIVOS: Esta pesquisa de campo buscou acompanhar e percorrer todas as etapas e processos produtivos que envolvem a rotina e modelo de trabalho de um agricultor – feirante que semanalmente realiza duas feiras-livres na capital do estado, Vitória. No plano geral da análise, temos representado a relação campo-cidade sob o viés da divisão social do trabalho vigente, que concomitantemente traz à tona a relação entre produtores-consumidores, sendo o alimento o elemento mediador, ainda também da relação homem- natureza, sendo a questão do abastecimento urbano nosso pano de fundo para as análises que seguem.

Breve localização e caracterização geográfica da área produtora e do ‘Caminho do Alimento’ (alternativo ao modelo balizado pelas CEASAs)

Localizada na Região Serrana do estado sua sede está a 700m de altitude com uma variabilidade topográfica entre 1.450 metros de altitude do ponto mais alto e 300 metros do ponto mais baixo. Cidade de clima ameno tendo o relevo como principal fator climático, é o segundo município mais elevado do estado em termos de altitude, e onde se concentra grande parcela da produção de hortifrutigranjeiros do Espírito Santo. A Figura 1 situa no espaço geográfico nacional e capixaba, o Município de Santa Maria de Jetibá.

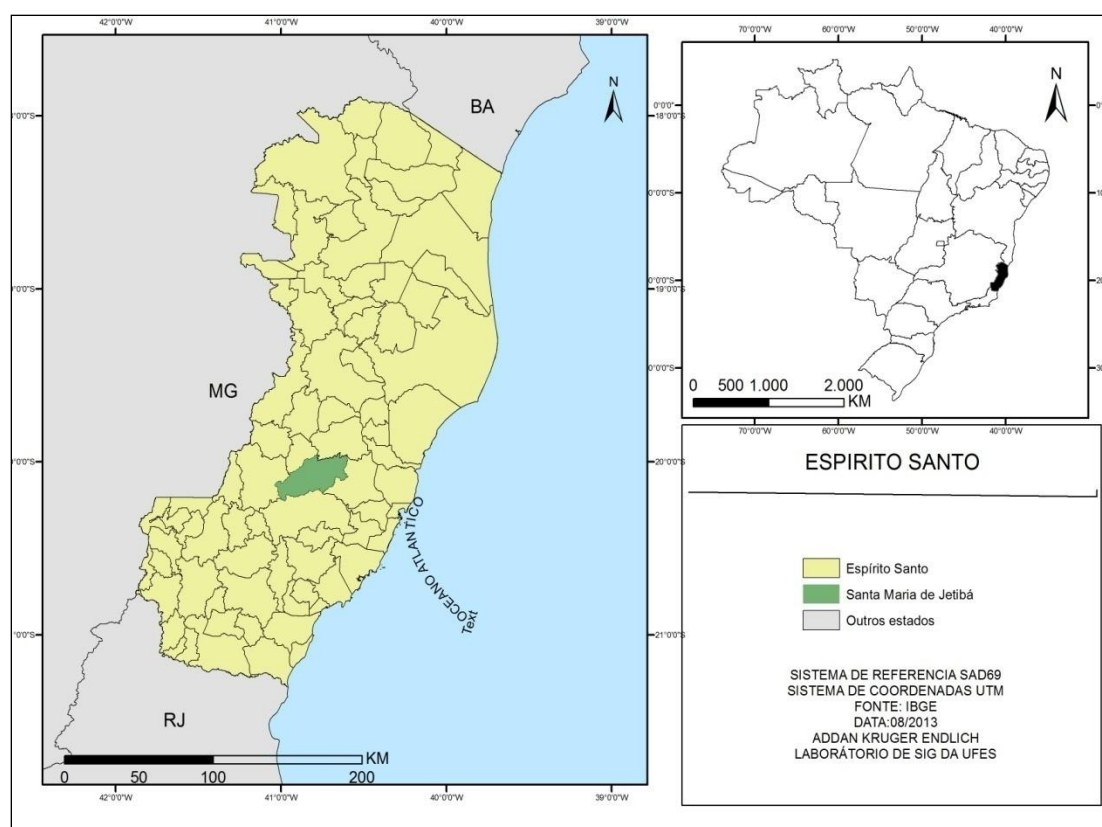


Figura 1. Localização da área de estudo – Município de Santa Maria de Jetibá- ES.

Dando sequência à apresentação dos resultados levantados, a figura 2 expõe, a partir de uma imagem gerada por satélite, o ‘trajeto do alimento’ assim como os pontos que foram marcados e trazidos para análise. Sendo assim, temos na parte leste do mapa, no município de Vitória, os pontos referentes ao lócus da comercialização dos alimentos hortifrutis, ou seja, as Feiras-Livres, realizadas pelo agricultor-feirante em questão.

Seguindo então o percurso no mapa, observa-se de imediato que este se orienta no sentido oeste-leste, do interior do Espírito Santo para a Região Metropolitana. Compreendendo a parte amarela, o

trecho da estrada de asfalto, e na cor vermelha a parte do trajeto, cuja estrada é de chão de terra. Neste contexto, foram destacados os pontos relevantes deste percurso, que se encontram, portanto identificados na imagem seguinte.

- **Ponto 1** – Origem dos Alimentos (Região Serrana: Sede Sítio Lamego).
- **Ponto 2** – Início do trecho de Estrada de Chão.
- **Ponto 3** – Início do trecho ruim na Estrada de Asfalto.
- **Ponto 4** – Fim do trecho ruim na Estrada de Asfalto.
- **Ponto 5** – Parada Pomerana – Ponto de Encontro e Lanche.
- **Ponto 6** – Destino dos Alimentos (Região Metropolitana: Feira-Livre de Jardim da Penha).

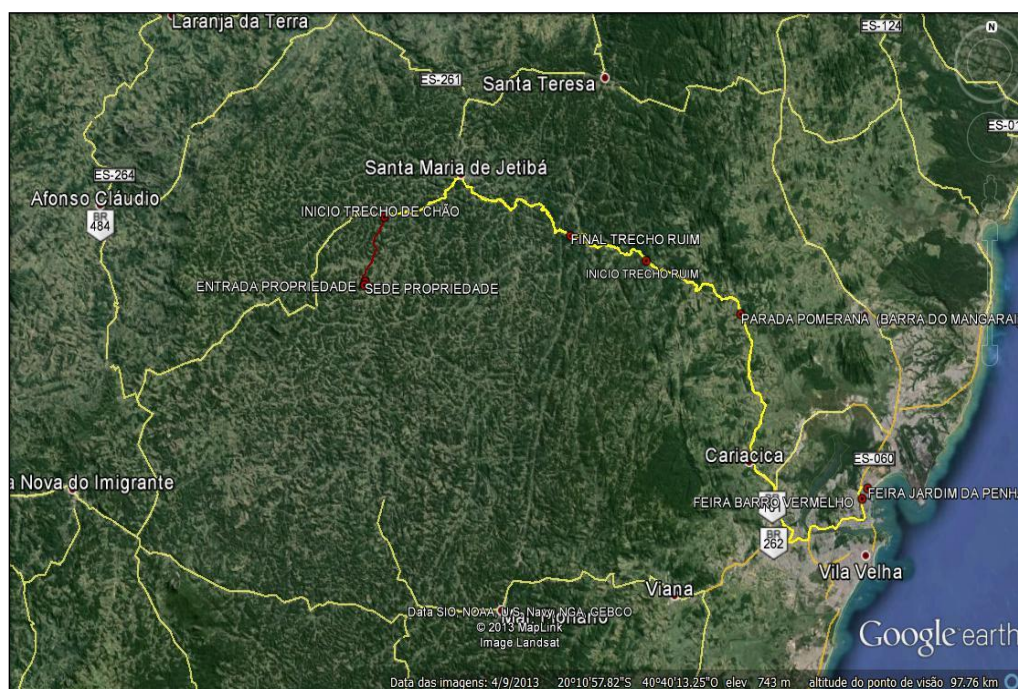


Figura 2. Trajeto do Alimento e Pontos Relevantes.

Da origem ao destino da produção, são cerca de 110km, que ligam semanalmente produtor e consumidor, campo e cidade, a partir da questão do alimento. Em destaque no mapa, portanto os pontos que fazem referência ao percurso. No distrito de Alto Santa Maria, localizado no Município de Santa Maria de Jetibá, estão georeferenciados dois pontos, que se referem respectivamente, a entrada da propriedade familiar do Sítio Lamego, e no interior desta, propriamente a casa da família Haese, sendo ambos os pontos relativos à etapa da produção dos alimentos hortifrutis.

As imagens logo abaixo, aproxima-nos da propriedade rural, onde é possível localizar com precisão, a casa da família, bem como, visualizar o entorno da propriedade, fato relevante quando se trata de área de produção de alimentos agroecológicos. Assim como, quando se pretende traçar uma descrição detalhada de todo o processo de realização da feira livre – modelo pioneiro e tradicional de abastecimento urbano, como também símbolo de um padrão alternativo e de resistência ao rápido avanço e domínio de mercado do atual modelo hegemônico centrado no eixo Ceasa – Supermercados.



Figura 3: Sede da Propriedade Familiar de Produção Agroecológica Sítio Lamego e entorno (destaque para o cordão de mata nativa que a envolve e protege)

Seguindo desde a sede da propriedade e residência da família de produtores, a viagem do alimento toma início no caminhão 608 D ano 1986 utilizado pelo agricultor em cena, têm-se pela frente, aproximadamente 11 km de trecho de estrada de chão – este indicado nas imagens pela cor vermelha - antes que o veículo trafegue sobre o percurso de cor amarela, dito de estrada de asfalto. Já nessa parte de asfalto, foram marcados dois pontos, referindo-se a qualidade ruim de trafegabilidade no trecho, visto que na parte da descida da serra, que liga os municípios de Santa Maria de Jetibá a Santa Leopoldina, o mesmo se encontrava em más condições no período do mapeamento.

Mais adiante, consideramos importante também destacar ao longo do trajeto do alimento, o ponto de encontro e lanche dos agricultores-feirantes que partem de diferentes regiões dos municípios da

Região Serrana do Espírito Santo, às mais diversas feiras-livres que ocorrem na Região Metropolitana da Grande Vitória, principalmente nos municípios densamente povoados e urbanizados de Vitória, Vila Velha, Serra e Cariacica. Assim, o ponto de encontro, nomeado de 'Parada Pomerana', compreende uma tradicional lanchonete na beira de estrada, situada precisamente no distrito de Barra do Mangaraí, pertencente ao município de Santa Leopoldina, logo localizada quase na metade do caminho Santa Maria de Jetibá - Vitória.

Já no município de Vitória, os pontos referem-se ao lócus da comercialização, logo as Feiras Livres, do Barro Vermelho e de Jardim da Penha, ambas realizadas pelo agricultor-feirante em questão, e por essa razão mapeadas como pontos de destino final dos alimentos em análise.

A partir da imagem de satélite e da visualidade dada ao 'trajeto do alimento', faz-se possível tomar uma real dimensão do percurso enfrentado semanalmente pelo agricultor-feirante, como condição para a venda de seus produtos, e imediatamente geração da renda familiar.

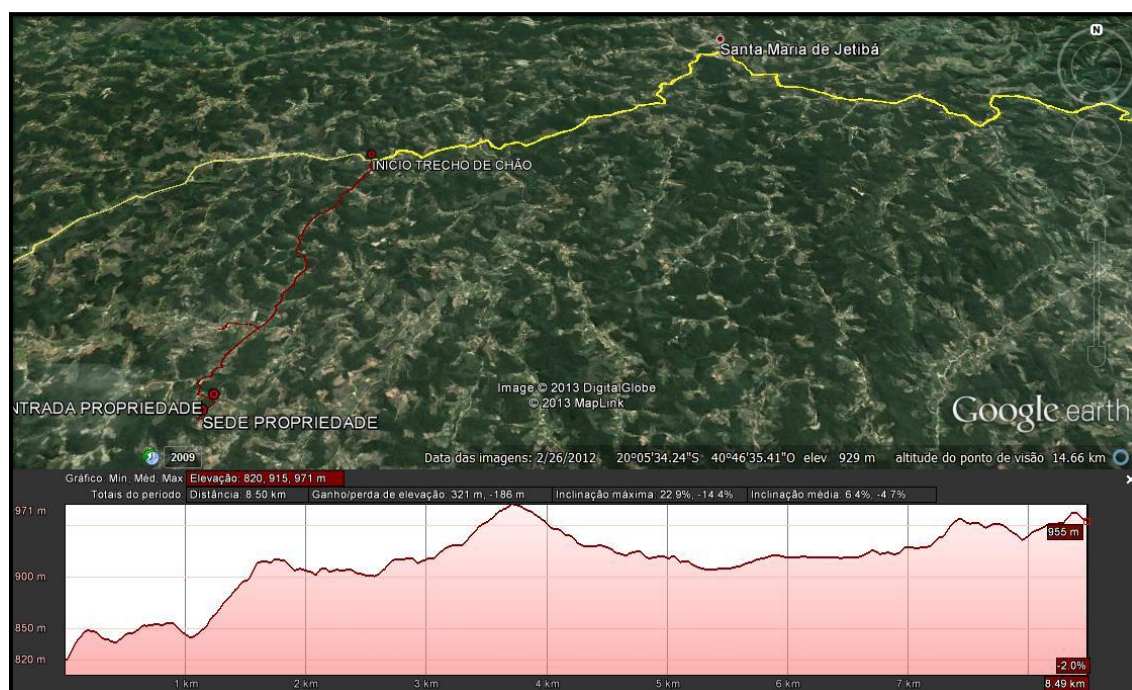


Figura 4. Perfil Topográfico de Elevação do Terreno: 'Caminho do Alimento' (estrada de chão).

Explorando as ferramentas do GoogleEarth, para extrair elementos que fomentassem nossa análise teórica, procuramos também traçar o perfil topográfico daquele que compreende o 'trajeto do alimento' da Região Serrana à Região Metropolitana. Assim, foi possível constatar, com base nas imagens levantadas, que os alimentos hortifrutis consumidos pela população urbana de Vitória, neste caso quando adquiridos na Feira Livre de Jardim da Penha e Barro Vermelho, têm a sua origem, isto

é a etapa da produção realizada, à uma distância mensurada de 110km para o local onde decorre sua comercialização.

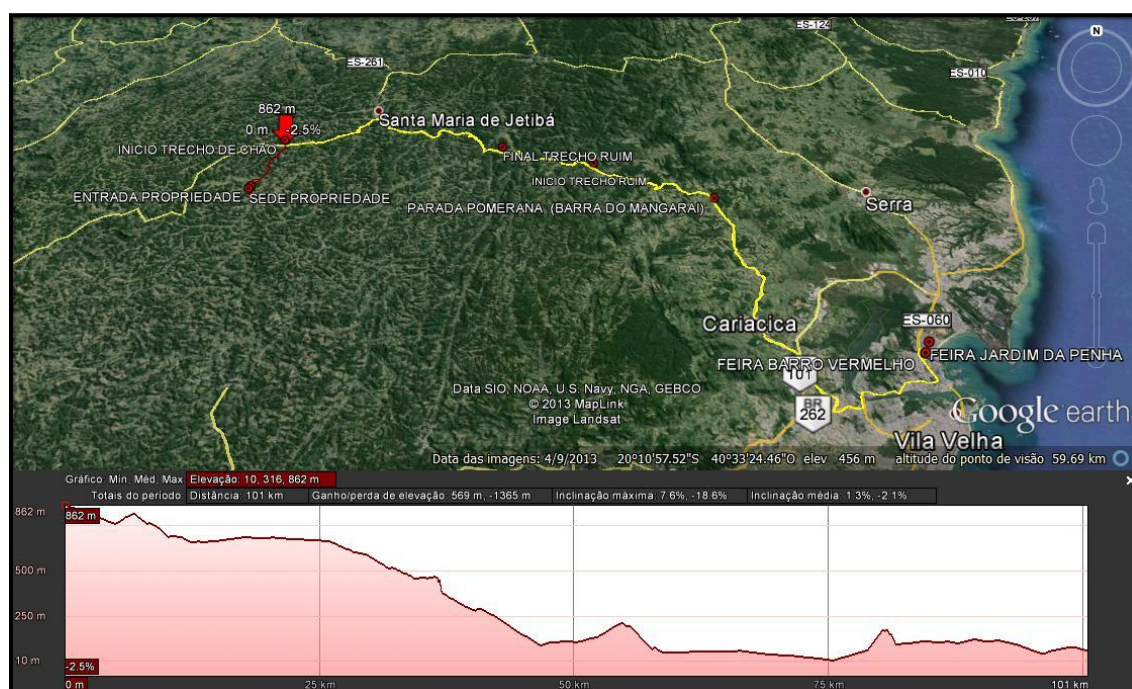


Figura 5. Perfil Topográfico de Elevação do Terreno: ‘Caminho do Alimento’ (trecho de asfalto).

Da mesma forma, no lócus da produção, a altitude varia significativamente se comparada ao local de comercialização dos Alimentos. Pois com base no perfil topográfico do ‘trajeto do alimento’ apresentado nas imagens abaixo (Figuras 4 e 5), é possível observar que o ‘Sítio Lamego’, local de origem dos alimentos hortirutis em estudo, está situado a 955 metros de altitude em relação ao nível do mar, fato que explica as diferenças climáticas e condições naturais distintas do local de produção dos alimentos para o local de comercialização dos mesmos, nesse caso a capital do estado, Vitória, que por ser uma Ilha encontra-se situada em altitudes modestas, majoritariamente ao nível do mar. Essas observações registram a relação campo-cidade, inerente no abastecimento urbano de alimentos, cujo trajeto e sentido dos mesmos, seguem da produção ao consumo, logo de Santa Maria de Jetibá à Região metropolitana de Vitória.

Em relação a produção de alimentos, visando a lógica espacial e as atividades exercidas na cidade sob a atual divisão do trabalho, sabe-se que a região metropolitana é ineficaz e insuficiente na produção alimentícia, implicando pois, no deslocamento constante do alimento, saindo de Santa Maria de Jetibá até chegar a Vitória. A região produtora dos alimentos está localizada na região

Serrana do Espírito Santo e a área de consumo localiza-se na região costeira do mesmo estado. O alimento, da porteira da propriedade pra fora, percorre uma distância aproximada de 110 Km, e uma variação altimétrica aproximada de 980 metros, antes de se colocar à disposição do consumidor para comercialização na Feira Livre. Da mesma maneira, procuramos trazer à tona, colocar em evidência, isto é dar visibilidade aos processos produtivos que pressupõem o abastecimento urbano de alimentos e de modo alternativo, neste caso se precede o abastecimento por meio da realização da Feira-Livre, quando o agricultor-feirante e sua família possui autonomia sobre o processo produtivo em sua totalidade. Com este intuito, as imagens abaixo procuraram representar, desde o trabalho interno na propriedade, as atividades produtivas que permeiam a rotina de trabalho das famílias de agricultores capixabas, sobretudo da região Serrana, para a realização semanal das Feiras-Livres em todo o Estado, mas principalmente nos municípios mais urbanizados, como os são toda a Região Metropolitana de Vitória, mas também Cachoeiro de Itapemirim, Linhares, Aracruz, Colatina, São Mateus, entre outros municípios que, semanalmente, atraem e recebem agricultores dessa região estadual produtora de alimentos, diretamente voltados para a comercialização e o abastecimento da população urbana de comensais.

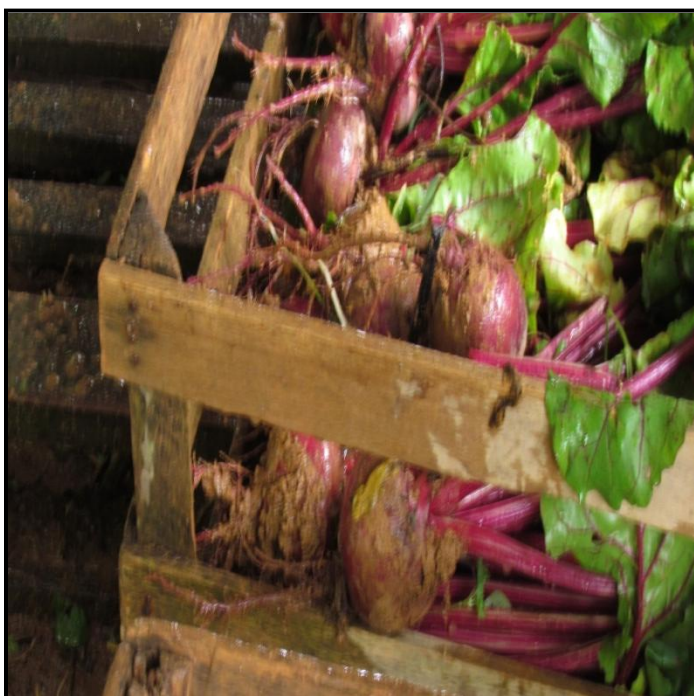
- **OBS: TODAS AS FOTOGRAFIAS DO APÊNDICE SÃO DE AUTORIA DO PESQUISADOR E SUA UTILIZAÇÃO POR TERCEIROS REQUER AUTORIZAÇÃO.**



No que consiste às etapas e processos de preparação para a Feira-Livre, a etapa da colheita representa o primeiro momento, e é realizada ao longo de todo o dia que a antecede, em paralelo às demais atividades. No caso estudado, o ato da colheita, envolve principalmente os filhos e filhas, que se dividem e espalham-se pela propriedade para a seleção e coleta dos produtos a serem comercializados no dia seguinte. As imagens acima representam o momento da colheita da Batata Baroa e da abobrinha verde.



A colheita dos produtos não demanda apenas trabalho braçal, mas também exige um prévio planejamento e ordem no ato da produção para que assim haja regularidade na oferta dos produtos. A quantidade dos alimentos colhidos para comercialização na feira-livre, também variam de acordo com o contexto, assim nos feriados ou vésperas, cujo movimento na feira-livre não se faz expressivo, a colheita deve-se fazer em menor quantidade, ao contrário dos dias de feira pós-feriados, cujo movimento intenso exige uma maior oferta de produtos para atender à demanda dos consumidores urbanos. As imagens retratam a colheita das flores já no final do dia e do repolho roxo, também sendo executada pelos filhos (as).



Enquanto os filhos estão encarregados com a coleta dos produtos, os que já foram colhidos passam por um segundo momento: a *lavagem dos alimentos*. As fotos acima retratam o caso específico da lavagem das hortaliças tuberosas (raízes). Estas, que naturalmente são colhidas com excessos de lama e terra precisam, antes de serem expostas aos consumidores urbanos na banca da feira, serem bem limpas e, para isso o produtor utiliza-se de um 'lava-jato' para auxiliar neste processo.



Ainda no que se referem à etapa da lavagem dos alimentos, essas fotos representam o tanque com água limpa e corrente, construído propriamente para a limpeza das hortaliças folhosas e florais. Estas, logo após a coleta, são deixadas de molho neste compartimento por longos minutos, para que quaisquer hospedeiros naturais como lagartas e lesmas sejam retirados (não utilização de tóxicos). Após um período de molho, são escorridos os excessos de água, e estas hortaliças são acomodadas nas caixas de verduras e empilhadas já acerca do caminhão. Aqui retratados, os repolhos no período de molho e maços de couve no processo de escorrer a água e acomodá-los na caixa.



Esta etapa colocada em cena pelas fotografias acima, consiste no processo de amarração dos maços de temperos e hortaliças. Aqui, o trabalho também é realizado em conjunto, neste caso exposto em dupla, mãe e filho, de maneira que enquanto um separa a quantidade e retira as folhas queimadas, o outro amarra os maços e os coloca no tanque para o período de molho da etapa da lavagem. Nas fotos, momento de composição dos maços de cebola de cabeça, e amarração dos maços de temperos e concomitante lavagem dos mesmos.



As imagens retratam duas etapas: a embalagem e seleção de frutos sensíveis para comercialização, no caso o morango, e também, novamente o processo de amarração dos maços de temperos, que como já comentado, envolve também a retirada de folhas amareladas. O morango, fruto extremamente sensível e que por vezes chega-se a perder até 40% da produção devido sua alta perecibilidade, exige delicadeza no processo de embalagem e cuidado no processo de seleção dos bons frutos, pois um morango estragado pode estragar todos os demais de uma mesma embalagem. Assim, os bons frutos são comercializados in natura, e os machucados ou muito maduros vão virar geleia para consumo familiar e comercialização também na feira-livre. O mesmo processo ocorre para a Amora, Goiaba e Pêssego.



As imagens acima retratam o momento anterior à organização do caminhão, e visa apenas expor alguns dos materiais que são transportados semanalmente do campo à cidade para a realização da feira-livre. O agricultor em estudo costuma brincar com a verdade, quando afirma que a realização de uma feira-livre, sobretudo esta etapa de organização e carregamento do caminhão realizado tanto na ida quanto na volta, se assemelha ao processo de mudança. Aqui, nota-se mais uma vez, como um indivíduo (e família) agricultor-feirante realizam todas as etapas que envolvem o abastecimento urbano, (produção, distribuição e transporte, comercialização, consumo).



Organização do caminhão: Após um dia inteiro de trabalho intenso e todos os alimentos já devidamente encaixotados, esta etapa consiste em acomodá-las de maneira organizada sobre o caminhão, pois são 3h ou 4h de viagem até a capital Vitória, local de realização da feira-livre. Juntamente às caixas de mercadorias, também vão acomodados no caminhão: toda a estrutura da barraca da feira (ferragens, tabuleiros, lonas), acessórios de trabalho (balança, bacias, baldes, facas), Colchonetes, garrafas térmicas (água e café), etc. A imagem também destaca para o fato de já no fim do dia, no momento de organizar o caminhão para partida à capital, os filhos ainda amarram os maços de flores, que por questões de ordem logística e natural, são os últimos produtos colhidos, pois são transportados sem água.



Por volta de 5 horas da manhã, chegam os primeiros consumidores e, já encontram a barraca toda organizada, não presenciando assim as etapas e processos que antecedem e são fundamentais à realização da feira-livre. Geralmente entre os primeiros consumidores a adquirirem as mercadorias, estão os clientes mais antigos e também os proprietários de restaurantes, principalmente os especializados em comidas naturais, uma vez que toda a produção comercializada no caso em tela é agroecológica, e conta com certificação junto ao órgão responsável do MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento). A imagem destaca a organização inicial da barraca, como também o movimento de consumidores nas primeiras horas da feira.



As imagens acima retratam a etapa da comercialização, que de fato corresponde ao momento de realização da feira-livre e na prática, se faz num trabalho dinâmico e intenso no decorrer de todo período da feira-livre. Nas imagens foram representada num primeiro momento a barraca ainda cheia de mercadorias e sendo realizada a pesagem de produtos enquanto um cliente escolhe a cenoura em ramo. E num segundo momento a barraca está mais vazia e o registro expõe o momento preciso da relação entre produtores e consumidores, do campo e da cidade, mediada por um questão de estômago..



No decorrer da feira, alguns produtos que estavam sobre a banca se esgotam e se faz preciso a reposição desses produtos que muito têm saída (demanda), como são principalmente o caso dos brócolis, couves, rúculas, temperos verdes. No entanto, muitos não possuem estoque para reposição e, portanto não ocorre para todos. As imagens acima revelam o momento de reposição dos brócolis de ramo, que se dá da maneira retratada, ou seja, vira-se a caixa e as verduras já se dispõem organizadas sobre a banca. Na outra fotografia, registrou-se o momento de embalagem da verdura, ao mesmo tempo em que se distribuía sacolas para outros clientes que consumiriam os produtos das caixas.



À medida que os produtos acabam e as caixas se esvaziam, as mesmas são todas reorganizadas (3 caixas x 2 volumes) e carregadas gradualmente para o caminhão. As imagens aqui representam assim, a barraca já no momento da xepa (final da feira), que ainda se comercializa alguns produtos, sobretudo a preços mais baixos. Já mais tranquilo o movimento na barraca, este é também o momento que os feirantes conversam entre si e trocam mercadorias. O retrato ao lado mostra o início do processo de 'volta para casa', quando são recolhidas as caixas vazias para o caminhão e, com efeito também significam o resultado de um bom dia de vendas na feira.



Após o fim das mercadorias ou devido a aproximação do horário de encerramento da feira, que é às 13h, é iniciada a etapa de desmontagem da barraca, que assim como para sua armação, se faz necessário ao mínimo o auxílio de uma pessoa. O processo é cansativo, sobretudo após as demais etapas, e leva-se aproximadamente 20 minutos se realizado em dupla. As imagens acima mostram o começo desse processo com a retirada dos tabuleiros de madeira e do toldo frontal para, na imagem que segue suspender a cobertura para retirada da lona e continuar o processo com o desencaxe das ferragens.



Com as caixas vazias sobre o caminhão e a estrutura da barraca já desarmada, ainda resta a amarração das ferragens e reorganização do caminhão para o retorno à Santa Maria de Jetibá. As ferragens são amarradas com cordas e/ou câmaras de ar de pneu e assim passadas de mão a mão para a carroceria do caminhão, onde são empilhadas no fundo e também cobertas pela lona, assim como as caixas. Por fim, a carroceria e os produtos são firmemente amarrados por corda para a viagem de volta.



A PRODUÇÃO prediz o CONSUMO, e o CONSUMO reproduz a PRODUÇÃO: Após a comercialização direta dos produtos nas feiras livres da capital, o trabalho do dia seguinte recomeça na lavoura coerente à dinâmica do abastecimento urbano, isto é, novamente com a etapa da produção propriamente dita dos alimentos. Destaca-se o necessário planejamento da produção e de seus fatores (sazonalidade, área do plantio, tempo de colheita, etc.) Para o caso em estudo, cuja produção é comercializada duas vezes por semana nas feiras-livres, às quartas e sábados, faz-se preciso que o planejamento da produção, com efeito, forneça alimentos com regularidade conforme exige a demanda permanente dos consumidores citadinos. À vista das imagens, enquanto as mudas de diversas hortaliças já crescem na estufa e estão aptas ao plantio direto na terra, uma nova sementeira já foi realizada.



Apenas como um exemplo cita-se o Plantio das Alfaces Crespas: 40 a 60 dias será o tempo ou ciclo de produção desta cultura, ou seja desde este exato momento do plantio (já em forma de muda) até a fase da colheita. Nesse mesmo intervalo de tempo, aproximadamente 12 feiras-livres irão ocorrer entre quartas e sábados e, com certeza, muitos consumidores (desconhecidos de todo o complexo processo de produção, que os mesmos ocultam nos supermercados) perguntarão na banca: Tem Alface Crespa Seu Lorival?!

ROTINA DO TRABALHO FAMILIAR (PRODUTOR-FEIRANTE) PARA REALIZAÇÃO DA FEIRA-LIVRE		
Dia que antecede a Feira-Livre (Santa Maria de Jetibá)		
05:30	COLHEITA / ORGANIZAÇÃO DOS MATERIAIS (CAIXAS, LAVA-JATO, TANQUE, etc)	FILHOS + PAI
06:00	COLHEITA / LAVAGEM DAS CAIXAS / LAVAGEM DOS ALIMENTOS	FILHOS + PAI
07:00	COLHEITA / LAVAGEM DOS ALIMENTOS	FILHOS + PAI
08:00	COLHEITA / LAVAGEM DOS ALIMENTOS	FILHOS + PAI
09:00	COLHEITA / LAVAGEM DOS ALIMENTOS	FILHOS + PAI
10:00	COLHEITA / LAVAGEM DOS ALIMENTOS	FILHOS + PAI
11:00	ALMOÇO / AMARRAÇÃO DOS MAÇOS	FILHOS + MÃE
12:00	COLHEITA / LAVAGEM DOS ALIMENTOS / AMARRAÇÃO DOS MAÇOS	FILHOS +PAI +MAE
13:00	COLHEITA / LAVAGEM DOS ALIMENTOS/ AMARRAÇÃO DOS MAÇOS	FILHOS +PAI +MAE
14:00	COLHEITA / LAVAGEM DOS ALIMENTOS/ AMARRAÇÃO DOS MAÇOS	FILHOS +PAI +MAE
15:00	COLHEITA / LAVAGEM DOS ALIMENTOS/ AMARRAÇÃO DOS MAÇOS	FILHOS +PAI +MAE
16:00	COLHEITA (FLORES)/ AMARRAÇÃO DOS MAÇOS	FILHOS +PAI +MAE
17:00	ORGANIZAÇÃO DO CAMINHÃO	FILHOS + PAI
18:00	ORGANIZAÇÃO DO CAMINHÃO	FILHOS + PAI
19:00	BANHO / JANTAR	PAI
20:00	VIAGEM DE IDA A VITÓRIA aprox. 110 km	PAI / FILHO INDEPENDENTE
21:00	VIAGEM	PAI / FILHO INDEPENDENTE
22:00	VIAGEM	PAI / FILHO INDEPENDENTE
23:00	CHEGADA AO LOCAL DA FEIRA / ARMAÇÃO DA ESTRUTURA DA BARRACA	PAI / FILHO INDEPENDENTE
Dia da Feira-Livre (Vitória)		
00:00	DESCANSO	PAI / FILHO INDEP. + AJUDANTE
01:00	DESCANSO	PAI / FILHO INDEP. + AJUDANTE
02:00	DESCANSO	PAI / FILHO INDEP. + AJUDANTE
03:00	DESCANSO / DESCARGA DOS PRODUTOS E MATERIAIS (BALANÇA, BACIAS, FACAS, ETC)	PAI / FILHO INDEP. + AJUDANTE
04:00	ORGANIZAÇÃO DAS VERDURAS NA BARRACA	PAI + AJUD. / FILHO INDEP. + AJUD.
05:00	PASTEL / CHEGADA DOS PRIMEIROS CONSUMIDORES / COMERCIALIZAÇÃO (FEIRA-LIVRE)	PAI + AJUD. / FILHO INDEP. + AJUD.
06:00	COMERCIALIZAÇÃO (FEIRA-LIVRE)	PAI + AJUD. / FILHO INDEP. + AJUD.
07:00	COMERCIALIZAÇÃO (FEIRA-LIVRE)	PAI + AJUD. / FILHO INDEP. + AJUD.
08:00	COMERCIALIZAÇÃO (FEIRA-LIVRE)	PAI + AJUD. / FILHO INDEP. + AJUD.
09:00	COMERCIALIZAÇÃO (FEIRA-LIVRE)	PAI + AJUD. / FILHO INDEP. + AJUD.
10:00	COMERCIALIZAÇÃO (FEIRA-LIVRE)	PAI + AJUD. / FILHO INDEP. + AJUD.
11:00	COMERCIALIZAÇÃO (FEIRA-LIVRE)	PAI + AJUD. / FILHO INDEP. + AJUD.
12:00	COMERCIALIZAÇÃO (FEIRA-LIVRE) / ORGANIZAÇÃO DAS CAIXAS VAZIAS	PAI + AJUD. / FILHO INDEP. + AJUD.
13:00	DESARME DA BARRACA / ORGANIZAÇÃO DO CAMINHÃO / ALMOÇO (marmitex)	PAI + AJUD. / FILHO INDEP. + AJUD.
14:00	VIAGEM DE VOLTA A SANTA MARIA DE JETIBÁ aprox. 110 km	PAI + AJUD. / FILHO INDEP. + AJUD.
15:00	VIAGEM	PAI + AJUD. / FILHO INDEP. + AJUD.
16:00	VIAGEM	PAI + AJUD. / FILHO INDEP. + AJUD.
17:00	CHEGADA EM SANTA MARIA DE JETIBÁ / DESARME DO CAMINHÃO	PAI / FILHO INDEP. + AJUDANTE

Este estudo de caso pretende dar visibilidade à rotina de um agricultor feirante e de sua família enquanto detentores de técnicas e saberes tradicionais, fundamentados em um amplo e vasto universo de conhecimento acerca da agricultura, logo da natureza em prol do homem. No entanto tal recorte pode se aplicar à realidade de tantos outros agricultores-feirantes da região serrana - grande produtora de alimentos hortifrutis – que abastecem as grandes cidades do ES (Aracruz, Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, Linhares, São Mateus, municípios da região metropolitana de Vitória) utilizando as feiras livres como canais de comercialização.

DESCRIÇÃO DETALHADA DAS ETAPAS E PROCEDIMENTOS QUE ENVOLVEM A REALIZAÇÃO DA FEIRA-LIVRE

Descrição detalhada dos processos produtivos que envolvem a realização de uma feira livre – sob o modelo de abastecimento urbano, alternativo ao Ceasa, e cujos atores e beneficiados deste processo são propriamente os mesmos. Ou seja, as extremidades dessa cadeia produtiva, o agricultor e sua família, bem como, sem desvios ou atravessadores interpostos, os consumidores das urbes:

COLHEITA – A etapa da colheita, no processo de realização da feira-livre, se faz inicial, porém, se estende ao longo de todo o dia que antecede àquela atividade de fato. Sendo executada em paralelo às demais atividades, demanda assim intenso trabalho humano e ocupa grande parcela do tempo, uma vez que a mão de obra é familiar e não mecanizada. Esta etapa, no seio da divisão do trabalho familiar, é realizada nos dias de hoje, sobretudo pelos filhos, que no caso estudado são três (duas mulheres e um homem com faixas etárias entre 20 e 30 anos) e naturalmente possuem mais condições e vigor para esta atividade. Geralmente o Pai passa uma orientação prévia aos filhos para o ato da colheita e, apontando assim, para as quantidades e os produtos a serem colhidos para àquele dia específico, já que as quantidades variam em relação à demanda do consumo, e esta por si varia em casos de dias normais, ou feriados, como também de feira para feira, e etc.. A partir daí, a etapa da colheita de fato se inicia, quando após um breve café da manhã, os filhos carregam a carrocinha de mão com caixas de verduras vazias e se distribuem pela propriedade à colher da terra o alimento que virá a ser mercadoria no dia seguinte. À medida que vão enchendo-se as caixas com os alimentos já colhidos, um dos filhos retorna às proximidades da casa com a carrocinha, agora com as caixas já carregadas de alimentos e descarrega-as acerca do tanque e lava-jato para as seguintes etapas de seleção e lavagem dos alimentos. Em seguida retorna-se para as áreas da lavoura com a carrocinha e as caixas vazias novamente para dar continuidade à etapa da colheita. Como esta etapa se inicia nas primeiras horas

do dia e os produtos serão comercializados somente no dia seguinte, é preciso também seguir certa ordem na colheita, pois muitos dos alimentos são facilmente perecíveis depois que retirados do contato com a terra e a água, como são o caso das flores, temperos e hortaliças, o que supõe-se que estes sejam coletados por último. Já as raízes, os tubérculos, os frutos e muitas das hortaliças, são naturalmente mais resistentes e logo, estes são os primeiros a serem colhidos e trabalhados nas próximas etapas.

LAVAGEM DAS VERDURAS- A etapa da lavagem das verduras no caso em estudo ocorre basicamente de duas maneiras, como retratamos a partir das imagens. Num primeiro caso, específico para as hortaliças tuberosas (raízes) como a mandioca, o inhame, a beterraba, a cenoura, etc, que são colhidas com excessos de terra e lama, o agricultor se utiliza de um pressurizador de água (lava-jato) para a lavagem desses alimentos, já que este equipamento adianta em muito o tempo que seria despendido neste processo, se lavados os tubérculos manualmente. Já no outro modelo para limpeza dos alimentos, Num tanque azulejado, com água limpa corrente, construído e utilizado propriamente para esta finalidade, são colocados em período de molho, imersos na água, as demais hortaliças: folhosas (repolho, coentro, cebolinha, rúcula, etc) e florais (brócolis, couve-flor, etc). Também no tanque, após a lavagem de todas as hortaliças, são imersas as caixas com frutas (abacate, laranja, etc) e alguns legumes (jiló, vagem, chuchu de vento, etc.). Esta etapa é realizada principalmente pelo pai, que por vezes é auxiliado, ora pelo filho, ora pela esposa, e também suga grande parcela do tempo de trabalho, pois ocorre em paralelo e sequência à colheita, ou seja, no decorrer de todo o dia que antecede a feira.

AMARRAÇÃO DOS MAÇOS – A amarração dos maços consiste sempre numa atividade que se realiza em dupla ou em grupo no interior do trabalho familiar. Os temperos (coentro, salsinha, cebolinha, hortelã, menta, etc), as folhas (couve, almeirão, espinafre, etc), as flores (copo-de-leite, lírio, girassol, etc) as raízes e ramos (alho poro, cebola, beterraba, cenoura, etc), todos são amarrados em quantidades específicas (maços) para posterior comercialização na feira-livre. Assim, as folhas soltas já colhidas e ainda por lavar, antes de serem amarradas são selecionadas, quando se retiram as folhas queimadas ou meladas. Em seguida, é separada, pelo filho, a quantidade de folhas que formará o maço, enquanto a mãe

abre a tira de Juta (espécie natural de palha resistente à amarração), amarra aquela quantidade dada pelo filho, e joga ao tanque para o período de molho, que já integra a etapa paralela da lavagem.

ORGANIZAÇÃO DO CAMINHÃO – A organização do caminhão se realiza inevitavelmente em dois momentos: O momento de organizar para a viagem de ida à capital e o momento de organizar para o retorno à propriedade localizada na região serrana. Na carroceria do caminhão são organizados para o transporte apenas pelo agricultor em tese uma média de 80 a 100 caixas de verduras, que são trazidas duas vezes por semana, para comercialização nas feiras que este realiza na capital. No caso da feira de quarta-feira, pelo mesmo caminhão são transportados também os produtos do filho (independente) do agricultor, que realiza a mesma feira, somando assim mais 100 caixas aproximadamente, além das barracas e demais materiais. A organização do caminhão consiste assim, em organizar na carroceria tudo que se faz necessário para a realização da feira, ou seja, as caixas de verduras, a estrutura da barraca (ferragens, tabuleiros, lonas), materiais para feira (balança, bacias, facas, sacolas) materiais pessoais (colchões, roupa de cama, garrafa térmica com água e café, etc) entre outras coisas necessárias para a realização de uma feira-livre. Tudo isto, organizado jeitosamente sobre a carroceria, cobre-se os alimentos com uma lona já que são facilmente perecíveis e passa-se ao processo de amarração do caminhão, deixando tudo bem seguro para o percurso que transitará por terrenos irregulares, montanhosos e expostos à chuva ou sol. Já no momento da volta, ao final da feira, esse mesmo processo se repete, sendo agora ocupado menos volume pois as caixas vazias voltam encaixadas, no entanto o trabalho e desgaste é o mesmo. Além destes dois momentos de organização do caminhão realizados para a viagem de ida e de volta, também no momento da chegada na capital o caminhão deve ser descarregado para a etapa seguinte de montagem da barraca e exposição dos produtos, e da mesma maneira, quando da chegada na propriedade após todo o processo realizado, este ainda deve ser descarregado novamente, totalizando assim quatro vezes, para a organização e descarregamento do caminhão. O agricultor em tese costuma brincar que o processo de organização do caminhão para realização da feira, muito se assemelha ao trabalho de frete com mudanças domiciliares, resta alguma dúvida de um fundo de verdade nessa brincadeira? Afinal, este mesmo

agricultor faz essas 'mudanças' duas vezes por semana, já há vinte anos trazendo alimentos à capital Vitória.

VIAGEM – A etapa da viagem consiste no percurso de ida e volta, realizado duas vezes por semana, do local da produção e moradia do agricultor em tese, no caso Santa Maria de Jetibá, ao local de comercialização que é a capital capixaba Vitória. A viagem de ida se dá ao final dos processos produtivos na propriedade e após a janta, sempre na noite que antecede à Feira, sendo o horário de partida geralmente por volta de 19h ou 20h. A distância entre a propriedade rural no município serrano e os locais de realização da feira na capital, são de aproximadamente 110 quilômetros, dos quais aproximadamente 20km são de estradas rurais não pavimentadas, outros 40km, que correspondem ao trecho da sede de Santa Maria de Jetibá à sede do município vizinho de Santa Leopoldina, a estrada também não se encontra em boas condições de tráfego, ainda que seja asfaltada e, o restante da viagem segue em vias sob boas condições. A viagem é realizada num caminhão verdureiro (Ford/ano 76) de posse do agricultor, e tem duração aproximada de 3 (três) horas e meia. A direção do caminhão é realizada pelo filho (independente) do agricultor que também realiza a mesma feira-livre às quartas-feiras, e aos sábados o agricultor acerta com um conhecido da região, para dirigir e auxiliar no trabalho de comercialização da feira-livre de sábado, já que seu filho não realiza feira este dia. A boleia do caminhão geralmente vem cheia com 3 pessoas e durante a viagem se coloca a conversa em dia com muita prosa e piada, apesar de todo o cansaço. Após o pior trecho da viagem, que consiste na parte entre Santa Maria e Santa Leopoldina, trecho com muita serra e estrada ruim, é realizada uma parada para café ou lanche. Este ponto de parada conhecido como *Parada Pomerana* é um ponto de encontro dos feirantes da região serrana que estão no mesmo processo de viagem para a Capital e municípios da Região Metropolitana, para a realização das feiras-livres. Depois de 20minutos na Parada Pomerana, aproximadamente a metade do caminho, segue-se o restante da viagem para chegar ao local de destino, por volta de 23:00h.

ARMAÇÃO E DESARME DA ESTRUTURA DA BARRACA – A estrutura da barraca é desmontável e composta por ferragens (20 a 25 peças), lonas (cobertura e frente da barraca), tabuleiros de madeira (4 peças) e plásticos para forragem desses tabuleiros. No procedimento de armação e desarme da barraca,

grande esforço físico é despendido, uma vez que as ferragens são pesadas e este processo se repete duas vezes no dia. É uma atividade que se realiza inevitavelmente em dupla, pois é preciso força e coordenação mútua para suspender e baixar a cobertura da barraca, além de realizar os encaixes das ferragens da base da barraca.

DESCANSO – O período do descanso inicia-se após o término da montagem da estrutura da barraca e se estende até aproximadamente 03h30min ou 4h da manhã, quando começa o momento de descarregar do caminhão as caixas cheias de mercadorias e organizá-las metodicamente na barraca. Este breve descanso, pode ser na boleia do caminhão, onde dorme apenas uma pessoa e às vezes ocorre-se um rodízio, ou a outra opção disponível, que é dormir nos colchões trazidos por eles, ao ar livre, apenas sob a estrutura de ferro e lona da barraca, sem muita proteção e nenhum conforto, por isso apenas descanso e não uma boa noite de sono após o longo dia de labor.

DESCARGA DAS MERCADORIAS E MATERIAIS – Para descarregar os materiais e as verduras do caminhão, o agricultor fica sob a carroceria do caminhão e passa de mão a mão primeiramente as estruturas de ferro que compõe a barraca, juntamente com os tabuleiros de madeira, para depois sim, iniciar da mesma maneira, a descarga das caixas de verduras. Nos dias de quarta-feira, quando seu filho independente realiza a mesma feira e também utiliza o mesmo caminhão, portanto há mais volume de mercadorias, o trabalho é realizado por duas ou três pessoas (pai, filho, ajudante), já que a tarefa consiste em descarregar as estruturas de duas barracas e, mais aproximadamente 180 caixas de verduras, além dos demais materiais (baldes, bacias, facas, balanças, etc) respectivos a cada barraca.

ORGANIZAÇÃO DAS VERDURAS NA BARRACA – Organizar as verduras na barraca é a etapa que procede o ato de descarregar o caminhão, assim, neste momento, o agricultor trata de dispor e organizar seus produtos de maneira que todos estejam expostos, de fácil acesso, e que concomitantemente a barraca fique esteticamente atraente e colorida aos consumidores que nos próximos instantes começam a chegar. Nem todos os produtos são expostos sob o tabuleiro da barraca, alguns são expostos nas próprias caixas de verduras que ficam dispostas ao redor da barraca, facilitando seu acesso pelos próprios consumidores. O estoque de caixas excedentes para reposição das mercadorias que vão se esgotar no decorrer

da feira ficam armazenadas no interior da barraca, na sombra, embaixo dos tabuleiros e são gradativamente repostas sobre a banca. Em cima da banca, mas dentro de baldes com água, ficam os arranjos de flores, que além de brindarem a barraca com um visual e aroma atrativo, têm grande saída e apreço dos consumidores, contribuindo assim significativamente para os ganhos do produtor-feirante.

COMERCIALIZAÇÃO – A etapa da comercialização consiste de fato ao momento de realização da feira-livre. Esta etapa numa feira-livre, no caso específico do ‘produtor-feirante’, coloca em cena a relação direta entre o produtor de fato do alimento e o seu respectivo consumidor final. Assim, esta etapa de comercialização se inicia nas primeiras horas do dia, quando os consumidores começam a chegar, entre os primeiros consumidores, sempre estão os proprietários de restaurante, principalmente restaurantes naturais, que não comercializam produtos com agrotóxicos, e têm a barraca em tela como referência para a aquisição de produtos orgânicos e de qualidade, e com preços melhores que nos estabelecimentos comerciais urbanos, como supermercados, ou lojas específicas de produtos orgânicos. Durante a etapa da comercialização, o feirante no interior da barraca fica de posse das sacolas e à medida que os consumidores solicitam a mercadoria, o mesmo as embala, e separa num canto da banca para posterior pesagem, se for o caso, e cálculo final do valor total da compra. Este processo ocorre principalmente para as hortaliças e mercadorias que se encontram sobre a banca, já para as mercadorias que estão nas caixas ao redor da banca e cujo o feirante não tem fácil acesso, os próprios consumidores colocam seus produtos escolhidos em sacolas que são solicitadas, ou nas bacias que se encontram espalhadas próximas às caixas. Na sequência o feirante realiza a pesagem desses produtos e repassa ao consumidor o valor da compra para a troca alimento (mercadoria) - dinheiro. A forma de pagamento adotada na barraca é apenas em dinheiro e às vezes no cheque, como no caso dos restaurantes cujo volume e valor das compras são elevados. De certo, que muitos feirantes-atravessadores já possuem máquinas de cartões de crédito, este não é o caso para o produtor-feirante em tela, para o qual as transações financeiras se dão da maneira mais simples e clara possível, por vezes ocorrendo a tão comum pechincha, sobretudo no momento da xepa, e também a venda no fiado, para os casos dos consumidores antigos.

GÊNEROS (HORTIFRUTIS) PRODUZIDOS E COMERCIALIZADOS PELA FAMÍLIA DE AGRICULTORES EM ESTUDO		
ALFACE AMERICANA	CEBOLETE	AÇAFRÃO
ALFACE CRESPA	SALSINHA	GENGIBRE
ALFACE ITALIANA	COENTRO	CHUCHU DE VENTO
ALFACE LISA	TOMILHO	JILÓ
BRÓCOLO HÍBRIDO	MENTA	BERINJELA
BRÓCOLO RAMOSO	MENTA-HORTELÃ	VAGEM
COUVE CRESPA	HORTELÃ	QUIABO
COUVE MANTEIGA	ERVA CIDREIRA	ABACATE
COUVE ROXA	CAPIM CIDREIRA	BANANA PRATA
COUVE VERDE	MANJERICÃO ALFAVACA	BANANA NANICA
COUVE-FLOR	MANJERICÃO ITALIANO	BANANA DA TERRA
COUVE CHINESA	MIRÁ	BANANA MAÇÃ
REPOLHO BRANCO	SALSÃO	BANANA COCO
REPOLHO CORAÇÃO DE BOI	ALHO PORÓ	BANANA OURO
REPOLHO ROXO	BETERRABA	BANANA SÃO TOMÉ
CAPIÇOBA	CENOURA	MORANGO
ESPINAFRE	CHUCHU	AMORA
MOSTARDA	PEPINO	JABUTICABA
RÚCULA	BATATA DOCE	LARANJA LIMA
SERRALHA	BATATA BAROA	LARANJA SELETA
AGRIÃO DA TERRA	BATATINHA INGLESA	LIMÃO GALEGO
AGRIÃO DA ÁGUA	BATATA YACON	FLORES
CHICÓRIA	MANDIOCA	CAMOMILA
ALECRIM	INHAME	COPO DE LEITE
ALMEIRÃO ROXO	ABÓBORA BÁRBARA	LÍRIO
ALMEIRÃO BRANCO	ABÓBRINHA VERDE	PALMO DE SANTA RITA
TAIOBA	ABÓBRINHA JAPONESA	GIRASSOL
FOLHA DO BRÓCOLO	ABÓBORA PESCOÇO	JASMIN
RABANETE	ABÓBORA JACARÉ	ARRUDA
NABO	ALHO	FLOR DO ALHO PORÓ
MILHO VERDE	CEBOLA	CAPUCHINHO
CEBOLINHA	FUNGHI	OUTRAS (ARNICA, ASPARGO, ETC)
GÊNEROS ESTOCÁVEIS, BENEFICIADOS E/OU VENDIDOS SOB ENCOMENDAS		
FEIJÃO PRETO	FEIJÃO MANTEIGA	PÓ DE CAFÉ (Arábica)
FEIJÃO VERMELHO	FEIJÃO CARIOQUINHA	GELÉIAS (morango, amora, pêssego)
FEIJÃO TERRINHA	FEIJÃO PALHACINHO	MELADO DE CANA
FEIJÃO VERMELHO MANTEIGÃO	FEIJÃO AZUKI	OVOS E GALINHA CAIPIRA

FIM